

*Pós-Graduação em  
Desenvolvimento Sustentável*

**DESENVOLVIMENTISMO,  
ATIVIDADE PETROLÍFERA E DEGRADAÇÃO  
AMBIENTAL EM ÁREAS PESQUEIRAS EM  
SÃO FRANCISCO DO CONDE, BAHIA**

**EDVALDO HILÁRIO DOS SANTOS**

Dissertação de Mestrado

Brasília - DF, julho / 2004



Universidade de Brasília  
Centro de Desenvolvimento Sustentável

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**DESENVOLVIMENTISMO, ATIVIDADE PETROLÍFERA E  
DEGRADAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS PESQUEIRAS  
EM SÃO FRANCISCO DO CONDE, BAHIA**

**EDVALDO HILÁRIO DOS SANTOS**

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> **LÚCIA CONY FARIA CIDADE**

Dissertação de Mestrado

Brasília-DF, 27 julho / 2004.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CDS

**DESENVOLVIMENTISMO, ATIVIDADE PETROLÍFERA E  
DEGRADAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS PESQUEIRAS  
EM SÃO FRANCISCO DO CONDE, BAHIA**

**EDVALDO HILÁRIO DOS SANTOS**

Dissertação de mestrado submetida ao Centro Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável; área de concentração em Política e Gestão Ambiental com opção Profissionalizante.

Aprovado por:

*Lúcia Cony Faria Cidade*

\_\_\_\_\_  
Lúcia Cony Faria Cidade, Dra. (UnB/GEA/CDS)  
(Orientadora).

*Maria Augusta Almeida Bursztyn*

\_\_\_\_\_  
Maria Augusta Almeida Bursztyn, Dra. (UnB/CDS)  
(Examinador Interno).

*Rafael Sanzio Araujo dos Anjos*

\_\_\_\_\_  
Rafael Sanzio Araujo dos Anjos, Dr. (UnB/GEA)  
(Examinador Externo).

Brasília-DF, 27 julho / 2004

## [Ficha catalográfica]

SANTOS, Edvaldo Hilário dos.

Desenvolvimentismo, atividade petrolífera e degradação ambiental em áreas pesqueiras em São Francisco do Conde, Bahia. 207 f., 297 mm. (UnB-CDS, Mestre, política e Gestão Ambiental, 2004).

Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável.

|                       |              |                           |
|-----------------------|--------------|---------------------------|
| 1. Desenvolvimentismo | 3. Petróleo  | 5. São Francisco do Conde |
| 2. Sustentabilidade   | 4. Ideologia | 6. Degradação Ambiental.  |

I. UnB-CDS

II. Título (série)

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação, e nenhuma parte desta dissertação de mestrado podem ser reproduzidos sem autorização por escrito do autor.



*Edvaldo Hilário dos Santos*

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho: ao meu pai, Esmeraldo Hilário, pelo esmero, atenção e carinho generosamente dispensado.

A minha esposa, Nádia Alves, pela compreensão, apoio e abnegação permanente em minha vida, principalmente nesse período, apesar da colossal dificuldade em conciliar seus trabalhos e suas atividades profissionais, intelectuais e a profunda dedicação a nossos filhos.

E, por fim, porém não menos importante, aos meus filhos, Tainá, que apesar dos seus cinco aninhos, tão pacientemente esperava pelas “sobras de meu tempo” para passear; e Cauê, pequenina e doce criatura, nascida neste período, pela alegria e felicidade proporcionada em meus dias de estudo e trabalho, bem como pelo aprendizado de vida.

A todos, muito obrigado!

## AGRADECIMENTOS

A Deus, meu inspirador, por guiar-me nesta jornada.

Agradeço, muito especialmente, a prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> **LÚCIA CONY FARIA CIDADE**, pela forma precisa, atenciosa e paciente de orientar-me, apesar da distância geográfica e de uma certa frieza da comunicação virtual e telefônica, porém, superadas pela constante disponibilidade, carinho e franqueza. Lúcia, expresso aqui minha renovada admiração e reconhecimento!

Esta dissertação não teria sido possível sem o auxílio de várias pessoas. Agradeço, inicialmente, e de forma especial, o apoio, carinho e o incentivo do professor Raimundo Jorge e da professora Josaíra Xavier que, a muito custo, viabilizaram este trabalho, flexibilizando meus horários de trabalho na escola. Também tiveram grande importância as professoras Maura Calmon e Janaildes Santana. Os quatro compõem a Direção do Instituto Municipal Luiz Viana Neto, Escola de Ensino Médio da Prefeitura de São Francisco do Conde.

Ao apoio institucional oferecido pela UNEB, através da PPG e do Departamento de Ciências Humanas do Campus IV, em Jacobina – Bahia, particularmente, ao Colegiado de Geografia, representado pelo professor Fábio Nunes.

Uma pesquisa não se faz sem a contribuição de muitas pessoas, difícil é contemplar a todos, pois sempre podemos esquecer alguém, porém há aquelas com as quais estabelecemos um contato mais intenso. Por isso, não podemos deixar de mencioná-los:

- O Sr José Carlos Rodrigues, presidente da Federação dos Pescadores da Bahia;
- Carlos José Santana, grande amigo e colaborador. Sempre disponível, cooperativo e solidário. Sua ajuda, críticas e sugestões foram decisivas em muitos aspectos.
- A Neiza Marques do COFIC, pelo carinho, amizade e por ser tão prestativa.
- O Sr Paulo Mota da SEAP;
- O pessoal da Petrobrás – UN-BA Transportes e Comunicação Empresarial: Neilton Neves, Hyandra Cynthia, Deraldo A. P. Oliveira, Luíz Flávio (Meio Ambiente) e Carlos A. R. Figueiredo;
- O Armando e Eliana do IBAMA – Responsáveis pelo ordenamento e Gestão Pesqueira;
- As bibliotecárias da CPRM, Izabel e Gizélia, pela excepcional cooperação e solidariedade.
- Toda a equipe da Biblioteca da Governadoria do Estado da Bahia.
- Os técnicos da SEI / SEPLANTEC, especialmente Diva Ferlin Lopes, pelas críticas, sugestões e auxílio valiosos.
- O Sr Adinaldo Santos, Secretário da Câmara de Vereadores de São Francisco do Conde;

- O Sr Hamilton César Baruf, Diretor de Meio Ambiente da Secretaria Municipal de Agricultura de São Francisco do Conde.
- As pessoas entrevistadas, pois suas informações foram preciosas para este trabalho.
- Raivane Sales, pela revisão e profissionalismo, enorme paciência e disponibilidade
- O Professor Dr Lívio Sansone do CEAO, e suas respectivas bolsistas do PIBIC: Héliida Conceição e Rosangela Araújo
- O corpo de atendimento da Biblioteca do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.
- Alice Rosane P. dos Santos, pelas providenciais intervenções com o inglês.

Aos pescadores das Colônias de Pesca, Z-05 de São Francisco do Conde e Z-27 de Acupe, representados pelos Senhores: Mariano Santos e João Sacramento Ribeiro, seus respectivos presidentes, pelas constantes disponibilidades nas atividades de campo, preciosas informações e convites para participar das reuniões com pescadores e técnicos da Petrobrás.

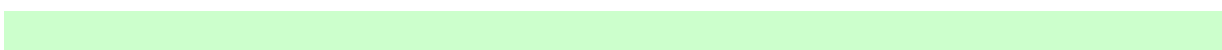
A professora Rita Maria Brito Santos, sempre disponível para as leituras e sugestões para o trabalho.

Todos os meus colegas e muitos amigos do corpo docente do Instituto Municipal Luiz Viana Neto: Sônia Fernandes, Jerônimo Perez, Gilzana Santos, Francisco Assis, Claudia Santos... Muito obrigado pelo apoio, carinho e atenção.

Todos os meus colegas de mestrado, pelo apoio e trocas estabelecidas, em especial, Geneci Braz, Kátia Borges, Cornélia Braslau e Cristina Guerreiro.

O professor Aroudo Mota, pelo incentivo, decisivas sugestões e excelente acolhida durante nossa estada na Capital Federal.

*The last but not the least*, minha esposa, Nádja Alves, pela sua maravilhosa, e revigorante companhia e colaboração.



## RESUMO

Este trabalho analisa o papel da indústria petrolífera em São Francisco do Conde, na Região Metropolitana de Salvador, e seu reatamento junto à comunidade local de pescadores. Foi para este lugar que a agenda desenvolvimentista brasileira orientou, na década de 1950, a implantação da estrutura de exploração e produção de petróleo. Necessária para o abastecimento do mercado nacional, essa fonte geradora de energia contribuiria também para inserir o país, no cenário internacional. A investigação abrange o período de 1950 aos dias atuais. Numa primeira abordagem, a dissertação esquadriha, na escala Brasil e Bahia, o papel do desenvolvimentismo na construção de uma imagem das atividades petrolíferas como promotoras de desenvolvimento local. Numa segunda abordagem, trata da temática na escala do Recôncavo e da Região Metropolitana de Salvador e estuda o papel da indústria petrolífera em São Francisco do Conde. Numa terceira aproximação, aborda o reatamento da atividade petrolífera sobre a sustentabilidade local, na perspectiva de uma comunidade de pescadores. A análise leva à constatação de que a atividade petrolífera em cujo rastro instalou-se uma moderna industrialização, inegavelmente contribuiu para criar mudanças econômico-sociais na região e, ainda, uma imagem de progresso e prosperidade social. No entanto, apesar de uma entrada crescente de recursos advindos de *Royalties* do petróleo, não tem havido melhorias significativas no desenvolvimento local. Parcela significativa da comunidade permanece distante dos benefícios advindos. Além disso, a exploração petrolífera alterou significativamente o meio ambiente, particularmente em áreas de pesca e coleta pela comunidade local. As grandes transformações decorrentes geraram desequilíbrios e crise na pesca, uma atividade até então sustentável.

**Palavras-Chave:** São Francisco do Conde; Petróleo; ideologia; desenvolvimentismo; sustentabilidade; Degradação ambiental; pesca.

## ABSTRACT

This research work analyzes the role of the oil industry in São Francisco do Conde, a small town in the metropolitan region of Salvador, and its impact on the local fishing community. In order to do that, the Brazilian developmental agenda guided, in the 1950's, the implantation of the exploration structure and production of oil. As it was necessary for the supplying of the national market, this generating source of energy would also contribute to insert the country in the international scene. This piece of research comprehends the period that runs from 1950 all throughout nowadays. In a first approach, this dissertation scrutinizes pieces of research both nation and state wide, in terms of the role of developmentalism as it tries to construct an image of the oil-related activities as promoters of local development. In a second approach, it deals with the thematic in the scale of the Recôncavo and the Metropolitan Region of Salvador as it studies the role of the oil industry in São Francisco do Conde. In a third approach, it taps into the impact of the oil-related activity on the local sustainability from the perspective of a fishing community. This analysis leads to the conclusion that the oil, in whose footsteps a modern industrialization was installed, undeniably contributed to create economic-social changes in the region, besides creating an image of progress and social prosperity. However, in spite of the fact that an increasing amount of resources from oil royalties keeps on coming in, there has not been any significant improvements in the local development. A considerable share of members of the community remains far away from these so-called benefits. Moreover, the oil exploration significantly changed the environment; particularly in fishing and gathering areas of the local community. The great consequential transformations generated a lack of balance and a crisis in the fishing activity, which used to be sustainable up to now.

**Key Words:** San Francisco do Conde; Oil; ideology; developmentalism; sustainability; environmental degradation, fishing.

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>17</b> |
| <b>1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>  | <b>23</b> |
| <b>1.1 ESPAÇO, TERRITÓRIO E GESTÃO. ....</b>  | <b>23</b> |
| <b>1.2 ESTADO E PLANEJAMENTO .....</b>  | <b>29</b> |
| <b>1.3 DESENVOLVIMENTO, PSEUDODESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTISMO .....</b>  | <b>34</b> |
| <b>1.4 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E GESTÃO AMBIENTAL .....</b>   | <b>39</b> |
| <b>1.5 IDEOLOGIA E IMAGEM AMBIENTAL.....</b>  | <b>44</b> |
| <b>1.6 SÍNTESE DA ABORDAGEM. ....</b>   | <b>48</b> |
| <b>2 DESENVOLVIMENTISMO, GESTÃO DO TERRITÓRIO E EFEITOS<br/>SÓCIOAMBIENTAIS NO BRASIL. ....</b>                     | <b>49</b> |
| <b>2.1 FASE DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES VERTICAL E<br/>EFEITOS NO BRASIL (1956-1969). ....</b>                   | <b>49</b> |
| 2.1.1 CONTEXTO SÓCIOECONÔMICO NACIONAL, NA SUBSTITUIÇÃO<br>DE IMPORTAÇÕES VERTICAL.....                             | 49        |
| 2.1.2 AÇÕES DE GESTÃO DO TERRITÓRIO NACIONAL NA SUBSTITUIÇÃO<br>DE IMPORTAÇÕES VERTICAL.....                        | 57        |
| 2.1.3 RESULTADOS DAS AÇÕES EM ESCALA NACIONAL NA SUBSTITUIÇÃO<br>DE IMPORTAÇÕES VERTICAL.....                       | 58        |
| <b>2.2 FASE DE PROMOÇÃO DIVERSIFICADA DE EXPORTAÇÕES E<br/>EFEITOS NO BRASIL (1970-1985).....</b>                   | <b>59</b> |
| 2.2.1 CONTEXTO SÓCIOECONÔMICO NACIONAL, NA PROMOÇÃO<br>DIVERSIFICADA DE EXPORTAÇÕES.....                            | 59        |
| 2.2.2 AÇÕES DE GESTÃO DO TERRITÓRIO NA ESCALA NACIONAL NA PROMOÇÃO<br>DIVERSIFICADA DE EXPORTAÇÕES (1970-1985)..... | 63        |
| 2.2.3 RESULTADOS DAS AÇÕES EM ESCALA NACIONAL NA PROMOÇÃO<br>DIVERSIFICADA DE EXPORTAÇÕES (1970-1985).....          | 65        |
| <b>2.3 FASE DE INTEGRAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL: EFEITOS NO BRASIL (1986-2003) ...</b>                                 | <b>66</b> |
| 2.3.1 CONTEXTO SÓCIOECONÔMICO NACIONAL, NA FASE DE INTEGRAÇÃO<br>AO MERCADO MUNDIAL.....                            | 66        |
| 2.3.2 AÇÕES DE GESTÃO DO TERRITÓRIO NA ESCALA NACIONAL NA FASE<br>DE INTEGRAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL .....            | 70        |
| 2.3.3 RESULTADOS DAS AÇÕES, EM ESCALA NACIONAL, NA FASE<br>DE INTEGRAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL .....                   | 70        |
| <b>2.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO.....</b>   | <b>71</b> |

|  |            |
|--|------------|
| <b>3 DESENVOLVIMENTISMO E INDÚSTRIA PETROLÍFERA<br/>NO ESTADO DA BAHIA .....</b>   | <b>72</b>  |
| <b>3.1 FASE DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES VERTICAL<br/>E EFEITOS NA BAHIA (1956-1969).....</b>  | <b>73</b>  |
| 3.1.1 CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO REGIONAL NA SUBSTITUIÇÃO<br>DE IMPORTAÇÕES VERTICAL.....  | 73         |
| 3.1.2 POLÍTICAS E AÇÕES TERRITORIAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL<br>NA SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES VERTICAL (1956-1969).....               | 78         |
| 3.1.3 RESULTADOS DAS POLÍTICAS E AÇÕES SOBRE A SOCIEDADE E O AMBIENTE<br>REGIONAL NA SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES VERTICAL (1956-1969)..... | 80         |
| <b>3.2 FASE DE PROMOÇÃO DIVERSIFICADA DE EXPORTAÇÕES E EFEITOS NA<br/>BAHIA (1970-1985).....</b>   | <b>84</b>  |
| 3.2.1 CONTEXTO SÓCIOECONÔMICO REGIONAL.....  | 84         |
| 3.2.2 POLÍTICAS E AÇÕES TERRITORIAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (1970-1985) ...   | 86         |
| 3.2.3 RESULTADO DAS POLÍTICAS E AÇÕES SOBRE A SOCIEDADE E O AMBIENTE REGIONAL  | 87         |
| <b>3.3 FASE DE INTEGRAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL E EFEITOS NA BAHIA (1986-2003)...</b>   | <b>89</b>  |
| 3.3.1 CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO REGIONAL (1986-2003).....   | 89         |
| 3.3.2 POLÍTICAS E AÇÕES TERRITORIAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAIS (1986-2003)...   | 93         |
| 3.3.3 RESULTADO DAS POLÍTICAS E AÇÕES SOBRE A SOCIEDADE E O AMBIENTE REGIONAL.   | 93         |
| <b>3.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO.....</b>  | <b>99</b>  |
| <b>4 PLANEJAMENTO E PRÁTICAS DE GESTÃO TERRITORIAL<br/>E AMBIENTAL EM SÃO FRANCISCO DO CONDE .....</b>                                     | <b>100</b> |
| <b>4.1 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA .....</b>   | <b>100</b> |
| <b>4.2 SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES VERTICAL E SEUS EFEITOS EM<br/>SÃO FRANCISCO DO CONDE (1956-1969). .....</b>                            | <b>101</b> |
| 4.2.1 ORIGENS E LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO.....  | 101        |
| 4.2.2 CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO LOCAL NA SUBSTITUIÇÃO<br>DE IMPORTAÇÕES VERTICAL.....   | 105        |
| 4.2.3 GESTÃO DO TERRITÓRIO LOCAL NA SUBSTITUIÇÃO<br>DE IMPORTAÇÕES VERTICAL (1956-1969).....   | 109        |
| 4.2.4 EFEITOS NA ESCALA LOCAL NA SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES VERTICAL .....  | 110        |
| <b>4.3 PROMOÇÃO DIVERSIFICADA DE EXPORTAÇÕES E EFEITOS EM<br/>SÃO FRANCISCO DO CONDE (1970-1985). .....</b>                                | <b>114</b> |
| 4.3.1 CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO LOCAL NA PROMOÇÃO DIVERSIFICADA<br>DE EXPORTAÇÕES.....  | 114        |
| 4.3.2 GESTÃO DO TERRITÓRIO LOCAL NA PROMOÇÃO DIVERSIFICADA DE<br>EXPORTAÇÕES (1970-1985).....  | 117        |
| 4.3.3 RESULTADO NA ESCALA LOCAL NA PROMOÇÃO DIVERSIFICADA DE<br>EXPORTAÇÕES (1970-1985).....   | 119        |

|   |            |
|---|------------|
| <b>4.4 INTEGRAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL E EFEITOS, EM SÃO FRANCISCO DO CONDE (1986-2003).....</b>                          | <b>122</b> |
| 4.4.1 CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO E AMBIENTAL LOCAL<br>NA FASE DE INTEGRAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL .....                      | 122        |
| 4.4.2 GESTÃO DO TERRITÓRIO LOCAL, FASE DE INTEGRAÇÃO AO MERCADO<br>MUNDIAL (1986-2003).....                             | 134        |
| 4.4.3 RESULTADO NA ESCALA LOCAL NA FASE DE INTEGRAÇÃO AO MERCADO<br>MUNDIAL (1986-2003).....                            | 135        |
| <b>4.5 SÍNTESE DO CAPÍTULO.....</b>   | <b>145</b> |
| <b>5 ATIVIDADE PETROLÍFERA, SUSTENTABILIDADE LOCAL E A<br/>COMUNIDADE DE PESCADORES DE SÃO FRANCISCO DO CONDE .....</b> | <b>146</b> |
| <b>5.1. PROCEDIMENTOS DA PESQUISA .....</b>   | <b>146</b> |
| <b>5.2 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA .....</b>   | <b>148</b> |
| 5.2.1 ANTECEDENTES E HISTÓRICO DA POLITICA PESQUEIRA .....  | 148        |
| 5.2.2 ATIVIDADE PESQUEIRA NA BAHIA .....  | 150        |
| 5.2.3 ATIVIDADE PESQUEIRA EM SÃO FRANCISCO DO CONDE .....   | 151        |
| 5.2.4 PESCA, PETROLEO E SUSTENTABILIDADE LOCAL.....   | 154        |
| 5.2.5 TERRITÓRIO, PESCA E PETROLEO NA VISÃO DO PESQUISADOR .....  | 156        |
| 5.2.6 ATIVIDADE PESQUEIRA EM SÃO FRANCISCO DO CONDE .....   | 162        |
| 5.2.7 A COMUNIDADE PESQUEIRA FRANCISCANA ATUALMENTE.....  | 168        |
| <b>5.3 SÍNTESE DO CAPÍTULO.....</b>   | <b>172</b> |
| <b>CONCLUSÕES.....</b>  | <b>173</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS.....</b>   | <b>177</b> |
| <b>ANEXOS.....</b>  | <b>189</b> |

## LISTA DE FIGURAS

|   |     |
|---|-----|
| Figura 1 – Diagrama, Gestão Ambiental .....   | 43  |
| Figura 2 – Fluxograma, Estrutura do pensamento sobre gestão ambiental .....   | 43  |
| Figura 3 – Localização da Bahia .....   | 72  |
| Figura 4 – População, Grau de Urbanização Bahia, 1980, 1991 e 2000 .....  | 86  |
| Figura 5 – Imagem de satélite – São Francisco do Conde / Recôncavo / Bahia / Brasil .....   | 103 |
| Figura 6 – Localização geográfica do município de São Francisco do Conde.....   | 104 |
| Figura 7 – Xangó secando .....  | 106 |
| Figura 8 – xangó secando .....  | 106 |
| Figura 9 – Pesca de camarões na década de 1970 .....  | 107 |
| Figura 10 –O camarão ainda é abundante na região.....   | 107 |
| Figura 11 – Vista panorâmica do COPEC.....  | 115 |
| Figura 12 – A presença de militares no município era comum .....  | 117 |
| Figura 13 – Aterro e construção do Parque Duque de Caxias .....   | 119 |
| Figura 14 – Aterro e construção do Parque Duque de Caxias .....   | 118 |
| Figura 15 – Vista panorâmica do Convento de Santo Antônio .....   | 122 |
| Figura 16 – Ruína da Escola Agrícola.....   | 122 |
| Figura 17 – Solar da Ilha de Cajaíba .....  | 123 |
| Figura 18 – Vista panorâmica da Ilha de Cajaíba, ao fundo São Francisco do Conde .....  | 123 |
| Figura 19 – Batimetria – Mapa de profundidade da Baía de Todos os Santos.....   | 125 |
| Figura 20 – Mapa de manguezais e Campos de exploração de petróleo .....   | 126 |
| Figura 21 – Mapa de uso da terra .....  | 127 |
| Figura 22 – Porto de Aratu, registros de derramamentos de óleo.....   | 128 |
| Figura 23 – Vista panorâmica do subúrbio ferroviário, periferia de Salvador as<br>margens da BTS, área de intensa ocupação urbana .....   | 128 |
| Figura 24 – Fluxograma do sistema integrado do COPEC.....   | 130 |
| Figura 25 – Fluxograma ilustrativo sobre a distribuição dos <i>royalties</i> , ANP, 2003.....   | 138 |
| Figura 26 – Derramamento de óleo, CDJM, 1982.....   | 141 |
| Figura 27 – Ferragens de plataforma abandonada, CDJM .....  | 141 |
| Figura 28 –Pequenos derramamentos ainda são registrados pelos pescadores.....   | 141 |
| Figura 29 –Mapa da bacia hidrografia do Subaé.....  | 142 |
| Figura 30 – Campo Dom João Mar – Inúmeras plataformas, torres e poços .....   | 143 |
| Figura 31 – Destroços retirado do fundo da baía.....  | 143 |
| Figura 32 – Colônia de Pesca Z-5 em São Francisco do Conde.....   | 153 |
| Figura 33 – Principais unidades da paisagem identificadas por pescadores<br>de São Francisco do Conde e Acupe.....  | 158 |
| Figura 34 – Reunião de técnicos da Petrobrás com Pescadores e representantes<br>de Colônias e Associações de pesca da região.....   | 163 |
| Figura 35 – Pescadores e representantes de Colônias e Associações de pesca da região;<br>Técnicos da Petrobrás e o Pesquisador, após reconhecimento dos pesqueiros<br>que serão atingidos pelos projetos da Companhia. .... | 163 |
| Figura 36 – Família de marisqueiros em ação: é comum o trabalho feminino e<br>infantil na atividade pesqueira em São Francisco do Conde.....  | 166 |
| Figura 37 – Esquema da cadeia de comercialização do pescado em São Francisco do Conde .....   | 166 |
| Figura 38 e 39 – Comércio direto do pescado, sururu ( <i>mytella spp</i> ), sem intermediário .....   | 167 |
| Figura 40 – Mercado municipal – São Francisco .....   | 167 |
| Figura 41 – Comércio de pescado no Mercado Municipal.....   | 167 |
| Figura 42 – Pescador comercializando a produção, diretamente ao consumidor .....  | 167 |
| Figura 43 – A ocupação urbana e indústrias não acabaram com a pesca e a mariscagem .....  | 169 |
| Figura 44 – O trabalho feminino na atividade pesqueira – limpeza de xangô.....  | 170 |
| Figura 45 – O trabalho feminino na atividade pesqueira – “cata de siri”.....  | 170 |
| Figuras 46 e 47 – Pescadores retornando da pescaria e catadores / marisqueiras em ação .....  | 170 |

**LISTA DE TABELAS**

|  |     |
|--|-----|
| Tabela 1 – População residente por sexo e situação, Brasil, 1940-2000 .....  | 53  |
| Tabela 2 – Incrementos relativos das diferentes zonas – Recôncavo, 1940-1970.....  | 76  |
| Tabela 3 – Participação percentual da população urbana e rural na população total<br>de São Francisco do Conde entre 1950-1970. .... | 108 |
| Tabela 4 – Arrecadação total de tributos e participação percentual do ICMS,<br>segundo os municípios da RMS e o Estado da Bahia..... | 131 |
| Tabela 5 – Municípios de maior arrecadação de tributos na RMS, 2001 .....  | 131 |
| Tabela 6 – População residente e taxa da população urbana e rural, em<br>São Francisco do Conde – 1980-2000. ....                    | 132 |
| Tabela 7 – Produção pesqueira do estado da Bahia – 2002 (em tonelada).....   | 166 |

## LISTA DE QUADROS

|   |     |
|---|-----|
| Quadro 1 - Normas legais sobre aplicação dos <i>royalties</i> e sua evolução .....  | 139 |
| Quadro 2 – Produção pesqueira do Estado da Bahia – 2002 (em tonelada) .....   | 166 |
| Quadro 3 – Problemas ambientais que acarretam danos à pesca segundo os pescadores do município de São Francisco do Conde, Bahia. .... | 171 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|          |       |  |
|----------|-------|--|
| AMS      | ..... | Área Metropolitana de Salvador                                   |
| ANP      | ..... | Agência Nacional do Petróleo                                     |
| APA      | ..... | Área de Proteção Ambiental                                       |
| BANEB    | ..... | Banco do Estado da Bahia   |
| BNDES    | ..... | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social             |
| BTS      | ..... | Baía de Todos os Santos  |
| CDJM     | ..... | Campo Petrolífero Dom João Mar                                   |
| CEAS     | ..... | Centro de Estudos e Aperfeiçoamento do Saber                     |
| CEPAL    | ..... | Comissão Econômica para a América Latina                         |
| CEPLAC   | ..... | Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira                 |
| CETIND   | ..... | Centro de Tecnologia Industrial                                  |
| CHESF    | ..... | Companhia Hidro Elétrica do São Francisco                        |
| CIA      | ..... | Centro Industrial de Aratu                                       |
| COBRAC   | ..... | Companhia Brasileira de Chumbo                                   |
| COMUT    | ..... | Programa de Comutação Bibliográfica                              |
| CONDEB   | ..... | Conselho de Desenvolvimento do Estado da Bahia                   |
| CONDER   | ..... | Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador |
| COPEB    | ..... | Complexo Petroquímico da Bahia                                   |
| COPEC    | ..... | Complexo Petroquímico de Camaçari                                |
| COPENE   | ..... | Companhia Petroquímica do Nordeste                               |
| CPE      | ..... | Comissão de Planejamento Econômico                               |
| CRA      | ..... | Centro de Recursos Ambientais – Bahia                            |
| E&P      | ..... | Exploração e Produção  |
| FINOR    | ..... | Fundo de Investimentos do Nordeste                               |
| FMI      | ..... | Fundo Monetário Internacional                                    |
| FNDCT    | ..... | Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.      |
| FUNDAGRO | ..    | Fundo de Desenvolvimento Agro-industrial                         |
| IAA      | ..... | Instituto do Açúcar e do Alcool.                                 |
| IBAMA    | ..... | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis  |
| IBGE     | ..... | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                  |
| ICMS     | ..... | Imposto de Circulação de Mercadoria e Serviços                   |
| IPAC-BA  | ..... | Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia            |
| IPTU     | ..... | Imposto Predial e Territorial Urbano                             |
| ISEB     | ..... | Instituto Superior de Estudos Brasileiros.                       |
| ITR      | ..... | Imposto Territorial Rural  |
| LDO      | ..... | Lei de Diretrizes Orçamentárias                                  |
| LOA      | ..... | Lei do Orçamento Anual   |
| LOM      | ..... | Lei Orgânica Municipal   |
| LPU      | ..... | Lei do Perímetro Urbano  |
| MMA      | ..... | Ministério do Meio Ambiente.                                     |
| ONU      | ..... | Organização das Nações Unidas                                    |
| PD-67    | ..... | Plano de Desenvolvimento de 1967                                 |
| PDLU     | ..... | Plano Diretor de Limpeza Urbana                                  |

|               |  |
|---------------|--|
| PIB .....     | Produto Interno Bruto  |
| PLANDEB ..... | Plano de Desenvolvimento da Bahia  |
| PMSFC.....    | Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde                           |
| PPA .....     | Plano Plurianual   |
| PPI.....      | Plano Plurianual de Investimento   |
| RLAN.....     | Refinaria Landulpho Alves  |
| RMS .....     | Região Metropolitana de Salvador   |
| SEAP/PR.....  | Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República   |
| SECOMP .....  | Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais.              |
| SEI .....     | Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia                |
| SEMARH.....   | Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos                          |
| SENAI.....    | Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial                              |
| SEPLANTEC...  | Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia                         |
| SPLAN.....    | Secretaria do Planejamento   |
| SUDEPE .....  | Superintendência de Desenvolvimento da Pesca                             |
| TCE.....      | Tribunal de Contas do Estado   |
| TCM.....      | Tribunal de Contas dos Municípios  |
| TCU .....     | Tribunal de Contas da União  |
| TECLIM.....   | Núcleo de Tecnologias Limpas   |
| TEMADRE ..... | Terminal Marítimo de Madre de Deus                                       |
| UnB .....     | Universidade de Brasília   |
| UNEB .....    | Universidade do Estado da Bahia  |
| Z-5.....      | Zona 5 (nomenclatura de zoneamento das Colônias de Pescadores no Brasil) |

## INTRODUÇÃO

### ASPECTOS GERAIS

Situado às margens da Baía de Todos os Santos, dentro da área de abrangência do Recôncavo Baiano, São Francisco do Conde é um município de ocupação antiga. Surgida no início da colonização brasileira em 1693, a área foi por muito tempo marcada por atividades agrícolas tradicionais, ancoradas no setor canavieiro. Na década de 1950, quando se estabeleciam às bases da promessa desenvolvimentista, foi implementada no município, a primeira atividade de extração e refino de petróleo do Brasil. A introdução dessa nova matriz econômica resultou em profundas transformações socioeconômicas e ambientais. Volumosos recursos decorreram deste processo, como compensação financeira pela exploração do recurso. Porém, a despeito da elevada arrecadação advinda do ramo petrolífero, os *royalties*, o município convive com sérios problemas urbanos e ambientais e altos níveis de pobreza. Neste cenário, a pesca reflete a oposição entre um modelo concentrador de desenvolvimento econômico e as condições de sustentabilidade local. Dessa forma, a dissertação tem por objetivo analisar ações do Estado em São Francisco do Conde e seus reflexos socioeconômicos e ambientais, no período compreendido entre 1950 e 2003, com foco na comunidade local de pescadores.

Estudos sobre o Recôncavo e, em particular, sobre São Francisco do Conde, têm mostrado o percurso histórico recente da área e sua inserção na dinâmica social do estado. As análises acadêmicas dessa fase mostram uma preocupação em trazer à tona as contradições entre as ações de modernização, o discurso desenvolvimentista da época e suas conseqüências efetivas ou mesmo antevistas. O estudo de William Hutchinson focaliza a atividade açucareira e as respectivas relações sociais e econômicas decorrentes, além de uma detalhada análise etnográfica. Sua análise é desenvolvida sob uma perspectiva histórico-antropológica e econômica, tendo como sustentação os engenhos de cana-de-açúcar e sua dinâmica decorrente. O autor analisa a atividade açucareira, seu processo industrial nos engenhos e, neste contexto, as relações de trabalho e os conflitos sócio-econômicos decorrentes. Aponta as principais causas da decadência do setor canavieiro na região e suas repercussões e indica que os direcionamentos políticos para o desenvolvimento do país não contemplam o decadente setor açúcar, mas a emergente atividade petrolífera que desperta como grande vocação local.

Essa mudança causa significativas alterações na comunidade, uma vez que a população autóctone quase que permanece à margem deste processo (HUTCHINSON 1957, p. 187).

Segundo Hutchinson, as alterações na estrutura da comunidade provocada pela indústria do petróleo causaram grandes mudanças, aparecendo, em sua fase inicial, como um enclave, afetando diretamente a vida local de seus habitantes, não trazendo grandes benefícios. O autor ilustra seu argumento, apontando para o fato de que os trabalhadores do petróleo não foram, em sua maior parte, tirados da mão-de-obra local, mas de outros pontos do estado, “*num processo similar a uma base militar que se estabeleceu na Vila do Recôncavo, temporariamente*”, e tratava de uma companhia, com sede em Salvador, com pouca ou nenhuma função administrativa de maior importância, localizada na área de efetiva produção (HUTCHINSON 1957, p. 187).

O estudo detalhado da atividade açucareira aponta para o seu respectivo declínio e a decursiva substituição desta atividade, pela então, emergente e dinâmica, indústria petrolífera. Apesar de indicar os efeitos resultantes das prospecções, e as explosões afetarem diretamente a pesca, as questões ambientais estão distantes de seu foco de avaliação, mesmo considerando que as duas atividades possuem caráter profundamente transformador para o meio ambiente. Importante enfatizar que as efetivas discussões sobre o meio ambiente só aparecem, de forma mais pulsante, a partir dos anos setenta do século passado.

Outros trabalhos voltaram-se para um estudo geoeconômico e sociológico do espaço em discussão. Mostravam-se preocupados em responder às questões regionais e urbanas, derivadas do processo de instalação da nova matriz econômica, que vinha sobrepondo a então combatida economia açucareira (SANTOS, 1998; AZEVEDO, 1998). Também foram feitas análises abordando a influência do petróleo na região e as conseqüentes repercussões demográficas e econômicas (ERDENS, 1973; SILVA, 1972; GUARACI, 1976).

Estudos técnicos da Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador – CONDER, posteriormente denominada Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (1977; 1978; 1994; 1999), da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia / Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia – SEI / SEPLANTEC (1994; 1985; 2003); incluem diagnósticos socioeconômicos do município, que abordam aspectos físico-ambientais. Esses diagnósticos estavam inseridos em um amplo processo de planejamento metropolitano, que visava não apenas equipar os municípios, mas, além disso, promover seu desenvolvimento institucional. São Francisco do Conde adquire atenção especial, pois, em 1972, através do Decreto Federal nº 1.225, passa a se constituir em área de interesse e de segurança nacional, decorrente da sua importância energética para o país. Nos

anos oitenta esse processo de planejamento continua via apoio de entidades financeiras internacionais e a visão da sustentabilidade, não apenas integrada, mas também com compromissos de longo prazo, como a que se consolida na atualidade, ainda permanece como um componente pouco expressivo.

É pertinente acrescentar que a importância da presente pesquisa está centrada no fato de não haver, no momento, estudos aprofundados sobre o tema. Essa lacuna, demanda uma ampliação de conhecimento sobre as questões ambientais e socioeconômicas do município. Justifica-se este estudo, na medida em que poderá contribuir para a atualização dos dados sobre o entendimento do processo de transformação experimentado pelo município, como consequência de uma atividade que se instala de forma rápida, intensa, com um potencial de mudança significativo e alimentado por uma expectativa de desenvolvimento e benefícios rápidos e generalizado, sedimentados pelo discurso governamental da época.

Em São Francisco do Conde, esse processo inicia-se na década de 1950, com a substituição de um modelo agrário exportador, baseado na lavoura açucareira, pela instalação de uma matriz econômica mais ágil, moderna e de respostas imediatas. Isso repercutiu diretamente na vida da população local, especialmente dos pescadores, já que a nova atividade petrolífera atuaria direta e indiretamente nos espaços de produção e de vivência desse grupo social. Diretamente, através das instalações de poços, plataformas e demais equipamentos nas principais áreas de pesca da comunidade. Isso implicou em proibições de uso dessas áreas e arredores, afugentou o pescado e poluição decorrente dos derramamentos de óleo, poluição sonora provocadas pelas explosões das prospecções e dos motores das embarcações e bombas. Indiretamente com a ampliação do número de pescadores, procedentes do excedente da mão-de-obra não aproveitada na indústria.

A discussão sobre o tema é ampla e permite diversas análises, dentre as quais, as que conduzem às seguintes questões: Qual o papel do desenvolvimentismo na construção de uma imagem das atividades petrolíferas, como promotoras de desenvolvimento local? Qual a relação entre o desenvolvimentismo e a indústria petrolífera em São Francisco do Conde? Qual o rebatimento da atividade petrolífera sobre a sustentabilidade local, na perspectiva da comunidade de pescadores de São Francisco do Conde?

A análise desenvolvida neste trabalho levará em consideração o desenvolvimentismo, enquanto suporte político, observando a influência das atividades petrolíferas e as práticas sócio-ambientais, no município de São Francisco do Conde, enquanto objeto de investigação. O estudo fundamenta-se nas proposições da Agenda 21, a qual recomenda que as cidades fortaleçam seus órgãos de governo, para lidar eficazmente com os desafios do

desenvolvimento e do meio ambiente, associados a práticas saudáveis de planejamento urbano. Com isso, pretende-se fazer uma análise a luz da agenda de compromissos da Conferência Eco-92, onde muitas nações presentes discutiram e sugeriram ajustes políticos, para minimizar os efeitos no ambiente e a promoção de um planeta socialmente justo, com menos desigualdades sociais, tendo ações locais sem perder de vista a perspectiva global. Acredita-se que esta pesquisa se constitua numa ferramenta imprescindível para tal finalidade, e poderá contribuir significativamente para um novo reordenamento das políticas públicas sociais e ambientais do município de São Francisco do Conde.

As questões de pesquisa substituem as hipóteses e apresentam-se como uma escolha metodológica para orientar a construção dos capítulos. A primeira questão aborda uma temática mais geral e tem sua gênese em uma escala espacial mais ampla. A segunda é menos geral e refere-se a uma escala espacial mais limitada e regional. A terceira trata de um grupo social específico, diretamente afetado pelos processos geográficos, históricos e econômicos. A análise segue uma disposição cronológica, começando com uma abordagem geral, evoluindo para uma mais detalhada, à medida que se aproxima do contexto atual. Como forma de sistematizar os estudos e registrar as mudanças e permanências relevantes, usou-se uma divisão em períodos (SANTOS, 1996; CIDADE, 2002; 2003). A divisão é definida pela escala Brasil, tendo rebatimentos na escala regional e local, obedecendo as seguintes divisões: Fase de substituição de importações verticais (1956-1969); Fase de promoção diversificada de exportações (1970-1985); e Fase de integração ao mercado mundial (1986-2003).

Entre os pressupostos adotados, está o de que o contexto socioeconômico estabelece um pano de fundo para a gestão do território, na qual se incluem políticas públicas e ações privadas, o que contribui para modificar a organização do espaço, interferir no ambiente e afetar as práticas sociais da população.

## **ASPECTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa trata de um tema que se insere no âmbito da gestão do território e do uso dos recursos naturais disponíveis, com rebatimentos sobre o desenvolvimento sustentável. Estabeleceu-se uma contextualização histórico-geográfica, como abordagem inicial, a partir das escalas nacional e regional. Em seguida, traçou-se um perfil de São Francisco do Conde, tendo, como ponto de partida temporal, a década de 1950, devido à instalação da indústria petrolífera em seu território e aos efeitos ambientais dessa atividade. Segue-se, então, uma visão do contexto atual, no âmbito local, identificando suas características e especificidades, o

que possibilita uma observação mais clara do presente e das perspectivas do futuro. Pretende-se buscar diretrizes que contribuam para a análise da gestão do território e da atividade petrolífera no seu território, à luz da perspectiva ambiental e com enfoque na comunidade de pescadores local.

A resposta da primeira questão da pesquisa, foi a partir de investigação bibliográfica e documental, procurando-se mostrar como, ao longo dos últimos cinquenta anos do século vinte, tem-se apresentando a imagem das atividades petrolíferas para o desenvolvimento local. Para isso, contou-se também com mapas e fotografias aéreas do município em estudo.

Para responder à segunda questão do nosso trabalho, também foi realizada pesquisa bibliográfica e documental, complementada por uma pesquisa de campo. Na bibliográfica e documental tratou-se das discussões mais gerais sobre o município, enquanto a pesquisa de campo, as opiniões dos atores significativos envolvidos, como secretários e dirigentes de repartições da administração municipal.

Para responder à terceira questão, que trata do rebatimento da atividade petrolífera sobre a sustentabilidade local, na perspectiva da comunidade de pescadores de São Francisco do Conde, a investigação bibliográfica e documental, foi acompanhada de observação direta, complementada por questionários e entrevistas gravadas. Nesta etapa dos estudos, tratou-se particularmente da comunidade de pescadores que integram a Colônia de Pesca Z-05, localizada na sede do município.

Na Colônia de Pesca Z-27, situada no distrito de Acupe, município de Santo Amaro da Purificação, também foram realizadas visitas para levantar dados junto aos pescadores daquela localidade, devido a sua grande proximidade com a sede municipal de São Francisco do Conde e porque os pescadores destas duas colônias disputam as mesmas áreas de pesca.

Durante a elaboração do capítulo teórico, foram realizadas pesquisas bibliográficas, que contaram com vasto material, procedente de teses, dissertações e periódicos, obtidos através do sistema de Comutação (COMUT), consultas às bibliotecas das instituições de pesquisa e ensino de Salvador, biblioteca da Petrobrás nesta cidade e na Refinaria (RLAN), em Mataripe. Significativas referências bibliográficas também foram obtidas através das livrarias de comércio de livros usados (Sebo) e através da internet.

A presente dissertação está dividida em cinco capítulos, mais a introdução, a conclusão, a bibliografia e os anexos. O primeiro capítulo trata do embasamento teórico-conceitual, onde os conceitos e teorias a respeito dos temas relevantes para a análise das questões da pesquisa, foram discutidos, como espaço, território e sua gestão; Estado e

planejamento; desenvolvimento e desenvolvimentismo; desenvolvimento sustentável e gestão ambiental e ideologia e imagem ambiental.

O segundo capítulo corresponde à análise do desenvolvimentismo e das ações de gestão do território e os reflexos sócio-ambientais no Brasil, a partir de processos que se tornaram hegemônicos na escala nacional, visando a industrialização. Aqui, procuramos contextualizar o tema, considerando-se três fases: 1) fase de substituição de importações vertical; 2) fase de promoção diversificada de exportações e 3) fase de integração ao mercado mundial.

No terceiro capítulo, são analisados o rebatimento das políticas de governo, no âmbito federal e estadual na Bahia e a implantação do parque industrial do estado, enfatizando a indústria petrolífera. A contextualização obedeceu ao mesmo procedimento do capítulo anterior, porém no âmbito da escala regional.

O quarto capítulo aborda a questão do planejamento e as práticas de gestão do território e do ambiente, no município de São Francisco do Conde, a partir de um encadeamento, que parte da escala regional até a escala local. Visando melhor compreensão do texto, manteve-se a estrutura contextual citada.

No capítulo quinto analisa-se o foco da pesquisa, centrado na comunidade de pescadores e suas relações com os principais atores político-econômicos e administrativos, atuantes na esfera municipal; a visão dos pescadores quanto a estes atores, particularmente a ação da Petrobrás e a pesca e sustentabilidade em São Francisco do Conde.

Na conclusão, apresenta-se a síntese dos resultados alcançados na pesquisa e as deduções decorrentes, bem como proposições para algumas problemas detectados, especialmente os relacionados com a comunidade de pescadores.

Os capítulos foram desenvolvidos de forma integrada e estão assim apresentados para especificar melhor a análise do objeto de estudo. Essa formatação visa facilitar, caso seja necessário, a leitura isolada de cada um deles, sem comprometer a visão global do trabalho.

Consideramos a fundamentação teórica como ponto inicial e balizador da pesquisa, pois é condição *sine qua non* para o entendimento dos demais capítulos. Assim, a análise que se segue procura situar o leitor quanto aos conceitos que estruturam este trabalho.

## 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo diz respeito à análise de obras, estudos e textos que envolvem questões teórico-conceituais e metodológicas, para melhor entendimento da temática abordada. A discussão sobre as relações entre ideologia e gestão do território é o eixo que norteia a pesquisa, e sintoniza-se com as questões da mesma, ancorada pelas abordagens conceituais e temáticas. Os principais temas ou conceitos abordados a seguir, são: Espaço, território e gestão do território; Estado e planejamento; Desenvolvimento, pseudodesenvolvimento e desenvolvimentismo; Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental; e Ideologia e imagem ambiental.

### 1.1 ESPAÇO, TERRITÓRIO E GESTÃO.

#### ESPAÇO

As pontuações a seguir se fazem essenciais, pela necessidade de encontrar respaldo na teoria geral para entender como, na trama da gestão do território de São Francisco do Conde, a morfologia do município articula um todo fragmentado. Esse resulta dos conflitos e consensos entre elementos da tradição cultural e aqueles que a razão instrumental conferiu ao lugar, com a implantação da indústria petrolífera, na segunda metade do século XX. Esse entendimento poderá acontecer, a partir de conceitos chave, como pilares do conhecimento. Dessa forma, consideramos algumas noções e conceitos da teoria geográfica como aporte fundamental para nortear a discussão. Assim, o conceito de espaço, é visto como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 1999, p. 51).

Espaço e tempo são variáveis estratégicas desse processo, que permeiam as inquietações e buscas de soluções para os problemas enfrentados pelos indivíduos e grupos, estejam eles sendo tratados no nível dos conhecimentos produzidos pelo senso comum ou pela ciência. Por essa razão, ao buscar sistemas interpretativos, para orientar a análise de uma dada dinâmica sócio-espacial e ambiental, é útil tentar ultrapassar visões segmentadas e funcionalistas.

O espaço-tempo que articula desenvolvimento, meio ambiente e territorialidade, no momento atual, é capaz de refletir a condição de “desencanto do mundo”, que Touraine

(1995) confere aos tempos modernos, e que, desde 1989, Harvey (1992) atesta, na visão de compreensão do tempo-espaço da sociedade contemporânea.

Para Santos (1980, p. 180), o espaço é um testemunho, um momento de um modo de produção, pela memória do espaço construído, das coisas fixas na paisagem. Ele considera o espaço como uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos, pois alguns processos se adaptam às formas preexistentes, enquanto, outros criam novas formas para se dentro delas. Santos enfatiza ainda que:

Os modos de produção se realizam por intermédio dos *meios de produção* cuja longevidade pode ultrapassar a um ou vários *momentos* do modo de produção ou até mesmo a duração total do modo de produção (...) os modos de produção cedem lugar a outros, os momentos de cada modo se sucedem enquanto os objetos sociais por eles criados continuam firmes, e muitas vezes ainda, com uma função na produção. (SANTOS, 1980, p.138-139).

O Estado opera através dos elementos geográficos, constituídos de objetos técnicos. Ao mesmo tempo, suas conexões (materiais, econômicas, sociais, culturais, éticas etc) ligam-se a um intrincado sistema de ações. Ampliando o conceito geográfico do objeto técnico, como componente do espaço. Dentro deste entendimento, Milton Santos aponta que:

O papel específico do espaço como estrutura da sociedade vem, entre outras razões, do fato de que as formas geográficas são duráveis e, por isso mesmo, pelas técnicas que elas encarnam e às quais dão corpo, isto é, pela sua própria existência, elas se vestem de uma finalidade que é originariamente ligada, em regra, ao modo de produção precedente ou a um de seus momentos. Assim mesmo, o espaço como forma não tem, de modo algum, um papel fantasmagórico, pois os objetos espaciais são periodicamente revivificados pelo movimento social. (SANTOS, 1980, p.149).

Os objetos sociais formam um conjunto complexo dos objetos e sistemas de ações das atividades econômicas, como a produção, a utilização da mão-de-obra e as ações dos principais atores sociais e governamentais, no espaço de atuação social. E o território é o picadeiro destes agentes e a síntese de suas atuações.

## TERRITÓRIO

Ao estudar o conceito de território, os geógrafos expõem um pensamento que o relaciona ao espaço e ao poder. Interpretar o poder relacionado com o território significa relacioná-lo à capacidade dos atores de gerir, implantar políticas de interesse às coletividades, com incidência estratégica no território. Tanto por parte do Estado, como dos múltiplos atores do poder e no poder, na divisão, participação e gestão compartilhada de políticas pelas organizações da sociedade civil, que representam diferentes interesses do território. A concepção da unidimensionalidade do poder de Estado tem dado lugar à concepção dos diversos poderes presentes na malha social, das diversas territorialidades humanas. Diferentes

atores produzem o espaço, (re)estruturam o território através da prática de poderes, políticas, programas estratégicos, gestão territorial, enfim, ações que tenham um caráter (re) estruturante de acordo com os paradigmas da competitividade e da autosustentabilidade; inserção (subordinada) internacional na globalização, imprimindo, assim, novos usos do território.

Sobre esta perspectiva, Souza (1995, p. 96) se vale das idéias de Raffestin, para afirmar que o território é posterior ao espaço e, “assim como o poder é onipresente nas relações sociais, o território está, outrossim, presente em toda a espacialidade social”. Raffestin apud Souza (1995, p. 96) defende que o “território se forma a partir do espaço. O território é um espaço, onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder”.

Raffestin afirma ainda que

O território é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (...) ator territorializa o espaço (...) o território se apóia no espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

A abordagem conceitual de Manuel Correia sobre o território é providencial permite uma maior aproximação aos objetos reais de estudo. O autor aponta que:

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à idéia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Assim, deve-se ligar sempre a idéia de território à idéia de poder, quer se faça referência ao poder público estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes territórios, ignorando as fronteiras políticas. (ANDRADE, 1998, p. 213).

A generalidade do uso do território se acompanha de seletividade de uso, governadas por fatores estranhos ao lugar e à região. Para Santos (1986, p. 65), a valorização de terras e das firmas é diferencial, enquanto cada indivíduo se torna outro, mesmo sem sair do lugar. Continua o autor afirmando que há uma dissociação entre lugar e localização, visto que, cada vez mais, as idéias de lugar e de localização aparecem como divorciadas. Ou seja:

Uma dada fração do território permanece no mesmo ponto de encontro das coordenadas geodésicas, marcadas pelas mesmas características geográficas e freqüentemente guardando o mesmo nome herdado. Isto é o seu lugar físico. (...) o lugar econômico e social (e político) estão mudando (...) e no caso brasileiro, tal mudança, rude e perversa, muitas vezes decorre de fatores distantes e estranhos, sem possibilidade de contraponto local. A própria lógica interna do lugar (...) é freqüentemente deslocada, tornada alheia, no sentido de estranha. Mas a organização territorial-política ainda é pensada como se houvesse unidade entre lugar e localização, e os meios materiais e jurídicos para enfrentar a nova síntese histórica pudessem ser os mesmos. (SANTOS, 1986, p. 86)

Sobre essa perspectiva entende-se que o

território não é simplesmente, um conjunto neutro de fatores naturais e de dotações humanas capazes de determinar as opções de localização das empresas e dos trabalhadores: eles se constituem por laços informais, por modalidades não mercantis de interação construídas ao longo do tempo e que moldam uma certa personalidade e, portanto, uma das fontes da própria identidade dos indivíduos e dos grupos sociais (...). Em torno dos territórios existem certos modelos mentais partilhados e comportamentos que formam uma referência social cognitiva materializada numa certa forma de falar, em episódios históricos e num sentimento de origem e de trajetórias comuns. Os territórios não são definidos pela objetividade dos fatores de que dispõem, mas antes de tudo, pela maneira como se organizam. (BEDUSCHI FILHO e ABRAMOVAY, 2003, p. 3)

No entendimento de Souza (1995, p. 86), o território será um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, sabedor da complexidade interna, definirá, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os *insiders*) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os *outsiders*).

Todo esse processo de territorialização é mediado pelas práticas sociais, que controlam, gerenciam e atuam ativamente sobre o território. Entretanto, percebe-se que o território envolve não só uma relação de poder e posse sobre um espaço, mas há, nessa unidade física, dimensões subjetivas, na qual o indivíduo expressa um elo muito forte com o ambiente onde vive, conferindo-lhe outros significados.

Sobre estas dimensões subjetivas e outros significados para o território, Roberto Lobato Corrêa, coloca que:

O território envolve não somente um “ter” mediador de relações de poder (político-econômico) sobre parcelas do espaço, ele compõe também o “ser”. Ao mesmo tempo prisão e liberdade, lugar e rede, fronteira e coração, o território de identidade pode ser uma prisão que esconde e que oprime ou uma rede que se abre e se conecta e um coração que emana poesia e novos significados (HAESBART apud CORRÊA, 1999, p. 186).

Assim entendido, consideramos que a área do petróleo no Recôncavo Baiano, particularizando o Município de São Francisco do Conde, objeto deste trabalho, é fundamentalmente um espaço definido e delimitado a partir de relações de poder, contendo aí toda uma carga subjetiva, onde emanam as relações de apego com o território e os objetos nele contido. Podemos entender que a denominação de território produtor de petróleo é aplicada, com base na existência dos gestores do mesmo, que se faz presente, como o Estado, representado pelas administrações municipais, a iniciativa privada e pela grande empresa, no caso a Petrobrás e a sociedade civil, que constroem os aspectos históricos, éticos, culturais e socioeconômicos da unidade territorial.

O uso da terra, em busca da exploração de uma matéria-prima básica, impõe um território comandado a partir das relações de poder e informação, entre o Estado e a empresa. Esta, tem a informação, o controle local e a distância, através de controle remoto, da técnica de produção, gerando um território a serviço do mercado e da influência do processo da globalização.

Nesta perspectiva, para Milton Santos (1996, p. 16), “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”. O território, portanto, continua sendo a base material e um dos fundamentos do Estado-Nação, deve ser considerado como uma condição preexistente, o qual é apropriado e construído sob determinadas condições históricas, palco dos atores que o compõe, atua e transformam.

Afirmar que o Estado territorial tomava o território como sua base estratégica, não significa afirmar que, contemporaneamente, o Estado deixe de continuar a fazê-lo. Assim, um dos desafios mais importantes é o de transferir ao sistema político, parcelas importantes do papel central atribuído ao Estado. Este, como ordenador das relações sociais, a fim de permitir o surgimento de associações entre diferentes atores econômicos, sociais e políticos, tanto públicos, como privados e não governamentais.

#### GESTÃO DO TERRITÓRIO.

A gestão do território, posta em prática durante a modernização conservadora, elevou o padrão tecnológico vigente ao extremo, pós-guerra, isto é, à produção em larga escala, com grande mobilização de recursos naturais, elevado dispêndio de energia e acelerada mobilização da força de trabalho. O apogeu dessa estratégia de desenvolvimento, durante a década de 70, coincidiu com seu ponto de inflexão na economia mundial. A crise financeira e os choques do petróleo forçaram a reestruturação das economias centrais, no sentido de reduzir a dependência de energéticos e matérias-primas, elevar a densidade tecnológica e a flexibilidade dos processos de produção e gestão.

A concepção de gestão territorial não se confunde com a produção do espaço, pois ela se constitui na prática estratégica, científico-tecnológica do poder. Sob uma noção mais ampla e com base em Lefebvre (1976, p.119-120), a produção do espaço está mais próxima das diversas forças produtoras, das relações sociais de produção; do uso da natureza e da propriedade privada que moldam o território. O Estado capitalista é uma dessas forças produtoras, de grande poder de intervenção na gestão do território, enquanto ator político. O mesmo se pode dizer com relação às empresas privadas e, em algumas proporções, à sociedade civil.

Neste sentido, Becker (1995, p.296-297) define

a gestão do território como a prática estratégica, científico-tecnológica do poder que dirige, no espaço e no tempo, a coerência de múltiplas decisões e ações para atingir uma finalidade e que expressa, igualmente a nova racionalidade e a tentativa de controlar a desordem.

A gestão integra, assim elementos de administração de empresas e elementos de governabilidade, constituindo-se como expressão da nova relação público-privado e da logística. Se constitui como fundamento da possibilidade de competir, o que pode significar formas mais democráticas ou, pelo contrário, mais excludentes de representação e participação social e territorial..

A autora ainda defende ser a gestão uma prática que visa à superação da crise do planejamento centralizado, associada à crise do Estado, expressando, assim, um fato novo que é a incorporação do princípio das relações de poder. Essa entrada nos permite afirmar que o planejamento emerge como um instrumento da racionalidade técnica, capaz de produzir o projeto da gestão do território, sendo propostos os instrumentos técnicos capazes de dar conta desta realidade, de forma a estabelecer o controle da ação dos agentes econômicos e sociais. A gestão do território, que incorpora a ciência, a tecnologia e a negociação política, apresenta-se em condições de romper com a herança de um padrão histórico de desenvolvimento, calcado na economia de fronteira e no autoritarismo, que vê o progresso como um crescimento infinito, baseado na incorporação crescente de recursos, percebidos como igualmente infinitos.

Esse, portanto, é o grande desafio que se coloca para o uso inteligente do território, como meio de acelerar a passagem para o novo padrão de desenvolvimento. Isso implica em dispor de informação precisa e flexível sobre o território e, essa informação articulada dos processos de transformação inscritos nesse território, permite repensar seu uso, segundo as grandes questões nacionais, a partir da análise territorial.

Tal discussão conduz ao entendimento de que um foco inicial da reflexão pode se situar na discussão de como seria viabilizado um projeto de gestão territorial, perpassando diferentes instâncias de poder, no contexto de um Estado fragilizado pelos mecanismos de descentralização, pela fragmentação territorial e pela construção de territorialidades, articuladas, diretamente, a setores transnacionais. Fica, dessa forma, visível que o desafio de implantar formas de gestão do território, ancoradas em estratégias de ordenação territorial voltadas para a superação da questão ambiental, passa, indispensavelmente, por outro desafio, o da questão federativa ainda carente de uma reflexão mais aprofundada.

Com base nessa percepção, Ajara (2001) afirma:

A definição de novas formas de gestão territorial, ao se reportar à malha de territorialidades que se foi desenhando ao longo do processo recente de afirmação de poder e de controle do território, leva necessariamente em conta as características

específicas das identidades de base territorial, particularmente sua essência técnico-econômica e seu fundamento sócio-político.

É nessa perspectiva, que entra o planejamento enquanto instrumento da gestão do território e da busca de um equilíbrio entre as funções do Estado, para a promoção da eficiência econômica e a equidade social. Porém, não se pode perder de vista a pluralidade de formas de organização, que traz à problemática da gestão para a compreensão dos vários centros de poder – Estado, sociedade civil e sociedade política – todos separados, mas cada um com suas lógicas próprias e com conflitos, cooperação ou negociação entre si.

## 1.2 ESTADO E PLANEJAMENTO

### ESTADO

Diversos pesquisadores apresentam o Estado como uma organização que tem, por tarefa, a manutenção do bem-estar geral. Deste modo, esforçam-se por idealizá-lo, por fazer dele o defensor de todos os homens, qualquer que seja a classe pertencente. Uma análise mais acurada mostra a temática bem mais complexa. De acordo com Bresser-Pereira (1995, p. 5), o seu “conceito é impreciso na ciência política. É comum confundir-se Estado com governo, com Estado-Nação ou país, e mesmo com regimes políticos, ou com sistemas econômicos”.

O entendimento sobre o tema é diverso, porém é possível identificar alguns pontos de convergências que, em certa medida, se fizeram aceitáveis. A doutrina do Estado-Mínimo, defendido por Adam Smith e passando por Karl Marx, que coloca o Estado como um instrumento de dominação, nas mãos da classe dominante, pode muito bem ilustrar a discussão. Da mesma forma, a lógica keynesiana pressupõe que o Estado assumisse um papel relevante na economia, como instrumento regulador.

A partir das entradas teóricas até então expostas, neste estudo, o Estado será visto como uma parte da sociedade, como uma estrutura política e organizacional sobreposta à sociedade, ao mesmo tempo em que faz parte (BRESSER-PEREIRA, 1995, p. 5). Considerando que, na visão capitalista, o seu entendimento implica em conceber a estrutura de classes, partimos do pressuposto, segundo o qual, não existe um interesse comum de toda a sociedade, e vincula-se o Estado a interesses de uma determinada parte sua, mais precisamente, de uma determinada classe social. Sobre esta perspectiva, Bresser-Pereira fez a seguinte observação:

O Estado é a forma pela qual os setores mais poderosos da sociedade civil impõem, ou tentam impor, sua vontade sobre o restante da população. A sociedade civil pode apresentar diversos níveis de abertura. Ela pode ser uma sociedade civil democrática,

em que as classes dirigentes dividem o poder com as classes dominadas, ou, em outras palavras, em que a distinção entre a classe dirigente e a classe subalterna fica menos clara. Ela pode ser também uma sociedade civil autoritária, em que uma única classe dominante concentra todo o poder. (BRESSER-PEREIRA, 1995, p. 11).

O Estado foi fundamental como agente de desenvolvimento. Nos países desenvolvidos, o intervencionismo estatal reaqueceu a economia, na medida em que interferiu no mercado, nacionalizando setores estratégicos, gerando empregos, induzindo a iniciativa privada no fornecimento de insumos e matérias-primas. Recuperando-se a economia, se ensejou a formação do Estado do Bem-Estar Social. Nesse ponto, é mister considerar que um coerente modelo para os novos papéis do Estado era não compactuar – como afirma Peter Evans (1993) – nem com a premissa da "primeira onda" de que o Estado é o único instrumento de desenvolvimento, nem com as afirmações da "segunda onda" apregoando que o papel do Estado poderia se limitar pura e exclusivamente ao policiamento, para impedir violações de direitos da propriedade<sup>1</sup>.

Ao tratar da questão do Estado e Espaço, Milton Santos (1980, p. 179) navega a partir da perspectiva de que a realização de uma sociedade mundial fez com que o espaço se tornasse total, e que os grandes movimentos de homens se constituem em particularidades do mundo atual,

que não podem ser controlados, guiados, orientados pelo Estado. Estas trocas multiplicadas, que são o comum da economia internacional de hoje, dão ao Estado um papel no qual ele não pode ser substituído. Mesmo as grandes firmas têm que recorrer ao Estado para defender alguns ou muitos de seus interesses. É por isso que o Estado é levado a ampliar cada dia seu papel e a intrometer-se cada vez mais em diversos domínios, anteriormente reservados às iniciativas privadas (SANTOS, 1980, p.180).

O autor, supracitado, aponta, mais adiante, outras razões que conferem a importância do Estado para o sistema, a saber:

- a) ele torna-se o maior responsável pela penetração das inovações e pela criação de condições de sucesso dos investimentos porque, como instrumentos de homogeneização do espaço e do equipamento de infra-estrutura, torna-se o responsável maior pela penetração das inovações e pelo sucesso dos capitais investidos, sobretudo os grandes capitais.
- b) por seus próprios investimentos, o Estado participa de uma divisão de atividade, que atribui aos grandes capitais os benefícios maiores e os riscos menores...
- c) o Estado tem que assumir (...) seu papel mistificador, como propagador, ou mesmo criador de uma ideologia de modernização, de paz social e de falsas esperanças, que ele está longe de transferir para os fatos.

Entretanto, se o papel desempenhado, até o momento, pelo Estado brasileiro foi o de promover um processo de modernização, que resultou em uma extraordinária experiência concentradora de renda e na afirmação de um modelo cultural, inteiramente alheio aos

---

<sup>1</sup> A "Segunda onda" atacava o estado a partir de afirmações da ineficiência do Estado como gestor do bem público e no seu fracasso em fornecer bens coletivos.

inúmeros modos de expressão, que compõem um imaginário multiforme e altamente complexo como o nosso, deve-se, com urgência, repensar a idéia intervencionista, de forma que, no futuro, ela assimile, de alguma maneira, uma certa noção de polimorfismo, de diferença ou de regionalismo, que o projeto modernizador sempre procurou ocultar, sob o manto de ilusão nacional-desenvolvimentista e da idéia de progresso.

A maioria dos autores que versam sobre os novos desenhos e papéis do Estado apregoa que as perspectivas futuras são de uma maior interação entre o Estado, o Mercado e a Sociedade Civil. As transformações político-institucionais recentes do Brasil, a partir do final da década de 1980, inscrevem-se no quadro de reforma do Estado, consolidada, primeiramente, na Constituição de 1988 e no resultado do processo de disputa entre atores sociais, caracterizados do período Constituinte.

Esse entendimento converge para o sentido da flexibilização do Estado, na transição do Estado geopolítico e desenvolvimentista para o Estado democrático, regulador de corte comercial, podendo ser apreendido com base em três grandes vias da reforma do Estado: a) a via da descentralização político-administrativa; b) a inserção da sociedade civil na reforma política do Estado e c) a relação Estado-mercado.

Em sintonia com tal entendimento, advoga Bresser-Pereira:

É preciso não cair no erro de (...) subestimar o papel dos mercados em promover condições de vida para os trabalhadores e da democracia para promover a igualdade. É preciso compreender que, embora a igualdade, com a liberdade e a justiça, seja uma das utopias básicas da humanidade, para ser alcançada não basta ser idealista, é preciso trabalhar, não apenas no Estado, mas em todos os níveis da sociedade e, particularmente, nas organizações públicas não-estatais, com instrumentos que nos permitam definir políticas públicas igualitárias adequadas e, em seguida, administrar de forma competente. (BRESSER-PEREIRA, 1992, p. 32).

Sobre este aspecto, e com base em Bursztyrn (1998, p. 150), pode-se afirmar que o tamanho institucional dos aparelhos de Estado é o retrato do próprio espectro de atuação do setor público, enquanto promotor, formulador e executor de políticas públicas. Entretanto, analisando as políticas sociais do governo brasileiro, constatamos que estas, além de limitadas, falham sistematicamente no atendimento às populações mais necessitadas de auxílio. Clientelismo, corrupção, desvio de verbas, todos estes elementos mantêm um fosso permanente entre Estado e Sociedade, impedindo a criação de relações de confiança entre os atores sociais envolvidos. A percepção do Estado e o entendimento do “público”, como sinônimo de “sem dono”, perpassam todas as classes sociais no Brasil, compondo nossa cultura política.

No entanto, a despeito das críticas, considera-se, em larga medida, que a responsabilidade pela montagem dos principais instrumentos de ação social, econômica e

política recai sobre o Estado. Um dos principais instrumentos da ação do Estado é o planejamento, podendo ser entendido como um modelo teórico para a ação, como uma forma de organizar, racionalmente, o sistema econômico a partir de certas hipóteses sobre a realidade.

## PLANEJAMENTO

A decisão de planejar é essencialmente uma decisão política, pois é uma tentativa de alocar, explicitamente, recursos e, implicitamente, valores, através do processo de planejamento e não dos demais e tradicionais mecanismos de sistema político. Existindo um documento escrito, o plano pode ser analisado à luz de critérios econômicos, pelos quais se testa a sua consistência interna e a compatibilidade de seus objetivos. Isso permite apontar, quanto à tentativa de alocar recursos, valores e sua efetivação, ou seja, é a relação, num dado sistema, entre política e administração.

De acordo com Spinola (2003, p. 57), conceitualmente o termo planejamento tem sido utilizado no Brasil de forma livre e imprecisa, compreendendo tanto as atividades empresariais, na área microeconômica, quanto os diversos tipos de intervenção macroeconômica, para a estabilização de preços e combate à inflação. Para o autor, toda a atividade de planejar sempre se apoiou na representação social da esfera pública, exigindo sempre opções, no relativo a atualizar historicamente o interesse público e a fortalecê-lo, ou a rigidificá-lo e enfraquecê-lo. Há componentes técnico, ideológico e ético no modo como se tratam as esferas pública e privada. Como um de seus aspectos mais difíceis, o planejamento obriga a explicitar posições em temas, tais como, a distribuição da renda, as políticas de educação e saúde e, principalmente, quanto às oportunidades das pessoas.

A pesquisadora, Lúcia Cony Cidade<sup>2</sup> (2002, p. 6), teoriza sobre o planejamento, explanando que:

Uma das características do capitalismo é a tendência a reproduzir e acentuar a desigualdade. A urbanização, como um dos arcabouços da acumulação capitalista, também reproduz desigualdades inerentes ao sistema. Nesse sentido, o planejamento, embora com pretensões de racionalidade e justiça social, é um instrumento do Estado e encontra limitações. Dessa forma, a distribuição de bens e serviços públicos na cidade reflete os padrões dominantes de planejamento e gestão.

No entender de Buarque (1999, p. 60-61), planejamento é uma aposta no futuro e instrumento de construção do mesmo, sua principal matéria-prima, pois orienta e molda a

---

<sup>2</sup> Baseado em projeto de pesquisa gentilmente cedido pela autora a Dr. Lúcia Cony Faria Cidade, apresentado ao PIBIC/UnB, 2002. (mimeo)

vontade dos atores e as decisões coletivas. O autor afirma que a compreensão do planejamento se insere na seguinte perspectiva:

É uma ferramenta de trabalho utilizada para tomar decisões e organizar as ações de forma lógica e racional, de modo a garantir os melhores resultados e a realização dos objetivos de uma sociedade, com os menores custos e nos menores prazos possíveis. (...) De um modo geral, planejamento governamental é o processo de construção de um projeto coletivo, capaz de implementar as transformações necessárias na realidade, que leve ao futuro desejado. Portanto, tem uma forte conotação pública. E no que se refere ao desenvolvimento local e municipal, o planejamento é um instrumento para a construção de uma proposta convergente dos atores e dos agentes, que organiza as ações na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

O autor ainda ressalta que os diferentes objetivos e interesses sociais, na maioria das vezes conflitantes na sociedade, resultam em decisões de disputa política dos atores, pois toda escolha coletiva que os envolve, com variados interesses e posições de poder, recai na relação e estrutura deste poder. Ainda sobre essa compreensão, Buarque argumenta:

Refletindo e reproduzindo uma determinada estrutura de poder na organização da sociedade, as decisões geradas no planejamento expressam uma vontade dominante ou uma hegemonia, entendida não como a simples imposição dos interesses de algum ator sobre os outros, mas como expressão e síntese do jogo de cooperação e conflito dos atores, com seus poderes e interesses diversificados (BUARQUE, 1999, p. 62).

A literatura sobre o tema indica que a utilidade do planejamento reside na contribuição para a arregimentação das energias sociais, e representa uma referência para a execução das ações que podem desatar o processo de mudança, no caminho e objetivos estabelecidos pela sociedade. Buarque (1999, p. 70) se insere na discussão, quando afirma que o planejamento é essencial “para sistematizar e conferir racionalidade e interação lógica às ações e às atividades diversificadas no tempo”, ampliando a eficácia e a eficiência das ações e seus efeitos positivos na realidade.

No tocante à experiência brasileira de planejamento, Spinola (2003, p. 58) argumenta que, numa revisão histórica, notadamente nos aspectos sociais, os resultados são questionáveis. Considera inegável o “expressivo crescimento econômico do país, na segunda metade do século XX, sobretudo no período que vai de 1968 até 1980”, graças à implementação de muitas das medidas e ações preconizadas, nos diversos planos elaborados no período. O autor afirma ainda que, não foi possível atingir o padrão de desenvolvimento econômico desejável, uma vez que se observa a manutenção de um considerável desequilíbrio inter-regional, acentuada concentração de renda e permanência de uma elevada parcela da população abaixo da linha de pobreza, mantendo o país ainda dependente dos capitais externos.

Em relação ao planejamento regional, havia no desenvolvimentismo e no Plano de Metas, seu principal apelo político, efeito da consciência cada vez maior da grande

heterogeneidade econômica e social do país. Percebe-se, portanto, que uma mobilização social e política, particularmente no Nordeste, além do desgaste político da administração federal, detonou a mobilização para o entendimento de uma região industrializada e moderna e outras atrasadas e distantes dos benefícios decorrentes dessa industrialização.

### **1.3 DESENVOLVIMENTO, PSEUDODESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTISMO**

#### DESENVOLVIMENTO

É prudente colocar que, há dois séculos, acontece o debate político e acadêmico em torno do desenvolvimento. Tendo surgido na Europa, no século XVIII, no início da primeira fase da revolução industrial, o conceito de desenvolvimento econômico ganhou força de debate a partir das grandes crises econômicas e disparidades entre segmentos sociais e nações, especialmente a partir do final da Segunda Guerra Mundial, fruto da maneira e dimensão como se evidenciou a concentração de riquezas. Da mesma forma, entende-se que conhecer as transformações na dinâmica territorial passa, necessariamente, pela abordagem conceitual do que seja desenvolvimento, como também crescimento. Estes dois paradigmas são entendidos pela ótica econômica e tem diversas entradas.

Os compêndios de economia indicam que o crescimento econômico é o aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou área geoeconômica. De acordo com Sandroni (1999, p. 141), o crescimento econômico é definido basicamente pelo índice de crescimento anual do Produto Nacional Bruto (PNB) *per capita*, do índice de crescimento da força de trabalho, pela proporção da receita nacional, poupada e investida, e pelo grau de aperfeiçoamento tecnológico. Tem, portanto, relação com os aspectos quantitativos.

Já o termo desenvolvimento é entendido como um envoltório de mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas. O desenvolvimento pode ser caracterizado pela transformação de uma economia pobre em uma economia moderna, juntamente com a melhoria do nível de vida do conjunto da população. Portanto, o conceito de crescimento econômico relaciona-se com a geração da renda, enquanto o desenvolvimento econômico, com a distribuição da mesma. Ou seja, elevação dos níveis de bem-estar da população, diminuição da pobreza e do analfabetismo, aumento da expectativa de vida, entre outros.

Para Gonçalves (1996, p. 12-13), a idéia de desenvolvimento, fortemente influenciada pela herança cristã, se reveste de uma sustentação universalista.

Nesse sentido, pretende redimir (salvar) os povos através da sua conversão aos padrões de desenvolvimento europeus. Diferentemente da idéia biológica de desenvolvimento que diz respeito ao metabolismo interno do ser vivo, cujo embrião/semente já trás em si mesmo as suas faces de crescimento / desenvolvimento na sua especificidade, na sua diferença, o conceito antropológico de desenvolvimento, tecido na Modernidade, se pretende universal.

Florestan Fernandes (1960; p.13), ao discorrer sobre o conceito de desenvolvimento, afirma que o mesmo se manifesta sempre que determinado sistema social sofra modificações relevantes para a realização do tipo social a ele inerente ou para o qual tenda de forma irreversível. É um processo de mudança social, pelo qual um número crescente de necessidades humanas, pré-existentes ou criadas pelas próprias mudanças, que são satisfeitas através da diferenciação do sistema produtivo, como decorrência da introdução de inovações tecnológicas. Já Peter Evans (1993; p.103), coloca que a teoria do desenvolvimento, enquanto premissa do aparelho de Estado, podia ser usada para promover a mudança estrutural.

O desenvolvimento é um conceito associado à idéia de fazer as nações pobres caminharem em busca da superação de suas pobrezaas. Essa idéia está embutida nas políticas nacionais de todos os países, a partir da Segunda Guerra Mundial e do processo de descolonização. Esse ideário sobre o desenvolvimento converge para uma multiplicidade de conceitos e de concepções, que é preciso deixar claro os elementos e os nexos fundamentais que conduzem a lógica dessa análise. Para Glavanis (2002, p. 4), alguns autores têm proposto ser a Teoria do desenvolvimento pouco contributiva com a prática do desenvolvimento, e, em vez disso, sugerem que devemos focalizar o fato de que a prática do desenvolvimento é sobre poder.

Glavanis afirma ainda, sobre a argumentação dos autores:

a Teoria do Desenvolvimento é sobre diferentes narrativas das causas do subdesenvolvimento, mas não tem nada a ver com a verdadeira prática do desenvolvimento. Assim, na virada do século, nós temos não somente um problema de conceitualização do “desenvolvimento”, como também temos o problema do relacionamento entre *Teoria do desenvolvimento e Prática do Desenvolvimento*. (GLAVANIS, 2002, p.5).

No entender de Sachs (1992), desenvolvimento é considerado um processo de aprendizagem social, com dimensão histórica e cultural e que deve levar a uma atitude ‘pró-ativa’ diante dos problemas, objetivando a invenção do futuro, sem cair no voluntarismo.

O conceito de desenvolvimento comporta um núcleo ético que adota a forma de imperativo de solidariedade sincrônico com nossos contemporâneos, e diacrônico com as gerações futuras. Estamos, pois, no oposto da sociedade de dupla velocidade e do economicismo míope que privilegia o crescimento não e pela desigualdade social. (SACHS, 1992, p. 123).

No interesse de refletir sobre a necessidade de uma renovação, na discussão do desenvolvimento, Marcelo Souza (1997 e 1998) precisa o período e a afirmação das teorias de desenvolvimento, bem como sua respectiva relação escalar com os níveis mais usuais da análise geográfica: internacional, nacional, regional e local. Para este autor, na raiz da discussão envolvendo o desenvolvimento, está o viés economicista e o viés setorialista, algo que contribui para uma maior concentração das reflexões centradas em escalas supralocais, excluindo das reflexões um maior vínculo com o espaço social.

Uma das formas de compreender o desenvolvimento é proposta por François Perroux, surgida em 1955. Suas idéias deram suporte a várias definições e implementações de políticas de crescimento econômico em vários países e regiões e permitiu o surgimento da definição de pólos de crescimento, vistos como unidades motoras em um meio determinado (PERROUX, 1966; p.37). Na visão perrouxiana, o desenvolvimento significa o nascimento de novas indústrias e a morte das velhas empresas, no contexto de um “circuito estacionário”, um desenvolvimento que se dava por meio de inovações originárias das mais variadas instituições da sociedade. Tais instituições, de acordo com Santos (2000; p.54), tanto podem ser uma empresa, um grupo de empresas não institucionalizadas, Indústria, ou o grupo de empresas institucionalizadas, resultante de entendimentos privados ou semipúblicos.

#### PSEUDODESENVOLVIMENTO

Ainda sobre a vertente do desenvolvimento, Milton Santos (1979) traz sua contribuição para analisar a situação do desenvolvimento, nos países considerados “subdesenvolvidos”. Trata-se de “O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos”. O autor argumenta que a especificidade do espaço, no terceiro mundo, é sua história de seletividade espacial, demarcada pelo fato de se organizar a partir de interesses distantes e, mais freqüentemente, em escala mundial. Uma seletividade, ao mesmo tempo econômica e social, que se faz válida tanto no aparelho de produção quanto de distribuição. A produção tende a se concentrar em certos pontos do território: mais forte quanto mais próxima do moderno. O consumo responde a força da distribuição e a seletividade social freia a capacidade de consumo, em termos qualitativos e quantitativos. Ressalta ainda que, nas condições da atual divisão do trabalho, a industrialização, nem sempre, tem capacidade de gerar crescimento com desenvolvimento, mas apenas pseudodesenvolvimento. Por outro lado, o impacto modernizador é seletivo nos níveis nacional, regional e local.

Ao analisar os efeitos da globalização, Santos (2000, p.69-74) mostra que os chamados países subdesenvolvidos conheceram, em meio século, três formas de pobreza: a *incluída*, a *marginal* e a *estrutural*. A primeira foi acidental, residual ou sazonal, sem vasos comunicantes. Era a pobreza que se produzia num lugar e não se comunicava com outro. A segunda foi produzida pelo processo econômico da divisão do trabalho, internacional ou interna. Há bem pouco tempo, pensou-se que essa divisão poderia ser controlada pelos governos. A terceira, do ponto de vista moral e político, equivaleu a uma divisão social. Trata-se de uma pobreza perversiva, generalizada, permanente e global. Resulta da convergência de causas que se dão em diversos níveis, existindo como vasos comunicantes. Nessa última fase, os pobres não são incluídos nem apenas marginais: são excluídos.

Necessário considerar que o ideário sobre o subdesenvolvimento sugere que os espaços, designados assim, estejam simplesmente em atraso em relação àqueles desenvolvidos, designados como espaços avançados do capitalismo. É indispensável substituir a análise mistificadora dessa realidade, por uma realista, que não isole a situação desses espaços, tidos como subdesenvolvidos, do contexto global; ao contrário, que os coloque na cadeia dos elos de dependência e de exploração, em que os espaços estão inseridos.

#### DESENVOLVIMENTISMO

A crença que mais influenciou o pensamento político latino-americano, principalmente nos anos 50 do século XX, foi o desenvolvimentismo. Segundo esta visão, para transformar os países periféricos em nações desenvolvidas seria preciso incrementar a participação do Estado na economia, através do planejamento, visando o advento da industrialização. Visão esta, fortemente ancorada em bases ideológicas, exigidas pelo desenvolvimento nacional, e que teve como maior expoente, o estudioso, Hélio Jaguaribe, através de dois de seus diversos trabalhos<sup>3</sup>, via Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

De acordo com Vieira Pinto (apud TOLEDO, 1997, p. 51), a ideologia do desenvolvimento só pode ser gerada da consciência das massas, “revelando suas aspirações, em um projeto que não é imposto a elas, mas que procede delas”. Para o autor, como consequência desse entendimento, três teses de caráter normativo são enunciadas, a saber: “a ideologia do desenvolvimento tem necessariamente de ser fenômeno de massas; o processo de

---

<sup>3</sup> Os dois ensaios de Hélio Jaguaribe que consideramos significativos para a compreensão da questão são: “O nacionalismo na atualidade brasileira” e “condições institucionais do desenvolvimento”. Ambos produzidos em 1958, sobre o teto do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB.

desenvolvimento é função da consciência das massas” e a ideologia do desenvolvimento tem de proceder da consciência das massas.

Mendonça (1985, p. 61), ao analisar a chamada euforia do nacional-desenvolvimentismo deste período, afirma:

O principal responsável pela elaboração do discurso desenvolvimentista foi o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Criado em 1955, sob o “patrocínio” do Ministério da Educação e Cultura, o ISEB teria por objetivo pensar o desenvolvimento do país, seus problemas e alternativas de superação. (...) congregando intelectuais importantes das mais diversas tendências, dentre eles Hélio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodré, Candido Mendes e Ronald Corbisier; o instituto promovia cursos, palestras e encontros a partir dos quais se difundiu a matriz de pensamento responsável pela mobilização social para o “progresso” do país. No dizer de Caio Toledo, o ISEB se tornaria uma verdadeira “fábrica de ideologias”, legitimadoras das transformações econômicas em curso no período.

O Keynesianismo é a teoria econômica que constitui a base da ideologia desenvolvimentista. Essa teoria propunha a intervenção estatal na vida econômica, com o objetivo de conduzir a um regime de pleno emprego. As teorias de John Maynard Keynes tiveram enorme influência na renovação das teorias clássicas e na reformulação da política de livre mercado. Ele acreditava que a economia seguiria o caminho do pleno emprego, sendo o desemprego uma situação temporária, que desapareceria, graças às forças do mercado. Isso conduz a um pensamento, que pode ser ilustrado pelas idéias de Srour (1998), que fala de dois pólos pelos quais as nações precisam passar para atingir o desenvolvimento: do “pólo tradicional”, que é o correspondente às sociedades agrárias e exportadoras; para o “pólo moderno”, correspondente ao estágio da sociedade industrial autônoma. Seria a seqüência percorrida pelas etapas do desenvolvimento econômico da Europa Ocidental e dos Estados Unidos. À margem deste processo, as nações periféricas da América Latina, através da CEPAL, vislumbraram lograr um caminho, através da substituição da importação, para reduzir a dependência dos produtos manufaturados.

De modo geral, as teorias desenvolvimentistas, que sejam (neo)liberais ou marxistas, inspiram-se nas sociedades ocidentais para propor modelos para o conjunto do mundo. A idéia-mestre de desenvolvimento que fundamenta esta visão reside no “paradigma do humanismo ocidental”; ou seja, na compreensão de que o desenvolvimento sócio-econômico é provocado pelos avanços técnico-científicos, assegurando ele próprio o crescimento e o progresso das virtudes humanas, das liberdades e dos poderes dos homens. O que parece emergir como verdade suprema desta visão de desenvolvimento pode ser sintetizado como: desenvolvimento técnico-científico → desenvolvimento sócio-econômico → progresso e crescimento. (ALMEIDA, 2002, p. 22).

Discutir a idéia do desenvolvimento, a partir da ideologia nacional-desenvolvimentista, supõe, ao mesmo tempo, ter presente a ênfase na industrialização e um papel destacado do Estado. Este caminho propõe para o Brasil, na sua totalidade, um projeto social de desenvolvimento, fundado sobre a possibilidade de um capitalismo autônomo, e

surge como correlato ideológico das mudanças, que ocorrem na estrutura produtiva, com intensificação da industrialização, amparada na substituição de importações e conseqüente deslocamento do chamado centro dinâmico da economia para a indústria.

No discurso desenvolvimentista, o destino do Brasil era ser um país próspero, uma vez que a Nação era potencialmente rica em recursos naturais e humanos. Nesse contexto, a cooperação do capital internacional, no processo de desenvolvimento econômico, era entendida como necessária e positiva, não representando problemas à soberania nacional. O capital internacional somente colaboraria para que atingíssemos nossa “velocidade de arranque”, no desenvolvimento econômico.

Percebe-se então que o conceito fundamentou uma ideologia altamente otimista que previa o crescimento econômico indefinido, visto como um processo de utilização cada vez mais intensivo de capital, de redução do uso de mão-de-obra e de utilização extensiva dos recursos naturais. Neste sentido, uma das características centrais implícitas era uma profunda despreocupação quanto às repercussões ambientais e de degradação ecológica, derivada das atividades econômicas.

#### **1.4 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E GESTÃO AMBIENTAL**

##### DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Como um contraponto à temática do desenvolvimento e suas conseqüências, merece destaque, na discussão, o desenvolvimento sustentável. As abordagens sobre o desenvolvimento, com foco centrado na sustentabilidade, podem ser compreendidas a partir das idéias de Jara (1998, p. 32). Esse autor afirma que o desenvolvimento é sustentável, quando atinge as esferas *Ecológica, Econômica e Social*. Desse modo, o “conceito de desenvolvimento sustentável apresenta dimensões ambientais, econômicas, sociais, políticas e culturais, o que, necessariamente, traduz várias preocupações: com o presente e o futuro das pessoas; com a produção e o consumo de bens e serviços; com as necessidades básicas de subsistência; com os recursos naturais e o equilíbrio ecossistêmico; com as práticas decisórias e a distribuição do poder, com os valores pessoais e a cultura. O conceito é abrangente e integral e, necessariamente, distinto, quando aplicado às diversas formações sociais e realidades históricas”.

Miranda (1998, p. 54) reforça o argumento, acrescentando que a proposta de desenvolvimento sustentável parte de uma base ética, demandando uma solidariedade social e a necessidade de subordinação da dinâmica econômica aos interesses da sociedade e às condições do meio ambiente. Como afirma Ignacy Sachs, o desenvolvimento sustentável cria

duas solidariedades: *sincrônica*, com a geração à qual pertencemos, e *diacrônica*, com as gerações futuras (SACHS, 1992). Esta se traduz, em primeiro lugar, na *solidariedade intergerações*, de tal modo, que o bem-estar das gerações atuais não pode comprometer as oportunidades e as necessidades futuras. Ao mesmo tempo, pressupõe uma *solidariedade intrageração*, segundo a qual, o bem-estar de uma minoria não pode ser construído em detrimento da maioria.

O autor defende que deveria basear-se no chamado tripé mágico: prudência ecológica, eficiência econômica e justiça social (SACHS, 1992). A prudência ecológica significa poupar recursos naturais administrados com a preocupação de garantir a continuidade e a regularidade da atividade econômica e a qualidade do ambiente, condição para a qualidade de vida; eficiência econômica representa a capacidade de produzir mais e melhor com economia de recursos, capital e trabalho, particularmente; e justiça social significa oportunidades semelhantes para a população.

Importante evidenciar que o termo desenvolvimento sustentável é uma formulação consagrada pelo Relatório Brundtland, Nosso Futuro Comum, da Comissão das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD (1991), o qual indica que é “aquele que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazerem as suas próprias necessidades”. Diz respeito a um processo de transformação, no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender as necessidades e aspirações humanas.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (2000, p. 28), em seu documento “Cidades Sustentáveis”, observa-se, no entanto, que muitos autores apontam uma contradição, uma oposição resistente, entre os conceitos de desenvolvimento e de sustentabilidade. Para muitos, a sustentabilidade é fruto de movimento histórico recente, altamente questionador, da sociedade industrial, enquanto o conceito de desenvolvimento é entendido como o conceito-síntese desta mesma sociedade, cujo modelo mostra seu esgotamento. Outra corrente afirma que o conceito de sustentabilidade é importado da ecologia, e que sua operacionalidade nas comunidades humanas ainda está para ser provada. Então, com base no referido documento ministerial, conclui-se que o conceito de desenvolvimento sustentável está em processo de construção e ainda deve ser assunto de debates teóricos e políticos, nos diversos países.

Para entender o significado e implicações destes conceitos, permitimo-nos caminhar em direção à amplitude, que nos apresenta a Agenda 21:

O novo paradigma de gerenciamento de um conjunto de dinâmicas sociais e políticas representadas pela agenda 21, e pela perspectiva de desenvolvimento local, integrado e sustentável, apóiam-se de forma central na idéia anteriormente exposta. Sua grande aposta será em destino e dos rumos tomados pela sociedade ou pela comunidade particular em que vivem. Ela é fundamentalmente, uma metodologia voltada para a consecução dos objetivos voltados para viabilização do desenvolvimento sustentável nas suas diversas facetas, capazes de garantir um presente e um futuro melhor para as atuais e as futuras gerações. Por isso, sua implantação como foi amplamente enfatizado no texto, demanda uma mudança no enfoque, nas posturas, nas mentalidades, de forma que permita e estimule participação da sociedade na superação de seus dilemas. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2000, p. 159):

Isso posto, abre-se a oportunidade para vislumbrar um desenvolvimento sustentável, que deve conciliar conservação ambiental com crescimento econômico e melhoria da qualidade de vida da população. Essa construção de raciocínio também é compartilhada com Buarque (2001), que nos permite acrescentar ainda, sobre a necessidade de uma redefinição dos padrões de consumo, a reestruturação do sistema produtivo e da base tecnológica e a reorganização das relações sociais, de modo a construir um estilo de vida saudável e sustentável da sociedade, em seus níveis local, regional e mundial. O grande desafio do desenvolvimento sustentável reside na necessidade de crescimento da economia e da renda da sociedade, para se reduzir às desigualdades e permitir a ampliação da renda e do trabalho, sem a degradação dos ecossistemas, particularmente, nas áreas de maior pobreza e fragilidade ambiental, como os manguezais e demais áreas do litoral de São Francisco do Conde.

Para Ehlers (1999, p. 119), as discussões sobre o desenvolvimento sustentável não esbarram apenas na apresentação do conceito, “mas envolvem uma ampla discussão, filosófica e científica que passa, inclusive, pelo questionamento das atuais utopias sociais, particularmente o industrialismo”. Entende-se, que o novo modelo de desenvolvimento, deve atender a um leque de opções a fim de buscar soluções sustentáveis para os problemas da sociedade, e que tenha, como prioridade, a dimensão social, transformando, via participação política, excluídos e marginalizados em cidadãos.

Segundo Silva (1997, p. 106), a principal contribuição para a sustentabilidade não está na criação e / ou utilização de tecnologias alternativas ou sustentáveis,

mas na criação de uma nova consciência social a respeito das relações homem-natureza; na produção de novos valores filosóficos, morais e até mesmo religiosos; e na gestão de novos conceitos jurídicos, enfim na produção de novas formas políticas e ideológicas.

Para Sachs (2000, p. 71-72), há uma tendência a um certo reducionismo para a compreensão do termo sustentabilidade, diante de uma visibilidade somente ambiental. Para esclarecer a questão, o autor enumera algumas das diversas dimensões que envolvem o seu entendimento, a saber:

- a sustentabilidade social vem na frente, por se destacar como a própria finalidade do desenvolvimento, sem contar com a probabilidade de que um colapso social ocorra antes da catástrofe ambiental;
- um corolário: a sustentabilidade cultural;
- a sustentabilidade do meio ambiente vem em decorrência;
- outro corolário: distribuição territorial equilibrada de assentamento humanos e atividades;
- a sustentabilidade econômica aparece como uma necessidade, mas em hipótese alguma é condição precípua para as anteriores, uma vez que um transtorno econômico trás consigo o transtorno social, que, por seu lado, obstrui a sustentabilidade ambiental;
- o mesmo pode ser dito quanto à falta de governabilidade política, e por esta razão é soberana a importância da sustentabilidade política na pilotagem do processo de reconciliação do desenvolvimento com a conservação da biodiversidade;
- novamente um corolário se introduz: a sustentabilidade do sistema internacional para manter a paz – as guerras modernas são não apenas genocidas, mas também ecocidas – e para o estabelecimento de um sistema de administração para o patrimônio comum da humanidade.

O conceito de sustentabilidade, conforme Buarque (1999) e Ehlers (1999), considera um processo de mudança social e a elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando no espaço e no tempo e, o crescimento econômico e a eficiência econômica, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e a solidariedade entre gerações. Desta forma qualifica-se o conceito de sustentabilidade em três conjuntos: a) as elevações da qualidade de vida e da equidade social constituem objetivos centrais do modelo de desenvolvimento, orientações e propósitos finais dos esforços de desenvolvimento a curto, médio e longo prazo; b) a eficiência econômica e o crescimento econômico são pré-requisitos fundamentais, sem os quais não é possível elevar a qualidade de vida com equidade; c) a preservação ambiental é condicionante decisivo da sustentabilidade do desenvolvimento e da manutenção a longo prazo, sem a qual não é possível assegurar a qualidade de vida para as gerações futuras e igualdade social sustentável e contínua, no espaço e no tempo.

#### GESTÃO AMBIENTAL

O entendimento do termo gestão ambiental passa necessariamente pela compreensão da convergência entre a política e a ciência, sobretudo ambiental e as técnicas. (Figura 1) Diz respeito à tarefa de administrar o uso produtivo de um recurso renovável, sem reduzir a produtividade e a qualidade ambiental, normalmente em conjunto com o desenvolvimento de uma atividade, de maneira eficiente e equilibrada. Considera-se ainda como sendo o processo de articulação das ações dos diferentes agentes sociais, que interagem em um dado espaço, com vistas a garantir a adequação dos meios de exploração dos recursos ambientais – naturais,

econômicos e sócio-culturais – às especificidades do ambiente, com base em princípios e diretrizes, previamente acordados ou definidos.

No dizer de Schneider ([s.d.], p. 1-2), a preocupação com o estado do meio ambiente não é recente, mas foi nas últimas três décadas do século XX que ela entrou, definitivamente, na agenda dos governos de muitos países e de diversos segmentos da sociedade civil organizada. A preocupação ecológica passou a ser considerada pelas administrações públicas como uma variável importante. O autor aponta para o significativo papel das administrações públicas, sobretudo as municipais, na condução das questões que envolvem o tema, registrando a legitimidade através da resolução do CONAMA.

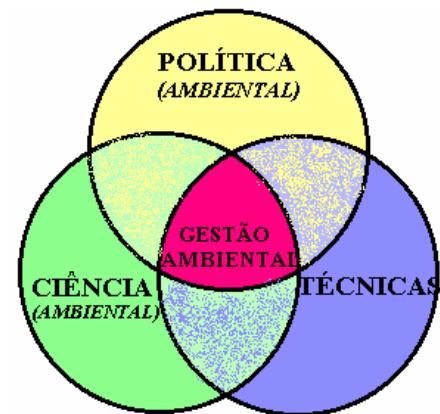


Figura 1 – Diagrama, Gestão ambiental.  
Elaboração: Edvaldo Hilário, 2004

As pressões das organizações internacionais, do governo e da sociedade em relação à demanda por uma maior qualidade ambiental, têm levado o poder público municipal a buscar respostas para estas exigências. Durante muito tempo à responsabilidade pelas políticas do meio ambiente estava centralizada nas mãos dos órgãos estaduais e federais. A partir da resolução nº 237/97 do CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente, a avaliação dos impactos ambientais locais, causados pelos empreendimentos, passaram a ser competência do município. (SCHNEIDER, [s.d.], p.2).

Schneider ([s.d.], p. 2) lista e caracteriza alguns elementos da gestão ambiental e do meio ambiente que considera significativo para sua compreensão e ilustra suas relações através de didático fluxograma (Figura 2).



Fonte: Schneider [s.d.], p. 2) mimeo. Adaptação: Edvaldo Hilário, 2004

Figura 2 – Fluxograma, Estrutura do pensamento sobre gestão ambiental, por Schneider.

De acordo com o autor,

para identificar o papel das administrações públicas municipais na preservação do meio ambiente é preciso compreender a essência da natureza e a inter-relação entre os ecossistemas. Portanto, é preciso inicialmente compreender o significado de ecossistema, passando a seguir para a análise da questão ambiental nas administrações municipais, destacando as principais ações que norteiam as políticas ambientais, a fim de garantir a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

A literatura sobre o tema indica que é papel dos governantes desenvolver uma gestão que estabeleça limites a sua população, principalmente em relação à preservação ambiental, assim como, criar programas de educação e conscientização em relação às questões ambientais e, principalmente, produzir um Sistema de Gestão Ambiental que resulte no Desenvolvimento Sustentável.

Isso indica que as administrações municipais, orientadas pelo conceito de desenvolvimento sustentável, terão de trabalhar, para que as economias em crescimento permaneçam firmemente ligadas as suas raízes ecológico-sociais, e que estas raízes sejam protegidas e nutridas, fornecendo apoio ao crescimento do município, em longo prazo.

Apesar dos avanços, no âmbito municipal ainda, é escassa a existência de secretarias específicas para o meio ambiente. Em geral as questões ambientais ficam sob responsabilidade da secretaria de agricultura, como é o caso de São Francisco do Conde, onde há a Secretaria de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente. Nesta, um diretor de meio ambiente, que, juntamente com o respectivo secretário, possui um poder decisório de menor importância para a administração local.

## **1.5 IDEOLOGIA E IMAGEM AMBIENTAL**

### **IDEOLOGIA**

No capitalismo, as alterações sobre os modos de organização da produção e do consumo, os tipos de relações internacionais que se estabelecem, as transformações da vida sócio-econômica, refletem alterações no modo de comportamento, pensamento e sentimento dos indivíduos. A ideologia assume papel primordial neste contexto, no sentido de alimentar o discurso de dominação e a legitimação destes agentes na organização do espaço, na proposição de encaminhamentos no setor produtivo, a partir do crescimento ou desenvolvimento.

Levantar tais questões como problemas a serem enfrentados implicaria na tematização das relações entre ideologias diversas e, no limite, na questão da dominação de uma ideologia por outra, no interior da formação social; ou seja, na aceitação da existência da luta de classes na ideologia.

Dessa forma, a ideologia, entendida enquanto sistema de idéias, é formado por diversos pensamentos que geram novas idéias de articulação. Constatamos que, em dado momento, certas idéias, formando sistemas de idéias são dominantes, nos permitindo deduzir que estas pertencem às classes dominantes, na sociedade.

São estas idéias que interferem decisivamente na formação ideológica. Essa é uma das principais razões, pelas quais, a compreensão do processo de formação ideológica é tão ampla e complexa, superando o processo de construção do conhecimento científico, encarado aqui como parte das formações ideológicas.

Segundo Cardoso (1978, p. 39), ser uma estrutura é o primeiro caráter essencial da ideologia: ela só é inteligível por essa peculiaridade, e os elementos que a formam não constituem a ideologia, quando considerados isoladamente, visto que, é a partir de seu sistema, seu modo de disposição e combinação que obtém sentido, isto é, sua estrutura que determina seu direcionamento.

Para Cardoso (1978, p. 62-63), a compreensão de ideologia depende, essencialmente, da percepção que se adote da estrutura, pois a chave da diferenciação das interpretações da ideologia reside nas idéias de classe social. Partindo da conjectura de que a ideologia é um nível de uma estrutura que se compõe de níveis ou um nível da superestrutura, ela costuma ser vista englobando as “formas da consciência social”. A autora formula um pensamento com base em análise crítica do Althusser<sup>4</sup>, o qual

apresenta a ideologia através da noção de aparelhos ideológicos de Estado, com pretensão de com eles pensar o essencial da natureza da superestrutura – de que a ideologia seria um dos níveis e o jurídico-político o outro. (...) Pensando aparelhos ideológicos de *Estado* e considerando o Estado como *de classe*, aqueles são aparelhos ideológicos da classe que detém o poder e, deste modo, são aparelhos da ideologia dominante. (...) Tomar o Estado como ponto de referência fundamental no estudo da ideologia corresponde a assumir a perspectiva do “*establishment*”, através da qual não é fácil encontrar lugar para a ideologia dominada, e se torna uma impossibilidade teórica, na medida em que o Estado é não apenas ponto de referência teórica, mas o próprio meio através do qual a ideologia é pensada. Como aparelho de Estado, a ideologia só pode ser a ideologia dominante. (CARDOSO, 1978, p. 63).

A originalidade da concepção polemica de ideologia está, não tanto na sua concepção mesma, mas no fato de que ela encontra-se ligada a uma série de pressupostos concernentes à determinação social da consciência, à divisão do trabalho e ao estudo científico do mundo sócio-histórico. A ideologia é indispensável, em qualquer sociedade, para que os homens sejam, nas palavras de Althusser, formados, transformados e equipados para atender às demandas de suas condições de existência. Negar a ideologia é mergulhar de volta nela.

---

<sup>4</sup> Fundamenta-se em várias obras de Althusser entre as quais “Análise crítica da teoria marxista”, “idéologie et appareils idéologiques d’État – Notes pour une recherche” e “L’objet du Capital”; para buscar apoio na formulação da estrutura de pensamento sobre o tema, visando adotar uma teoria da ideologia.

John Thompson (1995), em seu livro “Ideologia e Cultura Moderna – Teoria social crítica na era dos meios de comunicação”, seguindo a mesma teoria de Foucault, apresenta o seu conceito de ideologia, realizando, inicialmente, um levantamento da história do termo, expõe a seguir seu entendimento, reformulando o conceito, sempre relacionando ideologia com as relações de poder, que circulam em contextos sociais específicos. Então, conclui, quanto ao termo: “ideologia é sentido a serviço do poder”.

De acordo com Thompson (1995, p.67),

A ‘ideologia’ pode ser tomada como os sistemas interligados de pensamento e modos de experiência que estão condicionados por circunstâncias sociais e partilhados por grupos de pessoas, incluindo as pessoas engajadas na análise ideológica. (...) O conceito de ideologia deve ser usado para referir às maneiras como o sentido (significado) serve, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de poder que são sistematicamente assimétricas e presentes em relações de dominação.

Para auxiliar nossa compreensão a respeito da conceituação de ideologia, em Thompson (1995, p. 166), torna-se fundamental entender que ele, ao se remeter aos fenômenos culturais, analisa cultura pensando-a como o estudo da constituição significativa e da contextualização social das formas simbólicas. Seu novo enfoque, interacionista, crítico, esse autor retém o valor do termo ideologia, como parte de uma preocupação mais abrangente, relacionada com a natureza da dominação do mundo moderno, com os modos de sua reprodução e as possibilidades de sua transformação. Neste enfoque, a análise do termo ideologia torna-se mais ampla, pertencendo a um interesse mais geral, ligado a características de ação, de interação, às formas de poder e de dominação, à natureza da estrutura social, à reprodução e à mudança social, às qualidades das formas simbólicas e a seus papéis na vida social.

Thompson, em suas observações, remete suas questões, relacionando-as à comunicação de massa. Alerta o autor, que a idéia dos receptores de mensagens serem espectadores passivos é mito enganador, que não condiz com o caráter real da apropriação, como um processo contínuo de interpretação e incorporação. Ele esclarece que o mito do receptor passivo anda junto com a falácia do internalismo, é o equivalente metodológico, do lado da recepção-apropriação, da falsa tentativa de inferir as conseqüências das mensagens apenas à estrutura e conteúdo das mesmas. Em certa medida, nosso trabalho irá considerar este enfoque, veículos de comunicação dirigida. Nossas intenções são de seguir os apontamentos deste autor, no sentido de utilizá-los como indicativos indo ao encontro do que ele mesmo diz ser pertinente, já que para cada caso e, de acordo com cada analista e situação,

torna-se necessária à adaptação da metodologia em questão. Nesse sentido, é de fundamental importância que nos remetamos ao processo analítico de imagem ambiental.

#### IMAGEM AMBIENTAL

O entendimento de imagem ambiental apresenta diversos nuances teóricas, como resultado da amplitude que o tema apresenta. A fenomenologia, a psicologia ambiental e a sociologia são algumas destas formas de compreendê-la.

A análise teórica realizada por Cidade (2003, p.159-162) a partir do estudo de diversos autores que abordam o papel da imagem e suas implicações, mostra o quanto é vasto o número de pesquisadores que se atêm sobre o tema. Para Cidade (2002, p. 32-33), a abordagem da imagem, na perspectiva de sua relação com o espaço, enriquece o pensamento fenomenológico. Mas, foi em Kevin Lynch, que esta estudiosa apresentou detalhes mais próximos da questão da imagem ambiental., pois, segundo a mesma, Lynch defendia que “as imagens ambientais eram o resultado de um processo de duas mãos, entre o observador e seu ambiente”. E que as imagens públicas são definidas como sendo figuras mentais, compartilhadas por amplo número dos habitantes de uma cidade: área de concordância, cujo aparecimento pode ser esperado na interação de uma única realidade física, uma cultura comum e uma natureza fisiológica básica.

A autora acrescenta mais argumentos à discussão, quando coloca:

Uma das formas de reproduzir o sistema dominante é a ideologia (Thompson, 1995). A ideologia também pode ser utilizada para legitimar as ações do planejamento. Assim, a imagem construída e divulgada pelo discurso oficial contribui para reforçar as regras do sistema. Por outro lado, estudiosos da percepção baseiam-se no pressuposto de que a percepção afeta o comportamento. Alguns autores vão além e advogam que, em processos sociais, a percepção afeta o comportamento de grupos. Assim, a imagem construída pode ser veículo de construções ideológicas, por sua vez, aceitas ou não pelos grupos receptores. Nesse sentido, a imagem pode dar subsídios para práticas sócio-espaciais no ambiente urbano. (CIDADE, 2002, s/n)<sup>5</sup>.

Para esta autora, os diversos estudos, sobre imagem ambiental no Brasil, sugerem uma relação entre qualidade de vida e qualidade ambiental, sendo que a qualidade de vida está ligada não apenas aos atributos do ambiente, mas, também, à percepção que as pessoas têm dessas características. Contudo, lembra que a “imagem ambiental pode ser construída com fins ideológicos, promovendo uma falsa consciência sobre ações de gestão do território, cujas intenções não sejam visíveis de imediato”. E mais, quando existem grandes diferenças entre o discurso oficial e as ações práticas, as possíveis dissonâncias com o real tendem a ser

---

<sup>5</sup> Baseado em projeto de pesquisa gentilmente cedido pela autora a Dr. Lúcia Cony Faria Cidade, apresentado ao PIBIC/UnB, 2002. (mimeo)

percebida por camadas sociais mais atentas e que vivenciam diretamente o espaço de permanência, o que imbrica para o estabelecimento de uma separação entre a imagem criada pelos centros de poder e a imagem percebida pela população.

## **1.6 SÍNTESE DA ABORDAGEM.**

A análise teórico-conceitual objetiva evidenciar como serão apropriados os conceitos de desenvolvimento, desenvolvimentismo, sustentabilidade, ideologia, território e sua gestão, espaço e Estado. Por este caminho, a Geografia possui como base analítica o caminho sócio-espacial, ou seja, o espaço enquanto categoria e a gestão do território, um dos elementos que atua em suas transformações. A perspectiva sociológica contribui para a investigação, levando em consideração o crescimento populacional e as mudanças, em São Francisco do Conde, enquanto a economia, abordando as questões do desenvolvimento x subdesenvolvimento, não especifica o conceito, mas fornece elementos para análise.

Concluimos que os três pontos da pesquisa, qual seja: desenvolvimentismo, atividade petrolífera e sustentabilidade pesqueira no Município de São Francisco do Conde, não devem ser analisados sob uma só perspectiva. Diante da pluralidade conceitual e das diversas entradas teóricas, vistas na ótica do desenvolvimento sustentável, sustentado na economia, na demografia, na geografia e outras áreas afins, torna-se necessário realizar um mapa conceitual capaz de balizar as abordagens (Anexo D). Este não será visto por um só ângulo, pois reconhecemos que a discussão caminha pelas vias da interdisciplinaridade, quando não da multidisciplinaridade. Então, lançar mão de uma única via de análise deixa a desejar, pois são diversas as variantes para a explicação e entendimento da dinâmica do município de São Francisco do Conde, especificamente, a questão dos pescadores e marisqueiras deste lugar.

Definida a forma de apropriação do conceito passaremos para o segundo capítulo, em que trataremos da dinâmica socioeconômica que pavimentou a montagem do desenvolvimento e estruturou a atividade petrolífera no país e, por conseguinte, no município de São Francisco do Conde.

## **2 DESENVOLVIMENTISMO, GESTÃO DO TERRITÓRIO E EFEITOS SÓCIOAMBIENTAIS NO BRASIL**

A implantação do capitalismo nacional no Brasil, mesmo ocultando-se as contradições inerentes do país, foi marcado por poderosa ideologia nacional-desenvolvimentista, que visava arregimentar a abertura da economia do Brasil ao capital estrangeiro. A análise procura evidenciar processos relevantes no país, que vêm acompanhando as relações sócio-espaciais em escala nacional e regional, não apenas em sentido amplo, mas decompondo a escala, ao nível do espaço regional e local. O pressuposto é que a contextualização, na escala do Estado-nação, é essencial para uma compreensão adequada da dinâmica espaço-temporal, nas questões locais. As considerações relevantes estruturam-se em períodos e temas específicos, de forma semelhante aos dos outros capítulos de análise. Sendo assim, o objetivo deste capítulo, é responder parcialmente à primeira questão da pesquisa, que trata do papel do desenvolvimentismo na construção de uma imagem das atividades petrolíferas, como promotoras de desenvolvimento local. A abordagem se concentra na escala Brasil e, no capítulo seguinte, a mesma questão será respondida com referência à escala Bahia.

### **2.1 FASE DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES VERTICAL E EFEITOS NO BRASIL (1956-1969).**

#### **2.1.1 CONTEXTO SÓCIOECONÔMICO NACIONAL, NA SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES VERTICAL.**

##### **Antecedentes socioeconômicos e ambientais na escala nacional.**

Ao longo de quatro séculos, desde seu descobrimento pelo capital mercantil, em busca de internacionalização, até meados do século XX, o Brasil se constituiu como um país rural, escravocrata e primário-exportador, baseado em atividades tradicionais. Grande parte da população era pobre, e o mercado interno era bastante limitado. A incipiente indústria se caracterizava por produção leve, na qual predominavam os bens de consumo não duráveis. Somente no final do século XX, emerge o Brasil urbano-industrial e de relações de trabalho tipicamente capitalistas. A mudança começou através de um processo de substituição de importações vertical, que não se limitava a expandir a variedade de produtos, como na fase horizontal, mas pretendia buscar auto-suficiência, na produção de bens de consumo duráveis e bens de produção.

A atividade industrial implanta técnicas de produção e um modo de consumo predatório, desde os primórdios da revolução industrial. No dizer de Bursztyn (1994, p. 13-14), vem provocando um grande efeito das atividades humanas sobre o meio ambiente, originando problemas críticos de poluição. Contudo, até metade do século XX, a deterioração dos recursos ambientais se mostrava como um problema de caráter setorial, não limitando o processo de desenvolvimento dos países que alcançaram um elevado grau de industrialização.

A autora acrescenta que o uso excessivo dos bens ambientais nas atividades de produção e consumo “deve-se ao fato de que estes eram considerados bens livre, disponíveis em quantidade ilimitada e de apropriação gratuita”. Justifica-se, então, a construção de grandes usinas hidroelétricas, elevar a produção e importação de petróleo, a produção de matérias-primas industriais. Desenvolvem-se os setores industriais mais poluidores, como aço, papel, cimento, petroquímica e indústria automobilística, ampliando, também, de maneira explosiva, a utilização dos recursos naturais consumidos nestes processos.

Pádua (1986), em seu estudo sobre as origens da ecologia política no Brasil, esclarece que a tematização da degradação da natureza no Brasil não é recente, como apregoam os ambientalistas. Cita autores, como Joaquim Nabuco, André Rebouças, Alberto Torres, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre. Entretanto, os antecedentes do movimento ecológico, propriamente dito, remetem a 1958, quando foi criada a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, a qual, possuía caráter exclusivamente preservacionista, ou seja, com o intuito de preservar espécies animais e vegetais, sem admitir a exploração de recursos naturais com fins econômicos (VIOLA e LEIS, 1992).

As primeiras manifestações públicas contra a degradação do meio ambiente, com propostas oriundas tanto do Estado, como da sociedade civil, surgem no início da década de 1970, coincidindo com o período dos debates, iniciados com a Conferência de Estocolmo (Eco 72). É mister assinalar que a emergência do ecologismo, no Brasil, não estava vinculada apenas ao contexto e às pressões internacionais, mas fazia parte de um amplo processo de transformações da complexa realidade nacional da época, abrangendo tanto a esfera política como a econômica e a social. Ressalta Ferreira (1993, p.37), que a influência da Conferência da ONU, no país, efetuou-se, em pouco tempo, apenas para um público mais restrito, alvo da literatura especializada, ou sob inspiração direta de lideranças individuais.

Ferreira e Ferreira (1992, p.28) ressaltam que o debate, atinente à relação Estado/Ecologia/sociedade civil, surge, inicialmente, inspirado nos pensamentos anticentralistas, que difundiam uma crítica radical ao aparato hierárquico e sexista, dirigido por categorias estadistas e militares, com vistas a uma inserção maior entre a sociologia, a

política e a ecologia. Assinalam, que a questão ambiental, no Brasil confunde-se com a reflexão sobre os processos de mudança social, que caracterizam a constituição de uma sociedade urbano-industrial – pobre e de consumo, heterogênea e desigual – na periferia da economia mundial, crescentemente internacionalizada.

### **Economia na escala nacional (1956-1969)**

A velha ordem, comandada pelos interesses do latifúndio exportador, vai perdendo importância, enquanto crescem as forças que propugnam pela renovação da vida nacional. O processo de industrialização da economia ganha impulso e acelera a onda de urbanização. A instalação das fábricas, nas cidades, é um convite para o crescimento da população nessas áreas. Dentro desta linha de pensamento, Cláudio Egler (1995, p. 3) afirma que a economia brasileira apresentou uma participação fundamental no setor industrial, entre os anos cinquenta e oitenta, do século passado, reforçando a histórica tendência declinante da agropecuária.

É certo que, na sua fase inicial, a industrialização brasileira apresentava um problema básico e essencial para viabilizar a trajetória econômica do país: a matriz energética para atender as indústrias e a sociedade brasileira. Faltava o petróleo, analisa Francisco de Oliveira (1987, p. 41-42), ao estudar a industrialização e a sociedade, o autor acrescenta: “havia um defeito fundamental, na sua base de sustentação técnica: faltava a matriz energética do Brasil”. Nesse contexto, foi importante para a reestruturação produtiva, caracterizada pela emergência da industrialização, a implementação da extração de petróleo.

Sobre a égide do modelo fordista de produção e consumo em massa, como também do keynesiano (do Estado de Bem Estar Social), estabeleceram-se políticas de industrialização pesada, com vistas a completar o processo de substituição de importações, por meio de sua verticalização. Como regime de acumulação, o fordismo privilegiou, fundamentalmente, a escala nacional. Toda a sua produção é voltada para o mercado interno, já que a padronização dos produtos e as técnicas repetitivas da linha de montagem, barateiam os custos.

Sobre o regime de acumulação fordista, David Harvey argumenta da seguinte maneira:

O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que a produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução do trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista. (HARVEY, 1992, p. 121).

O Brasil, obviamente, não ficou a margem, passou por um processo de modernização conservadora e por significativas transformações territoriais. O período de 1956 a 1969,

considerado como fase de substituição de importações vertical, foi marcado por emblemáticas alterações no cenário nacional:

seu início coincidiu com o início do mandato do presidente Kubitschek e com o aprofundamento da substituição de importações, base da implementação de um projeto desenvolvimentista para o país. Em 1964, iniciou-se o ciclo autoritário, que completou o aprofundamento da substituição de importações e a integração do país ao modelo fordista de produção e consumo (...). O período caracterizou-se pela emergência da indústria e pela desestruturação das relações de produção no campo, tendo como consequência o aumento das migrações internas e a elevação do grau de urbanização do país. (CIDADE, 2003, p. 162).

Considerando a acumulação intensiva, a organização do trabalho e o mercado de massas, Cidade (1999, p. 235) expõe o seguinte pensamento:

A interiorização do desenvolvimento brasileiro na década de sessenta e a adoção de um projeto modernista de vanguarda para Brasília coincidem com a expansão, para os países periféricos, da industrialização de massas característica do fordismo, e ainda do regime de acumulação e do modo de regulação que acompanha esse sistema. Do ponto de vista dos países pobres, a intensificação das atividades econômicas, por meio da produção de bens de consumo de massa e o de aprofundamento do processo de substituição de importações, representava a expectativa de superação do subdesenvolvimento.

Porém, a análise de Harvey, sobre o capitalismo no final do século XX, demonstra que ficou visível a incapacidade do fordismo / keynesianismo de superar as contradições capitalistas. O ponto nevrálgico do problema residia no fato de que, já em meados da década de sessenta, a demanda efetiva dos países desenvolvidos perdia força.

Em inícios da década e 1950, a opção pelo modelo econômico, implantado a partir dos anos 1930, começou a revelar seus primeiros sintomas de esgotamento, provocando e sendo marcada por sérias manifestações políticas, que desembocariam na crise do pacto populista, em 1964. Nessa trajetória, é imperativo considerar a passagem da gestão Kubtschek, onde se verifica que as transformações passadas pela economia brasileira foram tão rápidas e de tal monta, que seus desdobramentos são referências obrigatórias para a análise da nossa própria situação econômica atual. Nessa época, operou-se uma ruptura quase total com a orientação da política econômica anterior, e isto em dois níveis: na redefinição do novo setor industrial, a ser privilegiado pelo Estado, e no estabelecimento das novas estratégias para o financiamento da industrialização brasileira.

### **População na escala nacional (1956-1969).**

A promoção da industrialização nacional conduziu à transformação das capitais, nos estados da federação, em aglomerações que constituíram as bases de um novo modelo de acumulação. O rearranjo do território implicou no deslocamento da capital nacional do Rio de

Janeiro para Brasília, cujo projeto partia de grandes eixos viários, em torno dos quais se organizava a divisão funcional do espaço.

Com a industrialização e a desestruturação das relações de produção no campo, a população começou a intensificar as migrações para as cidades, e as massas de migrantes, expulsos do campo, dirigiam-se para os centros urbanos, atraídos pela busca de oportunidades e por um discurso que valorizava a modernização, o progresso e o desenvolvimento. Tal encaminhamento resultou numa nova composição e rearranjo da população no Brasil. Assim, a ocupação do território brasileiro foi caracterizada por uma grande perda de população rural e uma concentração populacional acentuada nas grandes cidades. Esse processo se deu de forma e sincronismo diferenciados, entre as várias regiões. A migração foi o principal determinante demográfico desse processo, dado que o crescimento vegetativo foi maior nas áreas de emigração.

De acordo com Camarano e Beltrão (2000, p. 6), até a década de 1940, a dinâmica demográfica brasileira girava em torno do crescimento vegetativo pequeno e uma taxa de crescimento impulsionada pela imigração internacional. No entanto, os níveis de mortalidade começaram a declinar, e os movimentos populacionais de origem internacional perderam importância, no contexto da população nacional. Este ponto é reiterado por Martinie e Camargo (1984, p. 100), ao acrescentar que, “historicamente, a dinâmica populacional brasileira se destaca por um nível elevado de crescimento, sustentado durante longo período”. Observa-se que o Brasil só conseguiu ultrapassar a marca dos cinquenta milhões de habitantes após quatro séculos e meio de existência. Porém, a partir dos anos cinquenta, houve aceleração, e a população brasileira passou de pouco mais de 51,9 milhões de habitantes, em 1950, para aproximadamente 93 milhões, em 1970, pouco depois do final do período (Tabela 1). O grosso desse crescimento populacional concentrou-se nos centros urbanos.

Tabela 1 – População residente por sexo e situação. Brasil, 1940-2000.

| ANO  | POPULAÇÃO RESIDENTE (Habitação / Percentual) |        |       |            |        |       |            |        |       |
|------|--|--------|-------|------------|--------|-------|------------|--------|-------|
|      | TOTAL  |        |       | HOMENS     |        |       | MULHERES   |        |       |
|      | TOTAL  | Urbana | Rural | TOTAL      | Urbana | Rural | TOTAL      | Urbana | Rural |
| 1950 | 51.944.397                                   | 36,16  | 63,84 | 25.885.001 | 34,42  | 34,66 | 26.059.396 | 37,65  | 37,65 |
| 1960 | 70.992.343                                   | 45,08  | 54,92 | 35.055.457 | 43,13  | 43,13 | 35.936.886 | 45,03  | 45,03 |
| 1970 | 93.134.846                                   | 55,94  | 44,06 | 46.327.250 | 27,10  | 22,64 | 46.807.596 | 28,84  | 21,42 |

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1940-2000, Base de dados agregados.

Adaptado por Edvaldo Hilário, 2004.

A intensificação do processo de industrialização desenvolvimentista ganha corpo na gestão JK, que transforma o país num imenso canteiro de obras, especialmente na região Sudeste e no Centro-Oeste, com a construção de Brasília. Isso desencadeou o êxodo rural, movimento migratório de grande significância para a distribuição inter-regional da população brasileira, responsável pelo processo de esvaziamento do campo. Camarano e Abramovay (1999, p. 6) afirmam que a importância do êxodo rural é confirmada quando se examinam os dados das três décadas seguintes aos anos cinquenta: desde 1950, a cada 10 anos, um em cada três brasileiros, vivendo no meio rural, opta pela emigração. Assim, poucos países conheceram movimentos migratórios tão intensos, quer se considere a proporção ou a quantidade absoluta da população rural atingida.

Apoiado no mercado interno, o crescimento da produção industrial incorpora ampla parcela da população ao mercado de trabalho. A crise do setor agrícola, somada ao crescimento da produção industrial urbana, provoca um êxodo rural muito superior à capacidade, que deveriam ter os centros urbanos, de receber, dignamente, estes contingentes populacionais. Moradia, serviços públicos e outros, igualmente essenciais, não foram dimensionados para atender a estes objetivos. É o começo da degradação da qualidade de vida das grandes cidades brasileiras.

### **Ideologia na escala nacional: o desenvolvimentismo do Governo Juscelino Kubitschek (1956-1969)**

A principal peculiaridade do desenvolvimentismo keynesiano deriva do contexto em que foi forjado: a crise econômica da década de 1930, quando o principal problema enfrentado era o desemprego, tanto de mão-de-obra, quanto de capital. O desafio, conseqüentemente, era o de maximizar o uso de mão de obra e de capital. Como a base natural dos recursos parecia ainda extremamente abundante, a energia era barata, não havia limites pelo lado dos insumos necessários ao sistema, pelo que a maximização de seu uso – num contexto de desemprego, de fatores de trabalho e capital – parecia racional, adequada e até necessária. Essa teoria econômica ocupou enorme espaço institucional, dominando ideologicamente, a cultura econômica e política, tanto dos setores conservadores, quanto daqueles que se situavam mais à esquerda. O cenário quase não se alterou, até o início dos anos setenta, do século XX, sustentando, sobremaneira, a condução da administração de Juscelino Kubitschek.

No dizer de Cardoso (1978, p. 101), o desenvolvimentismo se apresenta como se bastasse à industrialização para resolver todos os males da nação, por decorrência, viria o

restante. Desconhece que a responsabilidade pelo subdesenvolvimento não cabe à exportação por si só, nem ao tipo de produto vendido, mas às relações sociais que organizam a sua produção.

Ao estudar o desenvolvimentismo, característico deste governo, a autora afirma:

teria que ser visto como parte de uma ideologia mais ampla – a ideologia do desenvolvimento, que acompanha o processo de sistema global específico – o sistema capitalista, num tipo particular de região – as regiões subdesenvolvidas em fase de crescimento, num momento particular de crescimento – quando o desenvolvimento espontâneo já não mais parece possível (...). (CARDOSO, 1978, p. 78).

Até a década de 1950, a conjuntura econômica baseava-se num modelo agrário-exportador. Adquire nova roupagem e, sob a tutela do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), assume um discurso centrado no desenvolvimento do país, seus problemas e alternativas, o qual passa a ser elaborado e adotado por este instituto. Eis o discurso,

Inspirados nas idéias da CEPAL, que procura diagnosticar os males e os remédios para o problema do subdesenvolvimento, os teóricos do ISEB também identificaram este último com a coexistência de dois setores antagônicos em nossa sociedade. Aos setores arcaicos ou tradicionais, equivalentes às forças agrárias e ao imobilismo social, se contrapunha o setor moderno ou urbano, verdadeiro símbolo das forças dinâmicas da nação que deveriam ser estimuladas para superar a situação subdesenvolvida. (...) e a contradição básica a ser superada, segundo esses intelectuais, era entre a nação e a antinação, entre a técnica e a não-técnica, o que permitia envolver a todos os setores sociais na tarefa de promover o crescimento. A luta entre o capital e o trabalho só seria colocada secundariamente. (MENDONÇA, 1985, p. 62).

O ISEB incorporou parte do pensamento da CEPAL e consolidou a ideologia nacional-desenvolvimentista que objetivava liquidar com o passado colonial e abrir uma nova fase de desenvolvimento no Brasil. Esta ideologia dominou o cenário político-econômico brasileiro, a partir do segundo governo de Getúlio Vargas, até o governo Fernando Collor de Melo, quando o neoliberalismo recuperou o poder de influenciar a condução da economia nacional.

O desenvolvimento, para Juscelino Kubitschek, significava *crescimento econômico* realizado através da Industrialização da produção brasileira. Somente o desenvolvimento econômico superaria o atraso do Brasil em relação aos países do primeiro mundo.

No entender de Cardoso (1978, p. 229), o fim da miséria, gerada por esse desenvolvimento econômico, não era a principal finalidade da ideologia desenvolvimentista, sua finalidade última era a manutenção da democracia, ou seja, a manutenção da ordem, através da segurança do sistema político, econômico e social vigente.

O que fundamenta ideologicamente o próprio desenvolvimento econômico e social é a manutenção da ordem, a preservação da civilização cristã, em suma, a segurança do sistema. Esta aparece no desenvolvimentismo como a aspiração mais profunda, a meta

que confere significado a todas as preocupações. É em tono dela que se constitui esta formulação político-ideológica. (CARDOSO, 1978, p. 261).

As preocupações em superar a condição de subdesenvolvimento no Brasil, resultaram em esforço concentrado de alguns governos e de teóricos. Dentre as administrações governamentais de maior destaque sobre a temática, é consenso afirmar que o desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek, ancorado pelo pensamento da CEPAL, em conjunto com o ISEB, se constitui num marco histórico.

No entender de Cardoso (1978, p. 93), que aponta o governo de Juscelino Kubitschek como o mais cepalino do período, argumenta que para este governo, o desenvolvimento significava crescimento econômico, realizado através da industrialização da produção brasileira. Mais adiante, a autora firma ainda que

os aspectos centrais da ideologia desenvolvimentista tal como a concebe JK são a prosperidade e a ordem. Os dois se fundem co seu conceito de soberania como equivalente da autodeterminação, identificada como igualdade com os grandes Estados. (...) Para o desenvolvimentismo num país economicamente fraco a soberania não deixa de ser precária. Somente os países que se afirmam no terreno econômico e em que vigora o regime democrático podem exercer plenamente a sua soberania. Onde: **soberania = prosperidade + Democracia**. (CARDOSO, 1978, p. 98).

O processo de industrialização que se instalou no país, a partir de meados do século vinte, baseou-se em uma ideologia desenvolvimentista, na qual a indústria assumiria o papel central da recuperação e expansão da economia brasileira. Essa ideologia apresentava o desenvolvimento, como estratégia, não apenas para a entrada do país na era da modernidade, mas para a melhoria das condições de vida. A ação governamental desenvolvimentista se fez sentir na ampliação da infra-estrutura produtiva e das condições de apoio à acumulação, como a oferta de energia hidrelétrica e de derivados de petróleo; na integração territorial nacional, através da construção e ampliação da rede rodoviária e no estabelecimento de centros de apoio à fronteira agrícola, como a construção de Brasília.

A crise do fordismo, em escala internacional, levou grupos econômicos internacionais a realizar investimentos em alguns países, ditos em desenvolvimento. No Brasil, sucessivas crises na economia alimentaram uma ideologia desenvolvimentista que, sintonizada com o interesse dos grupos internacionais, vislumbrava uma aceleração do processo industrial. Conforme a mesma, era necessária a industrialização do Brasil, a fim de romper com as estruturas do modelo agrário-exportador, antes dominante, visando superar a pobreza e o atraso tecnológico da nação.

Fazendo a mesma leitura, Theotônio dos Santos (1993, p. 28) advoga:

O Brasil assumiu uma diretriz desenvolvimentista baseada no industrialismo, logo após a Segunda Guerra Mundial, quando o pensamento econômico predominante abdicou do estilo agrário voltado para exportação e assumiu o estilo industrial, pois se

acreditava que a autonomia tecnológica inserida na política de substituição de importações pudesse definitivamente romper com o eterno atraso do país, com relação aos países industrializados.

O pressuposto de que o país estaria nos eixos da modernização econômica, via industrialização acelerada, exigia, dentro da concepção desenvolvimentista, o planejamento e intervenção do Estado na economia, criando uma infra-estrutura indispensável ao desenvolvimento e à geração de uma sociedade de consumo.

As profundas transformações, na área econômica e financeira, confirmavam o desenvolvimentismo de JK, fazia do Estado o coordenador do desenvolvimento nacional e fornecia a entrada de capitais internacionais na forma de empréstimos ou pela criação de empresas multinacionais do país.

#### 2.1.2 AÇÕES DE GESTÃO DO TERRITÓRIO NACIONAL NA SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES VERTICAL.

As políticas públicas brasileiras, a partir da década de cinquenta, em sintonia com a ideologia desenvolvimentista, voltaram-se para equipar o Estado com malha institucional, que pudesse capacitá-lo a exercer intervenções de caráter tecnológica, finalista e direcionada ao cumprimento de metas e objetivos desenvolvimentista-modernizador (AMERICANO, 1990). Este autor, ao analisar o setor elétrico e sua legislação, esclarece a inserção do Estado na “produção dos insumos necessários à sustentação do processo de industrialização, dentre os quais, os energéticos”. Um conjunto de estratégias foi adotado para viabilizar o almejado desenvolvimento. Industrialização implica considerar, de forma imperativa e estratégica, a disponibilidade de energia, razão pela qual o setor petrolífero adquire visibilidade e importância nas decisões governamentais.

A história da indústria petrolífera do Brasil se iniciou com a criação da Petrobrás, a qual tem promovido a exploração deste recurso natural. Vidal e Vasconcellos (2001), ao analisar os movimentos sociais, em defesa do petróleo, no país, ressaltam a importância da Lei 2.004/53, a qual dispunha sobre a política do petróleo e criava a companhia de petróleo nacional. Desde então, o país prioriza esforços no sentido de conquistar sua auto-suficiência no setor. Apesar do caráter estatal do empreendimento, parece ter sido estritamente empresarial a ênfase da viabilidade econômica dos projetos na exploração dos recursos.

Diante da urgência na obtenção e oferta de uma matriz energética menos dependente, várias considerações, relativas a sustentabilidade dos projetos, tornaram-se secundárias. Entre elas, estava a integração regional e local das atividades de extração, de refino e de distribuição; e os efeitos ambientais do empreendimento.

Uma outra frente de ação diz respeito ao planejamento econômico para o desenvolvimento. O país foi marcado por uma forte presença estatal na elaboração de diversos planos, cujo objetivo principal era o crescimento econômico, principalmente nas décadas de cinquenta, sessenta e, posteriormente, setenta. Tais planos foram decisivos para o comportamento da economia brasileira, ao longo de sua história. O processo de industrialização nacional, regido pela estratégia econômica de industrialização, via substituição de importações, provocou profundas mudanças sócio-econômicas no país.

Em síntese, a introdução do planejamento no Brasil, com o Estado desempenhando o papel de coordenador econômico e, mesmo, de empresário, em vários setores da economia, ocorreu segundo as prescrições da ideologia desenvolvimentista, gestada nas concepções da CEPAL. Essas forneceram significativos subsídios para a elaboração dos planos nacionais de desenvolvimento da época, como o Plano de Metas, o Plano Trienal de Desenvolvimento e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND).

### 2.1.3 RESULTADOS DAS AÇÕES EM ESCALA NACIONAL NA SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES VERTICAL

Entre os resultados, do que foi chamado de modernização conservadora, estavam: o agravamento de desigualdades sociais e regionais e as degradações ambientais. Ainda assim, o discurso governamental era de que o desenvolvimento econômico traria benefícios generalizados.

Essa política sintetiza a ocorrência de acentuado crescimento econômico, com base industrial, na região Sudeste, em parte, às custas da estagnação, atraso e, mesmo, perda de terreno das demais regiões. Ao invés de uma distribuição espacial da propriedade, da riqueza e da renda, como se esperava, verifica-se uma forte concentração. Dessa forma, repete-se no país, entre as regiões, o fenômeno da divisão internacional do trabalho: em escala mundial, países produtores e exportadores de industrializados, com preço elevado no mercado, e países produtores de gêneros alimentícios e matérias-primas, com preços quase sempre rebaixados; em escala nacional, o Sudeste, cada vez mais industrializado, e as outras regiões do país produzindo bens primários, com a decorrente diferença de preços nas trocas internas.

Segundo Mendonça (1985, p. 64),

A presença do desenvolvimentismo na segunda metade dos anos 50 foi tão importante que alguns autores destacam sua interferência, enquanto ideologia de controle, no seio da própria vanguarda operária da época. Em função dela, sua atenção desviou-se da defesa dos interesses específicos da classe ou da luta contra o sistema, para os problemas do desenvolvimento econômico e das reivindicações democráticas globais.

Há que considerar o resultado dos planejamentos no país, visto que o Brasil pôde estruturar a sua cadeia produtiva, e dar início à constituição de indústrias de tecnologia mais avançada. O modelo de crescimento adotado, a substituição de importações, foi finalizado, e o país obteve uma base industrial ampla e diversificada. A política adotada, na maioria das vezes, possibilitou o rápido crescimento do PIB e da produção industrial, mas definiu uma prática de política governamental, que se esgotaria a partir dos anos oitenta.

## **2.2. FASE DE PROMOÇÃO DIVERSIFICADA DE EXPORTAÇÕES E EFEITOS NO BRASIL (1970-1985)**

### **2.2.1 CONTEXTO SÓCIOECONÔMICO NACIONAL, NA PROMOÇÃO DIVERSIFICADA DE EXPORTAÇÕES.**

#### **Antecedentes socioeconômicos e ambientais na escala nacional**

A chamada modernização conservadora, como ficou conhecida, foi o resultado de uma política que se caracterizou pela manutenção e intensificação da concentração da propriedade rural. Conforme aponta Cidade (2003, p. 166), a fase de promoção diversificada estendeu-se de 1970 a 1985, marcada pelos governos autoritários. Destaca-se, juntamente a esta modernização, a introdução da Revolução Verde que, através da combinação de tecnologias químicas e biológicas, associadas à mecanização intensiva do campo, retraiu ou substituiu culturas tradicionais como o feijão, o milho tradicional e a mandioca. Decorreu substancial alteração, socioeconômica e ambiental, desse processo, visto que, a captura da agricultura pela indústria levou à intensa mecanização e utilização de produtos químicos na produção agrária. Seguiram-se contaminações ambientais de toda ordem no campo, através do uso intensivo dos pesticidas, orgânicos e inorgânico, produzidos pelas indústrias químicas.

#### **Economia na escala nacional (1970-1985).**

A implantação da ditadura militar no Brasil buscou calar os movimentos sociais e sindicais, tendo em vista estabelecer o projeto do grande capital para o país. Isso resultou numa série de “reformas de base”, como o controle da remessa de lucros das multinacionais, a reforma universitária, a reforma agrária, dentre outras, objetivando promover sua modernização conservadora, acelerando o crescimento econômico – que viria a ser conhecido como “milagre brasileiro”.

Um lema prevaleceu nas políticas governamentais: o Brasil devia crescer, produzir a qualquer custo, na lógica da teoria do bolo, ou seja, seria necessário crescer para depois distribuir. Essa concepção, gestada no âmbito das políticas econômicas do regime militar, se

mantve nas décadas seguintes, associada à idéia da necessidade de construir um moderno e competitivo país, seguindo a perspectiva linear evolucionista do crescimento econômico.

O início do período apresentou crescimento econômico expressivo, coincidindo com o final dos anos do “milagre” econômico, que durou aproximadamente de 1968 até 1974. nessa fase a economia brasileira passou por profunda reestruturação: a agricultura, tradicional base da economia, cedeu sua importância para a indústria, que se tornou conhecida como motor do novo modelo de desenvolvimento. Também nesse período o setor financeiro passou por uma reorganização, enquanto a economia passou a depender mais de investimentos estrangeiros e da exportação de produtos fabricados por multinacionais. (CIDADE, 2003, p. 166).

Sob a orientação política dessa concepção de desenvolvimento, os sucessivos governos, que administraram o país nas décadas correspondentes, sintonizaram-se com a organização do processo capitalista, predatório e excludente, e foram partícipes do modelo de modernização conservadora. Esta modernização caracterizou-se pela manutenção da propriedade rural de forma concentrada, além de intensificar este processo de concentração. A intervenção do Estado alterou as relações de produção, transformando os proprietários em empresários capitalistas. A concentração de terras não mais constituiu um “empecilho” ao aumento da produção e produtividade exigido pelo processo de desenvolvimento do país.

Ao lado da diversificação produtiva e do crescimento do mercado interno pela incorporação da classe, média as classes populares, particularmente os trabalhadores não qualificados, sofreram uma contenção salarial bastante rígida. O país tornou-se conhecido pela elevada desigualdade de rendas. Sob a influência do significativo crescimento industrial, parte da agricultura passou por um processo de mecanização, enquanto a que não se modernizava estagnou-se. (CIDADE, 2003, p. 166-167).

Porém, após a grande crise econômica, verifica-se que, diversos países chamados “capitalistas centrais”, em especial os Estados Unidos, tem início a chamada reestruturação produtiva, resultando na falência do modelo fordista difundido pelo globo.

Segundo GARAY (2002), a crise do Fordismo se deu em várias escalas: Política, econômica, vida social, externa e internamente, entre todos os países. Toda a crise era demonstrada através do desemprego, da queda nos níveis de investimento e da crise fiscal do Estado. A reestruturação produtiva procurou responder as questões impostas, que se deu principalmente nos setores básicos de produção e de trabalho. Foram adotadas novas ideologias, novas formas de administração, de gerenciamento e de produção. O principal modelo da reestruturação produtiva foi o Toyotismo.

A reestruturação produtiva em nosso país veio em resposta à necessidade de ajustamento frente aos padrões internacionais de produtividade e de qualidade, elemento básico de competitividade nesse novo cenário. Trouxe em seu bojo questionamentos como o da inadequação dos princípios tayloristas/fordistas às novas condições do mercado, assim como difundiu novos conceitos como de automação, flexibilidade, produção enxuta, qualidade total, descentralização produtiva, etc. A maioria derivada dos métodos de gestão da indústria japonesa. Como resultado de tal reestruturação, os mais otimistas vêm até considerando a manifestação de um novo

paradigma na organização e gestão do trabalho, num processo de ruptura com o padrão até então vigente. (GARAY, 2002, p.2).

De modo geral, GARAY (2002, p. 7) aponta que os impactos da reestruturação sobre o mercado de trabalho indicam que a reestruturação tem tomado as seguintes formas: grande mobilidade da mão-de-obra; crescimento da participação do trabalho informal; redução dos salários reais na maioria dos setores; aumento do recurso de subcontratação do trabalho, com a participação do trabalho a domicílio; maior seletividade das empresas na contratação de trabalhadores - em termos da sua qualificação e atitudes – pela grande disponibilidade de mão-de-obra no mercado.

No Brasil, a instalação de grandes multinacionais e a obtenção de inúmeros empréstimos dos organismos multilaterais, como o FMI e de vários bancos privados, provocaram, em contrapartida, um gigantesco “arrocho” salarial e a repressão às lutas dos trabalhadores, garantindo, assim, o lucro do capital.

Mercadante (1999, p. 4) aponta que o período ditatorial,

defendia o arrocho salarial se justificando pela tese de que "primeiro é preciso crescer para depois distribuir" - a economia de fato cresceu mas a distribuição foi regressiva, a economia se estagnou e o desemprego explodiu – e a tão esperada redistribuição foi sendo postergada e a desigualdade ampliando progressivamente. O efeito destas políticas regressivas – não só da inflação – se expressa na tendência à contínua redução da participação dos salários da renda nacional. Que de 55,5% em 1959 caiu para menos de 40% em meados dos anos 80.

Se o início dos anos 70 representou o momento de maior dificuldade para os trabalhadores, o final da década foi o momento de um novo despertar. Depois de anos de arrocho e de repressão brutal, a classe trabalhadora organizada, sob a vanguarda do proletariado industrial metalúrgico do ABC paulista, insurgiu-se contra a política de arrocho salarial e pelas liberdades políticas, autonomia e liberdade sindical. Ocorreu a greve dos metalúrgicos do ABC paulista, nos anos de 1978, 1979 e 1980.

Certamente, ao se fazer um balanço desse período, observa-se que, apesar da intervenção direta do Estado, persistem, na economia nacional, os mecanismos geográficos que levaram ao desenvolvimento desigual das regiões brasileiras, e as desigualdades resultam do ritmo diferenciado de acumulação da riqueza e de geração da renda, nas diferentes parcelas do território nacional.

### **População na escala nacional (1970-1985)**

O processo da modernização conservadora, experimentado pela sociedade brasileira a partir de 1950, e intensificado após 1964, traz, em si, uma clara proposta de diminuição da

importância relativa da agricultura no contexto econômico e desloca seu eixo, fortemente, para a indústria, formando Complexos Agroindustriais, processo que marginalizou os agricultores familiares, principalmente, quando as dívidas dos financiamentos começaram a vencer. O êxodo rural fez com que, em poucas décadas, a relação populações rural/urbana se invertesse totalmente. A intensificação do processo de urbanização, ampliando significativamente a demanda pelos produtos agrícolas, pressionou a modernização da agropecuária e a expansão da fronteira agrícola, a fim de atender àquela demanda crescente.

Ao abordar a questão do crescimento industrial e a mecanização da agricultura, Lucia Cony Faria Cidade aponta que os trabalhadores,

expulsos do campo por esse duplo processo, os trabalhadores rurais continuaram migrando para as cidades. Apesar de novas frentes de produção no Centro-Oeste, a extensiva mecanização do cerrado não conseguiu absorver os trabalhadores em busca de emprego, que dirigiram às cidades-pólo (...), também sem condições de absorvê-los, que ocasionou novas migrações. (CIDADE, 2003, p. 166-167).

Migrações, em direção à região Sudeste, explicam esse processo, ao mesmo tempo em que aumentam a concentração populacional nessa região. Esse ponto foi analisado por Camarano e Beltrão (2000, p.13), assinalando que na década de 1960, assistiu-se a uma ligeira desconcentração na população brasileira, favorecendo todas as outras regiões, em detrimento da região Sudeste. Na década seguinte, a concentração populacional, nessa região, foi intensificada, sendo que as regiões Norte e Centro-Oeste também tiveram a sua participação aumentada, no total nacional, devido a um crescimento populacional mais expressivo, localizado também nas áreas urbanas. Esse aumento decorreu, em grande parte do crescimento de Brasília. No entanto, na região sul, ocorreu uma redução populacional. Isto se deveu, basicamente a uma evasão maciça da população rural, em decorrência do esgotamento de sua fronteira agrícola.

### **Ideologia na escala nacional (1970-1985)**

O discurso do desenvolvimentismo adquire nova roupagem, nas administrações dos governos militares, procurando atender ao rearranjo econômico mundial. Assim, a política econômica, instalada a partir de 1964, será dirigida por economistas plenipotenciários. Estes economistas têm uma erudição muito peculiar, não só inventa uma linguagem substituta, onde troca fome por carência, fracasso por reversão da expectativa, como fazem suas incursões pela Psicologia Social e pela Sociologia.

Montou-se uma intensa campanha "ufanista" do governo, com slogans positivistas procurando mostrar um Brasil feliz, sem problemas e repleto de canteiros de obras infra-

estruturais, tão necessárias para a indústria e o capital. Era a época do “Brasil grande”: Ponte Rio-Niterói, Metrô nas capitais, Itaipu, Rodovia Transamazônica, Ferrovia do Aço, Tucuruí, Pro-Álcool e também de Programa Nuclear Paralelo. Grandes conquistas no esporte e overdoses de propagandas e campanhas voltadas para enaltecer a nação, “embaçando”, desta forma, a percepção da real situação de endividamento da nação.

O Chamado "Milagre Econômico" era outro fator que mascarava a situação política, pois apresentava a ilusão do lucro fácil e o acesso da classe média ao "consumismo", o que transformou grande parte da população em defensores do governo. Esse modelo, apresentava como seu maior escudeiro, o então Ministro, Delfim Neto, e estava assentado em duas bases: o endividamento externo para obtenção de tecnologia estrangeira e a concentração de rendas para casar um mercado consumidor destes produtos. Além disso, o crédito era liberalizado para que os produtores encontrassem comprador.

Certamente, o elemento mais presente durante esse processo decorre da intensa centralização. Nesse período, instaura-se no país um processo de centralização da União, sem precedentes. No dizer de Spinola (2003, p. 71), essa centralização do poder nas mãos do Estado estava ancorada na “ideologia de segurança e desenvolvimento nacionais e na racionalidade administrativa”. O Estado prosseguiu, orientando o capitalismo nacional adotando uma estratégia do planejamento global, e com doses pesadas de capital estrangeiro.

#### 2.2.2 AÇÕES DE GESTÃO DO TERRITÓRIO NA ESCALA NACIONAL NA PROMOÇÃO DIVERSIFICADA DE EXPORTAÇÕES (1970-1985)

Baseado no binômio segurança-desenvolvimento, é instaurado novo modelo de crescimento para promover o incremento da indústria nacional, com recursos do capital externo, de empresariado brasileiro, e com a participação direta dos investimentos diretos do próprio Estado, como agente econômico. Abrem-se as portas do país para as multinacionais, que se sentem atraídas pelas condições extremamente favoráveis à implantação e expansão de suas indústrias, principalmente mão-de-obra barata, pois o governo limita, de forma drástica, os aumentos reais de salários. Mas os resultados são positivos do ponto de vista econômico: de 1968 a 1973, o PIB registra crescimentos médios anuais da ordem de 10% que, somados às grandes obras, apresentadas como símbolo de pujança, caracterizam o "milagre" brasileiro.

Através da empresa estatal/empresa estrangeira/empresa nacional familiar, que sustentaria a economia, constitui-se, no país, o rotulado tripé da modernização do Brasil. Entretanto, esse caminho se mostrou problemático, visto que, de acordo com Jorge Mattoso,

não conseguiu mais manter o ritmo de crescimento devido a fatores externos, como a emergência da Terceira Revolução Industrial, que colocou novos interesses ao capital

internacional. O Estado, por sua vez, ficou às voltas com a falta de recursos e o desequilíbrio das finanças públicas, decorrente da responsabilidade assumida com as dívidas externa e interna, assistindo um galopante processo inflacionário. O capital privado nacional, historicamente, não consegue assegurar a continuidade do processo de desenvolvimento. (MATROSO, 1995, p.56)

A gestão autoritária do território foi um instrumento essencial para criar fronteira, isto é, áreas onde se conquistavam novas terras e se produziam mudanças aceleradas; garantir os domínios, ou seja, territórios controlados por oligarquias, solidamente estabelecidos, e consolidar uma cidade mundial – São Paulo – como lugar que firma ligações com a economia mundial.

Este panorama leva o Brasil a vivenciar uma geração de políticas de desenvolvimento regional, que corresponde à atração de empresas para as regiões periféricas, se caracterizando como medidas de desenvolvimento exógeno, o qual canaliza uma parte do crescimento global da economia nacional para as regiões periféricas. Este processo esteve muito presente nas décadas de 1960 e 1970 ao redor do globo. A idéia era formar pólos de crescimento, que estimulariam a expansão das regiões mais atrasadas.

Importante lembrar, que falar em modernização-conservadora no Brasil é, simultaneamente, falar em um processo de transição, sem rupturas fundamentais, de uma sociedade agrária, fundada no latifúndio escravista, para uma sociedade industrial urbana-mercantil, processo este, em que o Estado tem um papel condutor decisivo. Daí a permanência de amplos setores não mercantis, tanto no campo, quanto na cidade, de formas de trabalho compulsório, e de padrões políticos pré-modernos.

Sem dúvida, a partir da segunda metade da década de sessenta, o processo de modernização toma maior impulso. Fortalecido e dinamizado pela consolidação do regime militar, que derrotou e reprimiu as forças sociais que se manifestavam e se organizavam em favor da desconcentração fundiária e da implantação da justiça social no campo, via da reforma agrária e da necessidade de integração do território nacional.

As medidas de política econômica, adotadas após a instalação do governo militar, favoreceram a subordinação da atividade agrícola às exigências da reprodução e acumulação do capital. Destacam-se aquelas voltadas para a consolidação do complexo agroindustrial e a criação de um sistema nacional de crédito rural.

Observa-se que, mesmo sem alterar, substancialmente os níveis de concentração espacial da atividade econômica e da renda na economia brasileira, a partir dos anos setenta ocorreu um processo de desconcentração do território, que tomou várias formas e que interrompeu a tendência secular de concentração espacial.

A determinação dos governos militares de tornar o Brasil uma "potência emergente" e a disponibilidade externa de capital aceleraram e diversificaram o crescimento do país, entre 1968 e 1974, a chamada época do "Milagre Econômico". Porém, a vulnerabilidade a choques externos, no entanto, não diminuiu, e a dependência de fonte de energia não é uma ameaça apenas para o futuro do País. Essa deterioração do quadro macroeconômico passou a exigir do Governo, nos anos que se seguiram, constantes mudanças na política econômica, com impacto negativo em todos os integrantes da economia. As crises do petróleo, de 1973 e 1979, que o mundo vivenciou, alimentaram mais ainda a necessidade estratégica de criar uma indústria do petróleo no Brasil, com vistas a alcançar a autonomia.

### 2.2.3 RESULTADOS DAS AÇÕES EM ESCALA NACIONAL NA PROMOÇÃO DIVERSIFICADA DE EXPORTAÇÕES (1970-1985).

O resultado da ação dos governos, que se seguiram ao longo do período, e da estratégia, implícita ou explícita, da manutenção e elevação, nos espaços periféricos, da taxa de lucro do sistema, toma a forma concreta em todas as regiões brasileiras. Esse processo se torna mais evidente particularmente no Nordeste, e a única exceção é a região Sudeste, pois resulta de uma estrutura industrial que nada tem a ver com a formação e a distribuição da renda, em curto prazo, da própria região. Isso se explica pela lógica da estrutura industrial, voltada para o mercado nacional mais amplo, em detrimento do mercado regional. Não é por acaso que o Nordeste brasileiro tem sido alvo, desde a década de cinquenta, de inúmeros programas de incentivos governamentais que não alteram, fundamentalmente, a sua relação de atraso frente ao Sul-Sudeste.

Também, são significativos os impactos das alterações nos movimentos migratórios mais recentes, sobre o dinamismo demográfico das cidades médias. Camarano e Abramovay (1997), ao apresentarem as principais trajetórias regionais dos movimentos migratórios brasileiros, indicam mudanças expressivas neste processo, que, certamente, alavancaram muitas das cidades médias, fora da área de influência das regiões metropolitanas, especialmente de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Essa urbanização, baseada na concentração de grandes complexos industriais, foi fruto da economia de escala capitalista, típica do período fordista, onde a concentração diminuía os custos de produção, pois a proximidade física reduzia os gastos com o transporte de matéria-prima e mão-de-obra, além de maximizar o uso da infra-estrutura instalada. Isso resultou num aumento da população e atividades industriais nas Regiões Metropolitanas brasileiras.

O período, de 1970-1991, demonstra que, embora extremamente concentrada nos grandes centros urbanos, a população urbana brasileira atravessa também, um notável processo de reversão de sua polarização, no qual as cidades médias cumprem papel decisivo. Entre os fatores que imprimiram dinamismo ao desempenho demográfico das cidades médias, podem-se enumerar: as mudanças recentes nos padrões locacionais da indústria; as transformações mais visíveis no movimento migratório nacional; o fenômeno da periferização das metrópoles; a política governamental de atração de investimentos para as regiões economicamente defasadas e a peculiar expansão de nossas fronteiras agrícolas e de extração de recursos minerais. Além destes, é claro, os fatores endógenos ao próprio dinamismo econômico de muitas destas cidades.

Vale lembrar, as cidades médias metropolitanas cumpriram o papel de *porta de entrada* dos grandes fluxos migratórios, rural-urbanos, desde a década de 1950. Alternativamente, os muitos imigrantes que procuram, diretamente, os núcleos metropolitanos, incapazes de arcar com as elevadas rendas fundiárias, faz deslocamento, pouco tempo depois, se fixando em município periférico, mesmo mantendo relações de trabalho com o núcleo. A urbanização no interior, decorrente desse processo, implicou em melhorias nas redes de infra-estrutura urbana.

### **2.3. FASE DE INTEGRAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL, E EFEITOS NO BRASIL (1986-2003).**

#### **2.3.1 CONTEXTO SÓCIOECONÔMICO NACIONAL, NA FASE DE INTEGRAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL.**

O estrangulamento das finanças públicas, face ao esgotamento do padrão de financiamento da economia, baseado na poupança externa, no bojo da crise econômica generalizada, impôs o fim do modelo de substituição de importações. A política econômica brasileira passou a convergir para a estratégia de ajustes, através, principalmente, das políticas cambial e monetária, visando a geração de divisas para os pagamentos dos crescentes compromissos da dívida e a contenção da demanda. Com a intervenção direta do FMI, na gestão da política econômica brasileira, tentando impedir a continuidade no pagamento dos encargos da dívida, o resultado foi a chamada ‘década perdida’ (anos 80), na qual a economia enfrentou longa trajetória de recessão, combinada com inflação galopante, diante de uma solução inadequada aos interesses nacionais, na questão do endividamento, que contemple os credores internacionais.

A modernização conservadora da agricultura atinge estágio posterior à industrialização do setor, a partir da constituição dos CAIs - Complexos Agro-industriais, favorecida pelas condições vigentes, no mercado internacional, para várias *commodities* agrícolas. Nesse estágio, a agricultura, rigorosamente, passa a constituir um ramo da indústria, de cobiçado interesse.

Assim, num quadro de intensa ebulição da luta pela terra e de profunda crise econômica, a década de 1990 tem início no Brasil, com a mudança total nas premissas que, historicamente, fundamentaram a política econômica. Sob a “inspiração” do Consenso de Washington, a intervenção do Estado, na economia que conduziu o modelo de substituição de importações passa a ser defenestrada, dando lugar ao culto do mercado, como via de resolução de todos os problemas da economia brasileira e, inclusive, de regular as relações entre capital e trabalho.

### **Antecedentes socioeconômicos e ambientais na escala nacional (1986-2003)**

A crise do petróleo e a alta internacional dos juros desaceleram a expansão industrial. Com o financiamento externo mais caro, a economia brasileira entra num período de dificuldades crescentes, que levam o país, na década de 1980, ao desequilíbrio do balanço de pagamentos e ao descontrole da inflação. O Brasil mergulha numa longa recessão que praticamente bloqueia seu crescimento econômico. Esse quadro lastreia todas às ações governamentais, nas décadas seguintes.

A década de 1980 é chamada de “A Década Perdida” pois, nesse período, houve desorganização da produção econômica, a atividade industrial ficou estagnada, a atração de capital estrangeiro foi incipiente, e o processo inflacionário levava à ampliação da pobreza. Houve estagnação dos índices de produtividade da economia, pois a importação de equipamentos estava comprometida, e a elaboração dos famosos planos de combate à inflação, cujo pioneiro foi o Plano Cruzado, de 1986, até chegar ao Plano Real, freava a onda inflacionária que assolava o país.

### **Economia na escala nacional (1986-2003)**

Na década de 1990, o Brasil redirecionou sua política econômica, com o objetivo de integrar-se de forma competitiva, ao mercado global. Essa inserção competitiva foi marcada pela abertura da economia para a importação de mercadorias e investimentos do mercado financeiro global.

Tal abertura, fundamentada no ideário do neoliberalismo, prega a desregulamentação da economia, e consiste na redução da participação do Estado, nas atividades econômicas. Nesse contexto, houve a quebra do monopólio estatal nos setores, antes considerados estratégicos, como as comunicações e a produção de energia, iniciou-se a venda das grandes empresas estatais, do campo da siderurgia, da mineração, das telecomunicações e da produção de energia elétrica.

Os projetos mais relevantes, do ângulo da mudança de estratégia para o desenvolvimento, foram: o fim da discriminação constitucional em relação às empresas, de capital estrangeiro; a transferência para a União do monopólio da exploração, refino e transporte de petróleo e gás, antes detido pela Petrobrás, empresa estatal que se tornou concessionária do Estado, com algumas regalias em relação a outras concessionárias privadas; a autorização para o Estado passar a conceder o direito de exploração de todos os serviços de telecomunicações (telefone fixo e móvel, exploração de satélites etc.) a empresas privadas.

A abertura foi complementada, em 1994, pelo Plano Real, que, para combater a inflação, estabeleceu um regime de moeda forte, com a valorização da moeda nacional frente ao dólar, norte-americano. O Real facilitou ainda mais as importações, que se tornaram mais baratas, estabelecendo uma intensa competição, entre a produção nacional e as mercadorias importadas, levando à modernização do sistema produtivo nacional e, inversamente, à falência das empresas nacionais incapazes de competir.

Desde o lançamento do Plano Real até os primeiros meses de 1995 a política macroeconômica operou basicamente sob uma ótica neoliberal e com alta dose de voluntarismo. A partir daí o governo passou a tomar vários tipos de medidas que matizaram o radicalismo de sua orientação inicial e o aproximaram de forma débil e hesitante de uma orientação liberal mais desenvolvimentista.

Como saldo do Real, pode ser creditado um extraordinário aumento de produtividade, que cresceu 7% ao ano, desde então, e, em contrapartida, o aumento dos índices de desemprego, já que uma economia mais moderna também é poupadora de mão-de-obra.

### **População na escala nacional (1986-2003)**

O fenômeno da crescente urbanização, fora dos grandes centros, denominados de urbanização descentralizada, liga-se a fluxos migratórios internos, do território brasileiro. A migração rural-urbana, na década de 1980, atingiu seu limite, e a reversão desse fluxo migratório, nos anos de 1990, indica uma menor atração da população agrícola pelos centros

urbanos e a possibilidade de maior pressão dos trabalhadores sobre a terra. Dessa forma, observa-se uma continuidade das migrações, embora em ritmo menos acelerado.

Os dados do Censo 2000 são inequívocos ao apontarem uma migração interna nas grandes cidades; coisa do tipo: fluxo migratório do centro para as periferias. Isso acaba acarretando uma precarização das moradias, já anunciada por diversos estudos, aos quais se tem tido acesso, em especial, o Mapa da Pobreza e da Exclusão Social, elaborado pela PUC, de São Paulo. O Censo revelou, ainda, uma concentração de grandes cidades, visto que o Brasil possui hoje 5.507 delas, em todos os estados. Desse total, apenas 224 (ou 4,06%) concentram 51% de toda a população do país (ou 86 milhões de pessoas). Os dados revelam que as capitais e grandes cidades deixaram de ser pólos de crescimento e de migração interna, ou seja, não atraem mais tantas pessoas, quanto já atraíram em passado recente. Todas elas cresceram a uma média menor do que a nacional.

Do total de crescimento verificado entre os dois Censos, (1991 a 2000), 76,8% foram registrados a partir de cidades do interior do país, em especial, as de porte médio, que passam a atrair mais pessoas. Os municípios pequenos e micros continuam com seu perfil, ainda rurais, em sua maioria.

### **Ideologia na escala nacional (1986-2003)**

O discurso neoliberal prega a redução do papel do Estado, em decorrência do seu aumento, durante a fase Keynesiana. No Brasil, iniciou com Fernando Collor (1991-1992), defendendo a limitação da participação do Estado na atividade econômica, identificando-se como “Estado menor” e mais eficiente, no qual a ofensiva neoliberal vem promovendo a liquidação dos direitos sociais, a privatização do Estado, o sucateamento dos serviços públicos e a sistemática implementação de uma política macroeconômica lesiva à massa da população.

A ideologia oficial, o neoliberalismo econômico, vem prometer remediar todas as mazelas do sistema capitalista, com base na lógica do “Estado mínimo e mercado máximo”. Essa mistificação decorre da lógica da incoerência e do conflito que a ideologia do neoliberalismo pretende camuflar: a superconcentração do poder econômico, político e até cultural nas mãos de uma parcela reduzida da sociedade, e a realidade crua de um mundo, cada vez mais, dividido, miserável e desigual.

### 2.3.2 AÇÕES DE GESTÃO DO TERRITÓRIO NA ESCALA NACIONAL NA FASE DE INTEGRAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL

Dadas as limitações, as ações têm se restringido a gerenciar os recursos existentes. Entretanto, é vital considerar os chamados Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID), que se constituem na agenda principal, de políticas públicas do governo próximo, passado e do atual. Esta se propunha, conforme o Programa Avança Brasil das administrações Fernando Henrique Cardoso, montar uma outra geografia econômica e social do País.

Dessa forma, segundo relata Cláudio Egler (mimeo)<sup>6</sup>, o primeiro Plano Plurianual de Investimento (PPA 1996-1999), introduziu a noção de eixos de desenvolvimento, visto como instrumento de integração nacional e continental e de redução dos desequilíbrios espaciais. Já o segundo, (PPA 2000-2003), do mesmo governo, foi precedido por um edital de contratação de serviços de consultoria especializada, lançado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para o então Ministério de Orçamento e Gestão, destinado à identificação de oportunidades de investimentos públicos e privados, nas áreas de influência dos Eixos, com vistas a estimular o desenvolvimento econômico e social dessas áreas, enfatizado empreendimentos complementares ou relacionados ao “Programa Brasil em Ação”, ou seja, destinava-se a levar adiante o que havia sido iniciado com o PPA anterior.

### 2.3.3 RESULTADOS DAS AÇÕES, EM ESCALA NACIONAL, NA FASE DE INTEGRAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL

As preocupações governamentais com o crescimento econômico, em atrair investimentos e apresentar ações que ignoravam ou pouco consideravam os fatores complementares, desarticulam a relação de produção e consumo, repercutindo no espaço urbano, onde a mancha urbana se propaga significativa e desordenadamente, resultando em índices elevados de habitações desprovidas de condições mínimas de moradia. Com efeito, a periferização da população nas metrópoles e aglomerações, advém com a industrialização, é marcada profundamente por grandes parcelas de trabalhadores que migram para as cidades, em busca de novas oportunidades de trabalho e de alternativas de sobrevivência.

Lucia Cony Faria Cidade, ao explicar as abordagens relativas às pressões sobre a terra e sua repercussão sobre o ambiente afirma:

A cidade representa com veemência, as contradições do processo de articulação brasileira à economia globalizada, a organização do espaço e os processos sócio-econômicos e ambientais locais não se esgotam nessa relação. Uma parte expressiva dessa dinâmica apresenta-se de forma clara como fruto do jogo de interesses

---

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://www.laget.igeo.ufrj.br/egler/pdf/eixos.pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2004.

localizados, tendo à frente a ação ou a omissão do Estado, o grande responsável pela política territorial predominante. (CIDADE, 2003, mimeo).

Considerando-se incontestável o avanço da melhoria da infra-estrutura em rede, por todo o país, apesar da reversão da polarização não ter implicado em descentralização, mas desconcentração, através do crescimento relativo da população e de economia de metrópoles, como São Paulo e Rio de Janeiro. Este fato proporcionou a divisão com outros centros urbanos, arcando com as mesmas conseqüências e funções metropolitanas.

## **2.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO**

Diante desse novo cenário, onde cidades de porte médio constituem uma parcela vital no dinamismo econômico regional, novas especificidades na análise dos fenômenos urbanos e outros desafios são exigidos dos planejadores e formulador de políticas pública. Neste sentido, a análise do tema mostra que a atividade petrolífera, reveste-se de enorme significado para o desenvolvimento do país, apresentando-se como um dos elementos primordiais para mover os mecanismos da industrialização. Por outro lado, também se constituiu em elemento perpetuador dos desníveis regionais e sociais no país, na medida em que, a esperada pulverização econômica em todos o território nacional não aconteceu, pois, há regiões que permanece distante destes elementos modernizadores.

O próximo capítulo abordará como esse desenvolvimentismo contribuiu no perfil das atividades petrolíferas regionais e locais, ressaltando o Estado da Bahia, e demonstrará como estas atividades, em verdade, apenas criaram mais um discurso ideológico, camuflando as profundas disparidades regionais e econômicas do Brasil.

### 3 DESENVOLVIMENTISMO E INDÚSTRIA PETROLÍFERA NO ESTADO DA BAHIA

É fundamental a compreensão dos processos relevantes, em torno das relações sócio-espaciais, em escala regional, a fim de que possamos responder a questão inicial da pesquisa, sobre o papel do desenvolvimentismo na geração de atividades petrolíferas, como promotoras de desenvolvimento regional e local. A argumentação voltar-se-á para os movimentos que construíram a matriz industrial da Bahia, que iniciam através de uma conjunção de fatores favoráveis, como a usina hidroelétrica de Paulo Afonso, a criação da SUDENE, o Advento do Banco do Nordeste e a instalação da Refinaria de Mataripe, hoje, Refinaria Landulpho Alves. Esses elementos materiais do processo não são considerados incidentais, mas engendrados num argumento de prosperidade, avanço e superação da condição de atraso, da economia regional.

A discussão objetiva responder parcialmente à primeira questão da pesquisa, que aborda o papel do desenvolvimentismo na construção de uma imagem das atividades petrolíferas, como promotoras de desenvolvimento local. Enquanto no capítulo precedente a abordagem da mesma questão se concentrou na escala Brasil, neste, a discussão trata da escala Bahia (Figura 3).

Tratará da relação entre o desenvolvimentismo e a indústria petrolífera no estado da Bahia a partir da perspectiva do planejamento e das práticas de gestão territorial e ambiental, particularizando São Francisco do Conde.

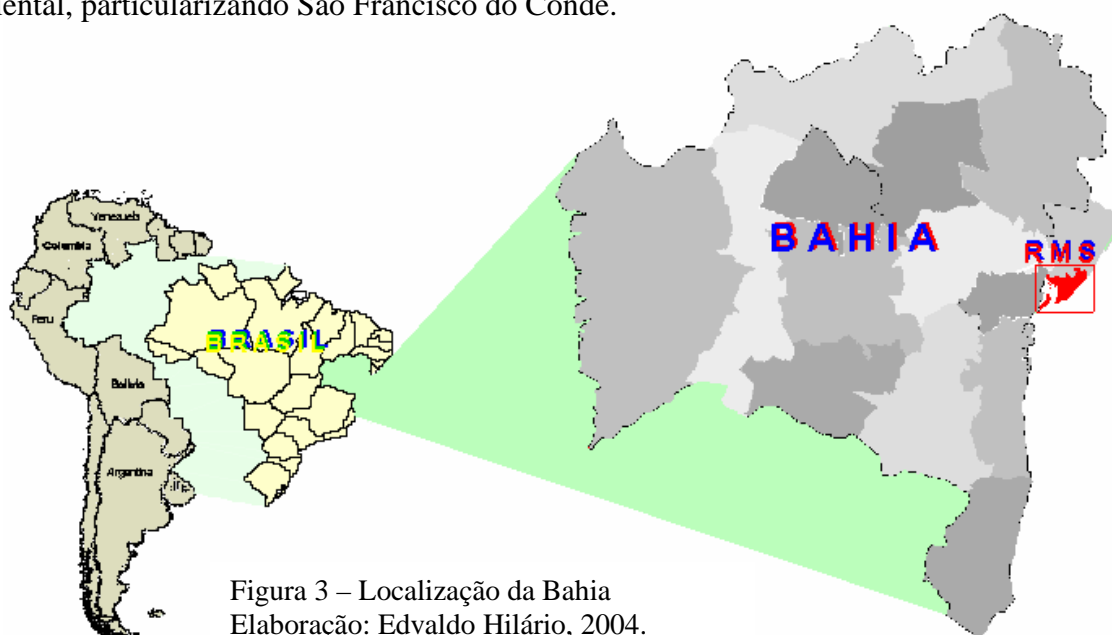


Figura 3 – Localização da Bahia  
Elaboração: Edvaldo Hilário, 2004.

### **3.1 FASE DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES VERTICAL E EFEITOS NA BAHIA (1956-1969)**

#### **3.1.1 CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO REGIONAL NA SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES VERTICAL**

##### **Antecedentes socioeconômicos na escala regional**

Até a década de cinquenta, do século vinte, a economia baiana caracterizava-se por relativa estagnação, período que ficou conhecido como o “enigma baiano” de acordo com Gabrielli de Azevedo (2000, p. 49). Essa estagnação, segundo apontam os estudo de Teixeira e Guerra (2000), era resultado de uma participação insignificante da indústria do estado em relação ao setor industrial do país, a quase extinção da atividade agroindustrial do açúcar e o fato de que a estrutura produtiva estadual apoiava-se fundamentalmente no setor primário exportador, baseado no seu principal produto: o cacau.

As áreas produtivas restringiam-se ao Recôncavo, com o tabaco, a combalida atividade açucareira e as poucas indústrias têxteis, e o litoral sul cacauero. Estas atividades econômicas que predominavam no estado, ainda enfrentavam problemas relacionados às condições da infra-estrutura, onde as estradas, por exemplo, eram poucas e de baixa qualidade, resultando num certo isolamento entre a capital e as cidades interioranas. A pouca produção existente encontrava dificuldades para escoamento e comercialização. Neste contexto, os atores sócio-econômicos de maior expressão eram os comerciantes, que vislumbravam suas atividades com a exportação.

Em síntese, tinha-se um forte produto de exportação, gerador de significativas divisas que eram direcionadas para outros mercados, e um setor comercial e financeiro, destacando-se neste último o Banco Econômico. Apesar disso, a Bahia não se industrializava e boa parte da sua população vivia na miséria. (TEIXEIRA e GUERRA, 2000, p. 88).

Diante do contexto apresentado, as políticas públicas visavam, fundamentalmente, encontrar saídas urgentes e necessárias para o estado e, particularmente, para Salvador, a capital do estado, já que esta, apesar da crise, apresentava uma certa infra-estrutura básica para viabilizar ações governamentais, voltadas para reaquecer à economia.

A estrutura industrial baiana, pouco diversificada e concentrada na produção de bens mais tradicionais, encontrava-se mergulhada num sombrio e preocupante quadro de estagnação econômica. Entretanto, aconteceram profundas modificações, ao longo dos anos cinquenta, do século XX, iniciando uma nova fase, marcada por uma série de transformações na sua estrutura produtiva, mormente aquelas associadas ao, então “inexpressível”, setor industrial. Os indícios iniciais dessas mudanças já estavam potencialmente presentes, desde a segunda metade da década de 1940, quando a economia brasileira dá sinais evidentes de

necessidade de expansão do mercado interno nacional, ou seja, de aumento do nível de articulação comercial, entre as regiões, e de modificação no perfil industrial, via crescimento da produção de bens intermediários e ampliação da sua incipiente produção de bens de capital.

### **Economia na escala regional (1956-1969)**

A nossa história econômica está marcada por circunstâncias que consolidaram uma acentuada heterogeneidade entre as diversas regiões brasileiras. Mas é possível dizer que, durante os anos cinquenta e sessenta do século passado, em certa medida, a política nacional mostrava-se preocupada com essa problemática, e organizou diversos programas regionais de desenvolvimento. Com efeito, os estados estruturaram distintos instrumentos de desenvolvimento, ao final da década de 60. No Nordeste, e particularmente na Bahia, a motivação mais geral dos governos da época, a exemplo de Antonio Balbino (1955-1959), Juracy Magalhães (1959-1963) e Lomanto Júnior (1963-1967); relacionava-se ao grande projeto nacional de industrialização e todos queriam ser beneficiados. Isso aconteceu, mas o desenvolvimento, continuava concentrando e primordialmente no Sudeste brasileiro.

Neste sentido, o processo de industrialização da economia baiana começou, efetivamente, por causa da política federal de integração da economia nacional, via “desconcentração industrial”. A dinâmica do sistema capitalista induzia à intensificação do processo de acumulação proveniente da industrialização brasileira, concentrada na região sudeste. A estratégia do governo federal era promover o crescimento de outras áreas do país, que fossem mais bem dotadas de recursos naturais, mão-de-obra barata, localização e outras vantagens competitivas, estimulando a atração de indústrias potenciais. Ocorreram inversões maciças da esfera federal no Nordeste, especialmente na Bahia, quer seja através de incentivos financeiros e fiscais para a instalação de indústrias de base, vinculadas ao processo de integração produtiva com o Centro-Sul, quer seja através de investimentos em educação, saúde e, especialmente, infra-estrutura, com a construção de portos, rodovias, ferrovias, suprimento de energia e água, dentre outros.

Aos poucos, a economia do estado começou a mudar,

... chegaram ali, pela primeira vez, a energia produzida pela Companhia Hidroelétrica do S. Francisco, em Paulo Afonso, no semi-árido baiano, e as ações do Conselho Nacional do Petróleo; depois, da Petróleo Brasileiro S.A. A instalação da CHESF, que significou a oferta abundante de energia e a eletrificação em rede do Recôncavo, e a criação da Petrobrás, com seus campos e refinaria, abrem um novo ciclo de atividades à região. Risca-se e marca-se o Recôncavo com centenas de quilômetros de rodovias e oleodutos, poços, tanques, barracas e oficinas, abertas para pesquisa, a extração e o embarque do petróleo. (BRANDÃO, 1998, p. 41).

É preciso expor que a industrialização baiana foi crucial para uma configuração espacial concentrada, pois refletia a estratégia de potencialização dos recursos aplicados, uma vez que os reduzidos volumes de inversões, associados à escassez da infra-estrutura, inviabilizavam movimentos de dispersão. Portanto, o crescimento industrial no Sudeste, desde os primórdios do processo, não encontra paralelo na Bahia. Este fato deve-se entre várias coisas, à carência de energia local, sempre destacada pelos estudiosos da época.

Salvador, a capital do estado, sintetiza a problemática. Após um preocupante período de estagnação da economia agro-exportadora açucareira e fumageira, ocorre, a partir da década de 1950, um novo surto de crescimento em Salvador e seu entorno, com a chegada da Petrobrás. Com efeito, a região experimenta a mais rápida transformação econômica do país, verificando-se um vertiginoso surto de crescimento, com pesados investimentos institucionais, conforme aponta Oliveira (1987, p. 43):

O volume de investimentos da PETROBRÁS não tem paralelo na história econômica do estado: entre 1955 e 1959, o total desses investimentos corresponderá de 1 até 7,4% da renda total e de 8,1% a 66,9% da renda interna industrial do estado da Bahia. A massa de salários pagos pela PETROBRÁS despejada na economia baiana crescerá à razão anual de 18% reais, entre 1958 e 1969, e no mesmo período se elevará de 7,64% a 38,7% do total da renda industrial interna do estado, tendo atingido o nível de quase 50% no ano de 1967. Toda essa massa monetária, de investimentos e salários, concentrada num espaço reduzido, praticamente no Recôncavo e em Salvador, transformará a economia baiana radicalmente. A dinâmica dessa radicalidade concentrará a renda em Salvador quase como em nenhuma outra parte do Brasil.<sup>7</sup>

As transformações decorrentes desse processo se fizeram mais intensas na zona rural do Recôncavo, onde todo o complexo econômico petrolífero foi instalado. O ramo açucareiro, lentamente, perde espaço, principalmente diante do evidente desinteresse, tanto do setor privado, quanto público, pela tradicional economia do açúcar.

A esse respeito, substancia Luiz de Aguiar Costa Pinto em seu importante estudo:

O petróleo surgiu nas terras mais ricas e de ocupação mais antiga do Recôncavo, nasceu do ventre mole do massapê, no centro da zona do açúcar, exatamente nas margens do fundo do golfo onde é mais autêntica, mais densa e mais recente a história e a tradição da terra e da gente da Bahia. Representa a etapa inicial de um novo processo e não vem de nada que antes pré-existisse na região, como a usina, por exemplo, que apareceu como um avanço ou um aperfeiçoamento do engenho, um modo novo e moderno de transformar a mesma cana e fazer o mesmo açúcar que ali secularmente sempre se fez. O petróleo, não. (COSTA PINTO, 1998, p. 143).

Baseado em Brandão (1998, p. 46), observa-se que, “economicamente, a Petrobrás teve muito mais impacto nos circuitos financeiros e de consumo, concentrados em Salvador, do que em suas respectivas áreas de atuação”. Essa industrialização, somada mais tarde, ao

---

<sup>7</sup> Os dados que o autor apresenta, baseia-se na dissertação de mestrado em Economia de José Sérgio Gabrielli de Azevedo, “Industrialização e incentivos fiscais na Bahia”, defendida em 1973 na Escola de Economia da Universidade Federal da Bahia.

Centro Industrial de Aratu (CIA) e o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), firmada na introdução volumosa de capitais de origem extra-regional, e não “num processo progressivo de acumulação, interno à região, viria a marginalizar, de uma vez, a economia do velho Recôncavo, e a cobrar custos extremamente altos à sua rede urbana e à capital”.

O Recôncavo, desde seus primórdios foi montado para uma economia exportadora e, como tal, os centros regionais, como era evidentemente voltavam toda sua produção para a capital, por isso Salvador abrigava o único porto e centro comercial da região. Tal fato determinou o tipo de relações que esses núcleos manteriam com a metrópole.

### **População na escala regional. (1956-1969)**

As mudanças na economia ocasionaram migrações geraram um intenso processo de desruralização, se reproduzindo na escala regional, o fenômeno do êxodo rural, observado no país e, conseqüentemente, ampliando, significativamente, o efetivo da população urbana. A esse respeito, Milton Santos (1998, p. 86), em seu estudo sobre a “rede urbana do Recôncavo”, evidencia a incapacidade da zona rural reter excedente. Resultado, um processo migratório tem início e vai se terminar nas maiores cidades da região e em Salvador, sem falar nos que emigram para o sul do país ou encontram ocupações nos trabalhos petrolíferos.

Segundo observa a demógrafa Guaraci Adeodato (1976, p. 42), decorreu, dessas alterações na economia regional, um aumento na população da então chamada Área Metropolitana de Salvador (AMS), fruto do “franco processo de desorganização e decadência” no campo, “sem que nenhum novo dinamismo substituísse as atividades tradicionais em declínio”. Para a autora, o forte êxodo rural apresentado pelas zonas da cana, fumo e policultura no litoral oeste da Bahia e veraneio, não pode ser explicado pela mecanização agricultura uma vez que ela era praticamente inexistente.

Para Guaraci Adeodato (1976, p. 38), enfatiza

É interessante salientar que esse processo migratório a partir das áreas de economia estagnada ou decadente em direção a Área Metropolitana de Salvador não parece ser recente. Essa tendência geral podia ser observada desde 1940, como afirmam os dados abaixo (Tabela 2).

**Tabela 2 – Incrementos relativos das diferentes zonas – Recôncavo, 1940-1970.**

| ZONAS                          | INCREMENTOS RELATIVOS (%) |         |         |
|--------------------------------|---------------------------|---------|---------|
|                                | 1940/50                   | 1950/60 | 1960/70 |
| Área Metropolitana de Salvador | 40,99                     | 61,61   | 60,91   |
| Zona Extrativa do Petróleo     | - 5,91                    | 14,41   | 31,82   |
| Zona da Cana                   | -15,59                    | 16,19   | - 0,09  |
| Zona do Veraneio               | 10,60                     | 19,73   | 4,46    |
| Zona Litoral Oeste da Bahia    | 2,19                      | 8,52    | - 0,60  |
| Zona do Fumo e Policultura     | - 1,09                    | 15,04   | 6,98    |

Fonte: Sinopse Preliminar dos Censos de 1960 e 1970 e Censos Demográficos de 1940 e 1950

Mais adiante a referida autora acrescenta ainda que

... o aumento da populacional da Área Metropolitana nas três décadas está sempre acima de 40%, revelando ganhos de população, e o das demais zonas, abaixo de 20%, indicando perdas populacionais. (GUARACI, 1976, p. 41).

Levando-se em consideração os incrementos relativos da população rural dos municípios do Recôncavo, observa-se que a maioria deles (...) viram diminuída a sua população rural entre 1960 e 1970. (...) alguns fatores histórico-culturais estão atuando para a expulsão da população rural dessa grande área do Recôncavo que, outrora, conheceu grande prosperidade econômica e social. (GUARACI, 1976, p. 42)

Dessa forma, percebe-se que as mudanças do sistema produtivo do Recôncavo, verificadas no período, provocaram significativas alterações populacionais, sendo a Petrobrás, e suas respectivas atividades inerentes ao processo, responsável direta. Evidentemente que a combalida economia agro-exportadora potencializou tais transformações e, também, em certa medida, funcionou como ingrediente ideológico justificador para a implantação da então nova política econômica.

### **Ideologia na escala regional (1956-1969)**

Enquanto ainda vigoravam valores tradicionais, criava-se a expectativa da melhoria de vida nas cidades médias e grandes. Dessa forma, em termos de distribuição populacional rural-urbana, tem-se observado uma concentração progressiva e acentuada da população nas áreas urbanas. Seguindo a mesma trajetória, a migração campo-cidade se intensifica dentro do próprio estado da Bahia, e o crescimento industrial leva a uma nova composição social e à formação de uma classe média emergente, que se localiza, predominantemente na RMS, principal centro polarizador dos investimentos, encontra-se a maior oferta de bens e serviços e um, então, operariado urbano, requisitado pelo crescente segmento formal da economia. Como previsto essas regiões receptoras de investimentos receberam maiores fluxos populacionais, e intensificou o seu processo de crescimento urbano. Esse processo terminou por contribuir para um crescimento explosivo e de baixa qualidade na capital, produzindo uma vida urbana medíocre e desestimulante, nas demais cidades do Recôncavo.

Segundo Guaraci (apud Ferreira e Ribeiro, 2001, p. 12),

as grandes transformações pelas quais passou a Bahia, (...) incrementaram fluxos migratórios de todo o tipo, com as mais variadas trajetórias, especialmente os fluxos de origem rural, direcionando-se no sentido interior – RMS (capital) e interior – centro-sul do país. O processo de proletarianização nesta década produziu uma massa explícita de trabalhadores sem terra (ou apenas com um roçado) e sem emprego regular, o que contribuiu para o agravamento da pobreza rural e o abandono do campo.

Havia resistência e uma certa dose de desconfiança quanto às economias de enclave, embora seus benefícios fossem bem-vindos por grupos de comerciantes, vez que o setor ganha fôlego com a chegada da massa de trabalhadores procedentes dos canaviais e engenhos, que já se mostravam pouco atrativos. O alicerce do discurso desenvolvimentista na escala regional baseava-se na industrialização como veículo para inserir a Bahia no cenário nacional, embora a concentração espacial da produção industrial baiana na Região Metropolitana de Salvador (RMS), viesse se constituir em fator preocupante, em face das distorções de natureza socioeconômica que produz. Além de contribuir para agravar os desequilíbrios regionais no território baiano, essa concentração industrial provoca forte pressão na demanda de serviços públicos e infra-estrutura urbana nas cidades da RMS, cuja limitada oferta se apresentaria ampliada em curto prazo.

Acreditamos que um dos fatores determinantes da falência do modelo de desenvolvimento foi seu erro de concepção, pois já nasceu orientada para a imobilização de grandes estoques de capital produtivo, sem a devida compreensão de suas capacidades. O modelo fordista, que se tentou estabelecer, criou o ambiente necessário para implantação de alguns enclaves de exportação, a custas de processos contínuos de efeitos sócioambientais e do agravamento dos problemas que a região enfrentava, quando sua base produtiva era representada pelo extrativismo.

### 3.1.2 POLÍTICAS E AÇÕES TERRITORIAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES VERTICAL (1956-1969)

Na segunda metade do século vinte, várias políticas de incentivos foram implementadas visando promover o crescimento estadual. Entre outras medidas, criou-se um sistema estadual de planejamento e um fundo de desenvolvimento agroindustrial. Estes mecanismos de planejamento buscavam corrigir as distorções econômico-regionais e encontrar caminhos que direcionassem o estado no encalço da industrialização.

Com o governo de Antônio Balbino, a partir de 1955, e, posteriormente, o de Juracy Magalhães, após 1959, o estado trilhou um enfoque no planejamento. Contudo, o fato mais significativo para a indústria e a economia baiana foi proveniente das atividades da Petrobrás, iniciadas na década de cinquenta. Implantou-se uma refinaria, a Refinaria Landulpho Alves (RLAN), no distrito de Madre de Deus, município de São Francisco do Conde, próximo a Salvador. Com isso, no final da década de 50, o estado havia, mesmo que timidamente, iniciado o seu processo de industrialização. Isso se deu, principalmente, a partir de um

impulso exógeno: os investimentos da Petrobrás em extração e refino de petróleo (TEIXEIRA e GUERRA, 2000, p. 89).

Segundo Avena (1986, p.56), a implantação da Petrobrás repercute, fortemente sobre os diversos segmentos da estrutura socioeconômica do estado, especialmente na configuração do parque fabril, da Região Metropolitana de Salvador, na composição do valor de transformação industrial (VTI), na formação da Renda Interna, no perfil do Emprego e no volume de investimentos.

O discurso governamental condutor das políticas de investimento no ramo petrolífero, enfatizava as vantagens dessa atividade. Entre os investimentos que começaram a chegar, estavam, além do início da exploração de petróleo no Recôncavo Baiano, a construção da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso e a abertura da rodovia BR-101, conhecida como Rio-Bahia, e, mais tarde, a instalação de dois complexos industriais.

Com o petróleo configurando-se como processo de especialização da indústria da Bahia, deve-se destacar que o crescimento do parque industrial baiano já se encontrava materializado, antes da criação dos incentivos fiscais 34/18-FINOR<sup>8</sup>. Assim, alguns autores consideram, do elenco de ações estabelecidas pelo Estado, os incentivos fiscais e financeiros, concedidos pela SUDENE, um dos principais mecanismos responsáveis pela alteração da estrutura industrial da Bahia. Importante sinalizar que, relativo a planejamento, é elaborado em 1985, antes mesmo da criação da SUDENE, pela Comissão de Planejamento Econômico do Governo da Bahia (CPE), o I Plano de Desenvolvimento da Bahia (PLANDEB), no qual, a indústria aparece como o núcleo principal de uma política articulada, a partir das possibilidades e disponibilidades de recursos, vis-à-vis a distância nacional em curso.

O governo Antonio Balbino (1955-1959) é considerado como marco inicial das mudanças que ocorreriam na economia baiana e na administração pública estadual. Neste sentido, é notável a atuação do professor Rômulo Almeida, que, assumindo a Secretaria da Fazenda do estado, demonstrou ser uma das mais importantes matrizes de idéias “voltadas para o futuro”.

Algumas das concepções apresentadas por Rômulo Almeida, geravam criar um embrionário sistema de planejamento, com a constituição do Conselho de Desenvolvimento

---

<sup>8</sup> Refere-se a uma das estratégias industriais da SUDENE, voltadas para os incentivos fiscais e financeiros do chamado “sistema 34/18”, o qual diz respeito ao artigo 34 da Lei 3.995, de 14 de fevereiro de 1961 e ao artigo 18 da Lei 4.239, de 27 de junho de 1963. Esse sistema, em 1974 foi incorporado ao Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), que tinha como objetivo assegurar condições de exequibilidade financeira aos projetos aprovados pela SUDENE, responsável pela administração do Fundo.

do estado da Bahia (CONDEB) e da CPE, que seriam a peça central desse sistema e que aspiravam instituir no âmbito do governo estadual.

Nesse cenário, a decisão de implementar a extração de petróleo foi essencial para a reestruturação produtiva, caracterizada pela emergência da industrialização. A indústria do petróleo, eixo propulsor do setor fabril, se impôs como fonte de energia eficaz, e permitiu a ampliação significativa de divisas das unidades da federação. Assim, de acordo com Menezes, (2001, p. 46-47), a instalação de unidades de extração e refino, da Petrobrás, no Recôncavo, foi um dos marcos iniciais da industrialização baiana, transformando as relações interindustriais, as características do mercado, a ocupação da terra e em outros aspectos, a atividade econômica, na área de influência direta do capital, com efeitos positivos quanto à capacitação técnica dos quadros governamentais e do local, para pensar a problemática industrial, elaborar os correspondentes estudos indicativos de oportunidade de investimentos e buscar alcançar condições para sua concretização.

### 3.1.3 RESULTADO DAS POLÍTICAS E AÇÕES SOBRE A SOCIEDADE E O AMBIENTE REGIONAL NA SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES VERTICAL (1956-1969)

O projeto de industrialização, iniciado com a descoberta do petróleo na bacia do recôncavo baiano, nos anos de 1950; a instalação da RLAN, cinco anos após; a instalação do Complexo Petroquímico da Bahia (COPEB), em 1963; o Centro Industrial de Aratú (CIA), em 1967 e do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), em 1972, confere à Bahia e, particularmente a RMS, um outro padrão de ocupação territorial e socioeconômico.

Oliveira (1987, p. 51) chama atenção para o processo de urbanização do estado, particularmente da AMS, como consequência das alterações da matriz econômica, a qual muda radicalmente, entre 1940 e 1970, a estrutura do emprego, e apresenta índices elucidativos, indicando que

a Área Metropolitana se desruraliza completamente: 23,6% da PEA na agricultura, ela passa a apenas 5,7% em 1970; o emprego industrial sobe de 16,5% a 26,1% do mesmo período, enquanto no amplo setor terciário o crescimento também é acentuado: de 59,9% em 1940 para 68% em 1970. (...) cada emprego industrial dava lugar a 3,6 empregos no terciário em 1940 e a 2,6 empregos em 1970, na Região Metropolitana de Salvador, e esses coeficientes são bem superiores à mesma razão detectada para o conjunto do Brasil. (OLIVEIRA, 1987, p. 51-52)

No campo das políticas sociais, quando os planejadores haviam estabelecido um período de tempo, entre a expansão e a distribuição dos benefícios desse crescimento, o país não se estruturava para a distribuição da renda, cada vez mais concentrada, baseado na concepção de crescer para depois dividir. Não era, pois, na fase recessiva que essa distribuição de riquezas seria iniciada.

Em termos de localização, de acordo com Brandão (1985, p.80), o principal resultado da política de desenvolvimento, sobretudo “desenvolvimento regional”, fora o aumento das diferenças intra-regionais e a concentração da indústria nas velhas capitais. Segundo a autora, entre 1965 e 1970, sozinho, o estado da Bahia absorveu 43,43% dos investimentos industriais beneficiados pelos incentivos administrativos da SUDENE.

### **Estrutura territorial urbana resultante na escala regional (1956-1969)**

Em decorrência do número crescente de migrantes que chegam à região, exige-se dos poderes locais, melhores condições urbanas, que se apresentam como demandas novas para o sistema. O grande crescimento da população implica em serviços de infra-estrutura e sistema de transportes coletivos à altura, para incorporar a periferia das cidades, especialmente em Salvador, que crescia rapidamente. Por conseguinte, nota-se que, nesse período, com o advento da industrialização da Bahia, acelerou o processo de urbanização, que mudou a sua fisionomia, formatando centros urbanos, que se desenvolveram, rapidamente, às margens dos grandes eixos rodoviários que cortam o território baiano.

No processo acelerado de urbanização e migração campo-cidade, correspondente ao período em que a Petrobrás mais recrutou mão de obra, foi significativa a parcela de migrantes absorvida por vários municípios onde a empresa atuava, especialmente, por São Francisco do Conde e Candeias. Com essas migrações, houve um crescimento das cidades médias e grandes, especialmente Salvador e seu entorno.

Logo, a ocupação espacial da região, decorrente dos fatores já mencionados, favorece o crescimento das cidades, causando significativas mudanças na vida social, que podem ser mensuradas pelo crescimento físico e pela expansão urbana. Das cidades próximas, excluindo-se a Região Metropolitana de Salvador, poucas foram as que apresentaram acentuados dinamismos demográficos. Isso, em certa medida, potencializou a marcha migratória para a RMS. Por isso, convém, mencionar que Salvador reuniu grande parcela da população operária do estado, espelhando, claramente, o somatório de contradições e tensões, resultantes de um crescimento rápido e desigual.

### **Aspectos socioeconômicos resultantes na escala regional (1956-1969)**

As questões socioeconômicas, urbanas e espaciais, da região, são derivadas das contradições geradas pelo desenvolvimento do capitalismo, acentuadas com a industrialização, partir de 1950, impondo uma política urbana ao poder público, baseada em

inversões privadas e públicas, direcionados preferencialmente, aos setores mais rentáveis da produção e consumo determinando a prioridade dos serviços destinados a expandir a produção dos serviços que respondem às necessidades de sobrevivência da população. Tal quadro acentuou as condições tradicionais de desigualdade e exclusão, levando a sociedade a uma situação, na qual, parcelas crescentes da população confrontam-se com uma pobreza profunda, mais visível na região, quando se observa a segregação sócio-espacial.

Nesse mesmo diapasão, Maria de Azevedo Brandão argumenta que:

O advento da Petrobrás, apesar de sua estrutura gigantesca, de seu papel catalizador na ampliação e geração de imensas transformações no sistema viário, no mercado do trabalho e nos mercados bancário e imobiliário criou um mundo novo e relativamente fechado, que se mostraria incapaz de revitalizar a região no seu conjunto, frente a uma estrutura social arcaica e desgastada. (BRANDÃO, 1998, p.45)

Percebe-se que a proposta de superação de uma economia, baseada em ramos agrícolas tradicionais, orientadas para exportação, para uma economia do tipo industrial, que se orientava, preferencialmente, para o mercado interno, impunha, ao estado, grandes investimentos, voltados à criação de uma base, de impulso para a economia capitalista, só atendendo às necessidades da força de trabalho de modo subordinado, deixando para segundo plano os interesses da grande maioria da população.

Essa política teve, como efeito, a expansão das demandas sociais. Não obstante, era justificada pelos governos, como um sacrifício para a construção dos pilares de um capitalismo de base forte, que resultaria, em longo prazo, na ampliação do número de empregos, através da industrialização.

### **Aspectos político-institucionais resultantes na escala regional (1956-1969)**

Nesse aspecto, é importante frisar, que a criação da SUDENE e a aprovação do primeiro Plano Diretor se deram num momento de fortes tensões políticas e sociais do país, quando se exigiu do Estado um tipo de intervenção menos paliativa e mais definitiva. Porém, em muitos casos, notadamente após 1964, o planejamento baiano limitou-se a potencializar, aos níveis estaduais, planos e programas decorrentes de decisões federais. Para isso, foi decisiva a capacidade de articulação e negociação das lideranças políticas do estado, nos escalões decisórios da nação, o que contribuiu para gerar uma economia de renda altamente concentrada e bastante desigual em sua distribuição.

De fato, segundo Teixeira e Guerra (2000, p. 90), as distorções do regime de incentivos fiscais para o Nordeste não podem ser desprezados. Todavia, o aspecto a ser aqui destacado é que, após quase quatro décadas, essa política se mostrou insuficiente para criar

uma dinâmica endógena de investimentos. Além da escassez de capital local, mesmo após os grandes investimentos estruturantes realizados, aparentemente, não se desenvolveram, na região, capacidades empresariais, capazes de liderar o processo de industrialização.

Então, no intuito de proporcionar condições para que a almejada industrialização acontecesse, bem como solucionar os problemas oriundos do esperado crescimento econômico e populacional, na área de planejamento do desenvolvimento econômico e social, o governo baiano cria mecanismos institucionais para responder às questões subjacentes. Dessa forma, com o objetivo de viabilizar as políticas oriundas da CPE, em termos de estímulos a projetos industriais e agroindustriais, criou-se, em 1959, o Fundo de Desenvolvimento Agro-industrial (FUNDAGRO), que, juntamente como o BANE<sup>9</sup>, seria o órgão de financiamento e fomento da industrialização na Bahia. Em suma, o triângulo institucional, formado pela CPE, FUNDAGRO e BANE, resultou em apoio substancial para o início da fase industrialista baiana observada a partir de 1950.

### **Resultados concernentes ao ambiente natural na escala local (1956-1969)**

O Recôncavo, e particularmente a Região Metropolitana de Salvador, desde os primórdios de sua ocupação, contém uma componente de intensa exploração dos recursos naturais. Isso ocorreu durante todo o período do modelo agro-exportador e, principalmente, com a adoção do industrialismo. Esse modelo, na realidade, assentava naquilo que alguns autores chamam de a “visão tradicional” do crescimento econômico, e mesmo, do desenvolvimento. Como tal, o crescimento não tem uma componente ambiental, o que importa é acumular mais capital e produzir mais riqueza. Sendo assim, deduz-se que é inevitável que essa acumulação de capital e produção de riqueza consumam recursos naturais, alterando a natureza.

O período, 1950-1970, caracterizou-se por uma oferta energética abundante, barata e de fácil transporte e manuseamento. Estava-se, então, nos anos 1950-1960, num "boom" econômico, nos países industrializados, o qual gerou o mito do crescimento econômico desenfreado. Como pressupunha, a Bahia não fugia à regra. Os efeitos ambientais evidenciaram-se em quase todas as áreas: o processo de ocupação da terra, pela agricultura de exportação, e o processo de urbanização, baseado fundamentalmente na industrialização, dependente de elevado consumo energético, geraram os mais distintos tipos de poluição.

Em várias áreas do Recôncavo começaram a ser registrado problema de poluição hídrica (cádmio e chumbo, manganês, mercúrio, petróleo e

---

<sup>9</sup> Na época o Banco do Estado da Bahia (BANE), respondia pelo mecanismo de fomento do estado.

derivados; agrotóxicos; lixo e esgotos, além do vinhoto já antigo) e atmosférica (arsênico). (BRANDÃO, 1998, p. 48).

Porém, as preocupações governamentais, mormente no âmbito de planejamento, só começam a considerar a questão ambiental a partir da segunda metade da década de 1970, mas esta se restringia à preservação da flora e fauna, à utilização de água e recursos minerais, enquanto as questões urbanas e ambientais foram tratadas como setores distintos, desintegrados. Em nível das negociações internacionais, os argumentos defendidos por autoridades brasileiras confirmavam esta desintegração.

### **3.2. FASE DE PROMOÇÃO DIVERSIFICADA DE EXPORTAÇÕES E EFEITOS NA BAHIA (1970-1985)**

#### **3.2.1 CONTEXTO SÓCIOECONÔMICO REGIONAL**

##### **Economia na escala regional**

Enquanto a consolidação da RLAN trouxe para a Bahia a indústria do petróleo, logo depois foi implantado o CIA, um parque metal-mecânico, composto por fornecedores de equipamentos e mesmo por alguns produtores de bens leves de consumo, que ampliaram o peso da indústria na economia baiana. O último e mais importante bloco de investimentos foi o do pólo petroquímico, responsável por elevadas taxas de crescimento do PIB, estadual na segunda metade da década de 1970 e, em menor escala, no início dos anos 1980.

A tecnologia do petróleo, após 1945, elegeu o território baiano como base operacional, mais precisamente, o território da Baía de Todos os Santos e do Recôncavo. A descoberta do petróleo, nessas terras, terminou por despedaçar o que restava de solidariedade e de identidade nesta área. A implantação, em larga escala, da extração e do refino do petróleo, e todo o dinamismo por eles gerado, definiram um recôncavo petrolífero, integrado no processo de desenvolvimento nacional, e excluíram os recôncavos inúteis, abandonados, arruinados.

A industrialização foi responsável pela maior concentração de população e de renda no Sudeste, enquanto o Nordeste, a segunda região mais populosa, ainda permanecia como a mais pobre do país, com uma participação na renda nacional inferior à metade de seu peso demográfico, ou seja, de sua grandeza populacional. A integração do Nordeste ao Sudeste diz respeito a um processo que se completa na década de 1970, pela intervenção planejada do estado.

Nesse contexto, a Bahia se insere, notoriamente, por deter, em seu território, os elementos básicos para o fornecimento de energia, que tanto essa indústria reivindicava.

Dessa maneira, além da disponibilidade de incentivos fiscais e financeiros, da proximidade – em alguns casos – da matéria-prima, da existência de uma força de trabalho relativamente barata e do apoio governamental, o progressivo desenvolvimento industrial, concentrado na RMS, na medida em que gerava externalidades, se retroalimentava. Isto, devido a vantagens oriundas da própria aglomeração produtiva.

O caráter concentrado da indústria baiana gerou, também, saltos de acumulação. Mais do que um comportamento cíclico, os investimentos industriais na Bahia, fortemente concentrados no tempo e em um número relativamente restrito de empresas, caracterizou uma evolução por saltos, em que cada etapa significou uma migração para um novo patamar de acumulação de capital. Além da expansão da estrutura industrial anterior, cada agrupamento de inversões implicou numa complexificação econômica, gerando novas relações interindustriais e impactos sobre as demais atividades.

### **População na escala regional (1970-1985).**

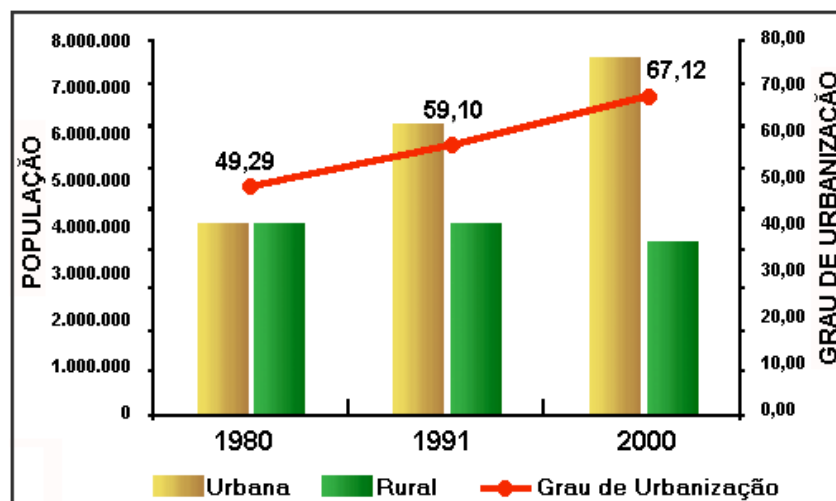
A população regional está longe de se distribuir, uniformemente, no espaço, achando-se muito concentrada nas áreas metropolitanas, e na Bahia não é diferente. Salvador e municípios vizinhos tem ampliado significativamente o seu contingente. As demais cidades médias baianas não dispõem de uma rede de serviços, razoavelmente desenvolvida, apesar de, mais recentemente, algumas estarem apresentando bom desempenho econômico. O fato é que essa realidade contribuiu para uma migração excessiva para a RMS, particularmente para Salvador. Esse fenômeno, além de elevar a presença de favelas nas áreas periféricas, criou, estruturalmente, um significativo nível de desemprego na Região Metropolitana.

De acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia,

o processo de urbanização baiano é marcado, por um lado, pela concentração de parcela expressiva da população urbana na capital e, por outro, pela dispersão desta população em centenas de centros urbanos de pequeno porte. Nas últimas décadas, o crescimento expressivo de alguns centros de médio porte vem contribuindo para fortalecer a rede urbana da Bahia. (SEI, 2002, p. 4).

Segundo dados da SEPLANTEC (2002, p. 38), a taxa anual de incremento demográfico da Bahia vem caindo. Entre 1980 e 1991 era de 2,1%, caindo para 1,1%, no período 1991/2000. Nesse mesmo período, a população urbana duplica em relação à população total, e as áreas rurais do estado já apresentam redução absoluta de população. No entanto, a população rural da Bahia ainda é a maior do país. (Figura 4).

Dessa forma, entende-se que a formulação e a implementação de políticas urbanas no estado da Bahia voltada para a eficiência da economia, sobretudo no que diz respeito à distribuição espacial da população e das



Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Figura 4 – População, Grau de Urbanização Bahia, 1980, 1991 e 2000.

Adaptação: Edvaldo Hilário, 2004.

atividades econômicas, constitui-se em elemento chave para assegurar a exequibilidade da maior integração espacial e o efetivo desenvolvimento regional.

### **Ideologia na escala regional (1970-1985)**

O discurso ideológico dos militares, que, desde o início, disseminaram o terror e a violência contra os seus opositores, seria a busca do progresso, o que pressupunha a substituição plena do Brasil rural arcaico, pelo urbano industrializado. Pretendia-se exorcizar colonial do país, substituindo-a pela integração da sociedade brasileira aos valores da civilização ocidental. Para tanto, a agricultura continuaria a desempenhar papel nevrálgico na continuidade no financiamento do processo de industrialização, via substituição de importações, tanto por meio da transferência de renda, através da deterioração do poder de troca do produto agrícola, como pela geração de saldos cambiais.

Regionalmente, a montagem ideológica se mantinha. Até porque, é, no âmbito regional que o poder estabelecido imprime, efetivamente, suas ações. Para o Nordeste, vislumbrou-se uma possível integração nacional, através dos projetos de desenvolvimento e crescimento econômicos, procedentes de diversos órgãos estaduais e, particularmente, federal. Sudene, Banco do Nordeste e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) são emblemáticos, e tiveram papel significativo no Nordeste e, evidentemente, na Bahia.

#### **3.2.2 POLÍTICAS E AÇÕES TERRITORIAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (1970-1985)**

Nos anos setenta, a Bahia recebeu incentivos fiscais, que favoreceram a criação dos pólos industriais de Aratú e de Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador, configurando

o maior centro industrial do Nordeste. Vale registrar que, no esquema geral de instalação das empresas do Pólo de Camaçari, os empréstimos do BNDES e os incentivos fiscais da SUDENE foram as duas fontes principais de financiamento.

Além dos novos pólos industriais, o Recôncavo Baiano tornou-se um dos maiores produtores nacionais de petróleo, sendo o único produtor nacional de petróleo durante três décadas, chegando a produzir um quarto das necessidades nacionais. As jazidas petrolíferas, com viabilidade econômica de exploração, hoje no Brasil, são encontradas nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará, Amazonas e a Bacia de Campos.

### 3.2.3 RESULTADO DAS POLÍTICAS E AÇÕES SOBRE A SOCIEDADE E O AMBIENTE REGIONAL.

O processo de desenvolvimento econômico da Bahia gerou realidades distintas. De um lado, encontra-se uma economia dinâmica, baseada, principalmente na indústria de bens intermediários, onde surgiram diversas atividades modernas, e cuja complexidade criou condições para a sua evolução futura; de outro, um grande território, com poucas alternativas econômicas e escassas possibilidades de desenvolvimento. Evidentemente, existem regiões em posições intermediárias e novos focos dinâmicos, decorrentes da evolução recente da economia baiana.

Também é importante considerar que a relevante questão de proteção do meio ambiente foi pouco contemplada no Plano de Desenvolvimento de 1967 (PD-67), no que tange à indústria, devido ao custo da implantação e operação dos sistemas antipoluição, que deverão ser absorvidos pelas empresas, pelo governo ou por ambos.

#### **Estrutura territorial urbana resultante na escala regional (1970-1985)**

A conjuntura de uma nascente atividade industrial, nos arredores da capital, somada às transformações no campo, contribuiu para um processo migratório intenso para as cidades. A difusão destas atividades foi uma das forças responsáveis pelo dinamismo do processo de urbanização, promovendo a formação e/ou crescimento de pequenos e médios centros urbanos.

De acordo com Bárbara-Christine Nentwing Silva, na relação urbanização e desenvolvimento industrial,

observa-se, de um lado, que há uma importante associação direta entre os dois elementos na Região Metropolitana de Salvador. Com o dinamismo do setor industrial nesta área, obrigando uma alocação de vultosos investimentos em obras de infraestrutura, ocorre também um dinamismo nas demais atividades urbanas, que tão bem

caracterizou a vida metropolitana até recentemente. Em escala menor, o exemplo de Feira de Santana seria o mesmo, ou seja, as atividades tradicionais da cidade vêm se incorporando (...) um importante setor industrial. Para as demais cidades médias do interior, a associação entre atividades industriais e crescimento urbano é bem mais fraca, notando-se, entretanto, que a mesma poderá ser acentuada com o crescimento dos distritos industriais. (SILVA, 1991, p. 142).

Deve ser destacado, que todos estes complexos mecanismos de mudanças, envolvendo um considerável número de elementos, causaram substanciais alterações no papel exercido pelas cidades que, em termos gerais, passaram, progressivamente, de centros locais e / ou regionais, sem uma expressiva interdependência, a não ser com as metrópoles regionais, para centros com variada hierarquia funcional, melhor equipados e com um forte inter-relacionamento, abrangendo uma grande dimensão espacial, ou seja, o espaço nacional. Aos pouco, surgia um sistema urbano nacional, integrando vários subsistemas como, por exemplo, o da Bahia.

#### **Aspectos socioeconômicos resultantes na escala regional (1970-1985)**

A pouca qualificação da mão-de-obra migrante, no entanto, não se ajustava ao perfil de empregos oferecido na indústria. Como resultado, as cidades baianas, despreparadas para enfrentar a nova realidade, passaram a enfrentar problemas relacionados à infra-estrutura para atender o crescente número de pessoas. A alternativa de emprego e melhores condições de vida, não se concretizando, ocasionou uma grande elevação no emprego informal.

Salvador e as cidades diretamente envolvidas com o movimento industrial petrolífero viram-se envolvidas numa crise urbana, que dificultou, mais ainda, o equacionamento dos problemas sociais emergentes. As cidades médias baianas não ofereciam uma rede de serviços razoavelmente desenvolvida, apesar de, mais recentemente, algumas estarem apresentando bom desempenho econômico. Logo, essa realidade contribuiu para uma migração excessiva para a RMS, particularmente para Salvador. Esse fenômeno, além de elevar a presença de favelas nas áreas periféricas, criou, estruturalmente, um significativo nível de desemprego na Região Metropolitana.

#### **Aspectos político-institucionais resultantes na escala regional (1970-1985)**

A despeito dos centros executivos regionais nunca terem sido implantados, o trabalho realizado pela CPE, em muito, contribuiu para a formação de uma consciência de planejamento, nos quadros técnicos do governo estadual. Com efeito, a Bahia procurou

consolidar a sua estrutura industrial, mediante o aprofundamento de vínculos e intensificação da utilização de suas vocações produtivas.

Para Noélio Spinola, Luis Araújo e Fernando Pedrão,

A infra-estrutura já implantada e com suficiente margem para ampliações sucessivas do conjunto de empresas, seja nos distritos da RMS (COPEC, CIA, DINURB) ou nos DIs do interior, desde os anos 80 opera como elemento de significação ímpar entre os instrumentos de política industrial em poder do Governo do Estado, que atua com suficiente respaldo técnico e efetivo apoio Federal no sentido de ordenar as prioridades, executar e administrar os equipamentos infra-estruturais básicos requeridos pelo parque fabril, mormente na RMS, em que através de uma grande quantidade de contratos de financiamentos e de captação de recursos a fundo perdido, foi aplicado volumoso montante de recursos diretamente pelo Estado em rodovias e vias internas, portos, aeroportos, proteção ambiental... (SPINOLA, ARAÚJO e PEDRÃO, 1998, p. 224).

Assim, o programa de fomento à industrialização constituiu uma atividade constante do governo do estado, objetivando promover o desenvolvimento industrial. Pretendia-se gerar emprego e renda nas principais cidades do estado e, com isso, fixar a população no interior, reduzir o fluxo migratório dirigido para a capital e criar um conjunto de relações, que contribuíssem para a integração espacial das diversas regiões do estado e formassem um mercado interno.

### **Resultados concernentes ao ambiente natural na escala local (1970-1985)**

É possível constatar que a atuação do estado e a estratégia utilizada no processo de modernização do território se deram no sentido de consolidar a filosofia indutora do crescimento econômico. As conseqüências geradas, especialmente do ponto de vista ambiental, assentam-se no acirramento dos grandes conflitos, pois ao intervir no espaço, dotando-o de infra-estrutura econômica, provoca transformações nas condições de vida, além das alterações nos ecossistemas e na qualidade do meio ambiente local ou regional.

Algumas vezes os impactos de investimentos, via grandes projetos, podem provocar efeitos indutores positivos; noutras, são incapazes de difundir os benefícios do desenvolvimento, que se acumulam e se concentram no circuito econômico.

### **3.3. FASE DE INTEGRAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL E EFEITOS NA BAHIA (1986-2003).**

#### **3.3.1 CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO REGIONAL (1986-2003)**

A redução da participação da Bahia na economia brasileira, a crise dos segmentos tradicionais da agricultura, a estagnação industrial e a paulatina emergência de atividades,

vinculadas ao *agribusiness* moderno, foram as principais características, que marcaram o final da década de 1980 e início de 1990. Nos anos seguintes, o desempenho dos demais segmentos da economia baiana, à exceção do moderno *agribusiness*, também não foi dos melhores.

A indústria extrativa mineral vivenciava o acirramento de um processo de queda de sua produção, que já vinha da década anterior – determinado pela progressiva exaustão das reservas de petróleo e pela política da Petrobrás, de privilegiar a exploração de poços de maior rentabilidade. Dentre os principais segmentos, este foi o que apresentou os piores resultados, com influência expressiva no comportamento geral da economia. O comércio e o turismo, por sua vez, sofreram os impactos da desaceleração da economia brasileira e não contrabalançaram o movimento geral.

### **Economia na escala regional (1986-2003)**

A discussão do tema indica uma necessidade de considerar a globalização como fenômeno significativo para a atualidade. Assim, deve-se salientar, que ela apresenta novos requisitos locais, concentrados nas regiões mais desenvolvidas do país. Completam esse quadro: o advento do Mercosul, que favoreceu às de maior proximidade com os demais países do bloco, e a abertura da economia, que acirrou a concorrência, induzindo as empresas a realizarem fortes ajustes produtivos.

Focalizando a Bahia nesse cenário, a globalização tem impactos diretos e indiretos sobre a sua base econômica, pois atinge a indústria de bens intermediários e o restrito parque de bens finais, aqui instalado, a partir do aumento da importação de produtos substitutos. No caso particular da petroquímica, reduzem-se os já citados efeitos de espraiamento das regiões mais desenvolvidas, que ocorrem a partir da compra de insumos, de produtores situados nas regiões menos desenvolvidas, por parte da grande indústria. Nota-se o esforço do governo do estado em atrair novas indústrias através da chamada “guerra fiscal”, gerando uma disputa entre os estados brasileiros. Já no final da década de 1990, ocorre a implantação de uma indústria automobilística, na área do Complexo Petroquímico de Camaçari.

O fator mais marcante, da última fase da economia baiana, reside no fato de que a recuperação e reestruturação da estrutura produtiva estadual foram seguidas por uma progressiva melhoria, também, de alguns indicadores sociais, mais precisamente, da medida de maior robustez do nível de concentração da renda, o índice de Gini.

Os últimos anos da década de 1980 foram caracterizados por um desempenho sofrível da economia baiana, em termos de evolução do PIB, que registrou queda em dois anos da série, 1987 e 1999. Segundo o economista Batista (2001, p. 16), de maneira um pouco menos

acentuada, a Bahia continuou a perder sua participação no PIB durante o primeiro quinquênio, da década de 90, registrando, em 1990, 4,49% do PIB nacional, e, 4,14% em 1995. Entretanto, graças a mudanças no quadro demográfico, ocorreu pequeno crescimento do PIB, per capitã, ao longo deste intervalo de tempo, de modo que, em 1995, este se apresentava 1,2% maior que em 1990.

Apesar das medidas de política econômica adotada em âmbito estadual a partir de 1991, voltadas para o fortalecimento do aparato do governo do estado e para a dinamização da economia, o crescimento do PIB durante todo o período foi bastante modesto. Mesmo assim, em 1992 sua variação, em contraste com a do Brasil, foi positiva, o que já indicava possíveis efeitos da melhoria da gestão pública e da condução da política estadual de desenvolvimento. (Batista, 2001, p. 16)

Respondendo por cerca de um terço da atividade econômica do Nordeste, a economia baiana atinge um grau de complexidade produtiva, que a coloca como a mais importante, fora do eixo Sul-Sudeste, passando por um processo de transformação cujas principais características são a gradativa verticalização e a densificação produtiva. A elevação do peso da produção de bens finais em importantes cadeias industriais, e o maior grau de inter-relações setoriais são, talvez, os aspectos mais visíveis das mudanças que vêm ocorrendo na economia baiana.

### **População na escala regional. (1986-2003)**

De acordo com o Censo Demográfico de 2000, na Bahia foi registrado 13,06 milhões de habitantes, sendo que a população baiana corresponde a 27% da nordestina e a 7% da brasileira. O contingente urbano alcançou 67,0%, mas, ainda é bastante inferior ao do País (81,2%), diferença que poderá ser reduzida, mantendo-se o intenso crescimento da população urbana do estado: 2,5%, entre 1991 e 2000, contra a diminuição em 1,29% da população rural. Isso posiciona a Bahia como o quarto estado brasileiro, em termos populacionais, atrás de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Segundo o IBGE a taxa de crescimento da população baiana, atualmente inferior à taxa média nacional (1,29% entre 1991 e 2000), vem diminuindo. Ela foi de 2,4% ao ano na década de 1970, passando para 2,1% ao ano, entre 1980 e 1991, e de apenas 1,08%, entre 1991 e 2000. A relação, de 98 homens para cada grupo de 100 mulheres, demonstra a predominância feminina. Em 1991, verificava-se, na composição por idade, o enorme peso (39,6%) apresentado pela faixa etária mais jovem (de 0 a 14 anos), sendo a idade mediana da população baiana, naquele ano, de 18,5 anos.

O ritmo de urbanização da Bahia tem sido, historicamente, lento em comparação ao de outras cidades da Federação, mesmo do Nordeste. Isso se explica, segundo estudos da SEI

(1999), entre outros fatores, pela sua estrutura fundiária, processo de modernização agrícola e pelos padrões migratórios da população rural do estado, que implicam na recorrência de “estratégias de sobrevivência”, incluindo a saída, por um período, de alguns membros da família, em busca de trabalho, que garanta os recursos necessários à sobrevivência e à manutenção da condição de proprietário.

Pode-se, enfim, caracterizar a Bahia nos dias de hoje como um estado com baixas taxas de crescimento populacional anual, em função da redução persistente da natalidade, de um grau de urbanização crescente e da persistência do fenômeno migratório, peculiaridades da dinâmica demográfica baiana terão importância crucial na determinação dos padrões de vida e da concentração de renda no estado. (BATISTA, 2001, p. 48).

Segundo Creomar (2001, p. 10), as perturbações oriundas de um mercado de trabalho, cujos indicadores, na segunda metade da década de 1990, não se mostravam nada animadores, comprometeram o avanço do processo de redução da pobreza. É sintomático que a taxa de desemprego aberto, em conformidade com os dados do IBGE, tenha passado de uma média anual de 4,6%, em 1995, para 7,6%, em 1998, ano em que se registra salto expressivo, em relação a 1997.

### **Ideologia na escala regional (1986-2003)**

Em todas as áreas onde os projetos de exploração do petróleo foram implantados, criam-se grandes expectativas de melhorias e desenvolvimento. Na Bahia, tal como no Brasil, esses projetos de extração petrolífera caracterizaram-se por um modelo que, desde o início, enfatizou os retornos econômicos e a expectativa de promoção do desenvolvimento.

O tema “estratégia para o desenvolvimento” teve, na década de 1980, forte presença nos estudos sobre crescimento econômico, especialmente aqueles preocupados em traçar diretrizes para as políticas de governo nos países de industrialização tardia. Assim, a recomendação política dominante passou a ser a de que os países em desenvolvimento se integrassem, pura e simplesmente e cada vez mais, à economia de mercado. Literatura sobre desenvolvimento e política de desenvolvimento ficou quase toda dominada por discussões sobre “ajustamento”, “integração” ou “reformas estruturais”.

Ao longo dos anos 1990 emergiu uma nova estratégia brasileira de desenvolvimento, orientada para a redução do papel regulador do Estado, a eliminação das funções empresariais que desempenhava e a abertura e integração da economia doméstica na economia mundial, por meio da construção do Mercosul.

Atualmente, as mudanças de política macroeconômica começaram a produzir efeitos favoráveis sob todos os aspectos. E, muito tortuosa e lentamente, a recomposição política

antes mencionada vem se processando — seja no plano político-partidário, seja no da relação entre governo e interesses organizados da sociedade —, o que tem se expressado em várias iniciativas governamentais afins, com o liberal-desenvolvimentismo. Seria temerário afirmar, no entanto, que tais políticas se converterão, no futuro, em parte de uma estratégia bem-definida de desenvolvimento.

Diante do exposto, entendemos que a Bahia, como enfrentou crises e grandes desajustes produtivos, procurou integrar-se às novas regras mundiais, onde o mercado passou a ditar as regras do jogo.

### 3.3.2 POLÍTICAS E AÇÕES TERRITORIAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (1986-2003)

Houve, também, mudanças na estrutura da economia do estado, mediante esforço no planejamento para atrair investimentos, em particular, via implementação de uma série de indústrias do setor químico, na Região Metropolitana de Salvador. A instalação de centros industriais na capital baiana, notadamente o Centro Industrial de Aratú e o Complexo Petroquímico de Camaçari, como encaminhamento das propostas do planejamento, contribuíram para que o crescimento do setor secundário fosse preconizado como agente central da redução das disparidades.

Sem dúvida, segundo Brandão, (1985 p. 38) a origem desse processo de descentralização seletiva, das atividades industriais, ultrapassa os limites das economias nacionais e, muito mais ainda, os estreitos graus de liberdade, das formações regionais. Porém, seria simplista admitir que seu desenrolar efetivo restrinja-se apenas a isso, seja na determinação de sua dinâmica econômica, seja no viés de seus efeitos mais amplos. É certo, também, que nada garante a direção desses resultados, cujo formato terá tanto a ver com os dados econômicos quanto com o quadro político-institucional. “Pólos” ou não, “enclaves”, “crescimento harmônico” ou “descontinuidades estruturais”, promessas, em longo prazo de redução ou aprofundamento da exploração do trabalho e de degradação do ambiental, nada disso pode ser dado de saída. O jogo será tanto mais político, quanto mais, cruamente, econômico.

### 3.3.3 RESULTADO DAS POLÍTICAS E AÇÕES SOBRE A SOCIEDADE E O AMBIENTE REGIONAL

#### **Estrutura territorial urbana resultante na escala regional (1986-2003)**

A partir do processo de efetiva industrialização, entendida como motor principal da reprodução de capital, a estrutura territorial passa a ter um novo conteúdo de valorização do

capital em mãos do setor nacional. Esta compreensão explicaria sucesso do circuito imobiliário urbano e a influência deste no processo de estruturação das cidades brasileiras. Nesta ótica, A Região Metropolitana de Salvador experimenta significativas alterações na organização do espaço regional, através da concentração das atividades nesta área.

Com isso, as indústrias instaladas no estado forçaram a ampliação da infra-estrutura, como a portuária, a rodoviária e urbana. Porém, deve-se salientar que não se pode considerar que a industrialização ocasiona obrigatoriamente o desenvolvimento para a região onde se instala. O desenvolvimento implica mudanças nas estruturas econômicas, sociais, culturais e institucionais. Na esfera econômica, o desenvolvimento implica num crescimento contínuo de renda por habitante de uma região, melhorando de forma global as condições sociais dos seus habitantes.

É natural portanto que cidades menores e intermediárias que dependiam do sistema radio-concêntrico do território polarizado por antigas capitais, tenham caído rapidamente de importância na medida em que aquelas que cumprem papel de destaque na organização do espaço do estágio industrial tenham assumido papel de destaque na mesma velocidade. Tal é o caso de todo o elenco de cidades da Região Metropolitana de Salvador e do Recôncavo Baiano, assim como do crescimento de cidades vinculadas aos eixos distributivos nacionais, como Feira de Santana, Vitória da Conquista, Itabuna, etc.

Esse período também é marcado pelo início efetivo da implantação e/ou adequação da legislação obrigatória prevista pela Constituição de 1988, como a Lei do Perímetro Urbano (LPU), que delimita as áreas de cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR), que é federal e do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), que é municipal. Tem igual importância o Plano Plurianual de Investimentos (PPI), que demonstra um planejamento de mais longo prazo. O Plano Diretor, fornece o ordenamento básico da estrutura territorial urbana e a Lei Orgânica Municipal (LOM), responsável pelo conjunto de leis básicas de cada município.

### **Aspectos socioeconômicos resultantes na escala regional (1986-2003)**

Os investimentos da Petrobrás, em extração e refino do petróleo, proporcionaram mudanças sociais consideráveis. Expandiram-se à classe operária e à classe média urbana, esta última ocupada nas próprias fábricas e nas atividades de apoio do setor terciário. Devido aos, relativamente altos salários pagos pela Petrobrás, os “petroleiros” passaram a se constituir numa espécie de elite de trabalhadores (MENEZES, 2002, p. 38), com acesso a bens de consumo, até então, só acessíveis às classes mais favorecidas. Criaram-se expectativas de que esse setor seria a grande saída para o estado.

Críticos mostram que os resultados do desenvolvimento industrial no estado da Bahia, surpreenderam, pois

A estratégia de “desconcentração concentrada” constituiu-se no grande equívoco do planejamento regional baiano, pois conseguiu que a Bahia efetivamente se transformasse numa grande produtora de alguns bens intermediários sem, contudo, expandir seus efeitos multiplicadores a montante ou a jusante de grandes plantas como as da petroquímica e da metalurgia, que se instalaram no estado.

Os planejadores baianos (...) não conseguiram que aqui surgisse um pólo de desenvolvimento gerador de um parque de indústrias de transformação que, via complementaridade, asseguraria o sonhado desenvolvimento auto-sustentado da região.

A opção pela criação de pólos de desenvolvimento associada à construção dos distritos industriais na Região Metropolitana do Salvador e nas principais cidades do interior da Bahia, constituiu uma política ineficaz frente ao modelo de industrialização adotado, como exemplifica o insucesso da concepção do Complexo Petroquímico de Camaçari como um pólo e, conseqüentemente, um instrumento de desenvolvimento regional. (SPINOLA, 2001, p. 37).

A imagem construída da indústria petrolífera, como uma possível solução para a crise, permaneceu. No entanto, a visibilidade dos benefícios sócio-econômicos pode ter obstruído ou induziu à indiferença, quanto aos pontos problemáticos do empreendimento. Na prática, com o advento da extração petrolífera e da industrialização, ocorreram grandes disparidades regionais no estado, como também entre os municípios, pois, a estrutura econômica do petróleo requer grandes investimentos.

A economia do petróleo caracteriza-se por ser altamente geradora de recursos, sob a forma de *royalties*, como forma de compensação financeira pela exploração dos recursos dos territórios envolvidos. Certamente, esses estados e municípios são os maiores beneficiados por esses pagamentos, devido à lavra do petróleo no território nacional. Assim, o discurso do desenvolvimento cultivou a expectativa de que os municípios com atividades extrativas, ao receber parte dos recursos, pudessem encontrar condições financeiras e técnicas para equacionar os problemas socioeconômicos e ambientais conseqüentes da própria atividade, bem como, os verificados nos centros urbanos.

Como resultado, os custos e benefícios dos projetos, para as localidades que os abrigam, tendem a apresentar-se de forma variável e, muitas vezes, inesperada. Tal entendimento acaba por transferir para os governos locais a gestão de conflitos sociais, originados das demandas sociais insatisfeitas e alimentados pela dinâmica econômica e social de níveis mais abrangentes. A atração de investimentos torna-se a prioridade maior, e o governo municipal passa a ser visto como viabilizador local da instalação e sucesso de novos empreendimentos, por meio do fornecimento de infra-estrutura urbana e subsídios.

Embora os benefícios para a sociedade local não estejam claros, e os custos ambientais permaneçam altos, a imagem construída parece reforçar expectativas do desenvolvimentismo

municipal, através da indústria petrolífera, como “panacéia”. As disponibilidades desse excelente reforço financeiro, para essas administrações, representam um grande potencial, quanto aos montantes devidos para o futuro, e instrumento dinamizador do desenvolvimento local.

### **Aspectos político-institucionais resultantes na escala regional (1986-2003)**

A indústria na Bahia tem sido liderada por grandes empreendimentos, que não escapam da lógica da globalização. O estado prepara o terreno para se ajustar às exigências do mercado e a indústria petroquímica passou a conviver com um ambiente mais competitivo, na qual predomina a competitividade internacional, onde opera as unidades de maior porte. Agora, suas vendas e operações dependem de um cálculo de custo mais realista e isso ampliará significativamente a disponibilidade de recursos nos cofres públicos do estado e dos municípios envolvidos.

A literatura indica que uma elevação do fluxo de receitas, tão significativa num país marcado pela escassez de recursos públicos, resultou em problemas político-administrativos, por parte dos gestores municipais e estaduais quanto ao uso dessas verbas. Nos aspectos econômicos, não se verifica uma capacidade decisória, nem de implementação de um planejamento de longo prazo, no sentido de reverter em benefícios sociais para essas comunidades. Politicamente, há pouca transparência e democratização das decisões e controle dos gastos.

A extração petrolífera e os impulsos “espasmódicos e exógenos” (TEIXEIRA e GUERRA, 2000, p. 96), resultantes das ações da SUDENE e das atividades da Petrobrás, trouxeram benefícios globais para o estado e, mais precisamente, para as áreas municipais envolvidas. Na Bahia existem mais de duas centenas de municípios beneficiados por *royalties* do petróleo. Esses municípios passaram a ter acesso a significativos volumes de recursos, provenientes dos impostos e compensações financeiras, pela atividade em seu território. No entanto, os recursos provenientes desta atividade não resultaram em benefícios sociais significativos e efetivos para as comunidades locais, pelo menos na mesma dimensão do volume econômico envolvido; pelo contrário, o que houve foi uma concentração enorme desses rendimentos nas mãos dos grupos familiares, que se alternam no poder local. A atividade petrolífera parece ter contribuído para criar mais um discurso ideológico.

É certo que, de forma global, tais divisas disponíveis para estas unidades territoriais abriram possibilidades consideráveis para as possíveis soluções das mazelas sociais que afligem estes municípios.

### **Resultados concernentes ao ambiente natural na escala regional (1986-2003)**

Os efeitos ambientais mais evidentes desse modelo de desenvolvimento na Bahia, ancorado na indústria petroquímica, sintetizaram mais intensamente no Recôncavo e mais precisamente na Baía de Todos os Santos e seu entorno. Em 1995, nessa baía tinha instalado em seu entorno 44 indústrias potencialmente poluidoras, que, direta ou indiretamente lançavam os seus efluentes em suas águas. Além do desenvolvimento de núcleos de indústrias na Região Norte da Baía de Todos os Santos, foram implantadas atividades de exploração de jazidas petrolíferas, tanto no corpo hídrico (Campo de Dom João Mar), quanto em seu entorno (Campos Petrolíferos Terrestres em São Francisco do Conde, Candeias e Mataripe)

A utilização do petróleo traz grandes riscos para o meio ambiente desde o processo de extração, transporte, refino, até o consumo, com a produção de gases que poluem a atmosfera. Os piores danos acontecem durante o transporte de combustível, com vazamentos em grande escala de oleodutos e navios petroleiros. A concentração desta atividade no Recôncavo Baiano e, especialmente, na Baía de Todos os Santos confere a tais regiões uma vulnerabilidade de possíveis acidentes desta natureza.

As atividades de refino, extração e transporte de petróleo e derivados no Recôncavo Baiano trouxeram como conseqüências vazamentos de óleo nas operações de extração, liberação de água do mar utilizada como lastro dos tanques de navios petroleiros e derramamentos acidentais de petróleo em operações de transporte, impondo à baía contaminação agudas cuja persistência conduziu a uma presença crônica de hidrocarbonetos.

Foram registrados diversos acidentes envolvendo derramamento de petróleo na Baía de Todos os Santos (Anexo E). Um dos maiores acidentes ocorreu em julho de 1984, com mais de quinze toneladas de óleo derramado no Terminal de Madre de Deus (TEMADRE) e, quatro anos depois, em 1988, mais setecentos mil litros de óleo vazaram.

As operações de exploração e produção de petróleo foram grandes indutoras de mudanças econômicas, ambientais, sociais e culturais no Recôncavo Baiano, particularmente na Região Metropolitana de Salvador. Isso devido concentração das atividades operacionais e administrativas concentrarem-se nesta capital. As extensões dessas mudanças foram especialmente importantes para as comunidades locais, tendo seu estilo de vida afetado. Observam-se alterações nos seguintes aspectos:

- Nos modelos de agricultura e pesca, como consequência direta pela desapropriação de terras ou, de forma indireta, pela construção de novos acessos, conduzindo a planejados e exploração predatória dos recursos naturais;
- Nos níveis da população local, como resultado da chegada de nova força de trabalho e de pessoas em busca de novas oportunidades de trabalho;
- Nos sistemas sócio-econômicos devido às novas oportunidades de emprego, salários maiores, inflação, bem como às diferenças salariais quando diferentes membros dos grupos locais se beneficiarem de forma diferenciada com as mudanças;
- Nos sistemas sócio-culturais tais como a estrutura social, organização e herança cultural, valores e crenças;
- Na disponibilidade e acesso a bens e serviços tais como moradia, educação, saúde, água, combustíveis, eletricidade, esgoto e bens de consumo introduzidos na região;
- No planejamento das estratégias, devido a conflitos entre o desenvolvimento e a proteção ambiental, a utilização de recursos naturais, atividades recreacionais, turismo e recursos históricos e culturais;
- Nas questões estéticas devido a instalações ruidosas e de má aparência;
- Nos sistemas de transporte, em função do crescimento da infra-estrutura de estradas, transporte aeroviário e marítimo e seus efeitos associados: ruído, risco de acidentes, etc.

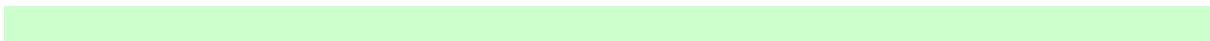
Alguns aspectos foram positivos, mediante planejamento cuidadoso e de forma negociada com as comunidades e lideranças locais. Isso avançou significativamente ultimamente, pois a legislação brasileira, através da Resolução N°1 do CONAMA, que criou o EIA / RIMA, estabeleceu que o relatório seja discutido em audiência pública com a comunidade local, favorecendo a negociação acima referida.

### 3.4. SÍNTESE DO CAPÍTULO.

A expectativa de uma vida digna, por parte dos trabalhadores, gerada pela indústria petrolífera, apresentada como antídoto para as principais mazelas sociais brasileiras, deixou lacunas e desencantos, resultando numa contradição generalizada, que adoeceu a população, tanto na escala local, como regional, pois as regras básicas de equilíbrio na relação homem-natureza pouco foram aplicadas ao longo do período em estudo.

Antes, símbolo da realização do sonho de consumo do povo brasileiro que levantou bandeira, a indústria petrolífera tornou-se mais um poderoso império, onde seus dirigentes conservam um perfil de conduta duvidoso e ditador, conseqüentemente, os recursos que deveriam suprir as necessidades básicas da população, local ou regional, são sempre “insuficientes”, apesar das altas receitas. Isso se constitui num grande paradoxo, observado tanto em escala nacional, pois o mesmo fenômeno se repete em outras regiões do país, quanto na regional e local.

São Francisco do Conde é um destes municípios particularmente afetados pela disjunção entre exploração petrolífera, caracterizada por grande dinamismo econômico e os resultados social, pouco inclusivo e sustentável, verificado no Recôncavo Baiano. Questões desta natureza será objeto de análise no capítulo seguinte, onde enfatizaremos o papel das políticas públicas.



## **4 PLANEJAMENTO E PRÁTICAS DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL EM SÃO FRANCISCO DO CONDE**

Após a compreensão dos processos relevantes acerca das relações sócio-espaciais, em escala regional, agora, a discussão seguirá, analisando o planejamento e as práticas de gestão territorial e ambiental em São Francisco do Conde.

Este capítulo traça uma breve caracterização de São Francisco do Conde e procura estabelecer uma relação entre a indústria petrolífera que se instalou no município e a gestão territorial e ambiental. Procurar-se-á, também, perceber a gestão dentro do processo de planejamento de governo e da administração municipal, de forma que permita analisar os efeitos sócio-econômicos e ambientais decorrentes. Objetiva-se, com isso, responder a segunda questão da pesquisa, a qual trata da relação entre o desenvolvimentismo e a indústria petrolífera em São Francisco do Conde.

### **4.1 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA**

Nesta fase do trabalho procurou-se entender como questões gerais, ao interferirem direta ou indiretamente no lugar, interagem com as particularidades, produzindo novas realidades sócio-espaciais. Um novo que, mantendo na sua dinâmica situação de consensos e conflitos, expressa o estilo de produção do espaço do lugar e lhe confere singularidade. Pelo caminho teórico/prático percorrido, procuramos confirmar a assertiva sobre a característica do município – lugar da indústria do petróleo – e identificar pistas à interrogação formulada.

A investigação baseou-se no processamento seletivo de livros e artigos, além de teses, dissertações e anais de simpósios e seminários. Os recursos utilizados foram aplicados em dois blocos de trabalho distintos: uma revisão da literatura e uma pesquisa de campo. A revisão da literatura contou com pesquisa bibliográfica e documental, visando atender as discussões gerais sobre o município, de forma que permitisse uma contextualização desde os anos cinquenta até a atualidade. Para tanto, fez-se uma extensa visita e posteriormente uma seleção de obras e autores com reflexões sobre a temática. Outros levantamentos foram feitos, através das publicações de órgãos públicos e instituições privadas, nos relatórios, artigos de jornais e demais fontes, para atender a dinâmica histórica e sintetizar as características atuais de produção do espaço que, no nosso ponto de vista, foi se estruturando no lugar.

Essa contextualização incorporou aspectos referentes às características gerais do espaço habitado, economia do lugar, poder e gestão local. Grosso modo, ela pode ser traduzida como meio ambiente e qualidade de vida.

Na pesquisa de campo, adotou-se como principal técnica de coleta de dados primários, entrevistas semi-estruturadas, as quais, foram guiadas por uma lista de perguntas e assuntos, sempre precedidas pela identificação do entrevistador, por uma rápida explanação sobre o trabalho e por um pedido de permissão para gravá-las. Porém, nem todas foram registradas, devido fatores inesperados, como falhas no equipamento e recusa de registro de alguns entrevistados. Os pescadores, integrantes da Colônia de Pesca local e os agentes significativos, compostos por diretores, secretários, entre outros, são os dois grupos focais desta investigação. As entrevistas, dirigidas às pessoas-chave, procurou levantar dados quanto ao entendimento, a visão e o discurso destes agentes, em relação às ações de governo, bem como, as transformações decorrentes no município.

Priorizou-se para as entrevistas, diretores e secretários da administração local, além de ex-dirigentes do executivo e de secretarias das administrações passadas. Incluem-se também, representantes do IBAMA, técnicos da CONDER, além do presidente da Federação dos Pescadores da Bahia. Como não foi possível obter autorização formal as gravações das respectivas entrevistas de alguns desses atores significativos, convencionou-se generalizar e identificá-los como agentes políticos, representantes de governo e/ou instituição pública, conforme o caso.

As entrevistas e demais dados obtidos junto aos pescadores, também teve início nesta etapa. Por se tratar de fase imperativa da pesquisa, passou-se, então, a fazer visitas periódicas à área. Nestas oportunidades, as observações diretas e vivência com esse público permitiram ricas informações para o trabalho. No entanto, por se tratar de etapa específica da pesquisa, maiores detalhes dos procedimentos e o tratamento dos dados serão realizados em capítulo próprio. Por isso, parte dos dados da pesquisa bibliográfica e documental, bem como das entrevistas e demais elementos da investigação de campo, encontram-se no capítulo cinco. Aqui, trataremos mais especificamente sobre o grupo focal da dissertação, além do material que diz respeito aos achados sobre a atividade pesqueira, as ações exploratórias de petróleo e as questões ambientais envolvidas.

A visão dos agentes significativos, a respeito do planejamento, da gestão municipal e do papel da Petrobrás enquanto agente empresarial e institucional em São Francisco, está diluída ao longo do texto. A sistematização dos dados neste capítulo, seguirá a estrutura similar aos anteriores, acrescida da contextualização histórico-geográfica do município

## 4.2 SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES VERTICAL E SEUS EFEITOS EM SÃO FRANCISCO DO CONDE (1956-1969).

### 4.2.1 ORIGENS E LOCALIZAÇÃO DE SÃO FRANCISCO DO CONDE: BREVE HISTÓRICO.

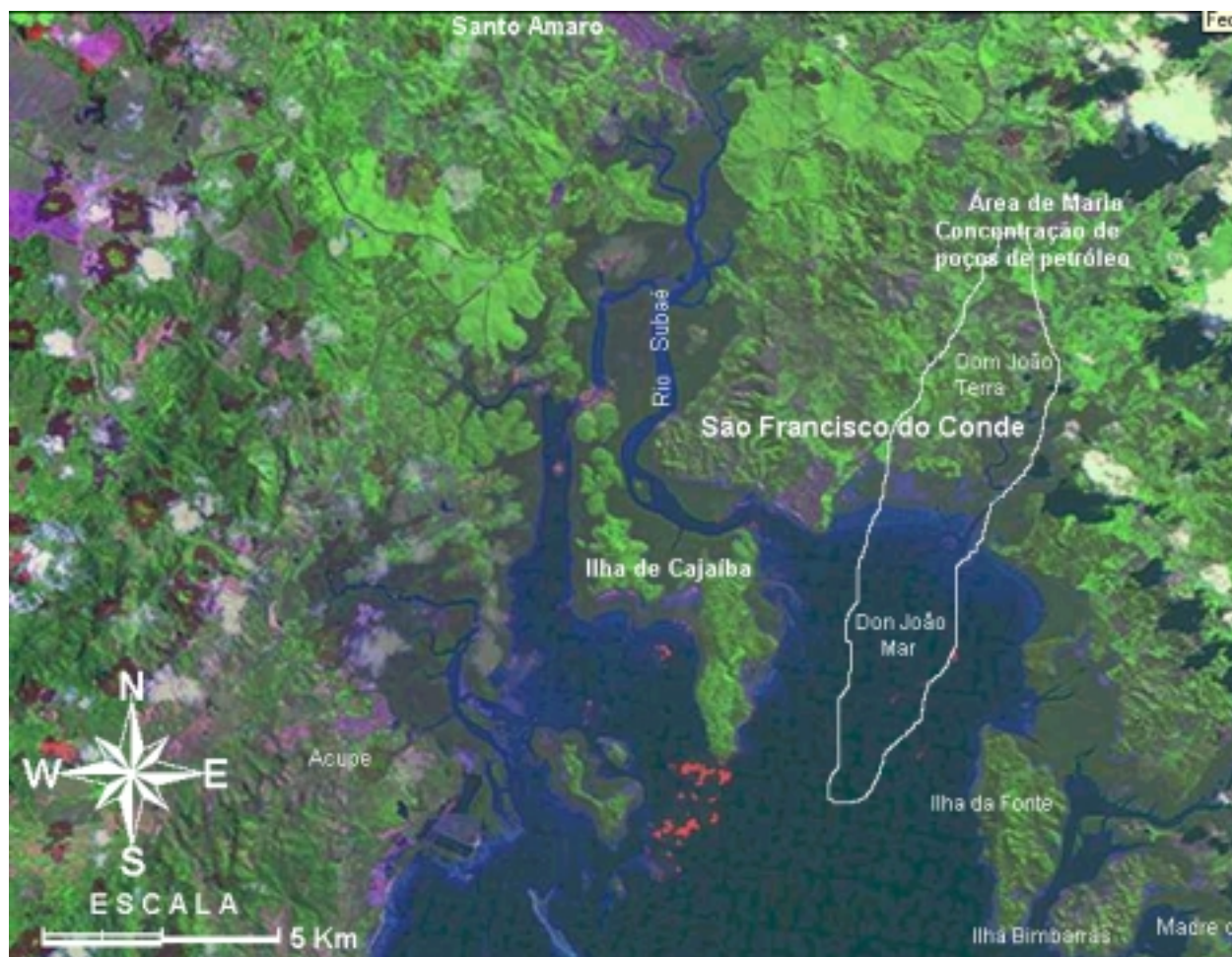
A denominação São Francisco do Conde, deriva dos Franciscanos e do Conde de Linhares, que era genro de Mem de Sá, o terceiro Governador Geral do Brasil. O município originou-se da sesmaria doada a Fernão Rodrigues Castello Branco em 1559 e, após passar por sucessivos proprietários, chega às mãos dos jesuítas. Assim, entre 1630 e 1649, os Franciscanos ergue o Convento de Santo Antônio, dando origem a um povoado, denominado São Francisco do Sítio ou Sítio de São Francisco do Conde. O lugarejo foi elevado à categoria de vila em 1697, com o nome de Vila de São Francisco da Barra do Sergi do Conde, se constituindo na terceira vila a erguer-se no Recôncavo Baiano. Porém, sua ascensão à condição de cidade só veio acontecer em 1938, acarretando em grandes perdas territoriais, como resultado dos sucessivos desmembramentos (IPAC-BA, 1978, p.160-162).

O município de São Francisco do Conde localiza-se na foz do rio Subaé e do Sergimirim, na porção norte da Baía de Todos os Santos, e possui os seguintes limites: ao norte, os municípios de Santo Amaro e São Sebastião do Passé; ao sul a Baía; a leste, os municípios de São Sebastião do Passé e Candeias e a oeste, o município de Santo Amaro. Os distritos municipais integrantes do seu território franciscano são: a sede, o Monte Recôncavo e Mataripe. Conta ainda com os povoados de Don João, Paramirim, Santo Estevão, São Bento das Lages, São Roque, Engenho D'Água, Engenho de Baixo, Socorro e Santa Elisa. (Figuras 4 e 5).

A extensão territorial de 219 Km<sup>2</sup>, representa 8,3% da RMS<sup>10</sup>. A sede dista a 66 quilômetros da capital e está localizada sob as coordenadas de 12°37'42'' S e 38°40'49'' W. O acesso se faz por duas rodovias: a BA-420 e a BA-522, que saem da BR-324. A primeira, passa pelo município de Santo Amaro e a segunda, serve também de acesso a Candeias.

---

<sup>10</sup> Através do Censo 2000, o IBGE, registra 219 Km<sup>2</sup>. No entanto, a grande maioria dos documentos oficiais do Estado informa uma extensão territorial de 184 Km<sup>2</sup>. Já a SEI (2000) registra 267,26 Km<sup>2</sup>.



Fonte: Mosaico Landsat 2000, <http://www.obt.inpe.br/prodesdigital/cadastro.php>  
Figura 5– Imagem de satélite - São Francisco do Conde / Recôncavo / Bahia / Brasil.  
Adaptação: Edvaldo Hilário, 2004

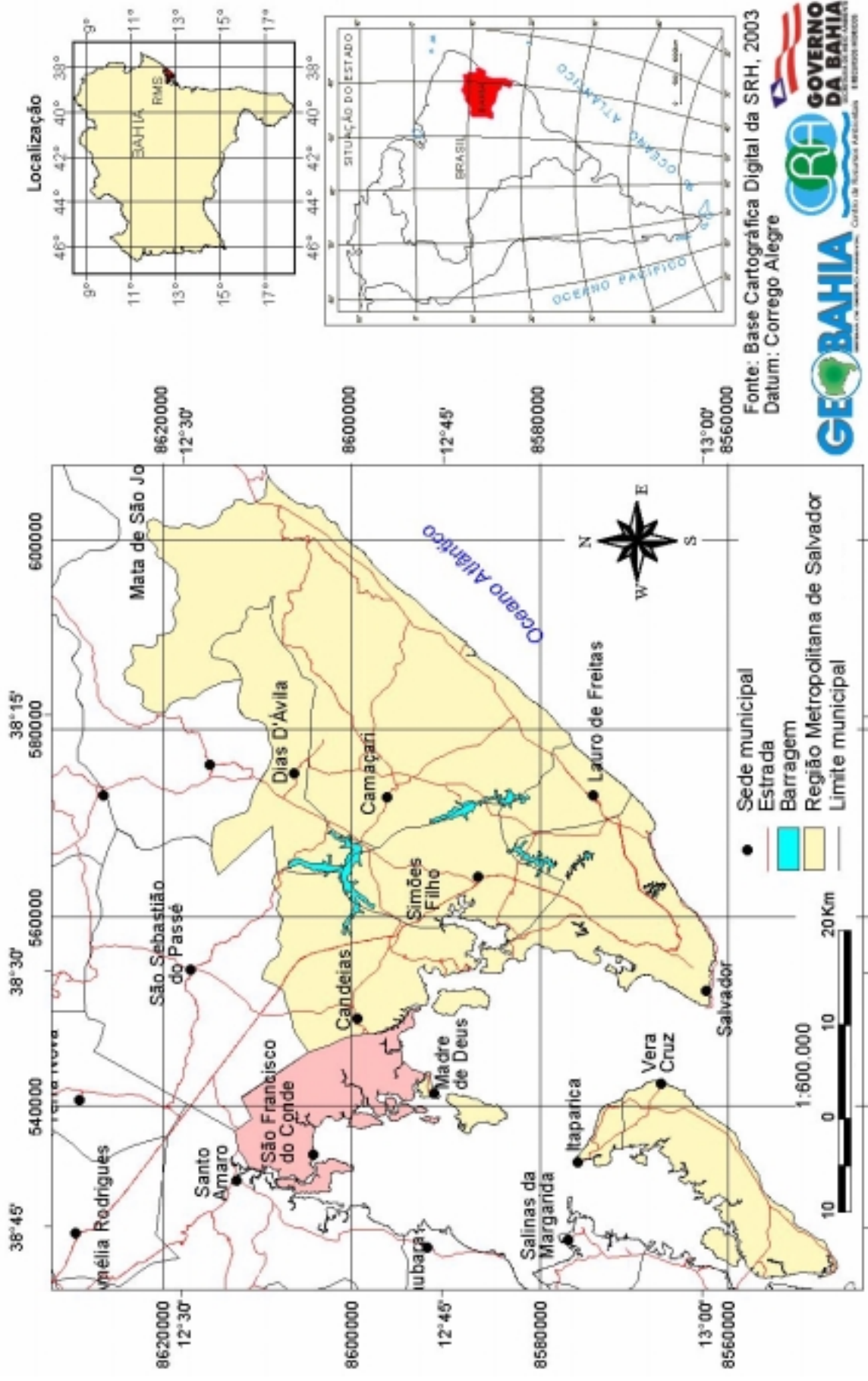


Figura 6 – Localização geográfica do município de São Francisco do Conde

#### 4.2.2 CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO LOCAL NA SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES VERTICAL.

##### **Antecedentes socioeconômicos e ambientais na escala local.**

Como muitos outros municípios que margeiam a Baía de Todos os Santos, a ocupação de São Francisco do Conde está relacionada ao princípio da colonização brasileira. Através do tempo, absorveu várias estruturas produtivas, de notória importância, a exemplo da agroindústria açucareira. Essa atividade foi relevante na colonização do Recôncavo Baiano e do Brasil, fazendo parte do núcleo de cidades, classificadas por, Milton Santos, como de primeira geração do Recôncavo.

Sobre esse aspecto, o autor tece as seguintes considerações:

a existência de três gerações sucessivas de capitais sub-regionais no Recôncavo, ligando-se cada qual a determinado período da evolução regional. Correspondendo a um conjunto de fatores naturais e históricos, estes influíram diretamente sobre a paisagem, que apresenta caracteres bem aproximados para cada caso.

Jaguaripe, Cairu e São Francisco do Conde, à imagem e semelhança de Salvador, foram implantadas sobre o cocoruto dos morros, numa posição a um tempo de defesa e de posto avançado, na foz de um estuário, de um rio ou numa ilha, sempre perto do mar. (SANTOS, 1998, p. 79-80)

A formação territorial e política do município constituem-se em importante e rico capítulo da história do país e do estado da Bahia. Teve início com as conquistas de Mem de Sá, onde o território primitivo compreendia os atuais municípios de Santo Amaro, Amélia Rodrigues, Jacuípe, Terra Nova, Teodoro Sampaio, São Sebastião do Passe e Catú

O município desenvolveu, a partir de 1563, uma próspera indústria do açúcar, além de produzir cachaça e se constituir em um centro pesqueiro, especialmente de camarões e xangô<sup>11</sup> (Figura 7 e 8), que secos eram enviados para a capital e outros núcleos do Recôncavo. Isso viria a mudar com as perdas territorial, agravado com os desmembramentos, resultando em grave crise. Sua decadência se deve também às crises da economia açucareira, que chegaram a seu clímax no final do século XIX. Sua recuperação econômica só foi começar a partir de 1947, com o início da lavra de petróleo e posterior instalação da Refinaria Landulpho Alves. (IPAC, 1978, p.161).

---

<sup>11</sup> Segundo o Szpilman (2000), é a designação comum a várias espécies de peixes teleósteos, elupeiformes, engraulídeos, de grande valor econômico e social, pois cerca de 22 espécies desses peixes têm sido utilizadas em indústrias pesqueiras diversas, além das comunidades tradicionais. Os gêneros mais conhecidos são: *Anchoiella* e *Anchoa*. Diferencia-se da sardinha por ter a parte inferior da boca aberta até a parte posterior dos olhos e a cabeça terminada em um "focinho". Realiza migrações periódicas, e certas espécies sobem os rios para desovar. Formam grandes cardumes, e sua pesca é feita de setembro a abril. Também são conhecidos por aletria, arenque, xangó, pipitinga, pititinga.

A partir de 1950, como reflexo das diretrizes nacionais, que possuíam como tônica o desenvolvimento urbano-industrial, o município serviu como elemento preponderante da incipiente industrialização, com a chegada da Petrobrás. As atividades dessa companhia petrolífera localizaram-se, primordialmente, dentro do cenário mais tradicional do Recôncavo, e o território franciscano faz parte deste cenário.

### **Economia na escala local (1956-1969).**

O açúcar respondia como vetor econômico não só da área abordada, mas de todo o Recôncavo, o que permitia e possibilitava a criação de redes trans-locais, a partir da sede municipal. Em termos gerais, o município encontrava-se inserido no contexto de uma região de economia rural, há séculos inalterada, quanto aos seus gêneros de produção (AZEVEDO, 1998, p. 192). Diante da concorrência com outras localidades e do próprio desgaste do modelo produtivo, tal economia já apresentava sinais evidentes de franca decadência e a sua produção, até 1970, encontrava-se em processo de substituição.

A retração da cultura canavieira, de acordo com a CONDER (1977, p. 35), pode ser constatada ao registrar-se que, em 1960, a produção era de 193.000 toneladas e, em 1970, reduz drasticamente para 50.400 toneladas. O deslocamento de áreas anteriormente ocupadas com outras atividades para a pastagem, bem como, a perda de áreas de lavoura para a atividade extrativa da Petrobrás, foram os principais responsáveis. Com efeito, antes da instalação efetiva da indústria do petróleo, algumas entradas econômicas foram experimentadas, sem sucesso. É o caso do cacau e a tradicional produção de banana, ambos sobre a tutela da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC).

Havia uma pesca rudimentar, enquanto componente tradicional de uma região inserida num cenário costeiro rico e piscoso. Como o sistema de transporte rodoviário era precário ou



Foto: Edvaldo Hilário, 2004.

Figura 7 – xangô secando

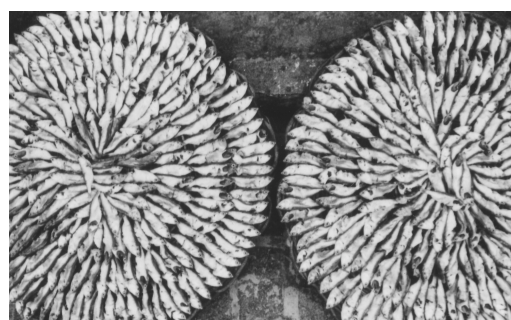


Foto: Franzé, 2002.

Figura 8 – xangô secando

inexistente, a movimentação da produção e das pessoas, recaia nas ferrovias e, particularmente, no grande número de embarcações existentes, principalmente de saveiros. Assim, pescadores e suas embarcações ocupavam posições importantes para a comunidade, ou seja, nas palavras de Costa Pinto (1998, p.114), pode-se notar que a pesca, como meio de ocupação, por ser mais antiga e mais revestida de legenda, é vista como a forma predominante de atividade e ocupação das populações praianas do Recôncavo (Figura 9).

Neste período, São Francisco do Conde, se constituiu no único município da RMS onde a produção agrícola ainda era representativa, contando com culturas tradicionais de cana e mandioca. (CONDER, 1977, p. 36). No entanto, observa-se também, uma estagnação do comércio, como reflexo do fraco dinamismo populacional de sua sede.

#### **População na escala local (1956-1969).**

No tocante à população total do município, observa-se que no decorrer deste período, a evolução da população franciscana sofre grande influência do processo migratório, como resultado das instalações da Petrobrás na área. Passou de 11.077 pessoas em 1950, para 18.455 em 1960. A participação da população urbana permanecia inferior à rural, fruto da ainda importante economia rural, com índices de 23%, contra 77%, em 1950 e 21%, contra 79% em 1960.

Entre 1950 e 1960, São Francisco do Conde sofre maior incremento populacional, como resultado da implantação das instalações da Petrobrás no seu espaço, fato responsável pelo grande afluxo populacional aí ocorrido. Isso ocorre única e exclusivamente, em decorrência das atividades da estatal ali



Camarões: Riqueza do Município de São Francisco do Conde  
Fonte: PMSFC, 1973

Figura 9 – Pesca de camarões na década de 1970.



Foto: Edvaldo Hilário, 2003

Figura 10 – O camarão ainda é abundante na região.

implantada, incidindo diretamente nos aspectos econômicos e, também, sobre a força de trabalho local, que começa a tomar uma nova caracterização a partir deste momento. (Tabela 3).

Tabela 3 – Participação percentual da população urbana e rural na população total de São Francisco do Conde entre 1950-1970.

| ANO  | POPULAÇÃO RESIDENTE |        |            |        |           |
|------|---------------------|--------|------------|--------|-----------|
|      | TOTAL               | URBANA | Urbana (%) | RURAL  | Rural (%) |
| 1950 | 11.077              | 2.504  | 23,00      | 8.573  | 77,00     |
| 1960 | 18.455              | 3.930  | 21,00      | 14.525 | 79,00     |
| 1970 | 20.738              | 6.022  | 29,04      | 14.716 | 70,00     |

Fonte: IBGE – Censos Demográficos do estado da Bahia – 1950, 1960, 1970  
Adaptação: Edvaldo Hilário, 2004.

De acordo com Erdens (1973, p. 58-59), o aumento da “população urbana, entre 1950-1970, em muitas comunidades do Recôncavo petrolífero, foi superior a 50%”. Uma das comunidades de maior impacto populacional, na época, foi São Francisco do Conde, pois, de acordo com Silva (1972, p. 71), dentre todas as cidades “envolvidas com a indústria petroleira, poucas, como São Francisco do Conde”, experimentaram uma influência tão intensa dessa atividade, pois viu a “sua população aumentar em 59,98%, entre 1950 e 1960, e diminuir para 47,97%, entre 1960 e 1970”.

Observa-se que no decorrer da década de 1960, o município continuou a receber migrante, porém, em pequenas proporções. Mantendo-se um percentual médio de 6,5 ao ano, esta migração não chega a ter influencia no aumento da população.

### **Ideologia na escala local (1956-1969)**

Até então, a ideologia dominante correspondia, de forma direta, aos valores de uma sociedade tradicional, voltada para a monocultura agro-exportadora, e amparada pelas oligarquias locais e regionais. Porém, as atividades do petróleo que aparecem nesta fase apresentam novos componentes ideológicos. A “cultura do petróleo” entra em conflito direto com os grandes latifundiários e atraem consideráveis números de trabalhadores interessados nos “polpudos salários”, pagos pela companhia de petróleo.

Nesse sentido, as idéias do nacionalismo desenvolvimentista de Vargas eram presentes, devido a proximidade da cidade com a capital. Com o desenvolvimentismo industrial de JK, voltado para obtenção da importante matriz energética, o município passa a ser alvo de intensos estudos para expandir a produção de petróleo, iniciada na era Vargas. A

socióloga e professora da Universidade Federal da Bahia, Maria de Azevedo Brandão (1988), escreveu e também organizou artigos, sobre o Recôncavo, nos quais autores, como Milton Santos, Thales de Azevedo e outros, fazem uma análise profunda da importância das diversas economias desenvolvidas no Recôncavo, ao longo da sua história, afirmando, peremptoriamente, que a face de cidades como Candeias, Madre de Deus e, principalmente, São Francisco do Conde mudou, de forma significativa, com o advento da indústria petrolífera, enfocando aspectos como demografia e políticas públicas, pois o aumento da população não gerou um incremento na qualidade da saúde, da educação e do comércio.

É nítida a importância da atividade do petróleo para a comunidade franciscana, pois, de acordo com Braga (1970, p. 38), a chegada da Petrobrás no município criou uma nova mentalidade, provocando mudanças no sistema de valores, essencialmente nos jovens, que vêm, na companhia, o foco de orientação das suas novas aspirações e perspectivas. Porém, estas aspirações eram abafadas diante do baixo nível de instrução aí verificado, configurando como um dos mais baixos da região.

#### 4.2.3 GESTÃO DO TERRITÓRIO LOCAL NA SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES VERTICAL (1956-1969)

Diante da enorme influência e proximidade com a capital, São Francisco do Conde estava contido nas diretrizes das políticas públicas para Salvador e sua área metropolitana. A partir do modelo desenvolvimentista, o governo do estado intensificou planos para melhorar e ampliar a infra-estrutura viária e portuária dos municípios inserido nesta conjuntura, com vistas a atender à nova demanda imposta, pela importância econômica do petróleo.

O município passou a absorver as ações das atividades econômicas, sem muitas preocupações governamentais quanto às alterações decorrentes. Os dados primários obtidos, junto a órgãos do governo do estado e da administração municipal, indicam que pouco ou nenhum projeto, voltado para integrar o econômico ao social, foi desenvolvido, de forma profunda, pelas instâncias em destaque. As políticas públicas do município se restringiam a ordenar os problemas urbanos decorrentes do grande número de trabalhadores, que chegavam em busca dos postos de trabalho da Petrobrás, oriundos, especialmente, da crítica e debilitada economia canavieira. Em consonância com a dinâmica econômica, as incipientes ou quase inexistentes políticas públicas contribuíram de forma acentuada, para um descompasso entre qualidade de vida da população e aplicação dos *royalties*, recursos provenientes da compensação financeira, pela exploração petrolífera.

#### 4.2.4 EFEITOS NA ESCALA LOCAL NA SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES VERTICAL

##### **Estrutura territorial urbana resultante na escala local (1956-1969)**

O elemento responsável por profundas mudanças na comunidade franciscana, especialmente no seu meio rural, foi a Petrobrás, instalada na região. De acordo com Azevedo, (1998, p. 196), a estrutura urbana do município, no período dos serviços de instalação e montagem, representou um acréscimo populacional significativo, diante do grande número de trabalhadores instalados nos acampamentos da companhia, a exemplo do acampamento de Dom João, localizado em área contígua à sede do município.

Castro (1971, p. 53), acrescenta que a cidade de São Francisco do Conde, no período compreendido entre 1950 e 1970, experimentou um dos mais altos índices de crescimento de construções urbanas do Recôncavo, porém, à medida que a Petrobrás concluía os trabalhos de instalação e montagem, dispensava esses trabalhadores, que migravam para outras áreas, especialmente para a capital, pois a grande maioria não era de nativo e vinha de diversas partes do estado e, até mesmo de fora dele, principalmente, de Sergipe e Alagoas.

Os estudos sobre a evolução e dinâmica do processo de urbanização e metropolização no estado da Bahia, dos pesquisadores Sylvio Bandeira, Sônia Leão e Bárbara-Christine Nentwig concluem que vários centros urbanos cresceram bastante, no período entre 1940 e 1980, como Salvador, Camaçari e Candeias. Já outros, cresceram muito pouco, como é o caso de São Francisco do Conde (SILVA; LEÃO e SILVA, 1989, p. 208), devido a esta sazonalidade. Em razão disso, a cidade experimentou um processo de esvaziamento populacional considerável, mantendo seu papel de cidade meramente administrativa. A dinâmica urbana local passa a ser marcada pelas atividades administrativas da prefeitura, lhe conferindo o posto de grande, e quase única, empregadora da enorme massa de trabalhadores de baixa qualificação, acentuando, de forma considerável, um modelo político ancorado no clientelismo.

##### **Aspectos sócio-econômicos resultantes na escala local (1956-1969)**

A introdução da indústria petrolífera contribuiu para uma significativa mudança regional, pois a Petrobrás reuniu, em sua área de atuação, números expressivos de trabalhadores, vindos de diversas regiões, que se instalavam nos campos de exploração e perfuração de poços ou em acampamentos próximos. De acordo com Azevedo (1998, p. 199), foi acrescido, ao contingente populacional, expressivo número de pessoas ao município,

porém, concentrados nos campos e acampamentos do petróleo. Isso imprimiu alterações sociais relevantes, fazendo surgir uma nova classe média urbana de prestígio, poder e capacidade aquisitiva, às vezes, mais alta do que a tradicional classe média local, a qual via na agricultura sua única fonte de riqueza e de poder. Outros aspectos a considerar é que a implantação da RLAN, modificou-se a distribuição de uso da terra. As necessidades criadas, pela implantação da Empresa, trouxeram, para o convívio com os pescadores e demais moradores, imigrantes trabalhadores com hábitos e visão de mundos bastante diferentes das existentes ali, alterando a forma de pensar dos habitantes do lugar e da região.

As transformações sócio-econômicas decorrentes dessa indústria, trouxeram volumosos investimentos, contribuindo para acelerar a decadência da economia canavieira. Ao contrário do empreendimento estatal do petróleo, a atividade açucareira era formada, eminentemente, pela iniciativa privada. Braga (1970, p. 56) argumenta que esse novo direcionamento produtivo passa a privilegiar, com significativos investimentos, a proposta de implantação de empreendimentos voltados para a indústria. Isso implicou na diminuição dos recursos e programas voltados para atender o setor agro-exportador e, conseqüentemente, reduzir o interesse do empresariado, justificado pelos baixos resultados financeiros do açúcar. A nova atividade, além de concentrada, era mais atrativa, animadora e viria a alterar a correlação campo-cidade, pois, ao contrário da lavoura açucareira, se caracterizava por ser predominantemente urbana. Com efeito, grande parte da população se concentrou nas localidades de sua influência e atuação.

Com o advento da Petrobrás, previu-se a ampliação do comércio local, o qual seria mantido e dinamizado pelos rendimentos auferidos através da renda dos trabalhadores desta empresa. No entanto, isso não ocorreu, pois São Francisco do Conde foi preterida pelos trabalhadores, como local de residência, em detrimento de Santo Amaro, Candeias, Feira de Santana e Salvador por contarem com melhor infra-estrutura. Essas localidades, ofereciam melhores condições de habitabilidade, locomoção e facilidades para aquisição de bens de consumo. É patente, o fato de que os poucos privilegiados com os melhores salários, São Francisco do Conde, efetuavam minguados gastos dentro da própria cidade. Outras paragens se beneficiaram dos frutos da nova relação de consumo instalada no Recôncavo.

Sobre esta questão, Castro (1971, p. 53-55) esclarece que o mercado de trabalho em São Francisco do Conde, foi ampliado consideravelmente, principalmente nos subsectores do terciário, pois a Petrobrás gerou novos empregos, dinamizou o fluxo de renda e incrementou o comércio local, apesar do seu caráter cíclico. Observa-se também, que isso ocorre numa proporção muito aquém da expectativa inicial, que vislumbrava o emprego fácil e

remunerações atraentes para todos. Contudo, boa parte dos trabalhadores, até mesmo das pessoas que começavam a obter vantagens salariais com os rendimentos pagos pela Estatal, procurava morar em outros municípios, sendo Salvador o alvo principal. Primeiro, por ser a capital, e segundo, por ter, no seu espaço, uma complexidade de serviços não oferecidos, até aquela conjuntura, por nenhum outro aglomerado urbano do Recôncavo.

É importante acrescentar que o fim dos serviços de instalação e montagem estrutura de exploração petrolífera, também representou uma grande liberação da mão-de-obra não qualificada. Na visão de Castro (1971, p. 53-55), a industrialização exógena, como fenômeno econômico, continuou voltada para fora da região e os efeitos mais imediatos e aparentes desses fenômenos, se fizeram notar no incremento das receitas públicas, crescimento do consumo de bens e serviços, aumento do custo dos alugueis de casas, dentre outros. Criando, de certo modo, um processo excludente junto à população autóctone.

Com efeito, os processos sociais regionais resultaram, em escala local, em desnível acentuado, entre Salvador e os demais núcleos urbanos, principalmente em São Francisco do Conde, principalmente no tocante à demografia. Constatase que numa análise comparativa, do ponto de vista populacional, Salvador tem quase cinco vezes o número de habitantes de todas as cidades da Região Metropolitana.

### **Aspecto político-institucional resultante na escala local (1956-1969)**

Os anos cinquenta e sessenta do século XX vão assumir muitos e complexos significados, do ponto de vista político-institucional, tanto para o estado e o Recôncavo, como especialmente em São Francisco do Conde. Sentindo a necessidade de aparelhar a região para atender às novas demandas da política industrial, o governo do estado se empenhou em viabilizar projetos para atender às necessidades impostas, assim como, buscou acatar, quase sempre irrestritamente, as políticas e projetos da Petrobrás. Essa relação de aceite dos ditames da estatal, era decorrente do dimensionamento econômico proporcionado pela mesma, que aqueceu não só o comércio imobiliário como o de móveis.

Merece consideração, o fato de que não se encontrou na literatura, indicativos de algum instrumento, projeto ou plano, voltado especificamente para o município. Todas as ações, visavam a escala regional, notadamente o Recôncavo e a RMS. Mesmo assim, o município se beneficiou de algumas iniciativas, dentre elas, a implantação de repartições de órgãos estaduais e federais, voltados para agilizar as análises comuns do entorno. É o caso de uma unidade do IBGE, idealizada por Anísio Teixeira e estruturada na sede do município, para melhorar a qualidade do serviço prestado para as empresas e para a população.

### **Resultados concernentes ao ambiente natural na escala local (1956-1969)**

Ao contrário da produção açucareira ou mesmo fumageiro, os efeitos dessa nova matriz econômica mostraram-se através dos derramamentos e vazamentos de óleo e gás, comuns nesse período. Tais fatos, aconteciam sem maiores ou quase nenhuma preocupação ambiental, pois naquele momento histórico, pouca atenção era dispensada ao meio ambiente. Como decorrência destes fatos, Thales de Azevedo, (1998, p. 210), esclarece que a pesca, na área correspondente ao município em estudo, foi atingida pela perda de pessoal, pelo afugentamento do pescado e pela ocupação de certas áreas de pesca e de mariscagem, pela Petrobrás, causando danos irreparáveis ao meio ambiente e à própria população local.

Fernando Pedrão acrescenta ainda que:

os efeitos sociais e ambientais do setor petrolífero jamais foram seriamente monitorados, prevalecendo uma imagem difusa de seus aspectos positivos, chegada na forma de criação de demanda em geral e de emprego em particular. Somente na década de 1990 foram eles, de alguma forma avaliados, por iniciativa da própria Petrobrás. A Sociedade baiana foi basicamente submissa às imposições do setor, inquestionáveis desde sua implantação (...). (PEDRÃO, 1998, p. 223).

Em seus estudos, Thales de Azevedo (1998), aponta, os diversos problemas e queixas, gerados pelos conflitos entre o empreendimento e a comunidade local. Esclarece ainda que, em razão da política de abafamento dos males causados pela exploração desenfreada, tais reivindicações eram inócuas. A justificativa do sacrifício social, em detrimento do crescimento econômico e o progresso para o país, alimentavam os discursos da época e os danos causados à comunidade raramente eram levados em consideração.

Nota-se, portanto, significativas alterações na relação sociedade natureza no município, com a introdução da indústria petrolífera. As atividades operacionais da Petrobrás trazem conflitos sociais e ambientais, quanto ao uso da terra, na medida em que os agentes e operadores da companhia abriam trilhas, danificavam plantações, derrubavam cercas para realizar a exploração e análise do espaço, via estudos geofísicos, incidindo na abertura de poços e implantação dos dutos para escoar a produção. Tais ações, repercutem diretamente na atividade açucareira, pois incidem diretamente sobre os setores mais tradicionais da sociedade.

A estatal, procurava administrar os conflitos, apontando para as indenizações das áreas de exploração, além da infra-estrutura necessária para as suas atividades, que também beneficiavam as propriedades. No entanto, isso não esmaecia a grande resistência provocada pela perda de status deste setor, que deixava de ser o único padrão regional e local.

Ao ser inquirido sobre essa questão, um antigo proprietário de terra de São Francisco do Conde argumenta:

*A Petrobrás pagava altas indenizações pelas terras utilizadas, porém poucos proprietários se desfaziam de bom grado de suas propriedades. Como não tinham opções, aceitavam as propostas e procuravam conviver com os desmandos da empresa em sua propriedade. É importante considerar também, que o petróleo roubou nossos trabalhadores. Tivemos que nos virar com os poucos que sobraram, além de encarecer a produção, pois aumentou os salários. A Petrobrás deixaram os homens gananciosos.<sup>12</sup>*

Esse depoimento, em certa medida, é convergente com as constatações feitas, em 1960, por Thales de Azevedo (1998, p. 206-209), ao se deter, acuradamente, sobre a região. O autor registra, entre as queixas feitas pelo grupo de proprietários rurais contra “a Companhia de Petróleo, o fato de que se alteraram os padrões de pagamento”, a Petrobrás pagava muito mais, o que provocava o êxodo rural dos trabalhadores de melhor qualificação.

As transformações foram inevitáveis, diante da força econômica e de atração que o petróleo exercia. As décadas que se seguiu, sedimentaram o setor petrolífero e criaram condições para que São Francisco do Conde, respondesse por importante papel no cenário nacional, através da produção de energia, frente à crise do petróleo dos anos setenta.

#### **4.3. PROMOÇÃO DIVERSIFICADA DE EXPORTAÇÕES: REBATIMENTOS EM SÃO FRANCISCO DO CONDE (1970-1985).**

##### **4.3.1 CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO E AMBIENTAL LOCAL NA PROMOÇÃO DIVERSIFICADA DE EXPORTAÇÕES.**

##### **Economia na escala local (1970-1985).**

A despeito da forte presença da economia petrolífera na região e no município, o setor agrícola ainda respondia positivamente pela economia local. São Francisco do Conde, segundo a CONDER (1977, p. 35), procurava reativar a cultura da cana, através do governo do estado e do extinto Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) para a produção de álcool anídrico. Porém, esse empreendimento não foi além, devido aos inexpressivos resultados.

Convém frisar sobre a atividade pesqueira, representando importante papel sócio-econômico, para a comunidade local. No entanto, a exploração da pesca permanecia de rudimentar e marginalizada, tanto pelo poder público como pela empresa que restringiam as áreas de ação da atividade. O apoio financeiro e técnico era praticamente inexistente. A produção destinava-se, primordialmente para a comunidade local e, em menor grau, para abastecer o mercado da Capital.

---

<sup>12</sup> Proprietário e antigo morador da Fazenda Dom João, local onde a Petrobrás montou uma das diversas bases operacionais, reunindo aí, grande número de trabalhadores em alojamentos.

*Fez-se muito pouco pela pesca no município. Esse povo é sofrido, carente de tudo e distante de todos. Neste setor, São Francisco do Conde veio se beneficiar somente através da implantação da Colônia de Pesca. A população ganhou muito com aquela obra. Foi Construída a sede, equipada de cadeiras, mesas, área para os pescadores consertarem suas redes... E a construção do mercado municipal? Isso contribuiu bastante para melhorar a vida dessas pessoas. Antes, esses pescadores vendiam sua produção aí no mangue, no meio da lama, agora dispõe de um excelente equipamento urbano.<sup>13</sup>*

A atividade petrolífera se mantinha forte, especialmente através da exploração de gás natural e óleo obtidos do Campo Dom João Mar, se constituía num expressivo gerador de receita para o município e lhe conferia, de acordo com a CONDER, a condição de industrial, colocando-lhe em posição privilegiada, em termos de arrecadação municipal. Todavia, em relação ao emprego de mão-de-obra local, o setor primário era mais significativo.

Os baixos salários registrados no setor, paralelamente a evasão intensa da renda gerada pelo secundário, tendo em vista a pouca participação da mão-de-obra local, influem decisivamente para o fraco desempenho do setor terciário, não ocorrendo o fortalecimento do mesmo em função da pressão de demanda. (CONDER, 1977 p. 36).

É necessário pontuar a importância e a influência do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), ou Pólo Petroquímico, para São Francisco do Conde, devido à localização da base produtora da matéria-prima, que é a RLAN, localizar-se em Mataripe, distrito deste município. O Pólo se relaciona com o município, a partir do momento em que a



Fonte: COFIC, 07 nov. 2002  
Figura 11 – Vista panorâmica do COPEC.

instalação do COPEC (Figura 11), se propõe oferecer matéria-prima subsidiada para a indústria petroquímica, com vistas a atender o mercado do centro-sul do país.

Considerado como o início da terceira fase da industrialização da Bahia, que se estende de 1977 a 1985 (DRUCK, 1999, p. 67), o COPEC se constitui num dos mais importantes fornecedores de produtos petroquímicos nacionais e um dos pilares da economia industrial do estado.

<sup>13</sup> Entrevista gravada concedida ao autor, ex-chefe do executivo municipal e atual Secretário de Administração.

### **População na escala local (1970-1985)**

O crescimento das atividades industriais, verificadas no período anterior, conferiu a São Francisco do Conde significativa movimentação populacional e demográfica, que procuravam o município em busca de emprego. Todavia, a década de 1970, mostra o município entre os menos populosos da RMS, devido ao pouco dinamismo econômico, que reduziu sobremaneira, a oferta de trabalho, após a fase de prospecção e instalação da indústria petroleira.

Segundo a CONDER (1977, p. 42), no início dos anos setenta, do século vinte, apenas 25% da população local se enquadravam como economicamente ativa, 37,1% desta, vinculavam-se ao setor primário, 36,% ao secundário e 26,9% ao terciário, do município. O órgão aponta ainda, que as décadas de 1970 e 1980 foram as de menor crescimento, em relação à população total, devido a várias medidas adotadas pela Petrobrás, dentre as quais, transferência de seus escritórios e bases operacionais da sede de São Francisco do Conde para Salvador, repercutindo diretamente sobre a dinâmica populacional local. A perda populacional durante o período foi representativa, posto que, em 1970, caiu de 20.738 para 17.835, em 1980.

Com base em depoimentos de campo, é ilustrativa, a expressão de um representante das lideranças do lugar, ao ser indagado sobre o assunto.

*Num tenho anotado não mais, naqueles anos saiu tanta gente que era só ficar na janela qui dava até pra ver o povo cum as tralhas na cabeça. A maioria mudava mesmo era pra “Bahia”<sup>14</sup>, alguns pra Candeias, porque era lá qui ficava os empregos. Muitos também iam para Santo Amaro. O povo queria trabalhar e a Vila não tinha mais emprego praquêle povo todo<sup>15</sup>.*

A questão fundamental repousa no fato de que, em São Francisco do Conde, a variação de sua importância no cenário metropolitano, será sempre muito pequena, dificilmente, determinará uma mudança qualitativa e quantitativa no comportamento de suas funções internas, mormente a habitacional.

### **Ideologia na escala local (1970-1985)**

Esse período foi marcado por intensas transformações políticas e econômicas em todo o país. O discurso fundamentava-se na exportação, como solução dos problemas nacionais, na

<sup>14</sup> É expressão comum entre os mais velhos denominar de Bahia ao se referir a Salvador. Mesmo estando inseridos na RMS, quando se referem a Capital afirmam: “estou indo pra Bahia”.

<sup>15</sup> Entrevista pessoal e gravada, concedida ao autor, com antigo morador local e um dos primeiros presidentes da colônia de pesca Z-5, muito falante, afirmava que apesar da avançada idade, permanecia ativo na pescaria: “oi professor, esse marzão todo aí é a minha vida, ainda pesco todo dia, é pra garantir uns camarões e os xangozinhos”

garantia de suprimento energético. Além dos grandes projetos nacionais, grandes obras de infra-estrutura eram necessárias e um controle maior das áreas produtoras de energia e matéria-prima para o emergente parque industrial.

É neste contexto que, em 1972, através do Decreto da União 1.225/72, São Francisco do Conde foi enquadrada como “área de interesse e de segurança nacional”, devido a sua importância estratégica para o governo federal. A presença de importante fonte energética e da indústria petrolífera no município, alimenta o



Fonte: Prefeitura de São Francisco do Conde

Figura 12 – A presença de militares no município era comum.

despertar pelo seu papel estratégico. Já era latente no período desenvolvimentista, que fora marcada pela instalação da Refinaria Landulpho Alves, em Mataripe. Durante este período, a presença do poder central, através dos militares, era intensa no município (Figura 12).

Passou a coexistir uma mistura de valores tradicionais, com expectativas de desenvolvimento econômico e o interesse pelas receitas procedentes das compensações financeiras, atreladas à dependência do estado, como promotor do desenvolvimento. Em linhas gerais, as bases desse novo ciclo expansivo eram determinadas pelas reformas no sistema financeiro nacional, com vistas a centralizar, nas mãos do governo federal, os mecanismos fiscais para a implementação da política econômica imposta.<sup>16</sup> Portanto, a presença do Estado Planejador ganha maior atenção.

#### 4.3.2 GESTÃO DO TERRITÓRIO LOCAL NA PROMOÇÃO DIVERSIFICADA DE EXPORTAÇÕES (1970-1985)

O planejamento e as políticas territoriais de desenvolvimento do município, entrelaçam com as do estado e, particularmente, com o modelo das regiões metropolitanas que despontam no Brasil, na década de 1960 (SANTOS, 1986, p. 42), quando criam oito regiões metropolitanas, dentre as quais, Salvador, através da Lei Complementar nº 14, de 08/06/1973.

<sup>16</sup> Reginaldo Santos (1986, p.46) observa que a Lei Complementar nº 27 de 03/11/1977, reforçou a autoridade do Governador, colocando-o na presidência do Conselho deliberativo. Com efeito, sete dos oito prefeitos da RMS foram nomeados.

Começam, então, intensos estudos sobre a área de influência da capital, através da CONDER, que, no entanto, não surtiu o efeito esperado, pois as especificidades e a pluralidade político-administrativa e econômica da área dificultaram a realização do chamado “planejamento integrado”.

Como o discurso do planejamento no município estava atrelado aos preceitos do governo estadual e a presença da CONDER era intensa, inúmeros estudos foram realizados, especialmente entre 1972 a 1985. Neste período, a cidade recebe volumoso número de obra de infra-estrutura, mais principalmente em saneamento básico, através da elaboração de um Plano Diretor de Limpeza Urbana (Figuras 13 e 14). Importante frisar que, nos municípios inseridos neste contexto, seus prefeitos eram por indicação. No caso de São Francisco do Conde, a indicação foi do então governador Antônio Carlos Magalhães.

Observa-se, porém, que as aplicações da CONDER na RMS, de acordo com Santos (1986, p. 47), apresentaram uma notável

involução quanto aos investimentos de interesse metropolitano. O esperado processo integrativo da região perdeu espaço para a fragmentação dos recursos destinados aos problemas locais. Com efeito, e de modo geral sob o ponto de vista político-administrativo municipal, a ação governamental, da maioria dos prefeitos da RMS, mostrou-se indiferente ou cético em relação aos projetos do órgão.



Fonte: Prefeitura de São Francisco do Conde  
Figura 13 – Aterro e construção do Parque Duque de Caxias.



Fonte: Prefeitura de São Francisco do Conde  
Figura 14 – Aterro e construção do Parque Duque de Caxias.

#### 4.3.3 EFEITOS NA ESCALA LOCAL NA PROMOÇÃO DIVERSIFICADA DE EXPORTAÇÕES (1970-1985)

##### **Estrutura territorial urbana resultante na escala local**

Antes de se estabelecer às discussões sobre o papel e a importância das regiões metropolitanas, o planejamento municipal era praticamente inexistente, e portanto, a estrutura territorial urbana era operacionalizada pelas administrações municipais, de forma quase espontânea e desconexa. Muitas vezes, advindo das diretrizes pré-determinadas pelo governo federal, que buscava integralizar, dentro de um só modelo, todas as regiões metropolitanas brasileiras, sem levar em consideração as especificidades locais.

O grau de complexidade urbana de uma cidade como São Paulo, por exemplo, não pode servir de paradigma para outra como Salvador. E se a análise for num contexto local, as demandas urbanas, desta cidade, são incomparáveis com as de São Francisco do Conde. Neste sentido, a estrutura territorial urbana desta cidade possui uma lógica própria, em função da sua capacidade administrativa demandar questões infra-estruturais específicas, devido aos seguintes fatores: tamanho da cidade, serviços públicos oferecidos, comércio e gestão dos recursos disponíveis, como os *royalties*.

Notamos que São Francisco do Conde permanecia relativamente isolada, do ponto de vista territorial, em relação à Capital, apesar de estar muito próxima da mesma. Internamente, desde o período da economia agro-exportadora, o núcleo urbano principal apresentava-se sem nenhuma expressão comercial, não possuindo um mercado consumidor relevante. Essa conjuntura, não se alterou com a introdução da economia petroleira, pelo contrário, a situação se acentua e grande parte da população com maior poder aquisitivo, não fixa moradia na cidade. Seu consumo era efetuado na capital ou em Santo Amaro.

Em função da precariedade do sistema viário e, principalmente, do sistema de transporte, os demais distritos também mantinham um certo isolamento em relação ao distrito sede. O distrito de Mataripe, por exemplo, possuía maior dinâmica populacional e comercial do que a própria sede, pois aí se localizava a Refinaria e as bases operacionais da Petrobrás.

É pertinente notar que esse município passa a apresentar condições muito diferenciadas, quanto aos seus níveis de instrumentação e aparelhamento para o controle do uso e da ocupação da terra, assim como, quanto ao nível de elaboração de suas políticas urbanas.

### **Aspectos sócio-econômicos resultantes na escala local (1970-1985)**

Os efeitos da atividade petrolífera no município, incidiram, e ainda incidem, diretamente sobre a economia e trabalho na região. Desde o princípio, a Petrobrás gerou novos empregos, dinamizou o fluxo da renda, incrementou o comércio local, recheou os cofres públicos e atraiu levas significativas de migrantes. Contudo, sua interferência, neste sentido, teve um caráter cíclico. Acabada a fase de instalação e montagem, entre 1950 e 1970, período de mais alta absorção de mão-de-obra desqualificada, poucos dos moradores do município foram recolocados.

Um agente político, representante do governo local, expõe que apesar de se verificar aumento da arrecadação proveniente no petróleo, no período pós-instalação, o município enfrentou sua pior crise social. Como resultado, observou-se redução na oferta de postos de trabalho do setor industrial, transferência das administrações desta para a capital e melhoria no sistema de transporte urbano, que baratearam a mão-de-obra do trabalhador da capital. Esse agente político explica ainda:

*Como a “agricultura praticamente não existia mais, nesta época. Tinha algumas roças de cacau e cana, esta já mecanizada. O resto era agricultura de ‘sobrevivência’, restava então os empregos da prefeitura. Todo mundo queria uma vaga. Como tinha muitas obras pela cidade e a maioria dos trabalhadores não tinham formação, foi fácil resolver o problema...”<sup>17</sup>*

A industrialização, vinda de outras localidades, não contempla o município, sendo, dessa forma, voltada para fora da região e, quando abre precedentes para os habitantes da cidade, ocorre com reduzidíssimo volume de postos de trabalho. Portanto, os habilitados às vagas não se inseriam nas novas demandas de emprego, ou seja, a qualificação destes não se encontrava à altura das exigências para disputarem uma vaga. Isso isola, ainda mais, o cidadão franciscano deixando-o como insistente refém dos administradores municipais, potencializados, ao se aproximarem os pleitos municipais. As insipientes políticas públicas, implementadas pelo município, não contemplavam a capacitação de seus moradores de forma digna.

### **Aspectos político-institucionais resultantes na escala local (1970-1985)**

Apesar da CONDER encontrar-se em sua fase inicial do planejamento metropolitano, a sua presença no município foi intensa: Elaborou relatórios de diagnóstico do município e de suas áreas urbanas e organizou minucioso termo de referência para Planos Diretores.

---

<sup>17</sup> Entrevista pessoal concedida ao autor, agente político, representante do governo local, abr./2003.

Interpelando um agente quanto a projetos, programas ou planos de governos do estado ou federal, ele traduziu as ambigüidades que ai persistem com a afirmação:

*Uma cidade que não cresce é uma cidade estagnada. São Francisco do Conde está nesta condição. Parou no tempo! O período de maior presença institucional do estado ou do governo federal foi por volta de 1974 até 1986. Depois, nada aconteceu. Agora, não se pode negar que a presença da CONDER aqui na Vila<sup>18</sup> era constante. Realizavam reuniões, seminários e apresentavam as propostas de planejamento para a região. Sendo que o período mais intenso foi na administração de Claudemiro. Ele fez muita coisa graças ao apoio da CONDER. Só pra você ter uma idéia, praticamente todos os projetos e planos apresentados para o município vieram desse órgão: PDLU, muitos relatórios de diagnóstico. Também contribuiu para realização de obras<sup>19</sup>.*

Durante o período em análise o município tinha limitações institucionais que era o impedimento de escolher seus dirigentes, em razão de dispositivos constitucionais. A indicação desses se dava pelo governo estadual sob a supervisão do governo federal, estabelecendo-se, com isso, um alinhamento verticalizado através do qual as relações político-administrativas passavam a se efetivar com um forte conteúdo clientelístico.

### **Resultados concernentes ao ambiente natural na escala local (1970-1985)**

Desde a implantação do seu parque industrial, pouca atenção foi dispensada para as questões ambientais, uso da terra, poluição, infra-estrutura urbana, etc. Somente a partir dos anos setenta é que o governo do estado dispensa maior atenção para a RMS, impulsionado pelo crescimento populacional acelerado, sem a correspondente instalação de equipamento de infra-estrutura, mormente esgotamento sanitário e limpeza urbana.

A ocupação desordenada da terra, o esgoto, o lixo e os desmatamentos levou ao perigoso desequilíbrio ecológico, afetando todo o ecossistema da Baía de Todos os Santos e, São Francisco do Conde, obviamente se insere neste contexto. Diante das sérias questões evocadas, o governo do estado, a partir das administrações de ACM, em seus dois mandatos (1971-1975 e 1979-1983), intercaladas por Roberto Santos (1975-1979), inicia a implementação prioritária do Programa Bahia Azul, voltado para a preservação ambiental do entorno da Baía e suas respectivas áreas urbanas, prevendo os seguintes componentes: esgotamento sanitário, abastecimento de água, resíduos sólidos, proteção ambiental e fortalecimento institucional.

No entanto, a despeito da criação das colônias de pescadores ao redor de toda a Baía de Todos os Santos e dos crescentes reclamos para as questões ambientais, efetivamente

<sup>18</sup> É comum o uso desta expressão pela população local, principalmente entre os moradores mais antigos da sede, para se referirem à cidade de São Francisco do Conde. Outros termos registrados: “A valorosa Vila”, “Vila do Chico do Conde”, “Vila do ouro negro”.

<sup>19</sup> Entrevista pessoal concedida ao autor, agente político local, abr./2003.

pouco foi realizado quanto a sustentabilidade da atividade da pesca artesanal e de seus respectivos atores.

#### **4.4 INTEGRAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL E EFEITOS EM SÃO FRANCISCO D CONDE (1986-2003)**

##### **4.4.1 CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO E AMBIENTAL LOCAL NA FASE DE INTEGRAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL**

###### **Aspectos culturais e turísticos.**

O Município possui ricos acervos arquitetônicos, artísticos e paisagísticos, dentre os quais destacam-se o Convento e Igreja de Santo Antônio (Figura 15), as ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lajes, a qual se constituiu na primeira unidade de ensino deste gênero no Brasil (Figura 16). Ligada ao Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, essa escola foi inaugurada em 1877. O Solar da Ilha de Cajaíba, onde funcionou um engenho de mesmo nome (Figura 17), dentre outros. Esses monumentos, de reconhecido valor, conferem potencial turístico a ser explorado.

Outro elemento com potencial turístico local, diz respeito às suas paisagens naturais, representadas pelas áreas litorâneas da Baía e as ilhas. Especialmente a Ilha de Cajaíba, com seis quilômetros quadrados de extensão e localizados em frente à cidade (Figura 18) e a Ilha das Fontes, próximo ao Monte Recôncavo. Em razão disso, o turismo há muito vem sendo estimulado, tanto pela administração municipal como pelo governo do Estado.



Foto: José Carlos, 2002.  
Figura 15 – Vista panorâmica do Convento de Santo Antônio.



Foto: Edvaldo Hilário, 2002.  
Figura 16 – Ruína da Escola Agrícola.

A História do Brasil Colonial está nos inúmeros engenhos, sobrados e igrejas – ou o que resta deles – em meio à mata e canaviais, na zona rural do município. neste cenário, observa-se que São Francisco do Conde está inserido num contexto histórico-geográfico, que se confunde com a própria formação territorial da região. O Recôncavo da Bahia, e mais precisamente a Região Metropolitana de Salvador, responde pela origem do estado. Isso confere ao município importante papel neste processo, uma vez que, além de fazer parte deste contexto, também participou ativamente em diversos eventos histórico baianos. Certamente a sua estratégica localização geográfica, contribuiu bastante para tal. Por ter sido erigida na foz do rio Subaé, a cidade se constituía em uma das “portas de comunicação” com as áreas interioranas do estado.



Foto: Xando P., 2003.

Figura 17 – Solar da Ilha de Cajaíba.



Foto: José Carlos, 2002

Figura 18 – Vista panorâmica da Ilha de Cajaíba, vendo-se ao fundo a cidade de São Francisco do Conde

Evidentemente, esta breve discussão, não objetiva resgatar toda a história e características geográficas de São Francisco do Conde, mas contextualizar, de forma sucinta, características gerais do município, como suporte para as análises realizadas neste capítulo.

**Aspecto ambiental: Características da Baía de Todos os Santos e sua importância para o município.**

De natureza complexa a Baía de Todos os Santos, se constitui em importante ponto de referência da costa brasileira, além de ser a maior baía do país. Nela estão reunidos ecossistemas ricos em biodiversidade como manguezais, remanescentes da Mata Atlântica e recifes de corais. A importância de seus recursos naturais levou à criação da Área de Proteção Ambiental (APA) Baía de Todos os Santos, pelo Decreto Estadual 7.595 em 1999. Com 800 km<sup>2</sup>, a APA compreende as águas e as 54 ilhas pertencentes aos municípios de Salvador, Madre de Deus, Candeias, Simões Filho, São Francisco do Conde, Santo Amaro, Cachoeira, Saubara, Itaparica, Vera Cruz, Jaguaripe, Maragogipe e Salina da Margarida.

É uma baía relativamente rasa, pois a batimetria, de um modo geral, caracteriza-se por profundidades inferiores a cinco metros (Figura 19), principalmente na porção norte, o que favorece as atividades artesanais de pesca e mariscagem, tão comuns na região. Esses fundos rasos, apresentam alto gradiente e um equilíbrio frágil, contrapondo-se à intensa atividade econômica desenvolvida na região. Predominantemente, de clima quente e úmido, do tipo Af (Classificação de Köpper), variação térmica entre 19°C e 28°C – média anual de 24,5°C e precipitação pluviométrica entre 1.700 e 2.000 milímetros por ano. Do ponto de vista hidrogeológico, São Francisco do Conde ocupa às áreas mais pobres em recursos hídricos, pois não dispõe de grandes cursos d'água e os riachos Sergimirim, Macaco das pedras, Guaíba, Paramirim e das Almas; juntamente com os rios Subaé, que limita o município à oeste e o São Paulo a leste, compõem o cenário hidrográfico municipal.

Os solos de mangue é presença marcante em toda a sua extensão litorânea. (Figura 20) Esses bosques de manguezais, bem como as demais coberturas vegetais do município, encontram-se bastante descaracterizados devido à intensa ação antrópica. Essa degradação ocorreu, num primeiro momento, com a retirada da cobertura para dar lugar às plantações de cana-de-açúcar, num segundo momento com a exploração seletiva de madeira e, mais recentemente com as pastagens e atividades da indústria do petróleo.

Os aspectos observados no município, em ao uso da terra, não diferem dos demais que compõem a RMS. Há usos múltiplos do seu espaço, o qual além das áreas urbanas, localizam terminais portuários, complexos industriais petrolíferos e turísticos. Ocorrem também áreas de exploração agro-silvo-pastoril, áreas protegidas, entre outras, responsáveis por conflitos que se tornam evidentes através da disputa de espaço físico em constante valorização. Tal disputa, limita a qualidade de vida da população e o acesso a bens de serviços no entrono municipal, o que se traduz em problemas ambientais de proporções consideráveis. (Figura 21)





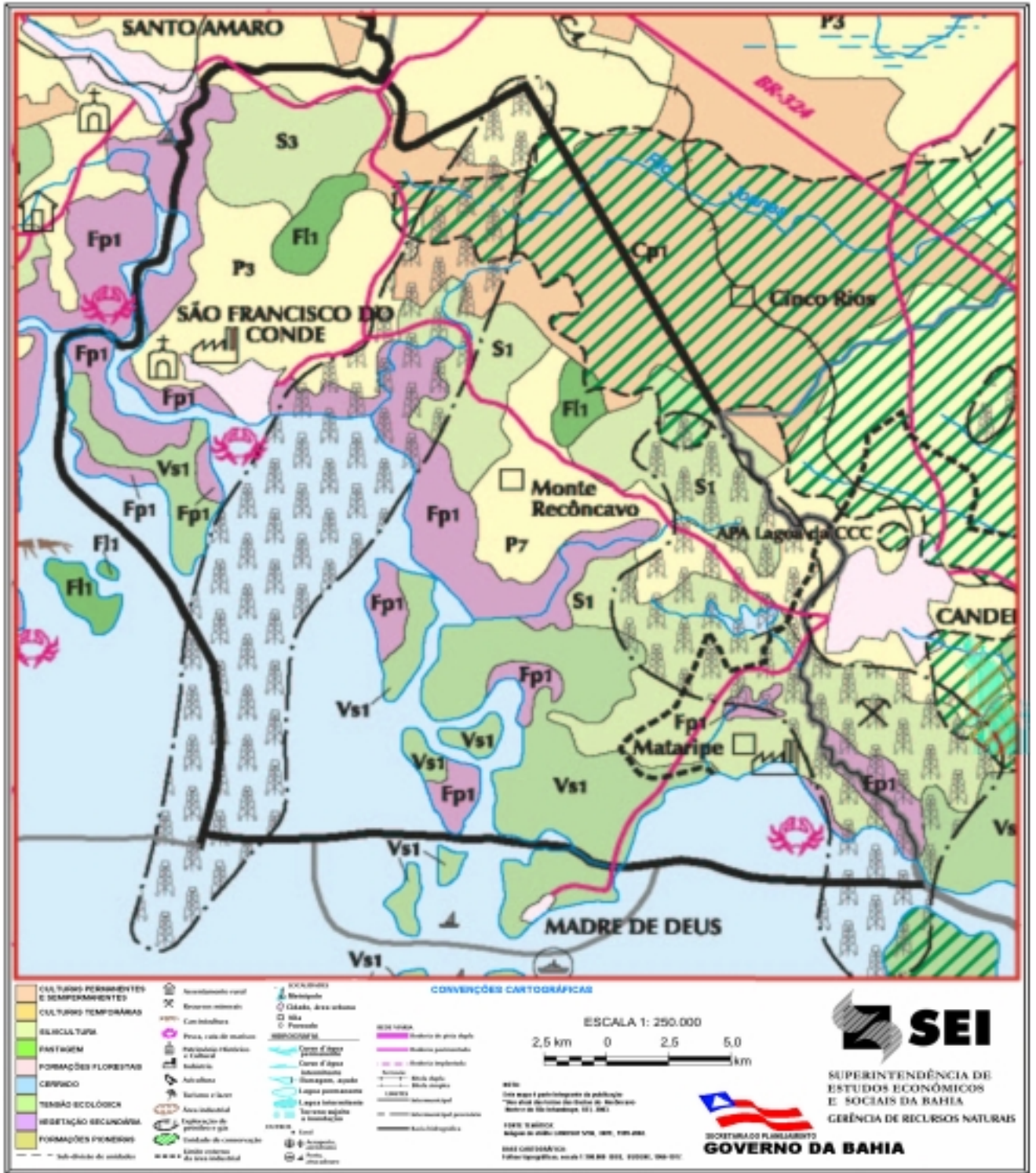


Figura 21 – Mapa de uso da terra

Constata-se ainda, que a presença de complexos industriais e a exploração do petróleo, ao redor da Baía de Todos os Santos, são geradoras de conflitos com as áreas de proteção ambiental, com assentamentos humanos e os espaços de turismo e lazer, pois são atividades altamente poluentes e implicam constante perigo de acidente e contaminação. (Figuras 22 e 23)

Dentre os principais usos que resultam em significativos conflitos, destacam-se a pesca, tendo como conflitos decorrentes, a urbanização em áreas de mangues, os dejetos industriais e urbanos, a exploração mineral, notadamente o petróleo.

Dado que a localização geográfica do município configurar-se às margens da

Baía de Todos os Santos, isso lhe confere as feições ambientais e socioeconômicas verificadas desta ambiente. A baía é rica em biomas estuarinos e os manguezais, assumem papel importante para a sobrevivência de parcela significativa da população local, composta de pescadores e marisqueiros, pois tais grupos, vivem quase exclusivamente dessas atividades. O recurso, atualmente, encontram-se em considerável diminuição, como conseqüência da poluição industrial a que foram e estão submetidos há décadas, além dos desmatamentos e a intensa ocupação urbana nestas áreas.



Foto: Wilson Besnosik, 2004.

Figura 22 – Porto de Aratu, registros de derramamentos de óleo



Foto: Gildo Lima, 2004

Figura 23 – Vista panorâmica do subúrbio ferroviário, periferia de Salvador, as margens da BTS, área de intensa ocupação urbana.

### **Economia na escala local (1986-2003).**

As mudanças do Estado brasileiro, especialmente nos anos 1990, caracterizadas pela descentralização administrativa – com o fim do planejamento econômico centralizado –, pela privatização de empresas estatais e serviços públicos e rígido controle fiscal, resultaram, entre outras questões, na implementação de políticas públicas de desenvolvimento econômico e de políticas sociais que, ou reproduziam localmente políticas federais descentralizadas, ou experimentavam programas próprios.

Na prática, essa ação não surtiu o efeito suposto, tendo em vista que privatizações desenfreadas, dilapidação do patrimônio público, atribuições de valores irrisórios a esses bens, concessões de serviços da esfera pública para a privada e outras medidas denominadas neoliberais, assolaram ainda mais a discutível qualidade do serviço executado pelo governo, excluindo, de forma acelerada, aqueles que, antes dos movimentos neoliberal e global, alimentavam a expectativa de uma melhor equação entre políticas públicas e atendimento social, pois a determinação imposta pelos algozes dos países periféricos como o FMI, era a diminuição do Estado, para este ter capacidade administrativa na oferta e aprimoramento do serviço de saúde, educação, saneamento básico e habitação, todos esses com o embuste da qualidade total. Além do mais, o capital adquirido, com as privatizações e outras concessões, seria um espetacular reforço de caixa, também, para essa finalidade.

Observa-se que a questão não é uma realidade apenas de São Francisco do Conde, mas temos a obrigação de fazer a descrição do quadro do nosso objeto de estudo municipal e demonstrar a relação da prefeitura com o cidadão, pois, para os administradores, as verbas dos *royalties*, apesar das ameaças constantes de crise no cenário nacional, são fartas e garantidas. Porém, a sua aplicação, racional e sustentável, demanda vontade política, que coadunem com as questões sociais, econômicas e políticas locais.

Através da concessão de incentivos fiscais e financeiros, criação de infra-estrutura e participação acionária do estado, culminou com a implantação do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), em 1976. Na verdade, a política de implantação de pólos petroquímicos passou a ser uma marca dos últimos anos do regime de exceção, sendo o Nordeste, através da Bahia, contemplado com o maior projeto da Região.

O empreendimento beneficia diretamente São Francisco do Conde, na medida em que este detém a primazia da matéria-prima para o funcionamento do Pólo, proveniente da Petrobrás. Dessa forma, sua produção passa a abastecer o COPEC, composto por 72 empresas, concentradas em sua maioria no setor petroquímico e se constitui no maior

complexo petroquímico do Brasil em produção integrada (Figura 24). Assim, mais uma vez, o município participa diretamente do processo de montagem do parque industrial da Bahia, apesar da primazia de geração de postos de trabalho ser ocupada por uma nova corrente industrial implantada na RMS, sendo contemplado mais diretamente o município de Camaçari. Recentemente o complexo volta à cena com a implantação de uma unidade produtiva da Ford e outra da Monsanto, esta, voltada para o ramo de biotecnologia. Essas ações foram decorrentes da chamada política de “Guerra Fiscal”, como consequência das disputas estaduais em atrair investimentos, via concessão e incentivos fiscais. Tais empresas passaram a receber incentivos e investimentos para montar seu parque produtivo e entraram em operação nos anos de 2002 e 2003, respectivamente.

Esse rápido panorama permite observar a posição de destaque da atividade petroleira instalada no município. Porém, a pouca presença de indústrias de transformação no contexto local, gera um fator limitante na dinâmica socioeconômica do estado e do município, porque as receitas decorrentes da produção final e do consumo vão se dá essencialmente em outros estados, especialmente no Sudeste e Sul do país.

Em relação aos decorrentes tributos da atividade petrolífera para o município, carece atenção especial, pois se constitui em elemento expressivo para a economia local diante do volume envolvido. Verifica-se uma significativa ampliação dos recursos, como derivação das transformações recentemente observadas na RMS. O comparativo da CONDER (1999, p. 28), em relação ao estado e a RMS, permite perceber a dimensão do fato (Tabela 4).

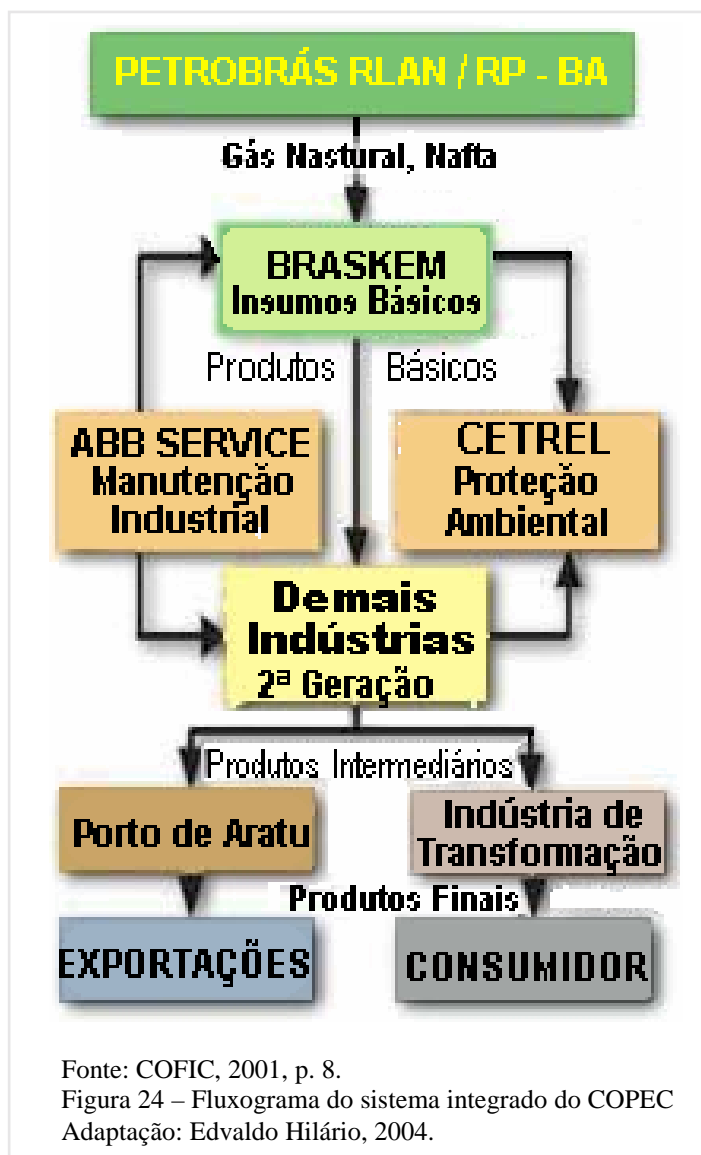


Tabela 4 – Arrecadação total de tributos e participação percentual do ICMS, segundo os municípios da RMS e o estado da Bahia.

| MUNICÍPIO                     | Arrecadação Total de Tributos Estaduais (em Reais) | ARRECADAÇÃO DO ICMS     |                |               |
|-------------------------------|--|-------------------------|----------------|---------------|
|                               |  | ICMS (em Reais)         | Participação % |               |
|                               |  |                         | Na RMS         | No estado     |
| Salvador                      | 1.022.779.469,82                                   | 980.649.522,64          | 54,83          | 38,79         |
| <b>São Francisco do Conde</b> | <b>364.946.642,35</b>                              | <b>364.883.251,80</b>   | <b>20,40</b>   | <b>14,43</b>  |
| Camaçari                      | 286.812.582,86                                     | 285.887.852,81          | 15,99          | 11,31         |
| Simões Filho                  | 76.626.281,44                                      | 76.026.446,33           | 4,25           | 3,01          |
| Candeias                      | 30.909.213,97                                      | 30.572.194,33           | 1,71           | 1,21          |
| Dias D'Ávila                  | 25.192.035,00                                      | 25.020.670,64           | 1,40           | 0,99          |
| Lauro de Freitas              | 21.761.876,17                                      | 21.741.334,23           | 1,21           | 0,86          |
| Vera Cruz                     | 2.127.816,63                                       | 2.087.160,30            | 0,12           | 0,08          |
| Itaparica                     | 1.258.372,90                                       | 1.219.133,47            | 0,07           | 0,05          |
| Madre de Deus                 | 396.747,01   | 366.926,04              | 0,02           | 0,01          |
| <b>RMS</b>                    | <b>1.832.811.038,15</b>                            | <b>1.788.454.492,59</b> | <b>100,00</b>  | <b>70,74</b>  |
| <b>Estado da Bahia</b>        | <b>2.612.199.708,31</b>                            | <b>2.528.302.930,09</b> | <b>--</b>      | <b>100,00</b> |

Fonte: SEFAZ, Compilado de CONDER / INFORMS, 1999, p. 28  
Adaptação: Edvaldo Hilário, 2004.

Os dados da tabela permitem observar que São Francisco do Conde ocupa posição de destaque quanto à geração de recursos, principalmente os procedentes dos *Royalties*. Com a implantação das novas indústrias no Pólo, Ford e Monsanto, Camaçari, passou a ocupar a segunda posição no estado (Tabela 5).

*São Francisco do Conde hoje, possui excelentes condições e capacidade de investimentos, diante dos polpidos recursos disponíveis, procedentes dos royalties. Porém, é preciso melhor gestão e controle destes recursos, visto que a comunidade permanece a margem desse processo, que é fruto de uma economia não inclusiva<sup>20</sup>.*

Tabela 5 – Municípios de maior arrecadação de tributos na RMS, 2001 (valores aproximados)

| MUNICÍPIOS                    | ROYALTIES        | REPASSE ESTADUAL  | RECEITA PRÓPRIA   | TOTAL 2001 *       |
|-------------------------------|------------------|-------------------|-------------------|--------------------|
| Camaçari                      | 266.000          | 138.000.000       | 62.000.000        | <b>200.000.000</b> |
| <b>São Francisco do Conde</b> | <b>3.500.000</b> | <b>67.100.000</b> | <b>12.600.000</b> | <b>83.000.000</b>  |
| Candeias                      | 4.900.000        | 23.000.000        | 15.200.000        | <b>43.100.000</b>  |
| Simões Filho                  | 300.000          | 28.000.000        | 3.500.000         | <b>32.800.000</b>  |
| Madre de Deus                 | 5.900.000        | 18.000.000        | 2.600.000         | <b>26.500.000</b>  |

Repasse estadual Fonte: Secretaria da Fazenda (nov./dez. são valores calculados pela média mensal no ano)  
Receita própria Fonte: Tribunal de Contas dos Municípios e ou os próprios prefeitos  
Royalties Fonte: Agencia Nacional de Petróleo  
\* Não estão inclusos as verbas federais e outros convênios.

Elaboração: Edvaldo Hilário, 2004.

<sup>20</sup> Entrevistas pessoais, concedidas ao autor, por técnico da CONDER, responsável por alguns estudos no município, jun./2004.

O fato é que, segundo as informações da SEI, a RMS era responsável por 62,9 % da atividade econômica estadual em 1996 e por 70,5 % do valor da transformação industrial da Bahia em 1999. Essa concentração, ainda que possa ser considerada indesejável do ponto de vista social, foi extremamente funcional ao processo de acumulação de capital na Bahia. Prossegue o estudo do referido órgão e apresenta outros dados importantes do quadro econômico da RMS. Revelando que a posição desses municípios no cenário econômico regional, a exemplo de São Francisco do Conde, permanecem entre as maiores arrecadações municipais do estado.

### População na escala local (1986-2003)

A política metropolitana de desenvolvimento polinuclear posta em prática na RMS, visando, desenvolvimento social, inclui as outras cidades integrantes da região além de Salvador e busca identificar os núcleos existentes, que está produzindo efeitos positivos no sentido da desconcentração da metrópole, ao promover o crescimento das demais cidades.

Considerando a evolução do fenômeno populacional por décadas, a partir dos dados do IBGE (2001) e da SEI/UFBA (2000), verifica-se progressivo avanço na população, com significativa redução da população rural, de 60,0% em 1980, para 19,45%, em 2000. Enquanto isso, a evolução da população urbana mais que dobrou no mesmo período: 40%, para 80,55%, sempre positiva no período de análise, mas com taxas oscilantes. (Tabela 6)

Tabela 6 – População residente e taxa da população urbana e rural, em São Francisco do Conde – 1980-2000.

| ANO  | TOTAL  | POPULAÇÃO RESIDENTE |       |        |       | Crescimento<br>(%a.a.) |
|------|--------|---------------------|-------|--------|-------|------------------------|
|      |        | URBANA              |       | RURAL  |       |                        |
|      |        | Total               | (%)   | Total  | (%)   |                        |
| 1980 | 17.835 | 7.067               | 40,00 | 10.768 | 60,00 | -1,5                   |
| 1991 | 20.238 | 15.734              | 78,00 | 4.504  | 22,00 | 1,2                    |
| 2000 | 26.282 | 21.870              | 80,55 | 4.412  | 19,45 | 3,7                    |

Fonte: IBGE – Censo Demográfico do estado da Bahia, 1980, 1991, 2000.  
Adaptação: Edvaldo Hilário, 2004.

No entanto, São Francisco do Conde apresenta características singulares, posto que, ao longo do período 1970/1980, apresentou taxas de crescimento indicativas de perda migratória, conforme registra o estudo da SEI/UFBA (2000, p. 23). Aponta ainda que boa parte dos migrantes saídos do município pode ter passado a residir nos municípios onde estavam sendo implantadas novas indústrias ou para a capital, bem como, transferência das operações portuárias da Petrobrás, da sede do município para o TEMADRE, localizado em Madre de

Deus, que se desvinculou do município e posterior emancipação. Essa medida abalou consideravelmente São Francisco do Conde, pois, além da perda populacional, resultou em diminuição dos tributos.

### **Ideologia na escala local (1986-2003)**

Sob a “inspiração” do *Consenso de Washington*, a intervenção do Estado na economia que conduziu o modelo de substituição de importações passa a ser defenestrada, dando lugar ao culto do mercado como o caminho para a resolução de todos os problemas da economia brasileira e, inclusive, de regular as relações entre capital e trabalho.

Como reflexos do neoliberalismo as regiões mais frágeis estão se limitando ao esforço de oferecer condições mínimas para se colocarem na rota de expansão das multinacionais, numa visão industrial ainda distrital, quando é preciso perseguir e conceber estratégias globais e setoriais que se articulam com os novos vetores de desenvolvimento mundial.

Inserido nesse contexto, por força da sua importância petrolífera, São Francisco do Conde não difere do que tem sido observada noutras cidades brasileiras, especialmente aquela integrante de regiões metropolitanas, embora alguns fenômenos e problemas venham sendo agravados por condições e especificidades locais. Impelidos pela política industrial do estado, que procura pulverizar unidades fabris pelo interior da Bahia, o município atraiu recentemente uma indústria de calçados e outra de parafina, instaladas em seu perímetro urbano, com a promessa de gerar grande número de postos de trabalho.

*Só com a fábrica de calçados, primeira indústria a ser instalada no município desde a implantação da Refinaria Landulpho Alves, há 54 anos será gerado 800 novos postos de trabalho destinados exclusivamente à mão-de-obra local. A empresa recebeu da prefeitura local o terreno, no Bairro da Baixa Fria, para a implantação do projeto. São 6.400 metros quadrados<sup>21</sup>.*

O discurso do progresso e desenvolvimento para o município, que alimentaram o imaginário local, desde os anos cinquenta do século passado, permanece. Porém, tem procurado tomar as decisões de forma mais direta. As limitações e imposições constitucionais do regime, que impunha a condição de área de segurança, de certa forma tolhiam as iniciativas locais de desenvolvimento. Se antes, São Francisco do Conde apenas acatava as decisões governamentais, nos dias atuais vem procurando atrair investimentos para o seu território.

---

<sup>21</sup> Entrevista gravada, concedida ao autor, por secretário municipal de infra-estrutura da administração atual, abr../2004

#### 4.4.2 GESTÃO DO TERRITÓRIO LOCAL, FASE DE INTEGRAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL (1986-2003).

A experiência brasileira posta, em prática a partir dos anos 70, evoluiu, ao longo das últimas décadas, de uma gestão metropolitana altamente padronizada, imposta aos municípios pelo Governo Federal, para modelos mais flexíveis, peculiares a cada estado da federação, combinando formas compulsórias e voluntárias de associação, que se caracterizam por uma maior participação dos governos locais.

Alguns instrumentos de gestão, tornados obrigatórios desde a Constituição de 1988, como a Lei Orgânica Municipal (LOM), já são uma realidade para 96,4% dos municípios brasileiros. O mesmo ocorre com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei do Orçamento Anual (LOA), que atingem percentuais altíssimos de implantação, com apenas 6,2% e 5% dos municípios não dispendo dessas leis. Considerando os volumosos recursos disponíveis para as administrações locais, provenientes da indústria petrolífera, é fácil entender porque São Francisco do Conde procura atender a estes instrumentos. Um dos efeitos positivos deste processo é que a população local vem ampliando extraordinariamente a sua participação democrática na gestão desses recursos, nos últimos anos.

Entretanto, o Plano Plurianual de Investimentos, que demonstra um planejamento de mais longo prazo, ainda não era feito, em 1999, por 1.039 municípios do país e São Francisco do Conde integra esta estatística. Tampouco o Plano Diretor, tem sido um efetivo nas últimas administrações. Mesmo considerando que desde no final da década de 1970 a CONDER realizou amplo diagnóstico, no sentido de elaborar o Plano Diretor do município, como o PDLU. Porém, as ações no sentido de implementá-los, foram insipientes ou inexistentes.

*O Plano Diretor que dispomos é esse aqui (apresenta o documento). Foi da administração passada, mas estamos adaptando para esse governo. Agora, com certeza, ninguém sentou para elaborar um verdadeiro plano, desde Claudemiro. Recentemente o governo federal, através do ministério das cidades, mandou uma comunicação, solicitando informações para esse fim. O problema é que o documento ficou rodando lá pelo gabinete e perdemos o prazo. Ainda não mandamos nada para Brasília<sup>22</sup>.*

O depoimento revela, a pouca atenção dispensada a instrumentos importantes para o município, por parte dos dirigentes locais. Porém, o referido entrevistado chamou a atenção para algumas realizações nos últimos anos. Apontou que é importante considerar que alguns programas, apesar de pontuais, vem sendo realizados atualmente, além daqueles procedentes do governo do estado, voltado para a RMS. Aqui, merece atenção o programa habitacional realizado nas três últimas administrações. Acompanhou o programa, significativo

---

<sup>22</sup> Entrevista pessoal concedida ao autor, por agente político da administração local, 05 mai. 2004.

investimento em saneamento básico, especialmente nas áreas de ocupações subnormais da cidade. Mas o maior destaque destes programas, cabe ao setor educacional, pois o município aparece como o que mais investe em educação na região, se comparado aos municípios vizinhos.

A carência de equipamento urbano na cidade, já não aparece como um elemento de crítica para o uso do amplo recurso disponível. A cidade dispõe de aparelhado hospital-maternidade que atende não só a população local como dos distritos e de outras localidades. São Francisco do Conde dispõe atualmente de uma infra-estrutura que atende satisfatoriamente a sua população. precisa avançar na questão social, ponto vulnerável e carente de políticas públicas voltadas para melhor distribuição de renda.

#### 4.4.3 EFEITOS NA ESCALA LOCAL NA FASE DE INTEGRAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL (1986-2003)

##### **Estrutura territorial urbana resultante na escala local**

A despeito das grandes transformações verificadas no território franciscano, a evolução no processo de urbanização da sede, por incrível que possa parecer, continua com suas funções comerciais e de serviços acanhadas, apresentando pequena concentração nas imediações do mercado municipal e no entorno da prefeitura

As características da economia local levaram a uma relativa estagnação das atividades que se localizavam no centro da sede municipal. A feira livre, outrora pujante, movimentada e atratora de considerável número de comerciantes e feirantes das cercanias, hoje inexistente totalmente. Atualmente São Francisco do Conde é uma cidade desprovida de comércio popular e, em certa medida, quase não há estabelecimentos comerciais significativos, como lojas de eletrodomésticos, eletroeletrônico, de informática, bancos<sup>23</sup> e posto de gasolina.

*Mandamos para a câmara de vereadores um projeto para a criação da feira livre, a ser instalada no entorno do mercado municipal, quando este ficar totalmente recuperado. Com isso, pretendemos incentivar o artesanato e a comercialização dos produtos caseiros da nossa culinária<sup>24</sup>.*

Toda a vida da cidade circunda em torno da praça central, local do prédio da prefeitura e, portanto, de maior concentração de pessoas: de funcionários públicos a desempregados que por ali permanecem em busca do emprego público municipal ou do pagamento de contas

<sup>23</sup> Na cidade existe apenas uma agência do Bradesco e dois postos avançados: um do Banco do Brasil e outro da Caixa Econômica Federal, que foram instalados nos últimos quatro anos..

<sup>24</sup> Entrevistas gravadas, concedidas ao autor, por secretário municipal de infra-estrutura da administração atual, abr../2004

como água, luz, telefone, aquisição de cestas básicas ou mesmo de biscate, para se valer, de alguma forma, de ocupação informal.

A concentração urbano-industrial continua limitada à área de atuação da RLAN e da sede, tendendo a exacerbar-se. A hierarquia da rede urbana parece conservar-se praticamente inalterada, onde o nível de concentração populacional permanece na sede e em Mataripe. Esses prognósticos, de uma forma geral, posicionam o município em situação bastante confortável, não devendo ocorrer expansões em ritmo que possam desafiar as autoridades municipais no controle do uso e ocupação da terra mais do que a situação hoje vigente.

### **Aspectos sócio-econômicos resultantes na escala local (1986-2003).**

Observa-se que o sentimento de prosperidade continua a fazer parte da comunicação governamental, onde os segmentos políticos, tanto do governo estadual quanto da administração municipal franciscana, não param de afirmar esse novo surto de desenvolvimento, representado pela Ford. Esperam novas indústrias para a região, atraídas pelo empreendimento. O governo local espera trazer para seu território, empreendimentos que venham gerar postos de trabalho e renda. Porém, a despeito da incrível expectativa popular e do discurso local sobre novas indústrias para o município, não aparece nos documentos oficiais do governo do estado, qualquer referência em investimentos no setor, direcionado para São Francisco do Conde.

Quanto a Petrobrás, em se tratando de postos de trabalho, sua interferência neste sentido teve caráter cíclico. O fim da fase de instalação e montagem também significou restrições em postos de trabalho, especialmente para trabalhadores de baixa qualificação. Poucos moradores do município conseguem se empregar na companhia, fato que se mantém até hoje. A industrialização vinda de fora continua voltada para fora da região e as contratações através dos concursos públicos, há muito não acontece. No entanto, a instalação das duas unidades fabris na área urbana da sede, vem trazendo novo alento ao comércio e a população local.

### **Aspectos político-institucionais resultantes na escala local (1986-2003).**

No plano político-institucional, percebe-se uma ligeira reestruturação e modernização do município. As propostas e as ações orientadas para a concretização dos processos de descentralização político-administrativa, ainda que incipientes, são aspectos significativos desta realidade, especialmente quando inclui espaços para a participação popular local, o que

não é comum em São Francisco do Conde. Entende-se que a gestão e planejamento de cunho redistributivo e estilo genuinamente participativo, se constituem em importante desafio local.

Entende-se que o desenho institucional precisa desempenhar um papel importante na provisão de canais de participação e oportunidades de interação social. Se acompanhadas por medidas que garantam transparência, acesso aberto e participação democrática, a comunidade não precisa, sofrer os perigos de tornar-se marginalizada.

Além disso, desvantagens causadas por uma estrutura desigual de oportunidades e de poder só podem ser mantidas em limites razoáveis se medidas de desenho institucional garantem o estabelecimento de fortes funções de mediação, que no melhor dos casos serão desempenhadas pela sociedade civil e pela esfera pública.

### **Breves considerações sobre os *royalties*.**

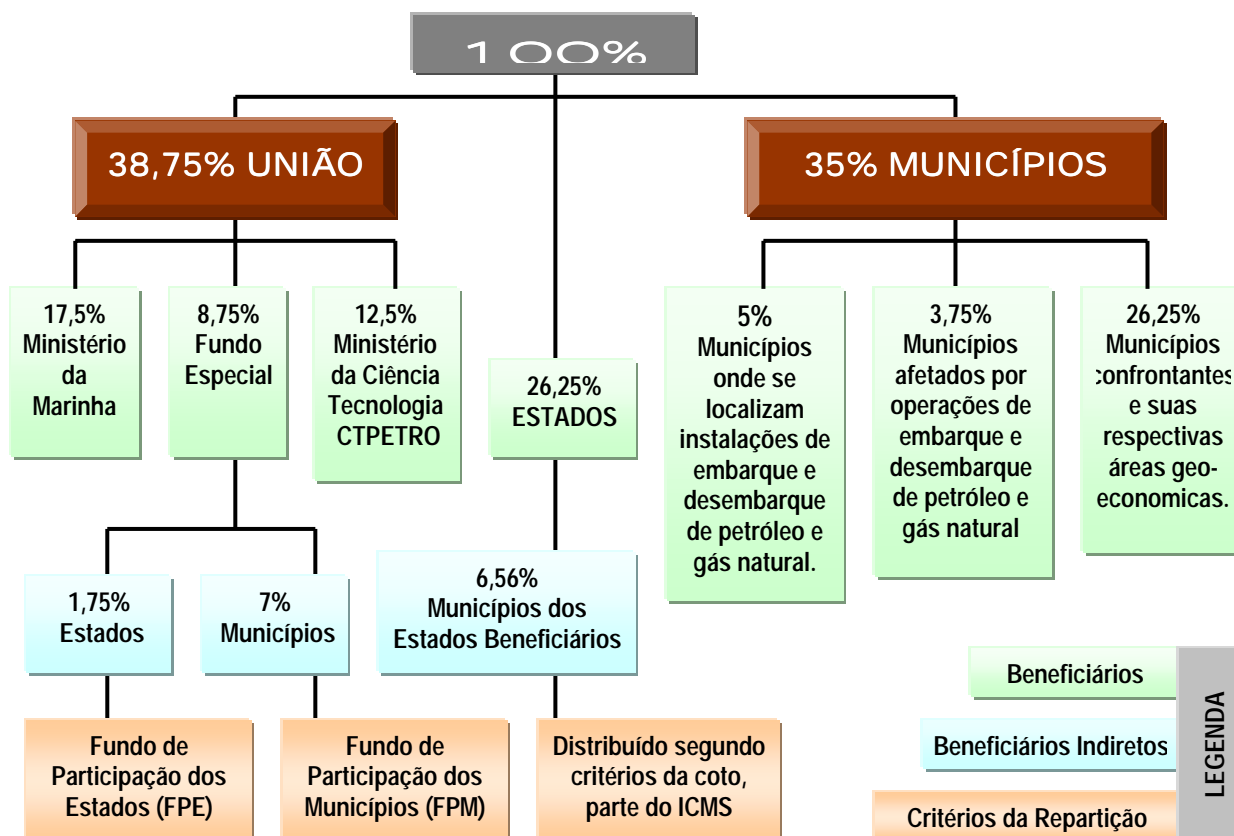
O conjunto das participações governamentais distribuídas à União, Estados e Municípios, como compensação financeira às atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, é conhecido por *royalties*, e se constitui uma das mais antigas formas de pagamento de direitos, pelo uso da terra. A palavra *royalty* vem do inglês *royal*, que significa "da realeza" ou "relativo ao rei". Primordialmente, *royal* era o direito que os reis tinham de receber pagamento pela extração de minerais feita em suas terras. De acordo com o Guia dos *Royalties* da ANP (2001, p. 13), no caso do Brasil, verifica-se que o pagamento é feito à União (proprietária dos bens) e repassados por esta para Estados, Distrito Federal e Municípios por força de dispositivo constitucional, nas porcentagens determinadas pela Lei do Petróleo.

A Lei 7990/89 é o instrumento que trata da distribuição dos *royalties*, concedendo 0,5% aos municípios, onde se localizam instalações de embarque e desembarque de petróleo ou de gás natural. Com isso, o percentual dos estados teve de ser diminuído de 4% para 3,5%, para os casos em que a lavra acontecesse em terra, e o percentual do Fundo Especial (distribuído entre todos os estados e municípios da federação) foi reduzido de 1% para 0,5%, quando a lavra acontece na plataforma continental. Em 1997, a Lei do Petróleo aumentou para 10% a alíquota básica dos *royalties*. Esta alíquota pode ser reduzida pela ANP até um mínimo de 5%, considerando riscos geológicos, expectativas de produção e outros fatores.

De acordo com a ANP (2001), a lei que regulamenta o pagamento dos *royalties*, "Lei do Petróleo", é a Lei nº 9.478/97, que estabelece as seguintes contribuições: Até 5%, em terra, destina-se 70% para estados e 30% para municípios; na plataforma, 30% para estados, e 30% municípios e 20% para a marinha. Já os excedentes terão as seguintes distribuições: em terra:

75% para estados e municípios e 25% para o FNDCT; na plataforma: 60% para estados e municípios, 15% para a Marinha e 25% para o FNDCT. Para a participação especial, destinam-se 50% para estados e municípios, 40% para a ANP e 10% para o MMA.

Com base na lei vigente que normatiza a distribuição dos royalties entre o conjunto de beneficiários, buscou-se no fluxograma a seguir (Figura 25), resumir as frações que cabem a cada uma das instâncias, utilizando-se como exemplo um campo petrolífero com alíquota de royalties igual a 10% (igualados a 100% no fluxograma).



Fonte: ANP, 2001, p. 39, 40, 45, 47-48.

Figura 25 – Fluxograma ilustrativo sobre a distribuição dos royalties, ANP, 2003.

Adaptação: Edvaldo Hilário, 2004.

Apesar da legislação que rege o pagamento dos *royalties* no Brasil ser antiga – data de 1953, pela mesma lei que criou a Petrobrás – são raras as pesquisas que avaliam a forma como esse dinheiro é aplicado, quando chega nos caixas dos estados e dos municípios. Sua fiscalização é difícil, pois entra tudo no caixa único do governo, só permitindo saber à destinação a partir de relatórios das próprias prefeituras. Em tese, esses recursos são “carimbados”, para obras de infra-estrutura, saneamento e saúde (Quadro 1). Portanto, possui um uso específico, devendo ser direcionados para investimentos, em especial os que possam criar fontes permanentes de renda, o que indica uma preocupação com a sustentabilidade, uma preocupação com as gerações futuras.

Quadro 1 – Normas legais sobre aplicação dos royalties e sua evolução no Brasil.

| Resolução    | Determinação sobre a aplicação dos royalties   |
|--------------|--|
| Lei 2004/53  | preferentemente na produção de energia elétrica e na pavimentação de rodovias. Forte influência da política getulista de desenvolvimento do país   |
| Lei 7.453/85 | Mantém a preferência sobre energia de qualquer origem; mais a pavimentação de rodovias, abastecimento e tratamento de água, irrigação, proteção ao meio ambiente e saneamento  |
| Lei 7.525/86 | Mantém o mesmo direcionamento na aplicação dos recursos, mas substitui o termo preferencialmente para "exclusivamente", vinculando diretamente à ação dos agentes públicos.  |
| lei 7.990/89 | Suprimiu a exigência de direcionamento da aplicação para determinadas áreas, além de proibir pagamentos de dívidas e do quadro permanente de pessoal. Estando alinhada com a Lei do Petróleo, que é siliente a esse respeito. É a lei que vigora atualmente e deve ser o norte seguido pelo administrador público. |

Fonte: <http://www.anp.gov.br>

Elaboração: Edvaldo Hilário, 2004.

Atualmente, a fiscalização, quanto à aplicação dos recursos, é de competência dos Tribunais de Contas dos Estados, pois se constitui em receita própria de Estados e municípios. No Estado da Bahia, os Relatórios do TCE e TCM constataam que tanto o Estado quanto os municípios beneficiários, fazem uso indevidamente do dinheiro dos *royalties*, para cobrir despesas com pessoal e outras irregularidades (TCE, 2002 e TCM, 2003, p. 269). No tocante ao município de São Francisco do Conde, conforme o TCM, entre 1990 a 2003, registraram-se oito contas rejeitadas e duas aprovadas com ressalvas<sup>25</sup>.

É cabível a discussão, na medida em que, sendo o petróleo e o gás natural recursos não renováveis, a sua exploração hoje, significa uma renúncia imposta às gerações futuras para a utilização dessas riquezas. As referidas participações governamentais deveriam servir, portanto, como elemento de reparação às próximas gerações, como recurso, enfim, para a promoção de uma política de justiça intergeracional. Nesse sentido, é pertinente ilustrar a comunidade de pescadores de São Francisco do Conde, como penalizada pela atividade que tanto dividendo traz para a instância governamental do município, mas permanece distante da população.

Como efeito de uma participação popular, preocupada com os destinos do erário público, a economia local ganha uma dinâmica diferente a partir de 1994, devido criação de novas secretarias municipais voltadas para o meio ambiente, à implementação de uma política de fomento ao turismo como forma de aproveitar o potencial oferecido pela Baía de Todos os Santos. Mas esse fato novo não tem uma origem predominantemente econômica, mas também

<sup>25</sup> Resultados disponíveis no site do próprio TCM, (<http://www.tcm.ba.gov.br>), onde também foram disponibilizados parecer das contas não aprovadas.

político-institucional. Embora tenha existido uma série de eventos econômicos, endógenos e exógenos, que ajudou a condicionar e a construir as variáveis políticas locais o fato é que uma importante ruptura político-institucional foi produzida, especialmente com a chamada lei de responsabilidade fiscal, influenciou decisivamente o comportamento da economia local. Neste caso, o aspecto político-institucional está na origem de um processo econômico virtuoso e endógeno que se passa em toda a RMS nos últimos anos.

### **Resultados concernentes ao ambiente natural na escala local (1986-2003)**

É sempre uma tarefa complexa tratar da relação entre meio ambiente e o desenvolvimento social e econômico, por serem objetos de análise submetidos a sucessivas alterações, refletindo seus resultados territoriais de forma diferente em cada tempo. Os limites entre ambientes comuns e de trabalho não são sempre claros e extrapolam as fronteiras dos portões das fábricas atingindo as comunidades vizinhas.

Considerando que as atividades e empreendimentos do setor petróleo provocam efeitos ambientais significativos, torna-se necessário o estabelecimento de controles ambientais efetivos para o seu desenvolvimento, já que a proteção do meio ambiente é um dos objetivos das políticas nacionais para o aproveitamento racional das fontes de energia (MALHEIROS, 2002). Então é legítimo o papel dos órgãos ambientais do estado, a exemplo do CRA, que vem assumindo uma postura séria e comprometida com a cartilha ambiental, diante dos efeitos do processo de industrialização verificados na Baía de Todos os Santos. Seja por suas chaminés, que despejaram toneladas de gases, vapores e partículas no ar, seja por seus efluentes líquidos, onde toneladas de metais pesados foram lançadas em mananciais onde se captam água para consumo doméstico, o resultado é sempre a invasão da dinâmica da produção no espaço de vida das pessoas.

Com base no exposto, desperta-nos interesse sobre o Rio Subaé, devido a sua importância para São Francisco do Conde, como também pelos danos ambientais que o rio sofreu, a partir da década de 1950. Não é nosso objeto de estudo, porém, como o rio desemboca na área urbana do município em estudo e pelo seu grau de contaminação, registrado pelo “Projeto Purifica”, realizado pela UFBA<sup>26</sup> entendemos ser necessário dedicar algumas linhas ao assunto.

---

<sup>26</sup> O relatório na íntegra do projeto PURIFICA pode ser baixado, através da ligação: Relatório na íntegra do Projeto purifica: <ftp://ftp:qualquer@geoamb.eng.ufba.br/ProjetoPurifica/>.



Foto: Acervo da Petrobrás, 1982.  
 Figura 26 – Derramamento de óleo, CDJM, 1982.



Foto: Tribuna da Bahia, 15 mar. 2002.  
 Figura – 27 – Ferragens de plataforma abandonada,  
 CDJM



Foto: A Tarde, 04 ago. 2004  
 Figura 28 –Pequenos derramamentos ainda são  
 registrados pelos pescadores.

A Companhia Brasileira de Chumbo (COBRAC)<sup>27</sup>, foi instalada em Santo Amaro da Purificação, para produzir lingotes de chumbo, às margens do Rio Subaé e a 10 Km de sua foz na Baía da Todos os Santos, na área central de cidade de São Francisco do Conde. Após 38 anos de atividade, o empreendimento foi desativado e em nenhum momento o processo de estocagem da escoria obedeceu às disposições legais contidas na Legislação Básica do Meio-Ambiente do estado da Bahia. Mesmo considerando o sistemático e forte acompanhamento que vem sendo realizado por diversos órgãos ambientais do estado. Pesadas multas foram aplicadas, porém, o passivo ambiental permanece contaminando toda a área, incluindo o Rio Subaé.

Em 1998, o governo baiano apresentou estudo sobre a bacia do Subaé, como parte do programa de saneamento da Baía de Todos os Santos. Constatou-se então que, da nascente até a foz, “o Subaé está comprometido por despejos urbanos e descargas industriais, como as fábricas de papel e celulose e até mesmo o matadouro” de Santo Amaro. Todo esse material carregado, sintetizará o drama da poluição, na área urbana de São Francisco do Conde. Segundo os estudos da CONDER (1998, p. 7), ainda verificam-se periodicamente, mortandade de peixes no rio. “Essa é a condição ambiental do estuário do Subaé: o primeiro terço superior está totalmente degradado, o segundo terço, parcialmente destruído; e o último terço está sob stress, apresentando sinais de degradação ambiental grave” (p. 8). Parte deste, corresponde a área urbana do município de São Francisco do Conde.

Os danos aos manguezais e as áreas de pesca da comunidade franciscana foram inevitáveis. Somado a isso, a instalação das atividades petrolíferas no município, atingiram diretamente a exploração da pesca, a qual, vem sendo feita de forma tradicionalmente e rudimentar. Com efeito, resultaram em significativos prejuízos ambientais e econômicos, e a população de pescadores vem sofrendo grandes perdas pela ação poluidora, sobre o rio Sergimirim, dos resíduos industriais de unidades localizadas no município de Santo Amaro. (Figura 29).

---

<sup>27</sup> Antes denominada de Plumbum Mineração e Metalurgia Ltda, que se instalou entre 1956 a 1994 e era de capital francês. A empresa decretou falência, encerrou suas operações no país e responde diversas ações trabalhistas, como decorrência de doenças ocupacionais.



Figura 29 –Mapa da bacia hidrografia do subaé

A instalação de numerosas plataformas petrolíferas, ao longo das quatro décadas de exploração marítima em São Francisco do Conde, mais precisamente no “Campo Dom João Mar – CDJM”, deixaram o fundo da baía repleta de destroços. Tubulações, bases de concreto, tanques, enfim, toda sorte de materiais provenientes das operações da Petrobrás foram sendo abandonados na área. Durante todo o período, a comunidade conviveu com a poluição visual

da baía repleta de plataformas e os pescadores com seus pesqueiros comprometidos ou terminantemente proibidos de utilizarem para captura do pescado (Figura 30).



Foto: Arquivo Histórico, Petrobrás, 1975

Figura 30 – Campo Dom João Mar – Inúmeras plataformas, torres e poços

Porém, a partir de 1999, a Petrobrás anunciou a desativação de todos os poços do CDJM e iniciou a retirada dos destroços em toda a área. Apesar dos esforços e assistência e dos projetos de recuperação da área, a Companhia enfrenta protestos e reclamações dos pescadores, diante das dificuldades e retirada parcial desses materiais do mar (Figura 31).



Foto: Arquivo fotográfico da Petrobrás, 2001.

Figura 31 – Destroços retirado do fundo da baía

#### 4.5 SÍNTESE DO CAPÍTULO

A questão principal do capítulo circunstancia-se, teórica e conceitualmente, à interpretação do poder como a capacidade dos múltiplos atores de propor, desenhar e desencadear políticas econômicas e tecnológicas e novas formas de gestão com incidência estratégica no território, no âmbito do ambiente político do regime liberal democrático.

Percebe-se que o caráter hierárquico do planejamento brasileiro, até o fim do regime militar, não foi substituído por um ambiente institucional que refletisse o movimento real de desconcentração das atividades econômicas e de fortalecimento de organizações variadas no interior do País. Considera-se que o maior desafio consiste em passar de uma lógica de repartição setorial de recursos e de demanda “de balcão” (ABRAMOVAY, 2001, p. 126), para uma lógica territorial e de projetos. Nesse mesmo diapasão, considera-se que a articulação entre políticas setoriais e território no Brasil, consistiu fundamentalmente em distribuir incentivos e conceder isenções como formas de estímulo à localização produtiva em regiões deprimidas com base numa decisão do Estado e na execução e controle de suas agências regionais, em detrimento das questões regionais e locais.

Fazendo uma leitura genérica dos resultados das administrações municipais recentes, em São Francisco do Conde, pode-se afirmar que os serviços de responsabilidade dos governos melhoram. Educação, Saúde e transportes coletivos são áreas de competência da gestão municipal em que os resultados são invariavelmente positivos. Porém, num âmbito mais geral e considerando o volume de recursos à disposição deste município, é necessário que ocorra um repensar político-administrativo e econômico-social, voltado para um planejar e gestar o território local, vislumbrando a sustentabilidade da sociedade como um todo. E mais, é preciso que a parcela mais carente da sociedade franciscana venha ter acesso aos benefícios decorrentes do farto recurso disponível.

De fato, ocorreu um considerável incremento industrial no município, apresentando como resultado, um crescimento econômico significativo, como resultado das políticas de industrialização dos governos federal e estadual e uma conseqüente ampliação das divisas de São Francisco do Conde, procedentes da exploração do petróleo em seu território.

Com base no exposto, procuraremos a seguir debater sobre o rebatimento das ações públicas e privada sobre a comunidade de pescadores, frente aos efeitos ambiental decorrente da principal atividade econômica do município.

## **5 ATIVIDADE PETROLÍFERA, SUSTENTABILIDADE LOCAL E A COMUNIDADE DE PESCADORES DE SÃO FRANCISCO DO CONDE.**

Os aspectos apresentados nos capítulos anteriores, consolidaram o quadro de referência de São Francisco do Conde. Abordou-se, os processos relevantes da escala nacional, regional e local, a luz das políticas de desenvolvimento enfatizando a atividade industrial petroleira, bem como, os efeitos sócio-econômicos e ambientais decorrentes. A discussão procurou contextualizar as principais fases do desenvolvimento nacional, de tal modo, que permitisse compreender as repercussões das ações de governo nas diversas escalas de análise, sobretudo, no âmbito desta cidade. Neste capítulo, objetiva-se responder a terceira questão da pesquisa, a qual procura analisar o rebatimento da atividade petrolífera sobre a sustentabilidade local, na perspectiva da comunidade de pescadores de São Francisco do Conde.

### **5.1. PROCEDIMENTOS DA PESQUISA**

Os procedimentos adotados, foram os mesmos para o capítulo anterior, porém voltados para responder a terceira questão da pesquisa. A investigação bibliográfica e documental procurou informar as discussões gerais sobre a pesca no município, contemplando os efeitos das questões sócio-econômicas e ambientais envolvidas nas atividades da Petrobrás, descritas nos capítulos anteriores.

A pesquisa de campo, também por entrevistas semi-estruturadas e gravadas, consistiram tanto questões abertas como fechadas, permitindo a coleta de informações de diversas naturezas e enfatizando dados qualitativos. Apresentou como foco primordial os pescadores do município em tela. Nesta etapa, deu-se visibilidade à percepção dos associados da colônia de pesca local, quanto a presença da Petrobrás e as ações institucionais em São Francisco do Conde. As visitas à comunidade ocorreram de forma contínua e rotineira, registrando-se um total de 53 visitas (Anexo F). O contato com a comunidade, teve início por ocasião da elaboração do projeto de pesquisa, sendo que os trabalhos de campo, propriamente dito, iniciaram-se em julho de 2003, estendendo-se até junho de 2004. A duração de cada visita ao município variou muito variada, mas nunca inferior a um dia. A partir de novembro

de 2003, optou-se por estadias de dois ou três dias por mês, com vista a alcançar melhor inserção no dia-a-dia da comunidade.

Nas visitas mais longas, teve-se a oportunidade de acompanhar os pescadores em barcos, canoas e a pé, nas suas atividades corriqueiras, nas visitas às ilhas confrontantes com os pesqueiros e nas plataformas e poços desativados ou abandonados da Petrobrás. Esses momentos foram bastante elucidativos para o pesquisador, na medida em que, convenientemente, visualizamos o espaço de contato Petrobrás / pescadores e os respectivos conflitos decorrentes, nesse ambiente. Essa questão será tratada posteriormente.

Inicialmente, foram realizadas entrevistas livres com informantes encontrados *ad libitum*, no intuito de se conhecer aspectos mais gerais da comunidade, das práticas de exploração pesqueira e das principais relações entre pescadores, atividade petroleira e governo local. abordou-se assuntos como territorialidade, utilização e conservação de recursos, poluição, áreas de pesca, apoio governamental, presença e importância da indústria do petróleo. Esses assuntos foram diluídos no instrumento de pesquisa, composto por dez questões chave, para guiar as entrevistas. Durante as quais, procurou-se utilizar termos do linguajar nativo, a fim de facilitar a comunicação e de criar um ambiente favorável para comunicações e contatos futuros. A transcrição das entrevistas foi feita *verbatim*, sendo realizada um total de quarenta e cinco entrevistas. A aplicação dos instrumentos de coleta de dados, em alguns momentos, teve a participação de voluntários, bem como, alunos da escola de Ensino Médio local.

As observações diretas também foram realizadas, figurando como ferramenta complementar e importante para a obtenção dos dados. As conversas informais também forneceram informações relevantes e permitiram ao pesquisador, um intenso contato com o seu objeto de estudo. O diário de campo, no qual foram anotadas e/ou gravadas as informações resultantes das observações realizadas e das conversas informais, também se constituiu em mais recurso.

A amostra dos informantes do grupo focal, foi definida entre 3% e 5% do total de 1.500 pescadores cadastrados na Colônia Z-5, sendo que, dividiu-se este universo em dois grupos: o primeiro, composto por pescador ou morador mais velho (denominados nesta pesquisa de **Grupo 1**), que tiveram a oportunidade temporal de vivenciar a ação primordial da Petrobrás no município, e o segundo grupo composto pelos mais novos (denominados de **Grupo 2**). A faixa etária estabelecida como limite para definir os dois grupos foi acima de quarenta anos para o grupo 1 e, entre 18 e 39 para o grupo 2. Objetivou-se com esta

categorização, checar a visão destes agentes, em relação às ações institucionais e empresariais, mormente, a Petrobrás, no município ao longo do período em questão. Foram entrevistados 45 pescadores, com idades entre 25 e 87 anos, incluindo as marisqueiras, uma vez que, procurou-se respeitar os critérios adotados pela referida colônia em rotular de pescadores, todos os associados cadastrados, mesmo reconhecendo que há funções específicas, para ambos. Detectamos essa questão de gênero e consideramos assaz importantes, porém, não será objeto de análise, pois não se constitui no foco deste estudo. Entretanto, poderá se constituir em objeto de estudos mais detalhados posteriormente.

A ênfase do trabalho se deu na atividade pesqueira, porém, inferências sobre a Colônia de pescadores foram inevitáveis, já que os trabalhadores do setor, reconhecem sua importância representativa perante os órgãos públicos, empresas e outras organizações.

O tratamento dos dados desta dissertação, considera a simultaneidade da análise e da coleta das informações, o que demonstra o caráter flexível do método qualitativo aqui adotado. A descrição e análise dos dados obtidos nas entrevistas, na observação e nos documentos escritos, encontram-se nos itens a seguir.

## **5.2 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA**

### **5.2.1 ANTECEDENTES E HISTÓRICO DA POLITICA PESQUEIRA.**

A pesca é uma das atividades mais antigas do Brasil, se fazendo presente desde o período colonial. Razão pela qual, os apetrechos empregados na atividade, como embarcações, as redes, algumas armadilhas, com maior ou menor transformação, revelam a herança deixada pelas diversas nações indígenas, que foram adaptadas por escravos africanos ou colonos europeus. A pesca hoje é herdeira de elementos de vários matizes culturais que compõem o povo brasileiro. A atividade não ficou alheia às inovações tecnológicas presentes ao longo da história; ainda se mantém tradicional, mas incorporou e vem incorporando novas tecnologias.

A História registra o papel que os pescadores exerceram enquanto sujeitos ativos na formação do espaço brasileiro. Indígenas, colonos europeus, negros escravos, forneciam mão-de-obra para o trabalho no mar, de onde retornavam com a produção destinada ao abastecimento dos núcleos urbanos litorâneos (SILVA, 1988, apud CARDOSO, 1996, p. 12).

A análise das políticas voltadas para a atividade pesqueira no Brasil demonstra que essas atuaram em dois sentidos: estabelecer regulamentações e conceder incentivos à produção.

O primeiro preocupou-se, durante muito tempo, com a criação de órgãos para regulamentar a extração do pescado, mas não se ateu em diagnosticar o estoque de pescado nacional. É na década de 1960 que o setor pesqueiro recebe um impulso jamais visto até então. Primeiro com a criação da SUDEPE, com o objetivo de tirá-lo do *primitivismo* em que se encontrava. Em 1967 entra em vigor a política de incentivos fiscais, atraindo para a pesca o empresariado que até então estavam alheios ou céticos em relação ao setor.

A política de incentivo à produção pesqueira, privilegiou o desenvolvimento da chamada pesca industrial, voltada, preferencialmente, para o mercado externo. Com a isenção de imposto para o estabelecimento de indústrias de pesca, financiamento da frota, de taxas de importação de equipamentos e uma série de outros benefícios, o Estado brasileiro pretendia modernizar e ampliar a produção do setor pesqueiro. Com isso, segundo Cardoso (1996, p.15), ocorreu um incremento considerável da produção pesqueira nacional, saltando de cerca de trezentas mil toneladas no início de 1960, para quase novecentas mil toneladas duas décadas depois.

No contexto das políticas desenvolvimentistas, os incentivos fiscais que buscaram gerar maior produtividade no setor pesqueiro, se dirigiram exclusivamente à pesca industrial. Resultando no crescimento intensivo desse tipo de pesca, apoiada por uma tecnologia sofisticada e inacessível ao pequeno pescador, acarretando numa volumosa (e predatória) apropriação dos recursos marinhos. Como efeito, marginalizou o setor artesanal, que até então vinha sendo o mais importante na atividade pesqueira do país e que além de abastecer o mercado interno, também exporta contribuía para a exportação.

Uma análise sobre as inúmeras irregularidades na aplicação dos recursos oriundos dos incentivos fiscais, revela que a estratégia utilizada pelo Estado não atingiu os objetivos de criar um sólido setor industrial na pesca e ao mesmo tempo acirrou os conflitos entre o segmento industrial e o artesanal pesqueiro (CARDOSO, 1996, p.16).

Observa-se também, que o setor artesanal da pesca, mesmo ficando de fora dos incentivos estatais, demonstrou vitalidade, garantindo alimento, emprego e renda para milhares de brasileiros, através de uma produção de pequena escala, baseada na exploração de recursos pesqueiros variados e com sistema de produção mais adaptado a diversidade de ambientes litorâneos.

### 5.2.2 ATIVIDADE PESQUEIRA NA BAHIA.

Na Bahia, os discursos foram determinados pela assimilação abusiva entre a crença em uma eficácia superior das formas industriais de pesca, por uma simplificação grosseira da pesca artesanal a meros resultados sociais. Ao contrário, a pesca artesanal demonstra que tem sido possível conciliar rentabilidade elevada do capital, menores investimentos, elevado emprego de mão-de-obra e elevada taxa de valor agregado.

No âmbito público, o governo de Antonio Balbino (1955-1959), pela primeira vez, apresenta uma proposição voltada diretamente para a pesca. Esse governo, apresentou planejamento contemplando a pesca industrial, a despeito da pesca artesanal. Mesmo considerando que esta última, abriga integralmente o total dos trabalhadores desse setor, não se constituía em objeto de preocupação governamental, mas a empresarial. Previa a criação de uma indústria pesqueira, com ampla linha de financiamento, implantação de infra-estrutura básica: fábricas de gelo, frigoríficos, levantamento do estoque. Incluso neste documento, o plano de assistência econômica e social aos pescadores da Bahia, do então ministério da Agricultura, que previa para a Vila de São Francisco (Recôncavo): uma unidade frigorífica e três canoas motorizadas.

Constata-se que neste governo, há um claro direcionamento para o setor industrial, em detrimento do artesanal pesqueiro. Sob a justificativa de que “o desenvolvimento da pesca se impõe na Bahia, por vários motivos”, dentre os quais, destacam-se: a necessidade de abastecimento, em complemento ao rebanho bovino; dificuldades para o transporte de gado para as cidades litorâneas; extensa costa marítima do estado, apesar da inexistência de estudos sobre o estoque; possibilidades do uso das novas tecnologias para a pesca; maior rentabilidade, ou seja, a relação produto-capital é maior; rapidez da reprodução do capital aplicado; possibilidades de efeito um multiplicador industrial. O documento oficial desse governo, detalha e vai mais além:

Um programa de pesca deve compreender o armazenamento, a distribuição e a indústria, que são básicos para o desenvolvimento da pesca propriamente e o barateamento do produto. Obviamente também barcos, técnicas e postos de pesca.

Tudo o que for possível deve deixar-se à iniciativa privada, cabendo ao governo criar facilidades, podendo mesmo participar do financiamento, na fase pioneira. (BALBINO, Gov., 1955, p. 4.140).

A proposição desse governo para o setor pesqueiro atribui total responsabilidade governamental em todas as etapas, para a implantação do parque industrial da pesca no estado. Convênios com universidade para estudos, com o governo federal para financiamentos e criação de escolas para qualificar mão-de-obra que venha atender a demanda. Em nenhum

momento, registra preocupação com a pesca artesanal, comum em todo o litoral, mormente na Baía de Todos os Santos e Baía de Camamu. A importância sócio-econômica desta modalidade de pesca, não se constitui em elemento preponderante para investimentos, estudos e melhorias da atividade e, por conseguinte, das comunidades envolvidas.

A análise realizada por Costa Pinto (1998, p.112-120), aponta a pesca como uma das atividades de maior peso econômico-social do Recôncavo. “A pesca, como forma de ocupação, por ser mais antiga e mais revestida de lenda, é a forma predominante de ocupação das populações do Recôncavo”.

Levantamento de informações municipais, realizados pela CONDER (1977, p. 35), aponta que, “a exploração da pesca na Bahia, ainda é feita rudimentarmente, com uma produção de quinhentos a mil toneladas, conforme dados obtidos em entrevistas locais”. Prossegue a análise inferindo sobre a substituição da pesca artesanal pela empresarial, que introduz novidades como o gelo, para conservação do pescado, sendo o responsável por grandes mudanças no setor de pesca, sobretudo no Recôncavo.

Entretanto, diante da importância social dessa atividade, as administrações mais recentes vêm procurando atender o setor de pesca, especialmente a pesca artesanal, através de diversos programas.

Pela importância que a atividade representa, a SECOMP, em parceria com a Fundpesca, implantou o Programa Boapesca, com a finalidade de desenvolver, junto às comunidades, a prática da mariscagem e da pesca artesanal mais rentável e sustentável, através de treinamento, capacitação em técnica de pesca, preservação ambiental e doação de equipamentos. (SEI, 2003, p. 75).

De acordo com a SEPLAN (2003, p. 57), o programa promete melhoria na qualidade de vida destas populações, através do fortalecimento das atividades produtivas, uma vez que, as intervenções incluem a implantação de novas unidades simplificadas e de recepção, beneficiamento e comercialização do pescado e a aquisição de barcos, canoas e apetrechos de pesca. Prevê, ainda, um trabalho de capacitação voltada para a gestão empreendedora, prevenção de doenças ocupacionais, beneficiamento e embalagem do pescado e preservação ambiental, além de, reduzir a figura do atravessador.

### 5.2.3 ATIVIDADE PESQUEIRA EM SÃO FRANCISCO DO CONDE.

#### **Aspecto político-institucional resultante.**

Institucionalmente, a pesca no país possui uma trajetória longa e os Distritos de Pesca, do século XIX, são considerados os embriões das futuras Colônias de Pescadores. Foi o Ministério da Marinha que criou, a partir de 1919, o sistema representativo da categoria dos

pescadores formada pelas Colônias de Pescadores em nível municipal e local, as Federações de Pescadores em nível estadual e a Confederação Nacional dos Pescadores (Silva, 1991, p.73). Junto a este sistema foram criados mecanismos para intervir no processo de organização dos trabalhadores da pesca. Somente com a constituição de 1988 e após o movimento intitulado Constituinte da Pesca, foi que as Colônias de Pescadores ganharam o status de organização livre de trabalhadores com os mesmos princípios de organização dos sindicatos urbanos e rurais.

A aprovação dos estatutos para as colônias de pescadores (Portaria 471 de 1973 do Ministério da Agricultura), os novos estatutos para as Federações Estaduais de Pescadores (portaria 323 de 1975 do mesmo ministério), culminam com a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), através da Lei 7.735 de 1989, sendo o responsável pela fiscalização e em substituição a SUDEPE.

Ao instituir as colônias de pescadores e o restante do sistema representativo da categoria pelo país, os interesses preponderantes que submetiam o Estado brasileiro procuravam aumentar o controle sobre a força de trabalho na pesca, ou seja, sobre os pescadores. Dessa forma, dez anos após a extinção da SUDEPE, cujas atribuições passaram ao IBAMA, o setor pesqueiro se reproduz sem uma política clara estabelecida pelo governo. mesmo considerando a edição da Medida Provisória nº 103 de 2003, criando a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), com o objetivo de assessorar direta e indiretamente o presidente da República na formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento da produção pesqueira e aquícola no País.

### **Colônia de pesca em São Francisco do Conde.**

A Colônia de Pescadores Z-05, de São Francisco do Conde, surge na esteira desses acontecimentos, mais precisamente em 23 de dezembro de 1973, sendo uma das 69 colônias do Estado da Bahia. Como muitas outras, estão sentindo os reflexos das mudanças introduzidas a partir de uma nova legislação. Com os mesmos poderes dos sindicatos de trabalhadores rurais, a Colônia de Pesca Z-05, a partir do amparo da Constituição, conseguiu elaborar seu estatuto social próprio (registrado em 30 de agosto de 2002), aproximando o seu regimento à realidade da pesca deste município (Figura 32).

O hiato sobre a questão verificada desde o de governo Antônio Balbino, reaparece no governo de Antonio Carlos, que apresenta, de forma mais efetiva e “estruturada” as colônias de pescadores no Recôncavo. É nesse período que surge, oficialmente, a Z-05. Este governo cria um zoneamento para fins de programa, no caso a MRP-2 – Micro-região do Recôncavo e,

nos aspectos socioeconômicos, as subáreas: zona da pesca e do saveiro – na orla marítima e nas ilhas. A ação indica uma preocupação com a pesca artesanal<sup>28</sup>, já que, nesta área, predomina a atividade tradicional.

Desde a sua criação, verificou-se pouco apoio da administração municipal local, para a colônia, resultando em grande esvaziamento desta organização. A presença e tutela do Governo Federal, através da SUDEPE, criaram-se ainda uma estrutura de proteção clientelistas para os chamados pescadores artesanais e outra para o atendimento da desejada pesca



Foto: Edvaldo Hilário, 2004

Figura 32 –Colônia de Pesca Z-5 em São Francisco do Conde

industrial, esta, também amparada pelas políticas do governo estadual, que se imaginava composta de modernos empreendedores, capazes de levar avante o setor pesqueiro nacional.

De acordo com o atual presidente desta colônia,

somente nos períodos de 1972-1985, época de sua implantação e também 1993-1996, é que obteve algum apoio e sempre próximos aos períodos eleitorais. Aparelhar a colônia, de forma que possibilite apoiar o pescador em sua labuta, sempre foi um grande problema. Poucos prefeitos se interessaram verdadeiramente pela nossa causa.

Os freezers doados em solenidades pomposas e paternalistas, serviram para gelar cerveja e as estruturas não funcionaram mais que os dias passados até precisaram da primeira manutenção.

As visitas do pesquisador a colônia, permitiram constatar que, atualmente, conta com sede própria, alguns mobiliários de escritório e praticamente desprovidos de infra-estrutura para atender as atividades da pesca local. Não há, equipamentos para refrigerar / congelar o pescado, controle da produção, meios para a comercialização e baixa representatividade entre os pescadores, decorrendo numa grande desarticulação da categoria, que dificulta mais ainda, uma retomada para o resgate de sua importância para a comunidade.

<sup>28</sup> Compreende-se que a questão conceitual sobre a pesca artesanal é ampla, porém, neste estudo, toma-se como base o conceito de Diegues (1993, 1998). Trata-se de uma pesca realizada com tecnologias de baixo poder predatório, levada a cabo por produtores autônomos, empregando força de trabalho familiar ou do grupo de vizinhança. É realizada dentro dos moldes da pequena produção mercantil.

Uma das grandes dificuldades encontradas na colônia, é a renúncia ao poder. Um grande número de pescadores isola-se, deixa de participar da vida política de sua unidade de representação, parece viver no anonimato. O discurso não existe, conseqüentemente não há revelação, a ação de estar associado na colônia não traz à tona a identidade destes. Parece conter-se com o acesso a mínimos benefícios previdenciários garantidos por lei. Ainda assim, encontramos dentro deste município vários pescadores que sequer fazem parte do quadro social da colônia, não tendo acesso nem aos direitos previdenciários, pois não possuem nenhum tipo de registro enquanto trabalhadores da pesca. A realização de assembleias gerais quando acontecem, revelam a identidade de parcela minoritária dos pescadores que a compõem. O espaço de discussões política gira em torno de pequenos grupos que, utilizando-se do discurso voltado para seus interesses, busca persuadir os demais.

#### 5.2.4 PESCA, PETRÓLEO E SUSTENTABILIDADE LOCAL

As transformações que ocorreram nas unidades pesqueiras artesanais em São Francisco do Conde, traduzem não somente mudanças de instrumentos e aparatos tecnológicos, que representa a substituição do homem pela máquina, mas também interferem no modo de vida dos pescadores. Neste sentido, a atividades de exploração e refino do petróleo no município, vem contribuir enormemente para esse fenômeno. Seus efeitos alteraram significativamente a vida do pescador franciscano.

O estudo de Hutchinson (1957, p. 186), sobre a sociedade franciscana, se constitui num excelente exemplo deste destas transformações.

Contrabalançando o efeito de prosperidade trazido à cidade através do aumento da população, o gás e a indústria de petróleo tiveram um efeito adverso nas atividades de pesca da população urbana. Foram perfurados muitos poços nas águas rasas da Baía de Santos, bem em frente à cidade. Como resultado de explosões subaquáticas, trânsito constante de lanchas de motor rápido, máquinas cavando e dragando, a área de pesca tradicional dos pescadores, rapidamente alterou seu equilíbrio ecológico. Os pescadores são gradualmente afastados da pesca como uma ocupação principal, procura buscar outra atividade de remunerada fora da comunidade, ou na indústria de petróleo e, para um número menor destes, na decadente indústria de açúcar. Outros estão virando prestadores de serviços de toda ordem, com ocupações na construção civil: pedreiros serventes, carpinteiros, etc. como atividade substituta.

O autor realiza minuciosa análise sócio-econômica da pesca no município e infere a importância da atividade para a população mais carente e para o comércio local. Lista os tipos de apetrechos de pesca utilizados, as espécies de pescado presentes na área, forma de comercialização da produção e as tensões resultantes.

Thales de Azevedo (1998, p. 210) ao se referir às tensões sociais decorrentes da exploração do petróleo na região, verifica que a pesca nessas águas da Baía de Todos os

Santos, correspondentes ao município de São Francisco do Conde, foram atingidas pela perda de pessoal, afugentamento do pescado e pela ocupação de certas áreas de pesca e de mariscagem pelos trabalhos de exploração do lençol petrolífero.

O comércio e o sistema de transportes no Recôncavo, é objeto de análise de Pedrão (1998, p. 229-230), que observa o peso do transporte aquático na baía, ao contabilizar o número de embarcações registradas na Capitania dos Portos baiana. Enfatiza a significância dos pescadores para o setor que, em 1960, haviam registrado 1.400 pescadores no sindicato da categoria. O seu estudo é siliente quanto aos efeitos das atividades da Petrobrás para o setor pesqueiro, mas permite deduzir sobre os resultados negativos decorrentes.

Percebe-se que, além dos prejuízos acarretados pela exploração petrolífera na área, o município em estudo tem sofrido grandes perdas pela ação poluidora, sobre o rio Subaé e Sergimirim, dos resíduos industriais de Santo Amaro.

Estudos também foram realizados por Costa Pinto (1998, p.114), onde o autor classifica três tipos de trabalhadores do setor pesqueiro no Recôncavo, com ênfase em São Francisco do Conde: o que tem a pesca como única atividade, é o assalariado e vive exclusivamente disso; aquele que tem a pesca como suplementar, se ocupa em muitas outras funções; e o que exerce a atividade na condição de autônomo, este, tem função definida, quase sempre são proprietários de apetrechos e embarcações.

Costa Pinto (1998, p. 118) registra a existência de pesca predatória, ao inferir que “a bomba é o exemplo mais difundido, técnica condenável e condenada, que só está contribuindo para diminuir a piscosidade das águas”. Os resíduos petrolíferos é outro fator apontado pelo referido autor, como responsável por significativos efeitos prejudiciais no ambiente. Afugenta não só o peixe, como resulta em contaminação do manguezal.

A abordagem social também é o foco da pesquisa de Castro (1971, p. 59), permitindo verificar que na pesca está uma parte da população mais pobre de São Francisco do Conde e de menor mobilidade social. Ou seja, pescador, é filho e também neto de pescador e resulta de relação sócio-cultural que remonta a própria formação do país. Constata, ainda, que a pesca no município, é quase toda comercializada localmente e se constitui numa atividade plural, pois envolve uma rede de relações como vendedor, o calafate, o atravessador, a rendeira e muitos outros.

Por um lado, o crescimento econômico, a ampliação de divisas públicas e, em certa medida, a geração de riquezas advindas da Petrobrás, também resultou em efeitos sobre o meio ambiente e sobre as atividades produtivas das comunidades tradicionais. As atividades da Empresa petrolífera no município, mudaram os padrões de produção pesqueira, na medida

em que, áreas de uso comunal se tornaram restritas à ação da companhia, através da abertura de poços, bem como instalações de plataformas que passaram a ocupar os tradicionais pesqueiros usados pelos pescadores locais. Depoimentos de pescadores apontam sobre os efeitos ambientais decorrentes dessa produção.

*A Petrobrás foi boa, trouxe dinheiro pra São Francisco do Conde. mas também trouxe prejuízo pra gente: neste anos todos, aquela tubulação debaixo d'água, ela tem uma zoada e o peixe que vem pra os pesqueiros, sai de lá da Ponta do Ferrolho<sup>29</sup> e ao ouvir aquela zoada constante – bum, bum, bum... – o peixe volta. Se assusta e foge! Esse impacto da zoada, a sonorização, o peixe corre porque é uma zoada irritante pra ele. Só pra se ter uma idéia, quando a gente bate o pé no fundo da canoa, com cem metros ele já ouviu lá. Agora imagine com essa zoada dos tubos? Depois disso tem a temperatura daquilo debaixo d'água...<sup>30</sup>*

São unânimes, as opiniões dos dois grupos de pescadores quanto aos benefícios financeiros advindo do petróleo no município. afirmam que a comercialização do pescado melhorou muito, pois, faz nascer um mercado consumidor com maior poder aquisitivo, procedentes dos bons salários pagos aos funcionários da Petrobrás. Se antes o pescado era repassado diretamente aos moradores local e, na maioria das vezes, sem uso da pesagem “*agente vendia era no olho, sem pesar mesmo*”, com a chegada do petróleo torna-se mais exigente o mercado e por conseguinte, uma valoração mercantil mais acurada da produção.

### 5.2.5 TERRITÓRIO, PESCA E PETROLEO NA VISÃO DO PESQUISADOR

O território é tratado aqui por seu valor de uso para o grupo social. Delimitado formal ou informalmente, garante a reprodução dos pescadores e transforma-se em instrumento de gestão das pescarias. Passa a compor o rol de propostas dos pescadores e representa uma outra relação de apropriação do ambiente marinho. O seu conceito pode ser estendido ao mundo das águas, apropriado pelos pescadores em seu trabalho.

Sobre essa questão do território e pescadores, Maldonado (1993), argumenta que, “no mar, os territórios são mais do que espaços delimitados. São lugares conhecidos, nomeados, usados e defendidos. A familiaridade de cada grupo de pescador com uma dessas áreas marítimas, criam territórios que são incorporados à sua tradição”.

A apropriação desse território, pelo pescador, é um processo de mediação com a natureza. Chegar ao pesqueiro requer o domínio do território marinho e de uma série de elementos naturais que o compõem, tais como o relevo submarino, os ventos, as marés, as

<sup>29</sup> Ponto geográfico do litoral do município, localizado próximo ao TEMADRE, aonde a Petrobrás instalou base operacional e porto. É utilizado como ponto de referencia pelos pescadores, durante as saídas para as pescarias.

<sup>30</sup> Entrevista gravada, concedida ao autor, por pescador do Grupo 2 (26 anos), abr./2004

formas de terra que representam os referenciais de localização, as profundidades da coluna d'água e a cor da água.

De acordo com Souto, (2004, p. 107), a identificação de ecozonas, acrescida de uma nomeação dos elementos da paisagem, que segue vários critérios, permite uma efetiva comunicação dos profissionais da pesca entre si em relação aos espaços de pesca. Na percepção local estão inseridas diferenciações de *habitats*, de fauna e flora e de aspectos topográficos e geomorfológicos. As principais unidades de paisagem identificadas pelos informantes em São Francisco do Conde foram: o costeiro, o rio, as enseadas, os canais, as ilhas, o mangue, as coroas e o mar aberto. O mesmo vocabulário foi detectado na comunidade de Acupe, através do estudo de Souto. (Figura 33)

Esse ambiente de domínio dos pescadores, em São Francisco do Conde, começa a ser modificado, drasticamente, com a introdução da exploração petroleira. O território de conhecimento e uso por essa comunidade passa, então, a receber novos objetos geográficos de grande poder de interferência na relação entre o pescador e o mar. São os poços, plataformas, embarcações e toda sorte de instrumentação necessária para extrair petróleo. Isso perdura por quase cinco décadas e as preocupações ambientais, proteção dos ambientes de pesca da comunidade foram preocupações menores.

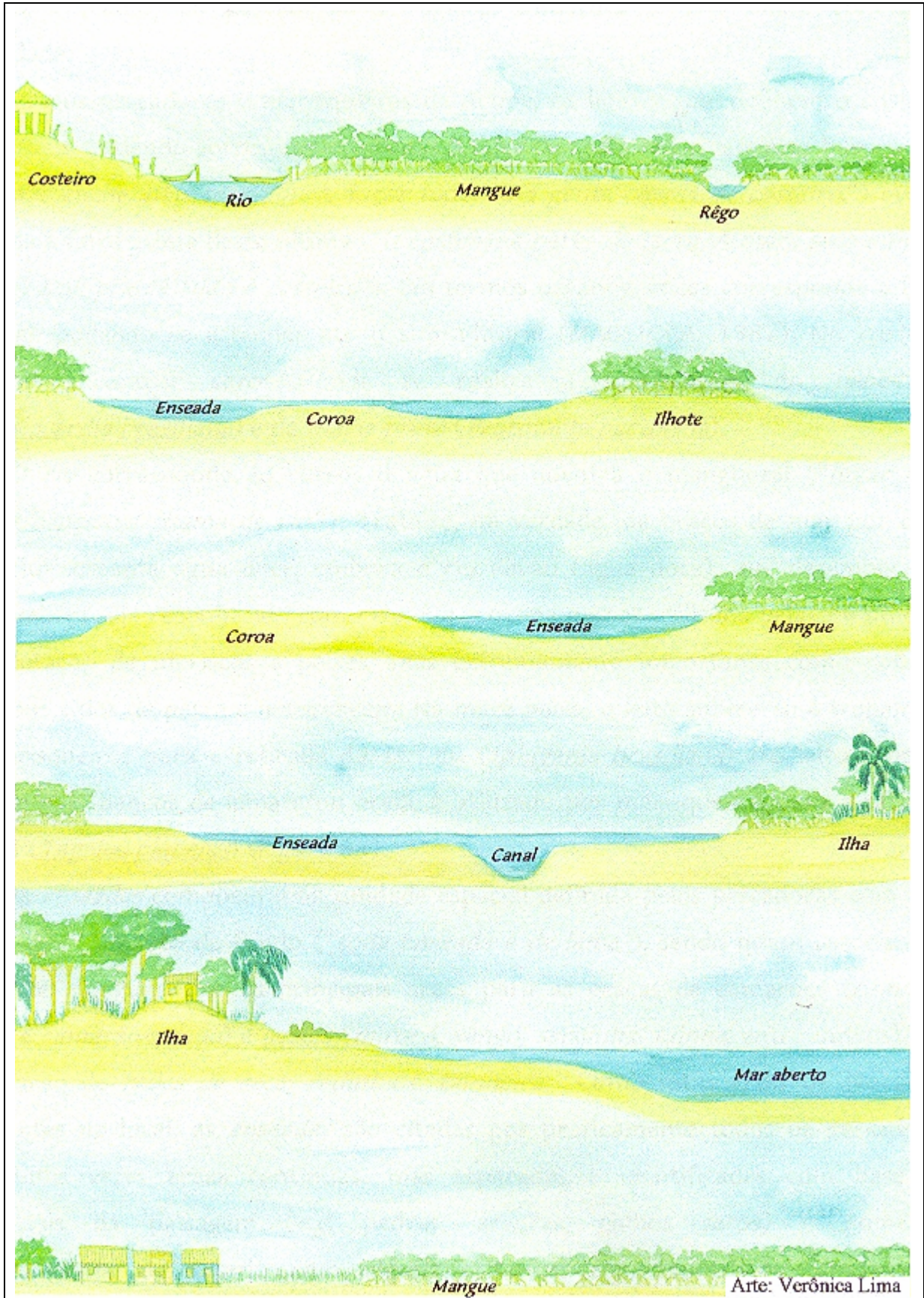
É consenso a assertiva de que a utilização do petróleo traz grandes riscos para o meio ambiente, desde o processo de extração, transporte, refino, até o consumo, com a produção de gases que poluem a atmosfera. Os piores danos acontecem durante o transporte de combustível, com vazamentos, em grande escala, de oleodutos e navios petroleiros.

Constata-se que as atividades de refino, extração e transporte de petróleo e derivados, no Recôncavo baiano, trouxeram, como conseqüências, vazamentos de óleo em suas operações, impondo à região, contaminações agudas. Foram registrados diversos acidentes envolvendo derramamento de petróleo na Baía de Todos os Santos (Anexos E). Boa parte Edesses incidentes, atingiu São Francisco do conde, direta ou indiretamente. Segundo Schaeffer-Novelli (1984), um dos maiores acidentes ocorreu em 1994, com mais de 15 toneladas de óleo no TEMADRE.

*Nós, que moramos na beira do costeiro e vivemos da pesca, somos os mais prejudicados. Peixe, siri, caranguejo, aratu e sururu aparecem mortos. Ninguém quer comprar porque estão sujos de óleo. Quando botamos para cozinhar, solta aquele cheiro e gosto ruins do gás. Quantas pessoas ficam prejudicadas na saúde por causas dos derramamentos de óleo? Muita gente fica com falta de ar por causa do mau cheiro e com problemas de pele. Nós somos discriminados para conseguir trabalho e eles ainda jogam óleo no mar, tirando o pão de nossa mesa. Alguém tem que ajudar a gente, desse jeito não pode ficar, temos filhos para criar.*<sup>31</sup>

---

<sup>31</sup> Entrevista pessoal concedida ao autor, por pescador do Grupo 2 (24 anos), mar./2004.



Fonte: Souto, 2004, p. 108

Figura 33 – Principais unidades da paisagem identificadas por pescadores: São Francisco do Conde e Acupe.

Para Ribeiro (2002, p. 64), as operações de exploração e produção de petróleo são prováveis indutoras de mudanças econômicas, sociais e culturais. A extensão dessas mudanças é especialmente importante para as comunidades locais, que poderão ter seu estilo de vida afetado. Poderão ocorrer alterações nos modelos de agricultura, pesca e caça, como consequência direta pela desapropriação de terras ou, de forma indireta, pela construção de novos acessos, conduzindo a assentamentos não planejados, exploração predatória de recursos naturais e interdição de áreas.

Isso tem sido uma constante nos campos de exploração da Petrobrás, em São Francisco do Conde, especialmente no denominado Campo Dom João Mar. Ali, instalou-se grande número de equipamentos destinados à atividade, que permaneceram até final dos anos noventa, quando a Estatal declara esgotados os poços abertos. Restaram os destroços no fundo da baía: tubulações, estruturas de concreto, poços marítimos, plataformas e até embarcações, que a Petrobrás está lentamente limpando a área. Os conflitos com os pescadores permanecem, pois esse material não foi totalmente retirado, o que tem prejudicado a pescaria.

*... a construção da Petrobrás desgraçou o canal e o pescador de Dom João. Antigamente a pescaria era boa: não tinha poluição, Petrobrás, IBAMA... havia fartura de peixes, caranguejo e mariscos. Primeiro a Petrobrás começou espantando os peixes, quando colocava aquelas sondas com motor GM... uma zoada que só vendo. Depois de ter furado a base da plataforma, deu óleo: puxava as linhas. Esses tubos se estremeciam durante a produção. Qual é o peixe que quer ficar? Depois de retirar as plataformas, a Petrobrás terminou de lascar com os pescadores: as redes ficam presas nas ferragens deixada no fundo. Hoje não tem a quem apelar para ser restituído de todo esse prejuízo que a empresa fez ao povo da Vila. Eles dizem que vão limpar tudo! Só quero ver!*<sup>32</sup>

Esse campo de exploração petrolífera da Estatal, se constitui no objeto de maior conflito entre a empresa e as comunidades de pescadores da região. Além dos pescadores de São Francisco do Conde e de seus respectivos distritos, os pescadores do Distrito de Acupe (Santo Amaro), da Madre de Deus e Saubara, também fazem uso da mesma área, razão pela qual, vêm procurando reunir esforços junto à categoria, visando cobrar solução efetiva e imediata da companhia e dos governos municipais e do estado. Neste sentido, a categoria sistematicamente vem realizando encontros, com vistas a discutir o problema e propor sugestões, às instâncias cabíveis. Como resultado das discussões, um relatório, elaborado pelo Presidente da Colônia de Pesca Z-27 de Acupe, distrito de Santo Amaro, registrando tal preocupação, foi encaminhada para a Petrobrás, prefeituras e órgãos do estado (Anexo G).

*O camarão e o peixe que agente pesca, é o mesmo do pessoal de Acupe. Não tem muita separação não. Tem pescador daqui da Vila que vai pesca na área da Ponta de Cajaíba e Enseada Grande, que é do outro lado da ilha e mais próximo de Acupe.*

<sup>32</sup> Entrevista pessoal concedida ao autor, por pescador do Grupo 1 (56 anos), abr./2004

*Mas também a turma de lá vem pescar no Dom João e Ferrolho. Já teve algumas brigas mais é coisa besta<sup>33</sup>.*

Os pescadores que integram esta colônia, juntamente com aquele que compõem a de São Francisco do Conde, estão entre os que mais intensamente conviveram com as atividades da Petrobrás e, por conseguinte, os conflitos. Isso se explica, pelo fato de que o Campo Dom João Mar, foi uma das primeiras áreas de Exploração e Produção de petróleo (E&P) da Baía de Todos os Santos. Tradicional pescador destas comunidades, viu-se restringido o seu uso comunal, diante das limitações impostas pela companhia, por questões de segurança, além do conseqüente afugentamento do pescado provocado pelos processos de E&P.

*O maior problema é que nós não temos certeza de nada e, principalmente, quem pesca de reta, porque as coisas da Petrobrás (linhas de transmissão, plataformas e demais equipamento) nos prejudicou antigamente e continua prejudicando com a nova linha<sup>34</sup>. Acontece que a gente não pode pegar o projeto da Petrobrás e dizer: vocês passam por aqui, desvia ali, porque somos fracos, sem força. Vale o que a Petrobrás disser.<sup>35</sup>*

Tais depoimentos, vão de encontro com os esclarecimentos de técnicos da Companhia, em visita técnica realizada em fevereiro de 2004; tendo como convidado 45 pescadores e vários representantes de colônias e associações de pesca da região. Ao ser inquirido sobre o projeto do Gasoduto, o representante da Petrobrás explica:

*Vim aqui para conversar com vocês e ver exatamente os pontos críticos, quais são os pescadores que vocês usam, que vocês trabalham. Nós temos um projeto e o engenheiro que está lá, precisa saber e analisar o que é mais econômico para a Empresa. O interesse nosso é saber onde vocês atuam com mais frequência e porque. Evitar passar o duto por esses locais, procurando fazer curvas com o duto para não impactar tanto. Queremos fazer isso de uma forma que tanto o homem como o meio ambiente seja beneficiado. Nós não estamos aqui para prejudicar vocês. Não estamos pensando só na empresa ou só no pescador, mas também no meio ambiente: nos peixes, caranguejos, mariscos, porque o desequilíbrio causa sofrimento a todos.<sup>36</sup>*

A empresa vem acenando com grande empenho, no sentido de oferecer condições de recuperação da área mostrando-se sensível aos reclamos dos pescadores, que torcem para que, num futuro breve a pescaria não ocorra com riscos de perdas materiais e a sobrevivência de todos seja garantida. Esforços vêm sendo feitos, através de parcerias com instituições de pesquisa e comunidades diretamente afetadas, a exemplo do Núcleo de Tecnologias Limpas (TECLIM) da UFBA, para recomposição de manguezais e vegetação ciliar de cursos e laminais d'água degradada na região.

<sup>33</sup> Entrevista pessoal concedida ao autor, por pescador do Grupo 2 (29 anos), mar./2004

<sup>34</sup> Trata-se do gasoduto que está sendo instalado, ligando a E&P em Camamu/Cairu, à base da Petrobrás de Ponta do Ferrolho, em São Francisco do Conde.

<sup>35</sup> Entrevista pessoal concedida ao autor, por pescador e presidente da Colônia de Pesca Z-5, abr./2004

<sup>36</sup> Gravação de reunião de representantes da Petrobrás com pescadores e respectivas lideranças da região.

Ações mitigadoras no sentido de evitar acidentes e minimizar seus efeitos, são investidas pela Petrobrás, através de sua política ambiental. Vários projetos são desenvolvidos, conforme aponta Ribeiro (2002), sobre a política ambiental da Petrobrás.

Há, vários projetos ambientais em andamento no CENPES (Centro de Pesquisas da PETROBRAS), ligados ao Proamb – Programa Tecnológico de Meio Ambiente – cujo objetivo é “desenvolver e aperfeiçoar tecnologias para a otimização da gestão ambiental da PETROBRAS, visando prevenir, minimizar e remediar os impactos ambientais de suas atividades”. Os projetos tratam de caracterização e monitoramento de ecossistemas, emissões atmosféricas, efluentes hídricos, resíduos, tecnologias para emergências e recuperação de áreas impactadas. Para desenvolvê-los o CENPES estabeleceu convênios e contratos com dezenas de universidades, fundações, institutos de pesquisa e empresas de prestação de serviços. Deve-se considerar também os principais projetos ambientais corporativos da PETROBRAS, de capital importância, como o Projeto Manguezarte, Projeto Mata Atlântica, Projeto Baleia Jubarte, Projeto Tamar, Projeto Peixe Boi, Projeto Pomar, Onda Azul (RIBEIRO, 2002, p. 114 e 135).

Ao interpelar um funcionário da Petrobrás, responsável pela fiscalização ambiental, quanto às ações da Estatal, para a retirada do material depositado da baía, na área do “Campo Dom João”, este esclarece:

*Aqui não é uma área degradada, pois ainda tem muito peixe e não se vê mancha de óleo agredindo a natureza. O nosso interesse é limpar a área. Chega de agressão ao meio ambiente. Há seis anos que a Petrobrás vem fazendo de tudo para livrar isso aqui, de décadas de imundice. Procuramos cumprir com zelo essa tarefa. A nossa equipe especializada trabalha com embarcações e qualquer problema com os tubos no mar nós estamos aqui para resolver, cortá-lo, enfim, evitar maiores danos<sup>37</sup>.*

Na área social, através da RLAM, mantém no município de São Francisco do Conde, dois projetos de relevante importância que são: Programa de Criança e Centro de Estudos e Aperfeiçoamento do Saber (CEAS). O primeiro beneficia mais de mil jovens na faixa etária de oito a 13 anos em parceria com as escolas do município. Já o Projeto CEAS, tem parceria operacional com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial-Centro de Tecnologia Industrial (SENAI-CETIND) e a prefeitura e assiste 144 alunos do Ensino Fundamental.

No tocante à limpeza dos destroços de poços e plataformas desativados entretanto, a comunidade de pescadores local, aponta como sério problema, à ausência institucional estatal e municipal, que parecem indiferentes à questão, apesar de posicionamento contrário de agente político da administração local:

*Certamente, tais preocupações não procedem, pois estamos acompanhando atentamente e a situação está se desenrolando para um desfecho positivo. Há algum tempo a Petrobrás vem corrigindo este dano, inclusive com a participação da Prefeitura e da própria Colônia de Pesca. As ferragens que estão prejudicando os pescadores serão retiradas. É um compromisso e uma questão de tempo, sendo muito em breve solucionado esse problema.<sup>38</sup>*

<sup>37</sup> Entrevista pessoal concedida ao autor, agente representante da Petrobrás, mai./2004.

<sup>38</sup> Entrevista pessoal concedida ao autor, por administrador de meio ambiente da Secretaria da administração atual, mai./2004.

Quanto ao governo estadual, encontra-se em seus programas e projetos atuais, ações voltadas para a preservação ambiental e a fiscalização pelos órgãos competentes, como o CRA. Também, se constitui em proposição concreta e importante o Projeto Baía Azul. Entretanto, carece ajustes, na medida em que ainda se mantém distante das comunidades locais.

Já a Petrobrás, mostra-se empenhada em solucionar o problema, se fazendo entender através das rotineiras audiências e reuniões, voltadas para buscar um ponto de equilíbrio. Porém, novas questões são postas, deixando os pescadores mais agitados. Tratam-se da instalação de novas linhas de transmissão de óleo e gás, ligando os campos de E&P em Camamu, com destino à sua base no município de São Francisco do Conde. Sobre esta questão, a companhia enviou dois funcionários para um visita técnica à área, acompanhada de pescadores e representantes das colônias da Baía de Todos os Santos, no dia 05 fev.2004 (Figuras 34 e 35). Na oportunidade, o pesquisador se fez presente, oportunizando a gravação de toda a viagem de barco (Anexo H), e constatou um profundo ceticismo por parte da grande maioria dos pescadores, que aproveitaram o ensejo para cobrar soluções de problemas antigos.

## 5.2.6 ATIVIDADE PESQUEIRA EM SÃO FRANCISCO DO CONDE.

### **Pesca artesanal em São Francisco do Conde**

Tanto a pesca artesanal quanto a industrial fazem parte do cenário da pesca marinha brasileira, porém da esta pesquisa versará sobre a primeira, por se tratar de atividade comum, registrada na Baía de Todos os Santos. Segundo Castello (1994, p.183), a pesca artesanal ocorre no litoral brasileiro nas áreas costeiras, em baías, estuários, manguezais e litoral adjacente; onde as profundidades não ultrapassam vinte metros.

A pesca artesanal ou desembarcada é definida como aquela em que o pescador sozinho ou em parcerias participa diretamente da captura de pescado, utilizando instrumentos relativamente simples. Retiram da pesca sua principal fonte de renda, ainda que sazonalmente possa exercer atividades complementares (DIEGUES, 1988a, p.26). Entretanto, ela abrange tanto o segmento das atividades pesqueiras caracterizadas pelo objetivo comercial combinado com o de obtenção de alimento para a família, como o segmento representado pelas operações de pescas realizadas com finalidade exclusivamente comercial. Apesar do grande número de pescadores artesanais viverem em comunidades litorâneas, em São Francisco do Conde, a maioria mora nas áreas urbanas (98,2%), sejam da sede ou nos distritos do município.



Foto: Edvaldo Hilário, 2004

Figura 34 – Reunião de técnicos da Petrobrás com Pescadores e representantes de Colônias e Associações de pesca da região, sobre as áreas que serão atingidas pelos projetos da Companhia.  
A presença do Pesquisador no evento, conferiu momento enriquecedor para a pesquisa.



Foto: Edvaldo Hilário, 2004.

Figura 35 – Pescadores e representantes de Colônias e Associações de pesca da região; Técnicos da Petrobrás e o Pesquisador, após reconhecimento dos pesqueiros que serão atingidos pelos projetos da Companhia.

Como atividade econômica associada ao mar, relaciona-se não só ao trabalho e à sobrevivência, mas a uma multiplicidade de relações sociais: parentesco, festividades, atividades coletivas como a pesca da tainha, a divisão do produto da pesca, a limpeza do pescado, a salga, entre outras.

A pesca desembarcada<sup>39</sup> na Bahia, é praticada pelas comunidades locais de forma bastante rudimentar, muitas vezes predatória, com pouca representatividade na Costa Atlântica, devido à pequena incidência de manguezais, que ocupam faixas estreitas das desembocaduras dos rios. Porém, na Baía de Todos os Santos, destacam-se as desembocaduras dos rios Paraguaçu e Jaguaripe e, particularmente, os rios Subaé e Acupe, com cerca de cinco quilômetros de manguezais, onde se desenvolvem comunidades de camarão, caranguejo, siri, mariscos em geral e toda sorte de peixes típicos, abrangendo os municípios de São Francisco do Conde e Santo Amaro. Com isso, constata-se a que a falta de condições de exploração das potencialidades dos recursos pesqueiros, atrelados às características da plataforma continental da Bahia, confere um caráter, eminentemente artesanal (BAHIA PESCA, 2003, p. 8).

Segundo esta instituição, o setor pesqueiro é traduzido em duas atividades: a pesca propriamente dita e a mariscagem.

A distinção entre elas se dá em função do produto capturado e do sexo do indivíduo que exerce a atividade. Enquanto a pesca é exercida basicamente pelos homens que utilizam embarcações e apetrechos de pesca para captura de peixes e crustáceos, a mariscagem é uma atividade considerada feminina, embora alguns homens a exerçam, resultando na captura manual de moluscos e crustáceos ou utilizando armadilhas. (BAHIA PESCA, 2003, p.10)

Em São Francisco do Conde, as duas modalidades são extremamente presentes e importantes, pois se reveste de grande significado socioeconômica, pois absorve considerável mão-de-obra, especialmente a feminina. Não raro envolve, na maioria das vezes, quase todos os membros da família na captura e no beneficiamento do produto, inclusive contando com o trabalho infantil. (Figura 36).

De acordo com a Bahia Pesca (2003, p. 15), a produção de pescado em 2002 superou 47 mil toneladas (Tabela 7). No tocante a São Francisco do Conde, o órgão apresentou um total de 567,26 toneladas, para o mesmo período. Constatam-se, portanto, uma queda na produção, se comparada com 1998, com um total de 1.080,7 toneladas.

---

<sup>39</sup> De acordo com o IBAMA, a pesca desembarcada é aquela realizada sem auxílio de embarcação e com a utilização de linha de mão, puçá, caniço simples, caniço com molinete, tarrafa (permitida somente no mar), espingarda de mergulho, anzóis simples ou múltiplos empregados em caniços simples, com carretilhas ou molinetes, providos de isca natural ou artificial.

Para a Bahia Pesca (1994; 1998; 2003), essa baixa produtividade no município, resulta da pouca atuação da Colônia, sendo uma realidade nas demais Colônias da região. Possuem limitado poder de aglutinação, passando pela precariedade das instalações físicas, constatando-se inexistência de infra-estrutura de suporte à atividade pesqueira.

### **Comercialização do pescado**

Os estudos desta instituição revelam, que a ausência de canais adequados de comercialização, contribui para a perecibilidade do produto, descapitalização do pescador e comprometimento do abastecimento local. Dessa forma o estágio pré-industrial da pesca em São Francisco do Conde fica plenamente caracterizada quando se constata que a precariedade dos processos de pesca e comercialização inibe os investimentos.

Assim, o comércio de pescados na cidade apresenta limitações e possuem características singulares. Ou seja, os pescadores podem ser divididos entre aqueles que têm uma freguesia e aqueles que não o têm. Porém, a maioria deles tenta comercializá-lo diretamente com o consumidor final ou com atravessadores locais (Figura 37). Muitas vezes, os pescadores realizam esta comercialização ainda nas chegadas das pescarias ou na Colônia, sendo que os atravessadores locais atuam no Mercado Municipal.

Quando não conseguem vender para consumidores locais ou visitantes ou repassar para atravessadores, consomem ou dividem o produto com familiares e amigos. Existem ainda alguns atravessadores que levam o pescado para outros municípios próximos, ou consumidores destas regiões que vão comprar peixes, crustáceos e moluscos em São Francisco do Conde, vindos principalmente de Candeias, Santo Amaro e até de Salvador. (Figuras 40 a 44)

*A venda da produção é por aqui mesmo. Tem uns que vai pescar direto pro comprado. Quase sempre o pessoal de restaurante. Mas os que não tem freguesia, que é a maioria, vendem a quem chegar primeiro ou a quem oferecer um melhor preço, leva. Eu mesmo num gosto de trabalhar com freguesia. Chegou com dinheiro eu tou entregando. Eu vendo aí pra qualquer pessoa. Saio percurano por aí e quem quiser comprar eu vendo, mas freguesia eu num tenho não.<sup>40</sup>*

---

<sup>40</sup> Entrevista concedida ao autor, por pescador do grupo 2 (27 anos), jun./2004.



Foto: Walter Motta, Petrobrás, UN-BA.

Figura 38 – Família de marisqueiros em ação: é comum o trabalho feminino e infantil na atividade pesqueira em São Francisco do Conde.

Tabela 7 – Produção pesqueira do estado da Bahia – 2002 (em tonelada)

| CATEGORIA    | PRODUÇÃO (t)     | (%)           |
|--------------|------------------|---------------|
| Peixes       | 40.752,50        | 86,02         |
| Crustáceos   | 6.461,69         | 13,63         |
| Mariscos     | 159,68           | 0,33          |
| <b>TOTAL</b> | <b>47.373,87</b> | <b>100,00</b> |

FONTE: Projeto ESTATPESCA, 2002, p. 9

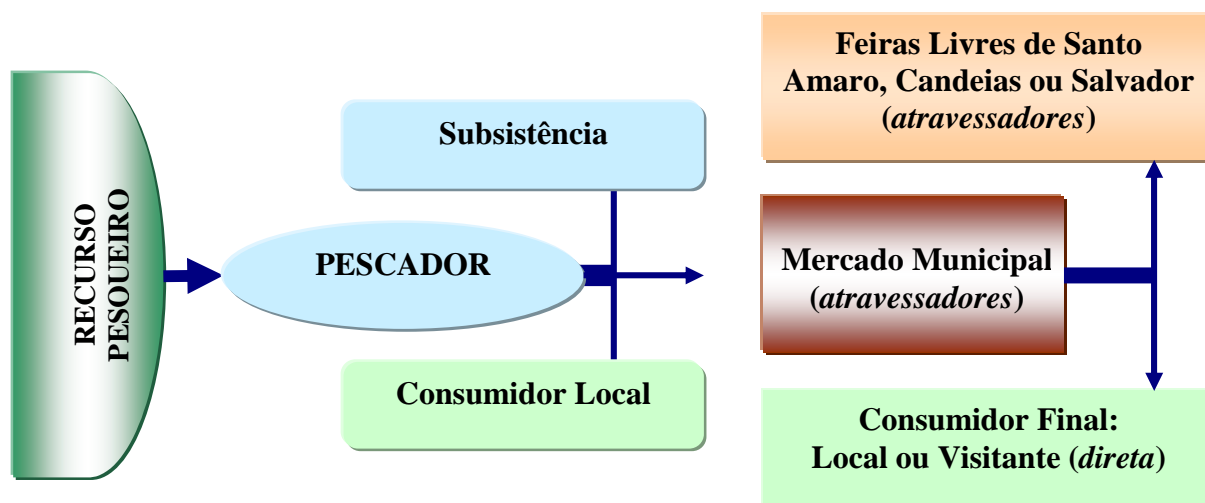


Figura 37 – Esquema da cadeia de comercialização do pescado em São Francisco do Conde. Elaboração: Edvaldo Hilário, 2004.



Foto: Edvaldo Hilário, 2004  
 Figura 38 e 39 – Comércio, direto de sururu (*mytella* spp)



Foto: Edvaldo Hilário, 2003.



Foto: Edvaldo Hilário, 2004  
 Figura 40 – Mercado municipal – São Francisco



Foto: Edvaldo Hilário, 2004  
 Figura 41 – Comércio de pescado no Mercado Municipal



Foto: Franzé, 2002  
 Figura 42 – Pescador comercializando a produção, diretamente ao consumidor.

Verifica-se que a Petrobrás teve papel significativo para a atividade comercial do pescado obtido na região. Isso porque, a grande empregabilidade nos primórdios da implantação da atividade petroleira, tanto para os nativos, quanto para o grande número de empregados, vindos de outras regiões, resultou em melhoria para o pescador local, uma vez que, ampliou o mercado consumidor para o seu produto. Na mesma medida, também se ampliaram os quantitativos de pescadores, pois aqueles que não conseguiam ocupações na companhia, viram na pesca, a forma de sobrevivência.

*A presença da Petrobrás, no município, resultou numa relação de mão dupla. Ou seja, ao mesmo tempo em que introduziu modernidade, dinamizou a economia e criou novas expectativas de prosperidade para a população. Isso atraiu muita gente para São Francisco do Conde e a grande maioria não conseguia empregar na companhia. Como resultado: gente desempregada buscando sustento na pesca, gerando disputa. O empobrecimento foi grande. Enfim, a companhia também engessou e perpetuou a condição de pobreza de significativa parcela da comunidade.<sup>41</sup>*

Com efeito, a pressão sobre o estoque pesqueiro e a decorrente poluição pelo petróleo na área aumentou sobremaneira. Tal fato foi apontado como possível causa do desaparecimento dos grandes peixes, por um pescador do grupo 1.

*Antigamente isso aqui dava peixe que era uma beleza. Robalo, xaréu, arraia, mero, saramunete, e muitos outros. Todos enormes e fáceis de cair na rede. Nos dias de hoje, a gente vai pescar e volta só com coisa miúda. Xangó, cabeçudo, sauna... Isso quando não volta com a canoa pura. Escasseou muito o pesca por aqui.<sup>42</sup>*

Nota-se, que os recursos pesqueiros explorados, tradicionalmente, na região, encontram-se em situação de exploração plena ou sobrepesca, com índices de captura em declínio. Mas é possível recuperar parte da capacidade produtiva tomando medidas de controle de esforço de pesca, permitindo que os estoques comprometidos voltem a produzir mais. Para isso são necessários medidas de gestão e conservação.

#### 5.2.7 A COMUNIDADE PESQUEIRA FRANCISCANA ATUALMENTE.

Observou-se que, para a maioria dos pescadores, a saída para as pescarias são diárias, seguindo as condições do tempo atmosférico, orientações das fases lunares e dos níveis de marés. Esses trabalhadores sabem que as pescarias dependem da produtividade do estuário e, portanto, são profundos conhecedores do ambiente estuarino.

A categoria pesqueira mais comum do município se vale da pesca de canoa a remo, na qual, se unem pescadores proprietários de parte ou de todos os meios de trabalho, composto de apetrechos tradicionais. A embarcação é formada basicamente de homens, incluindo os

<sup>41</sup> Entrevista pessoal concedida ao autor, ex-presidente da Colônia Z-05, abr. / 2004.

<sup>42</sup> Entrevista concedida ao autor, pescador do Grupo 1 (57 anos) mar. / 2004.

desprovidos dos instrumentos de trabalho. Já as mulheres e crianças, são responsáveis pela mariscagem, além de participar da pesca via atividades correlatas, como limpeza e secagem do peixe, camarão e retirada da carne do siri e caranguejo (Figuras 43 a 47).

Um integrante do grupo de pescadores mais velhos esclarece:

*Antigamente os pescadores se juntavam para pescar. Se pescava com rede dos outros e o lucro era dividido. Na canoa, tinha divisão de trabalho: o proeiro ficava para amarrar e fincar a vara, além de ajudar no lance da rede. O outro, o popeiro, só fazia o lance e tinha também o abaixador, como o nome já diz: abaixava a rede<sup>43</sup>.*

De acordo com os depoimentos dos pescadores, atualmente a pesca tornou-se mais competitiva, como resultado do aumento do número de pescadores e dos efeitos antrópicos na baía. A falta de emprego é apontada pelos pescadores como a maior responsável pelo acréscimo de mais pessoas que buscam, na pesca o seu sustento.



Foto: Franze, 2003.

Figuras 43 – A ocupação urbana e a implantação de indústrias não acabaram com a pesca e a mariscagem.

<sup>43</sup> Entrevista concedida ao autor, pescador do Grupo 1 (67 anos), dez./2003.



Foto: Edvaldo Hilário, 2004.

Figura 44 e 45 – O trabalho feminino na atividade pesqueira, concentra-se na mariscagem e principalmente, na limpeza de peixes e demais frutos do mar. Acima, limpeza de xangô e ao lado a “cata de siri”.



Foto: Edvaldo Hilário, 2004.



Foto: Edvaldo Hilário, 2004.



Foto: Xando P, 2003

Figuras 46 e 47 – Pescadores retornando da pescaria e catadores / marisqueiras em ação

Dentre as queixas mais comuns, constatadas nas observações em campo, principalmente nos acompanhamentos às pescarias de canoas, são listadas pelos pescadores questões básicas e imediatas, como falta de infra-estrutura, poluição ambiental diversa; como também problemas mais amplos e de ordem institucional. Faltam políticas públicas, realmente efetivas para o setor, de tal sorte que cheguem até essas comunidades. Muitos já ouviram falar do “Programa Boa Pesca”, do governo estadual, e poucos tiveram algum tipo de contato com o mesmo. O quadro a seguir, sintetiza essas queixas e reúne, também, constatações feitas pelo autor em seu campo de estudo (Quadro 9)

Quadro 9 – Problemas ambientais que acarretam danos à pesca segundo os pescadores do município de São Francisco do Conde, Bahia.

| PROBLEMAS   | DANOS ACARRETADOS   | SOLUÇÕES   |
|---|---|--|
| Destroços de antigas bases da Petrobrás.  | Destruição das redes de pesca, que engancham nos destroços, risco de acidentes com embarcações  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Retirada dos destroços pela Petrobrás.</li> </ul>   |
| Poluição (proveniente da atividade petrolífera – óleo; resíduos industriais – fábrica de papel, de chumbo; esgoto doméstico – direto das casas ribeirinhas ou da rede municipal). | Diminuição do pescado; fedentina no mangue; ostras sujas de óleo, se abrindo; caranguejo cego (“os caranguejos ficam na boca do buraco, mas não conseguem entrar”). | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Não jogar os resíduos diretamente na água, acabando com a poluição;</li> <li>• Identificar a causa desses problemas, e se confirmada a relação com a poluição, punir os culpados;</li> <li>• Só Deus “a pesca é coisa dada por Deus, ninguém pode fazer nada”.</li> </ul> |
| Aumento do número de pescadores aliados ao desemprego.  | Muita gente pescando, diminuição dos recursos.  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Quando se acabar um recurso, correr para outro;</li> <li>• Mais emprego para os pescadores;</li> </ul>  |
| Falta de apoio para a pesca.  | Desestímulo do setor e empobrecimento do pescador   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Mais apoio das autoridades em relação à pesca (principalmente da prefeitura).</li> </ul>  |
| Falta de conscientização ambiental dos próprios pescadores.   | Aterro dos mangues para fazer casas “eu moro no lugar onde meus pais pescavam, e o lugar onde era para eu pescar cai minhas fezes”.                                 | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os pescadores devem se conscientizar de que também podem prejudicar a pesca;</li> <li>• As autoridades deveriam desenvolver mais trabalhos de conscientização com os pescadores.</li> </ul>   |

Elaboração: Edvaldo Hilário, 2004

No tocante aos problemas relacionados à pesca, em São Francisco do Conde, a Bahia Pesca (1994; 2003) registra que a atividade ainda sofre uma série de entraves, identificados pelos pescadores, como sendo: falta de infra-estrutura no ponto de desembarque; de financiamento para aquisição de embarcações e apetrechos de pesca; pesca predatório, incluindo o uso de bomba, e redes de malha fina; falta de organização da categoria; falta de apoio das instituições governamentais.

A pesca no município coloca-se vulnerável à soma de todos esses problemas, em particular, como pode ser visto, ao descompasso entre a sua importância, na economia local, e o

que lhe é oferecido como estrutura de suporte. Apesar da sua importância sócio-econômica, para as comunidades locais, não tem sido objeto de interesse pelos gestores municipais.

Na visão dos pescadores, boa parte dos problemas sociais e econômicos da comunidade franciscana, poderá ser resolvida, se houvesse maiores investimentos financeiros e técnicos para o setor, visando a sustentabilidade ambiental, cultural e econômica da atividade pesqueira em São Francisco do Conde. Os grupos também apontam o desconhecimento quanto aos estoques pesqueiros e controle de produção.

Importante considerar também que a forma de utilização dos recursos pesqueiros no município e a consciência dos pescadores em relação aos problemas ambientais e suas conseqüências refletem a estreita relação entre o ecossistema estuarino e o modo de vida das comunidades que dele dependem.

Temos que levar em conta neste estudo que um modo de vida não se reduz apenas às práticas materiais, mas também é composto pelo conjunto de suas crenças, festas, linguagem, signos. Entretanto, reconhecendo que a vida social é uma unidade indissolúvel, não é propósito deste trabalho analisar a dimensão cultural-simbólica da existência franciscana.

### **5.3 SÍNTESE O CAPÍTULO**

A análise dos achados, na pesquisa de campo, revela que antes da chegada da Petrobrás, a pesca era sustentável. Porém, a dinâmica petrolífera resultou em grandes transformações de natureza ambiental, econômica e social. A atividade pesqueira artesanal e tradicional, se manteve ao longo das últimas cinco décadas, mas revestidas de novos significados e, ainda distante de uma sustentabilidade local.

A indústria do petróleo poderia ser uma importante aliada e parceira para criar um ambiente produtivo sustentável, pois é uma das principais interessadas na harmoniosa convivência com a pesca artesanal.

Constata-se, desta forma, a persistência de um modelo de crescimento econômico extremamente excludente, marginalizador das populações locais, com suas formas costumeiras de organização da produção. Verifica-se também que, repetindo uma história secular, as transformações econômicas não são acompanhadas de novas alternativas que possam representar, do ponto de vista dessas populações, níveis melhores de vida e algum acesso aos avanços da chamada civilização industrial, fruto do desenvolvimento do trabalho coletivo. Assim, a questão do desenvolvimento passa a ser, necessariamente, a de se buscar mecanismos para garantir a permanência dos pesqueiros produtores com suas formas cooperativas, garantindo-lhes acesso a melhores condições de produção.

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O entendimento do presente trabalho abarcou o estudo do desenvolvimentismo, enquanto suporte político-ideológico e a influência das atividades petrolíferas e as práticas sócio-ambientais em São Francisco do Conde. A análise foi sustentada pela seqüência de abordagens conceituais sobre o espaço geográfico, o território e sua gestão, o planejamento, a ideologia, o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento sustentável e a gestão ambiental.

Como espaço geográfico, a indústria petroleira significou um conjunto intrincado de sistemas de objetos e sistema de ações, que se instalou há cinco décadas dispersa pelo Recôncavo baiano, porém, teve início e síntese no território de São Francisco do Conde.

O entendimento de território foi aplicado, com base na existência do conjunto de gestores de um espaço definido e delimitado a partir de relações de poder, encabeçado pelo estado e pela administração municipal. A participação da Petrobrás, juntamente com outros setores da sociedade, respaldadas pelas populações urbanas e rurais, que são construtoras dos aspectos históricos, culturais e socioeconômicos, conferem um caráter legitimador deste processo, na medida em que, todos os segmentos sociais interagem e traçam um caminho amparado nos ideais da sustentabilidade.

O estudo procurou explorar três questões chave, que nortearam as análises teórico-prática, visando respostas plausíveis. As discussões realizadas ao longo dos cinco capítulos que compõe esta pesquisa, conduzem às seguintes conclusões:

- ✓ A partir de uma política de desenvolvimento imposta ao país, sob a perspectiva do crescimento econômico, a ideologia dominante da época, procurou inserir o Brasil no cenário mundial e, ao mesmo tempo, aparelhar e integrar as suas diversas regiões geográficas.
- ✓ De fato, ocorreu um evidente crescimento econômico no território nacional e, por conseguinte a almejada inserção internacional. Por outro lado, esse processo apresentou como efeito colateral, a ampliação das disparidades regionais, históricas e tão presentes na atualidade.

- ✓ O rebatimento do processo mencionado, foi inevitável no âmbito da escala local, uma vez que potencializou a concentração econômica em determinadas regiões, como resultado da forte industrialização nestas áreas.
- ✓ . Diante disso, as discussões nos capítulos anteriores, apresentaram suportes para responder à segunda questão do nosso estudo, o qual procurou entender a relação entre a indústria do petróleo na Bahia e particularmente no município de São Francisco do Conde, e o planejamento e das práticas de gestão do território e do ambiente. O resultado das investigações apresenta como resposta, uma situação em que, a cidade estudada, experimentou um fabuloso crescimento econômico, como consequência da industrialização. Porém, apresenta na atualidade, como resultado, pouca atenção dispensada, sob a ótica do adequado planejamento, para os esperados e evidentes problemas ambientais, socioeconômicos.
- ✓ Apesar das transformações causadas pela indústria petrolífera, não houve uma equiparação na mesma medida, da infra-estrutura local em São Francisco do Conde.

A terceira discussão trabalhada no capítulo cinco, e sua resposta apresentada a partir do entendimento de que, o grupo focal estudado experimentou e vem experimentando significativos efeitos de uma política de desenvolvimento que priorizou e ainda hoje evidencia o economicismo como via de mão única para a suposta melhoria das condições de vida desse segmento da sociedade local. Em certa medida, tal proposta, negligenciou e continua negligenciando os efeitos sócio-ambientais desse modelo. Isso perpetua invariavelmente a visão minúscula do chamado desenvolvimento sustentável, como base para um maior avanço no uso racional dos recursos decorrentes da economia oriunda da extração e beneficiamento do petróleo.

Ao longo das discussões realizadas neste estudo, evidenciou-se o papel da ideologia para a promoção de um modelo de desenvolvimento, que elegeu o crescimento econômico como meta prioritária, não enxergando outras vias além dessa.

A indústria do petróleo foi entendida, como objetos técnicos que passaram a fazer parte localmente da história do município, não necessitando a priori compor a herança cultural. Antes dos anos cinquenta do século passado, tais aspectos eram inexistentes no território do Recôncavo. À luz dos modelos de crescimento econômico e pela experiência histórica, verificou-se que a ascensão da indústria petroleira ocorreu numa fase de declínio e decadência de outras indústrias, na Bahia, como foi o caso da indústria açucareira, que vinha

claudicando, desde o efetivo crescimento da lavoura cafeeira no sudeste, mais precisamente em São Paulo, a partir de meados do século XIX.

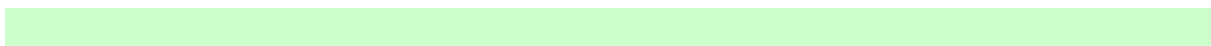
Constatou-se com esta pesquisa, a persistência de um modelo de crescimento econômico extremamente excludente, marginalizador das populações locais, com suas formas costumeiras de organização da produção. Percebeu-se também que, repetindo uma história secular, as transformações econômicas não são acompanhadas de novas alternativas que possam representar, do ponto de vista dessas populações, níveis melhores de vida e algum acesso aos avanços da chamada civilização industrial, fruto do desenvolvimento do trabalho coletivo. Ou seja, o desenvolvimento sustentável ainda permanece distante.

Em São Francisco do Conde, mudanças positivas ocorrerão, mas pelo menos, a curto e médio prazos, elas não serão suficientes para mudar substancialmente a realidade vigente, pois os mecanismos ideológicos que alimentam o discurso de prosperidade universal permanecem no município. As ações voltadas para corrigir ou minimizar as distorções sociais e econômicas de seu povo, além de insipientes, diante do volume de problemas, são desenvolvidas de forma muito lenta.

A análise aqui realizada indica novos caminhos de pesquisa a serem trilhados, principalmente, os relacionados ao modelo de desenvolvimento dominante. O entendimento sócio-ambiental é um instrumento utilizado para planejar ações, podendo fazer parte de uma política ampla de transformações do modelo de desenvolvimento insustentável, para um modelo que tenha visão da sustentabilidade social, ambiental e econômica. Como proposta, este planejamento, que utiliza o diagnóstico sócio-ambiental, tem possibilidade de superação das grandes desigualdades sociais, verificadas no Brasil, como também objetiva minimizar os efeitos causados ao meio ambiente. Assim, pode ser inserido como pauta primordial para um novo desenvolvimento socioambiental, com base na sustentabilidade. O diagnóstico desta pesquisa, poderá servir de instrumento para uma efetiva modificação do quadro atual, constatado no município de São Francisco do Conde, principalmente para os setores pesqueiros, que envolve parcela significativa da população marginalizada e não contemplada pelas autoridades oficiais, no resgate de sua dignidade.

As considerações elaboradas a respeito de São Francisco do Conde não se esgotam com este estudo, ao contrário, apenas iniciam uma discussão, que pode continuar em novos trabalhos, com o intuito de enriquecer a análise sobre a realidade sanfranciscana, assim como, contribuir para a elaboração de um planejamento urbano-regional, que atenda às necessidades do município e da região.

A análise realizada indica novos caminhos de pesquisa a serem trilhados, principalmente, os relacionados ao ambiente urbano e ao modelo de desenvolvimento dominante. O estudo sócio econômico e ambiental é um instrumento utilizado para planejamento podendo fazer parte de uma política ampla de transformação do modelo de desenvolvimento insustentável, para um modelo que tenha visão da sustentabilidade social, ambiental e econômica. Assim, o esta pesquisa poderá servir de instrumento para um planejamento de desenvolvimento do município de São Francisco do Conde, principalmente para a comunidade de pescadores.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica* In: ARBIX, Glauco, ZILBOVICIUS, Mauro e ABRAMOVAY, Ricardo (Orgs.). **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: UNESP/EDUSP – 2001

\_\_\_\_\_. *Conselhos Além dos limites*. In: SEMINÁRIO DESENVOLVIMENTO LOCAL E CONSELHOS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO RURAL. Salvador: SEAGRI, EMATER/RS, FETAG/RS, GTZ-PRORENDA, 2001.

AJARA, Cesar. **Brasil: espaços incluídos e espaços excluídos na dinâmica da geração de riqueza**. 2001. 397 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Rio de Janeiro.

ALMEIDA, Jalcione. A problemática do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, Dinizar Fermiano (Org.). **Desenvolvimento Sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** 4ª ed. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2002.

AMERICANO, Branca Bastos. **Aspectos institucionais e de legislação na evolução do setor energético do Brasil**. 1990. 167 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Energético) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Planejamento Energético do COPPE, Rio de Janeiro.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia Econômica**. 12ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.

AVENA, Armando. **Nordeste e Bahia: os caminhos do desenvolvimento**. Salvador: UCSAL, 1986.

AVENA, Armando (Org.). **Bahia Século XXI**. Salvador: SEPLANTEC / SPE, 2002.

AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli de. Economia e Mercado de Trabalho na Bahia e RMS: Uma abordagem de longo prazo. In: **BAHIA ANÁLISE & DADOS**. Salvador: SEI, v.10, n.1, p. 49-67, jun. / 2000 – (Leituras da Bahia II).

AZEVEDO, Thales de. O advento da Petrobrás no Recôncavo. In: BRANDÃO, Maria de A. (Org.). **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; UFBA, 1998.

BAHIA PESCA. **Boletim Estatístico da Pesca Marítima e Estuarina do Estado da Bahia – 1998**. Tamandaré, PE: CEPENE; Salvador: Bahia Pesca, ago./ 1999.

\_\_\_\_\_. **Perfil do setor pesqueiro (Litoral do Estado da Bahia)**. Salvador: SEAGRI / Bahia Pesca, jan./1994.

BAHIA. CONDER. **Mudanças sócio-demográficas recentes: Região Metropolitana de Salvador**. Salvador: SEI / UFBA, 2000.

\_\_\_\_\_. **Painel de informações da RMS**. Salvador: CONDER, 1999.

\_\_\_\_\_. **Plano Diretor de Limpeza Urbana – PDLU: Candeias, Madre de Deus e São Francisco do Conde. Município de São Francisco do Conde, v.1, tomo III**. Salvador: CONDER / SEPLANTEC / BIRD, 1994. – (Projeto Metropolitano de Salvador, Componente de Limpeza Urbana)

\_\_\_\_\_. *Relatório preliminar do município de São Francisco do Conde*. Salvador: CONDER, [s.d.].

\_\_\_\_\_. *Relatório preliminar do município de São Francisco do Conde*. Salvador: CONDER, 1977.

BAHIA. CEI. *Informações básicas dos municípios baianos: Região Metropolitana de Salvador*. Salvador: CEI/CONDER, 1994.

BAHIA. GOVERNADOR, 1955-1959 (Antônio Balbino). *Contribuições preliminares para planejamento*. v.11. Salvador, 1955.

BAHIA. INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL. SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO. *Vol. II: Monumentos e Sítios do Recôncavo*, Parte I. Salvador: IPAC-BA, 1978.

BAHIA. SEI. *Pobreza e desigualdades sociais*. Salvador: SEI, 2003.

\_\_\_\_\_. *Projeções de população por sexo e idade*. Salvador: SEI, 1999. – (Estudos e Pesquisas)

BAHIA. SEPLANTEC. *Tendências da economia baiana*. Salvador: SEPLANTEC, 2000.

\_\_\_\_\_. *RMS 1985-2000. Estratégia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador, 1985-2000*. Salvador: DIPLAN/ CDM, 1985.

\_\_\_\_\_. CONDER. *Programa de saneamento ambiental da Baía de Todos os Santos – componentes resíduos sólidos – Bacias Hidrográficas do Paraguaçu e Subaé*. Salvador: CONDER, 1998.

\_\_\_\_\_. SPE. *Quatro Cantos da Bahia*. Salvador: SPE, 2001. – (Série Estudos Estratégicos, n.4).

BAHIA. SRHSH. *Programa de saneamento ambiental de Salvador e cidades do entorno da Baía de Todos os Santos*. Salvador: SRH/CSL, 1995.

BAPTISTA, Creomar. *Bahia: Pobreza e renda nos anos 90*. Salvador: SPE / SEPLANTEC, 2001 – (Série Políticas Públicas)

BECK, Anamaria. *A utilização dos recursos do mar através da história*. In: LEDO, Blanca Sierra de (Coord.). *O mar e seus recursos ictícos*. Florianópolis: UFSC, 1980.

BECKER, Bertha K. *A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável*. In: CASTRO, Iná et alli (Org.). *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, pp. 271-307.

BEDUSCHI FILHO, Luiz Carlos; ABRAMOVAY, Ricardo. *Desafios para a gestão territorial do desenvolvimento sustentável no Brasil*. Disponível em: <[http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos\\_cientificos/2003/Desafios%20para%20gest%E3o%20territorial.pdf](http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/2003/Desafios%20para%20gest%E3o%20territorial.pdf)> acesso em 02 mai. 2004.

BELÉM, Leticia. *Pescador teme poço da Petrobrás*. A Tarde, Salvador, 31ago.2003, Municípios, p.11

BOLETIM PETRÓLEO, ROYALTIES & REGIÃO, Ano II, n.5, Campos dos Goytacazes, RJ, set. 2004. Disponível em: <http://www.royaltiesdopetroleo.com.br> Acesso em: 12 set. 2004.

BOLETIM PETRÓLEO, ROYALTIES & REGIÃO, Ano I, n.4, Campos dos Goytacazes, RJ, jun. 2004. Disponível em: <http://www.royaltiesdopetroleo.com.br> Acesso em: 08 jul. 2004.

BOLETIM PETRÓLEO, ROYALTIES & REGIÃO, Ano I, n.3, Campos dos Goytacazes, RJ, mar. 2004.  
Disponível em: <http://www.royaltiesdopetroleo.com.br> Acesso em: 21 abr. 2004.

BOLETIM PETRÓLEO, ROYALTIES & REGIÃO, Ano I, n.2, Campos dos Goytacazes, RJ, dez. 2003.  
Disponível em: <http://www.royaltiesdopetroleo.com.br> Acesso em: 02 fev. 2004.

BOLETIM PETRÓLEO, ROYALTIES & REGIÃO, Ano I, n.1, Campos dos Goytacazes, RJ, set. 2003.  
Disponível em: <http://www.royaltiesdopetroleo.com.br> Acesso em: 12 set. 2003.

BRAGA, Célia Maria Leal. *Relações de trabalho no meio rural (um estudo de mudança)*. 1970. 170 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

BRAGA, Ivana. *Apesar de rica, a cidade não oferece qualidade de vida*. A Tarde, Salvador, 02 mai. 2004, Pesquisa Exclusiva, p. 20.

BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; UFBA, 1998.

\_\_\_\_\_. *A regionalização da grande indústria do Brasil: Recife e Salvador na década de 70*. In: Revista de Economia Política, v.5, n.4, out./dez./1985. 22p.

BRASIL. AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO – ANP. *Guia dos royalties do petróleo e do gás natural*. Rio de Janeiro: ANP, 2001. – (Coord. Décio Hamilton Barbosa). Disponível em: <[http://www.anp.gov.br/doc/conheca/Guia\\_Royalties.pdf](http://www.anp.gov.br/doc/conheca/Guia_Royalties.pdf)> Acesso em 01 nov. 2003.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. *Agenda 21: Redução das desigualdades sociais*. Brasília: Consórcio Parceria, 2000.

BREMAEKER, François E. J. de. *O que os Prefeitos do Estado da Bahia esperam dos governos federal e estadual a partir de 2003*. Rio de Janeiro: IBAM / APMC / NAPI / IBAMCO, 2003 – (Série Estudos Especiais nº 43ba)

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. *Por um Partido Democrático, de Esquerda e Contemporâneo*. In: REVISTA LUA NOVA, nº 39, São Paulo: Marco Zero, 1992.

\_\_\_\_\_. Luis Carlos. *Estado, aparelho de Estado e sociedade civil*. Brasília: ENAP, 1995. 28 f. (Texto para discussão, 4).

\_\_\_\_\_. Luis Carlos. *Economia brasileira: uma introdução crítica*. São Paulo: Editora 34, 1998.

BRITO, Renan R. C. de. (Coord.). *Avaliação do impacto do derramamento de óleo na Baía de Todos os Santos*. Salvador: UFBA, 1992.

BRUM, Argemiro J. *Desenvolvimento regional: uma nova fase*. Disponível em: <[http://www.agromil.com.br/des\\_reg.html](http://www.agromil.com.br/des_reg.html)> Acesso em: 01 mar. 2004.

\_\_\_\_\_. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. Petrópolis: Vozes; Ijuí, RS: FIDENE, 1997.

BUARQUE, Sergio C. *Agenda 21 Brasileira: encontro regional do Nordeste*. Fortaleza: MMA, 2001.

\_\_\_\_\_. *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável*. Brasília: IICA, 1999.

BURSZTYN, Marcel. *Introdução à crítica da razão desestatizante*. In: Revista do Serviço Público, Ano 49, n.1, Brasília, jan./mar., 1998

- BURSZTYN, Maria Augusta A. *Gestão ambiental: Instrumentos e práticas*. Brasília: IBAMA, 1994.
- CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama dos últimos 50 anos*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. – (Texto para discussão nº 621)
- \_\_\_\_\_. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinqüenta anos*. Rio de Janeiro: IPEA, 1997, 24 p., mimeo.
- CAMARANO, Ana A.; BELTRÃO, Kaizô Iwakami. *Distribuição espacial da população brasileira: Mudanças na segunda metade deste século*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. – (Texto discussão nº 766)
- CANO, Wilson. Desequilíbrios Regionais no Brasil: alguns problemas controversos. In: MARANHÃO, Silva. *A Questão Nordeste: Estudos sobre a formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- CAPORALI, Renato. *Da riqueza das nações à ciência das riquezas*. São Paulo: Loyola, 1995
- \_\_\_\_\_. *Do desenvolvimento econômico ao desenvolvimento sustentável*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ECO CITY, 4, 2000, Curitiba. *Anais*. Disponível em: <<http://www.unilivre.org.br/centro/textos/Forum/decosus.htm>> Acesso em: 02 ago. 2003.
- CARDOSO, Eduardo Schiavone. *Vitoreiros e Monteiros: Ilhéus do litoral norte paulista*. 1996. 129 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
- \_\_\_\_\_. *Da apropriação da natureza à construção de territórios pesqueiros*. In: GEOUSP – Espaço E Tempo, São Paulo, n.14, pp.119-125. Disponível em: [http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp14/Geousp\\_14\\_cardoso.htm](http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp14/Geousp_14_cardoso.htm) Acesso em: 15 abr. 2004.
- \_\_\_\_\_. *Geografia e pesca: aportes para um modelo de gestão*. In: REVISTA DO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA, São Paulo, 14(2001) 79-88.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK-JQ*. 2 ed. Rio de Janeiro: Pás e Terra, 1978. – (Estudos brasileiros, v.14).
- CARVALHO, Getúlio. *Petrobrás: duas décadas e um dilema*. In: Revista de Administração Pública, v.9, mar. 1975, pp 14-39.
- CASTELLO, Jorge Pablo. *Diagnóstico Ambiental e Oceânico da Região Sul e Sudeste do Brasil*. Rio de Janeiro: FUNDESPA, 1994.
- CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CASTRO, Mary Garcia. *Mudança, mobilidade e valores – Uma experiência no Recôncavo Baiano: São Francisco do Conde*. 1971. 168 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- CIDADE, Lúcia Cony e SOUZA, Sérgio de Oliveira. *Geopolítica, modernismo e imagem de cidade: potencialidades e limites do patrimônio turístico no Distrito Federal*. In: VI Encontro Nacional de Turismo de Base Local, Brasília, UnB / GEA, 13 a 17 nov./2001.
- \_\_\_\_\_. *Acumulação flexível e gestão do território no Distrito Federal*. Brasília: 1999. (mimeo).

\_\_\_\_\_. *Projeto de pesquisa PIBIC/UnB: Gestão do território e recursos hídricos no Distrito Federal*. Brasília: 2002. (mimeo)

\_\_\_\_\_. *Qualidade ambiental, imagem de cidade e práticas sócioespaciais*. In: PAVIANI, A. e GOUVÊA, Luiz A. de C. (Org.). *Brasília: controvérsias ambientais*. Brasília: UnB, 2003. p. 157-180.

CLEMENTE, Isabel. *Os poços da discórdia*. Época, São Paulo, n.300, 16 fev. 2004, Economia e negócios, p.38-39

CNUMAD. Comissão das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. *Nosso Futuro Comum*. Nova York: Nações Unidas, 1991

COMITÊ DE FOMENTO INDUSTRIAL DE CAMAÇARI – COFIC. *Complexo Petroquímico de Camaçari: funcionamento integrado*. Camaçari, BA: COFIC, 2001.

CONSELHO REGIONAL D ECONOMIA. *Reflexões de economistas baianos*. Salvador: CORECON, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Manifestações da Cultura no espaço*. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

\_\_\_\_\_ e ROSENDHAL, Zeny. *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

COSTA-NETO, Eraldo M. e MARQUES, José Geraldo W. *atividades de pesca desenvolvidas por pescadores da comunidade de Siribinha, município de Conde, Bahia: uma abordagem etnoecológica*. In: SITIENIBUS SERIE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS, 1(1):71-78, Feira d Santana, BA: UEFS, 2001. Disponível: [http://www.uefs.br/dcbio/revistabiologia/sc\\_bio\\_009.pdf](http://www.uefs.br/dcbio/revistabiologia/sc_bio_009.pdf) Acesso: 04mai.2004.

COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. *Recôncavo: Laboratório de uma experiência humana*. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; UFBA, 1998. p. 101-183.

COUTO, Vitor de Athayde. *Estado da Bahia: subsídios para uma política de desenvolvimento pesqueiro*. Salvador: UFBA/FCE/DEP, 1991.

CUNHA, Mário P. da. *Memorial de São Francisco do Conde*. Salvador: Central, 1977.

DIEGUES, Antônio Carlos S. *A pesca artesanal no litoral brasileiro: cenários e estratégias para sua sobrevivência*. São Paulo: IO / USP / F.Ford / IUCN, 1988a.

\_\_\_\_\_ e ARRUDA, Rinaldo S. V. (Orgs.). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: MMA; São Paulo: USP, 2001 – Biodiversidade, 4)

DRUCK, Maria da Graça. *Terceirização: (dês)fordizando a fábrica: um estudo do Complexo Petroquímico*. Salvador: Edufba, 1999.

DUARTE, Rosália. *Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo*. In: CADERNOS DE PESQUISA, n.115, São Paulo: Scielo, mar. 2002. p.139-154.

EGLER, Cláudio A. Gonçalves. *Os impactos da política industrial sobre a zona costeira*. Brasília: MMA, 1995. – (Gerenciamento costeiro; v.2).

\_\_\_\_\_. *Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento: prováveis impactos ambientais*. Disponível em: <<http://www.laget.igeo.ufrj.br/egler/pdf/eixos.pdf>> Acesso em 19 mai. 2004.

EHLERS, Eduardo. *Agricultura Sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*. 2ª ed. Guaíba, RS: Agropecuária, 1999.

ERDENS, Antonia Déa. *L'influence du pétrole sur le développement régional: le "recôncavo" de Bahia, la région de Barcelona au Vénézuéla*. 1973. 174 f. Thèse (Thèse de 3e cycle / Géographie). França, Paris: Université Paris I.

ESPIRITO SANTO, José J. do. *São Francisco do Conde: panorama geográfico e socioeconômico*. Salvador: Grafnorthe, 1992.

EVANS, Peter. O Estado como problema e solução. In: **LUA NOVA – REVISTA DE CULTURA E POLÍTICA**. n.28/29, São Paulo: CEDEC / Marco Zero, 1993. p.107-156.

FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia, 1960.

FERREIRA, Leila da Costa; FERREIRA, Lucia da Costa. *Limites ecossistêmicos novos dilemas e desafios para o Estado e a sociedade*. In: HOGAN, Daniel Joseph; VIEIRA, Paulo Freire. (Org.). *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas, SP: Unicamp, 1992.

FERREIRA, Lúcia da Costa. *Os fantasmas do vale: qualidade ambiental e cidadania*. Campinas, SP: Unicamp, 1993.

FONSÊCA, Adilson. *Município baiano tem renda per capita de R\$ 0,60*. A Tarde, Salvador, 16 fev. 1997, Geral, p.8.

\_\_\_\_\_. *Município rico não supera bolsão de miséria*. A Tarde, Salvador, 20abr.1997, Geral, p.9

GARAY, Angela Beatriz Scheffer. Reestruturação Produtiva e Desafios de Qualificação: Algumas Considerações *Críticas*. In: Revista Eletrônica de Administração, edição 05, n.5, v.2, nov./ 2002. Disponível em: <<http://read.adm.ufrgs.br/read05/artigo/garay.htm>> Acesso em: 25 abr. 2004.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLAVANIS, Pandeli Michel. Desenvolvimento no século XXI: dos estudos do desenvolvimento ao empoderamento da sociedade civil. In: ARAGÃO, Paulo O. Rocha de e GLAVANIS, Pandeli M. (Org.). *Globalização e ajuste estrutural: impactos sócio-econômicos*. João Pessoa: UFPB, 2002.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Geografia política e desenvolvimento sustentável*. In: TERRA LIVRE, nº 11/12. Geografia, política e cidadania. São Paulo: AGB, 1996.

GONÇALVES, Elisa P. *Conversas sobre Iniciação à pesquisa científica*. Campinas,SP: Alínea, 2001.

GUARACI, Adeodato Alves de S. *A população do Recôncavo Baiano*. Salvador: UFBA/CRH, 1976.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1996.

HUTCHINSON, Harry William. *Village and Plantation Life in Northeastern Brazil*. Seattie, USA: University of Washington Press, 1957

IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*. v.56. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

\_\_\_\_\_. *Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

\_\_\_\_\_. *Censos demográficos do estado da Bahia*. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

\_\_\_\_\_. *Contagem da População 1996*. v.1. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.

\_\_\_\_\_. *Estatísticas Históricas do Brasil*. v.3. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

JARA, Carlos Julio. *A sustentabilidade do desenvolvimento local*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA); Recife: Secretaria do Planejamento do Estado de Pernambuco-Seplan, 1998.

LEFEBVRE, Henri. *Espácio y política. El derecho a la ciudad II*. Barcelona: Ed. Península, 1976.

LIPIETZ, Alain e LEBORGNE, Danielle. Flexibilidade Defensiva ou Flexibilidade Ofensiva: os desafios das novas tecnologias e da competição mundial. In: VALLADARES, Licia; PRETTECEILLE, Edmond. (Org.). *Reestruturação Urbana: tendências e desafios*. São Paulo: NOBEL / IUPERJ, 1990. 227p.

\_\_\_\_\_. *Pós-fordismo e seu Espaço*. Espaço e Debates, (25):12-29, 1988.

MALDONADO, Simone Carneiro. *Pescadores do mar*. São Paulo: Ática, 1996.

\_\_\_\_\_. *No mar: conhecimento e produção*. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E O MAR NO BRASIL, 2, São Paulo, 1988. Coletânea dos Trabalhos. São Paulo, PPCAUB / F.Ford/UICN, 1988. p. 259-265.

\_\_\_\_\_. *Mestres e ares: espaço e indivisão na pesca marítima*. São Paulo: Annablume, 1993.

MALHEIROS, Telma Maria Marques. *O controle ambiental federal das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural no novo cenário de flexibilização do monopólio estatal no Brasil*, 2002. 280 f. Tese (Doutorado em Planejamento Energético) – Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Energia.

MARTINE, George. População, meio ambiente e desenvolvimento: o cenário global e nacional. In: MARTINE, George (Org.). *População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições*. 2ª ed. Campinas, SP: Unicamp, 1996. pp. 21-41.

\_\_\_\_\_. CAMARGO, Lísicio. *Crscimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes*. In: Revista Brasileira de Estudos de População, Campinas, SP, v.1, n.1/2, jan./dez., 1984, p.99-143.

MARTINS, Jorge dos Santos. *Como construir trabalhos científicos: monografias, dissertações, teses, papers, relatórios, etc*. Salvador: UNEB, 1999.

MATTOSO, Jorge Eduardo Levi. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scritta, 1995.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

MENEZES, Vitor *Petroleiros entre o público e o privado – A identidade do trabalhador do Setor Petróleo após a flexibilização do monopólio estatal*. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

MENEZES, Vladson Bahia. Evolução e alternativas de inserção industrial: uma proposta para a Bahia. In: **CADERNOS DE ANÁLISE REGIONAL**, Desempenho atual e tendências da indústria baiana. Ano IV, n.4, Salvador: UNIFACS, mai./2001, p. 43-69.

MERCADANTE, Aloizio. *Uma Economia de justiça e solidariedade*. Documento do PT, set./1999. Disponível em: <[http://www.mercadante.com.br/artigos/artigo\\_17.html](http://www.mercadante.com.br/artigos/artigo_17.html)> Acesso em: 28 mar. 2004

MIRANDA, Carlos. et al. *Planejando o desenvolvimento sustentável: A experiência recente do Nordeste do Brasil*. Brasília: IICA; Recife: Seplan, 1998.

MORAES, Sérgio Cardoso de. *Colônias de pescadores e a luta pela cidadania*. Disponível em: <http://sindicalismo.pessoal.bridge.com.br/sergioCarSbs2001.rtf> Acesso: 11 jun. 2004.

MORAES, Sérgio Cardoso de. *De homens e de peixes: a metamorfose da vida na água*. 2002. 240 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Grupo de Estudos da Complexidade.

NOBRE, Marcos; AMAZONAS, Maurício De Carvalho (Orgs.). *Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito*. Brasília: IBAMA, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. *O elo perdido: classe e identidade de classe*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PÁDUA, José Augusto. *Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1986. – (Série Estudos)

PEDRÃO, Fernando Cardoso. *As raízes da pobreza na Bahia: a condição econômica da questão social*. Salvador: UFBA, 1985

\_\_\_\_\_. Novos rumos, novos personagens. In: BRANDÃO, Maria de A. (org.). *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; UFBA, 1998.

PEDREIRA, Pedro T. *Notícias Históricas de São Francisco do Conde*. Salvador: Alfa, 1976.

PERROUX, François. A empresa motriz em uma região motriz. Separata da *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Da UMG, v.1, n.1, 1961. Recife: MECOR-SUDENE, 1966

PETROBRÁS. *Bacias Sedimentares Brasileiras*. Boletim de Geociências, 4(1). Salvador, 1990.

POSTALI, Fernando A. Slaibe. *Relações entre governo e investidores na indústria de petróleo no Brasil: algumas considerações*. In: Revista BNDES, Rio de Janeiro, v.9, n.17, jun./2002. pp 221-236.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO CONDE. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano*. São Francisco do Conde, 166 f. Mimeografado.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Luiz Flávio do Prado. *A gestão ambiental como elemento de estratégia empresarial: o caso da Petrobrás*. 2002 135 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Salvador: Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração.

ROBERTS, Paul. *A guerra silenciosa do petróleo*. A Tarde, Salvador, 4 jul. 2004, Internacional, p.22.

ROCHA, Nelson. *Destroços prejudicam pescaria*. Tribuna da Bahia, Salvador, 11 mar. 2002, Região Metropolitana, p.

ROCHA, Nelson. *Fiscal presencia drama dos pescadores*. Tribuna da Bahia, Salvador, 15 mar. 2002, Região Metropolitana, p.

RODRIGUES, André Figueiredo. *Como elaborar referência bibliográfica*. 2ª ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

\_\_\_\_\_. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986..

\_\_\_\_\_. Qual desenvolvimento para o século XXI? In: BARRÈRE, M. (Coord.) **Terra: patrimônio comum: a ciência a serviço do meio ambiente e do desenvolvimento**. São Paulo: NOBEL, 1992. p.117-130.

SALLUM JR., Brasílio. Globalização e estratégia para o desenvolvimento. In: DINES, Alberto e outros. **Sociedade e estado – superando fronteiras**. São Paulo: Fundap, 1998. Também disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/brasilio/Globalizacao.doc>> Acesso em: 25 fev. 2004.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTOS, Milton. A rede urbana do Recôncavo. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; UFBA, 1998.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado. Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. – (Coleção Ciências Sociais).

\_\_\_\_\_. **O território e a constituição**. In: REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, v.20, n.4, p.65-69, Rio de Janeiro, out./dez., 1986.

\_\_\_\_\_. **Por uma Geografia Nova. Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: Hucitec, 1980.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

\_\_\_\_\_; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs). **Território: Globalização e Fragmentação**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, Anpur, 1996.

SANTOS, Reginaldo Souza. **Alternativas político-institucional para a Região Metropolitana de Salvador – Dimensão administrativo-financeira**. Salvador: UFBA/CONDER/CETEAD, 1986.

SANTOS, Rita Maria Brito. **Cidade Incompleta: Os impactos sociais da indústria na produção do espaço urbano em Camaçari – Região Metropolitana de Salvador**. Salvador: UFBA/IGEO, 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências.

SANTOS, Theotonio dos. **Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável: As novas tendências da economia mundial e a integração latino-americana**. Petrópolis, Vozes. 1993.

SCHNEIDER, Evania. **Gestão ambiental municipal: Estudo de caso na Administração Municipal de Teutônia**. 2001. 96 f. Dissertação (Mestrado em Administração), Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

\_\_\_\_\_. **Gestão ambiental municipal: Preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável**. [s.d.]. 13 f. (mimeo) Lajeado, RS: UNIVATES. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br>> Acesso em 19/02/2004.

SILVA FILHO, José Carlos Lázaro da. **Gestão ambiental municipal: O caso da Prefeitura Municipal de Porto Alegre**. 2000. 135 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SILVA, Adriano Santos Rocha. *Desenvolvimento sustentável nos municípios da Bahia*. Salvador: UFBA/NPGA, 2002. 147 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração.

SILVA, Armando Corrêa da. *Geografia e lugar social*. São Paulo: Contexto, 1991.

SILVA, Barbara-Christine Nentwig; SILVA, Sylvio Carlos B. de Mello. *Cidade e Região no estado da Bahia*. Salvador: UFBA, 1991.

SILVA, Cândida. *Pobreza e novos royalties convivem na Bahia*. O Globo, Rio de Janeiro, 28set.2000.

SILVA, Gabriel Henrique. *Percepção ambiental da atuação da indústria de petróleo no litoral brasileiro*. 1996. 230 f. Tese (Doutorado em Planejamento Ambiental), Fundação Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP.

SILVA, José G. Agricultura Sustentável: um novo paradigma ou um novo movimento social. In: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander, (Org.). *Reconstruindo a Agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 1997. p. 106-127.

SILVA, Luis Geraldo da (Org.) . *Os pescadores na história do Brasil*. v.1 – Colônia e Império. Recife: Comissão Pastoral da Pesca; Petrópolis: Vozes, 1988.

\_\_\_\_\_. *Pescadores, Militares e Burgueses: Legislação Pesqueira e Cultura Marítima no Brasil (1840-1930)*. 1991, 130 f. Dissertação (Mestrado em História) – Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História.

SILVA, Maria Auxiliadora da. *Les migrations pour le Recôncavo du pétrole, Etat de Bahia (Brésil)*. (Thèse de 3e cycle / Géographie). França, Paris: Université Strasbourg I, 1972.

SILVA, Sylvio C. Bandeira de Melo e; LEÃO, Sônia de Oliveira; SILVA, Bárbara-Christine Nentwig. *Urbanização e metropolização no estado da Bahia: Evolução e dinâmica*. Salvador: UFBA, 1989.

\_\_\_\_\_; SILVA, Bárbara-Christine Nentwig. *Estudos sobre globalização, território e Bahia*. Salvador: UFBA, 2003.

SOUTO, Francisco José Bezerra. *A ciência que veio da lama: Uma abordagem etnoecológica abrangente das relações ser humano/manguezal na comunidade pesqueira de Acupe, Santo Amaro-BA*. 2004. 308 f. Tese (Doutorado em Ecologia e Recurso Naturais) – Universidade Federal de São Carlos, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, São Carlos, SP.

SOUZA, Jader. *Breves Notas sobre as Novas Configurações do Estado Contemporâneo: Considerações sobre o Terceiro Setor*. In: TEIA DE HIPERTEXTO, Ano 1, n.2, Salvador: FIB, 1999.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social*. REVISTA TERRITÓRIO / LAGET, UFRJ – ano.II, n.3, (jul. /dez. 1997) – Rio de Janeiro: Garamond, 1997. p.13-35.

\_\_\_\_\_. *Desenvolvimento urbano: a problemática da renovação da um “conceito” problema*. REVISTA TERRITÓRIO / LAGET, UFRJ – v.3, n.5, (jul. /dez. 1998) – Rio de Janeiro: Garamond, 1998. p.5-29.

\_\_\_\_\_. *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. In: CASTRO, Iná Elias et al. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Marconi de. *Bolsão de miséria no 3º município mais rico*. A Tarde, Salvador, 9 jan. 2002, Local, p.4

\_\_\_\_\_. *Royalties geram muitos votos e não reduzem a miséria*. In: A Tarde, 06 dez. 2002, Local, p.3

SPINOLA, Noelio Dantaslé. A implantação de distritos industriais como política de fomento ao desenvolvimento regional: o caso da Bahia. In: **RDE - REVISTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**, Ano 3, n.4 (julho, 2001). Salvador: DCSA2 / UNIFACS, 2001. pp. 27-47.

\_\_\_\_\_. *Política de localização industrial e desenvolvimento regional: a experiência da Bahia*. Salvador: UNIFACS, 2003.

\_\_\_\_\_; ARAÚJO, Luis Coelho de; PEDRÃO, Fernando Cardoso. *Políticas e estratégias para o desenvolvimento industrial e comercial da Bahia no século XXI*. Salvador: Kanzeon, 1998.

SROUR, Roberta Henry. *Poder, cultura e ética nas organizações*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

SZPILMAN, Marcelo. *Peixes Marinhos do Brasil: guia prático de identificação*. Rio de Janeiro: Instituto Ecológico Aqualung e MAUAD Editora, 2000.

TAVARES, Tânia Mascarenhas. *Baía de Todos os Santos: Diagnóstico Sócio-Ambiental e Subsídios para a Gestão*. Salvador: Gérmén, 1997

TEIXEIRA, E. *As três metodologias: acadêmica da ciência e da pesquisa*. Belém: Grapel, 2000.

TEIXEIRA, Francisco; GUERRA, Oswaldo. 50 Anos da Industrialização Baiana. In: **BAHIA ANÁLISE & DADOS**. Salvador: SEI, v.10, n.1, p.87-98, jul. 2000. (Leituras da Bahia II)

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: Teoria crítica na era dos meios de comunicação de massa*. São Paulo: Vozes, 1995.

TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. 2ªed. Campinas, SP: UNICAMP, 1997.

TORRES, Haroldo da G. Indústrias sujas e intensivas em recursos naturais: importância crescente no cenário industrial brasileiro. In: MARTINE, George (org.). *População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições*. 2ª ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1996.

\_\_\_\_\_; COSTA, Heloisa (Orgs.). *População e meio ambiente*. São Paulo: SENAC, 2000.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da Modernidade*. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. BIBLIOTECA CENTRAL. *Normas para apresentação de trabalhos*. Curitiba: UFPR, 1994.

VASCONCELOS, Levi. *Opulência e pobreza na educação da RMS-II*. A Tarde, Salvador, 20 ago. 1996, Geral, p.7

\_\_\_\_\_. *Petrobrás arranca sucata de poços no meio da baía*. A Tarde, Salvador, 15 fev. 2002.

VIDAL, José W. Batista; VASCONCELLOS, Gilberto F. *Petrobrás: um clarão na história*. 1ª ed. Brasília: Sol Brasil, 2001.

VIOLA, Eduardo; LEIS, Hector. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bisetorialismo preservacionista para o multisetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: : HOGAN, Daniel e VIEIRA, Paulo Freire. (Orgs.). *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas, SP: Unicamp, 1992, p. 73-102.

**ANEXOS**



|  |   |
|--|---|
| UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB<br>CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CDS<br>UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB<br>CENTRO DE RECURSOS AMBIENTAIS – CRA<br>NÚCLEO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM MEIO AMBIENTE – NEAMA | PESQUISA CIENTÍFICA<br>Data:    /    /    Instrumento nº: |
|--|---|

## Agente Significativo

(Representante de Instituições, Empresas, Órgãos e outros)

### IDENTIFICAÇÃO

INSTITUIÇÃO/EMPRESA/ÓRGÃO: \_\_\_\_\_  
 NOME DO INFORMANTE: \_\_\_\_\_ Cargo/Função: \_\_\_\_\_

### QUESTÕES

1. **Em que setor (es) tem se concentrado a vocação econômica do município?**  
 (...) Setor Agrícola  
 (...) Setor Pesqueiro  
 (...) Setor Industrial  
 (...) Setor de Comércio  
 (...) Setor de Prestação de Serviços.  
 Caso haja mais de uma, citar as vocações econômicas mais relevantes do município:
2. **A partir de qual período o município passou a receber *royalties* de petróleo?**  
 (...) Antes de 1975  
 (...) Entre 1976 e 1980  
 (...) Entre 1981 e 1985  
 (...) Entre 1986 a 1990  
 (...) Entre 1991 a 1995  
 (...) Depois de 1995.
3. **O recebimento dos *royalties* do petróleo tem contribuído para promover o desenvolvimento socioeconômico do município?**  
 (...) Sim    (...) Não  
 Por quê? De alguns exemplos:
4. **Setores em que esse município mais investiu no período desta administração, utilizando os recursos oriundos dos *royalties* do petróleo:**  
 (...) Saneamento básico  
 (...) Irrigação  
 (...) Pavimentação  
 (...) Energia  
 (...) Proteção ao meio ambiente  
 (...) Educação e Saúde  
 (...) Outros, citar:
5. **A prefeitura esteve/ está inserida em algum Projeto de Desenvolvimento, Programa de Governo ou Planos de baiano e/ou Governo Federal ultimamente**  
 (...) Sim    (...) Não    Quais?
6. Citar os principais projetos de desenvolvimento, programa de governo ou planos desenvolvidos por esta prefeitura, nesta administração e, se possível, nas anteriores.
7. Caso a Prefeitura não tenha realizado nenhum projeto, plano ou programa citar a provável razão
8. Quais os projetos, planos ou programa desenvolvidos pela Petrobrás em que a Prefeitura de São Francisco do Conde esteve e/ou está inserida?
9. O que a Prefeitura de São Francisco do Conde acha destes projetos, planos ou programas da Petrobrás?
10. Como esta administração ver a questão ambiental em um município como São Francisco do Conde inserido numa área de intensa atividade petrolífera e rica em manguezais?
11. O que existe no município sobre Agenda 21?
12. Como a Prefeitura de São Francisco do Conde vem tratando, junto à Petrobrás e aos Pescadores a questão das estruturas e plataformas dos poços desativados nas áreas de pesca do município?
13. Existe alguma ação desta Prefeitura, voltada para o apoio e a melhoria da pesca e das condições de vida dos pescadores e marisqueiras cadastrados ou não na Colônia de Pesca Z-5 ou outra instituição afim?
14. **Qual a área geográfica de atuação desta instituição?**  
 (...) Somente na área urbana  
 (...) Somente na área rural  
 (...) Em ambas as áreas - urbana e rural  
 (...) Em outros Municípios da Região  
 (...) Em toda a Bahia e Outros Estados Citar:
15. **Em relação ao total da população do município, quantas pessoas são associadas / clientes desta instituição / empresa?**  
 (...) menos de 100 pessoas  
 (...) Entre 100 e 250 pessoas  
 (...) Entre 250 e 500 pessoas  
 (...) Entre 500 e 750 pessoas  
 (...) Entre 750 3 1.000 pessoas  
 (...) Acima de 1.000 pessoas.

16. Qual a profissão predominante dessas pessoas?  
Caso haja mais de uma, citar

(...) Pescador  
 (...) Comerciante  
 (...) Funcionário Público  
 (...) Agricultor  
 (...) Profissional Liberal (Médico, Dentista,  
 Contador, Advogado, Engenheiro, etc.)  
 (...) Outra profissão. Citar

17. Quais os objetos e sistemas de ações existentes na paisagem do seu município que, na sua opinião, melhor identificam a presença da Petrobrás?

(...) Cavalo-de-Pau  
 (...) Estação de Óleo e Gás  
 (...) Programas ambientais  
 (...) oleodutos  
 (...) Plataformas de extração de óleo  
 (...) Outros Citar:

18. A vida das pessoas melhorou depois da descoberta do petróleo no seu município?

(...) Sim (...) Não Por quê?

19. Esta Instituição recebe algum tipo de apoio / ajuda da Prefeitura de São Francisco?

(...) Não (...) Sim

Se positivo cite a natureza / forma de apoio / auxílio:

20. Esta Instituição / Empresa recebe algum tipo de apoio / ajuda da Petrobrás?

(...) Não (...) Sim

Se positivo cite a natureza / forma de apoio:

21. Qual a sua opinião sobre a atuação do poder público (prefeitura municipal) quanto à realização de melhorias em infra-estrutura do município? Dê a sua opinião para cada item abaixo, considerando a escala de ruim a excelente.

| Itens                    | Ruim | Regul ar | Boa | Excel ente |
|--------------------------|------|----------|-----|------------|
| Pavimentação de Estradas |      |          |     |            |
| Pavimentação de Ruas     |      |          |     |            |
| Abastecimento de água    |      |          |     |            |
| Esgotamento Sanitário    |      |          |     |            |
| Energia Elétrica         |      |          |     |            |
| Telecomunicações         |      |          |     |            |
| Coleta de Lixo           |      |          |     |            |
| Proteção do ambiental    |      |          |     |            |
| Incentivo à Agricultura  |      |          |     |            |
| Outros (citar)           |      |          |     |            |

22. Qual sua opinião sobre as condições de vida dos habitantes do município?

| ITENS          | Ruim | Regula | Boa | Excelente |
|----------------|------|--------|-----|-----------|
| Moradia        |      |        |     |           |
| Transporte     |      |        |     |           |
| Educação       |      |        |     |           |
| Saúde          |      |        |     |           |
| Emprego        |      |        |     |           |
| Segurança      |      |        |     |           |
| Outros (citar) |      |        |     |           |

23. Caso a Petrobrás tenha contribuído para o desenvolvimento socioeconômico do município indique os principais aspectos?

(...) Absorver a mão-de-obra em empresas contratadas  
 (...) Absorver a mão-de-obra na própria Petrobrás  
 (...) Construção de Aterro Sanitário  
 (...) Proteção e preservação ambiental  
 (...) Apoio atividades produtivas relacionadas à pesca  
 (...) Apoio nas atividades de Educação e Cultura  
 (...) Apoio nas atividades produtivas relacionadas à agricultura  
 (...) Apoio nas atividades produtivas relacionadas à indústria  
 (...) Apoio nas atividades produtivas relacionadas ao comércio e serviços

24. Em que aspecto(s), a Petrobrás "não" tem contribuído para o desenvolvimento socioeconômico do município?

(...) Não absorver a mão-de-obra local em atividades terceirizadas da Petrobrás  
 (...) Não absorver a mão-de-obra local em atividades próprias da Petrobrás  
 (...) Derramamento de óleo em áreas rurais e/ou urbanas  
 (...) Derramamento de óleo no mar e no manguezal  
 (...) Derrubamento de cercas nas áreas rurais para instalação de equipamento de petróleo  
 (...) Acidentes causados por não proteção dos cavalos-de-pau e estações de óleo e gás.  
 (...) Estradas e rodovias esburacadas, em função do transporte de petróleo  
 (...) Elevação do custo de vida municipal, devido à presença de funcionários da indústria do petróleo  
 (...) Outros. Citar:

25. Comentário Adicional, se desejar:

## Anexo B

|   |  |
|---|--|
| <b>UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB</b><br>CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CDS<br>UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB<br>CENTRO DE RECURSOS AMBIENTAIS – CRA<br>NÚCLEO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM MEIO AMBIENTE – NEAMA | <b>PESQUISA CIENTÍFICA</b><br>Data:    /    /    Instrumento nº: |
|---|--|

## Pescador ou morador local

NOME: \_\_\_\_\_ IDADE: \_\_\_\_\_

### QUESTÕES

1. **Qual o seu local de moradia?**  
 (...) Em São Francisco do Conde, sede  
 (...) Na área rural de SFC, em  
 (...) No distrito de SFC, em  
 (...) Em outro município. Qual?  
 (...) Na capital. Citar Bairro a seguir.
2. **Qual a sua idade?**  
 (...) Menos de 20 anos  
 (...) Entre 20 e 30 anos  
 (...) Entre 30 e 40 anos  
 (...) Entre 40 e 50 anos  
 (...) Acima de 50 anos.
3. **Qual o seu grau de escolaridade?**  
 (...) Não Alfabetizado  
 (...) Fundamental incompleto (1º Grau)  
 (...) Fundamental completo (1º Grau)  
 (...) Médio incompleto (2º Grau)  
 (...) Médio completo (2º Grau)  
 (...) Superior Incompleto. Curso  
 (...) Superior completo. Curso
4. **Qual a sua profissão**  
 (...) Pescador  
 (...) Agricultor  
 (...) Comerciante  
 (...) Funcionário Público  
 (...) Professor  
 (...) Outra profissão, Citar
5. **Quais objetos e sistemas de ações existentes na paisagem de SFC que, na sua opinião, melhor identificam a presença da Petrobrás?**  
 (...) Plataforma marítima  
 (...) Navios petroleiros  
 (...) Cavalo de Pau  
 (...) Estação de Óleo e Gás  
 (...) Programas ambientais  
 (...) Oleodutos  
 (...) Outros Citar.
6. **Em que a Petrobrás tem contribuído para o desenvolvimento socioeconômico do município?**  
 (...) Absorver mão-de-obra em empresas contratadas  
 (...) Absorver a mão-de-obra na própria Petrobrás  
 (...) Construção de Aterro Sanitário  
 (...) Apoio às atividades voltadas para meio ambiente  
 (...) Apoio nas atividades de Educação e Cultura  
 (...) Apoio nas atividades produtivas da agricultura  
 (...) Apoio nas atividades produtivas da indústria  
 (...) Apoio nas atividades do comércio e serviços  
 (...) Outros Citar
7. **A vida das pessoas melhorou depois da descoberta do petróleo no seu município?**  
 (...) Sim    (...) Não    Por quê?
8. **Classificar as condições de vida em SFC hoje, de acordo com a escala abaixo:**

| ITEM          | RUIM | REGULAR | BOM | EXCELENTE |
|---------------|------|---------|-----|-----------|
| Moradia       |      |         |     |           |
| Transporte    |      |         |     |           |
| Educação      |      |         |     |           |
| Saúde         |      |         |     |           |
| Emprego       |      |         |     |           |
| Segurança     |      |         |     |           |
| Outro (citar) |      |         |     |           |
9. **Classificar a atuação da prefeitura quanto à realização de melhorias da Infra-estrutura em SFC:**

| ITEM                    | RUIM | REGULAR | BOM | EXCELENTE |
|-------------------------|------|---------|-----|-----------|
| Pavimentação de vias    |      |         |     |           |
| Pavimentação de Ruas    |      |         |     |           |
| Abastecimento d'água    |      |         |     |           |
| Esgotamento Sanitário   |      |         |     |           |
| Energia Elétrica        |      |         |     |           |
| Telecomunicações        |      |         |     |           |
| Coleta de Lixo          |      |         |     |           |
| Proteção meio ambiente  |      |         |     |           |
| Incentivo à Agricultura |      |         |     |           |
| Outro (citar)           |      |         |     |           |
10. **Conhece algum Plano, Projeto ou Programa desenvolvido por SFC, voltado para o desenvolvimento sustentável local?**  
 (...) Sim    (...) Não    Qual ou quais?
11. **Aspecto(s) negativo(s) da Petrobrás para SFC?**  
 (...) Não absorver a mão-de-obra local em atividades terceirizadas da Petrobrás  
 (...) Não absorver a mão-de-obra local em atividades próprias da Petrobrás  
 (...) Derramamento de óleo em áreas rurais e/ou urbanas  
 (...) Derramamento de óleo no mar e no manguezal  
 (...) Derrubamento de cercas nas áreas rurais para instalação de equipamento de petro.  
 (...) Acidentes causados por não proteção dos cavalos-de-pau e estações de óleo e gás.  
 (...) Estradas e rodovias esburacadas, em função do transporte de petróleo  
 (...) Elevação do custo de vida municipal, devido à presença de funcionários da indústria petrolífera  
 (...) Outros. Citar
12. **Sua opinião sobre o meio ambiental hoje em SFC?**
13. **Comentário Adicional, se desejar:**

## Anexo C

|   |  |
|---|--|
| <b>UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB</b><br><b>CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CDS</b><br><b>UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB</b><br><b>CENTRO DE RECURSOS AMBIENTAIS – CRA</b><br><b>NÚCLEO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM MEIO AMBIENTE – NEAMA</b> | <b>PESQUISA CIENTÍFICA</b><br>Data:    /    /    Instrumento nº: |
|---|--|

### Questionário exploratório e guia para entrevistas

|               |           |
|---------------|-----------|
| Entrevistado: | Ocupação: |
| Aplicador:    | Local:    |
|               | Data:     |

- |   |  |
|---|--|
| <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Como se deu a criação da associação? Falar um pouco da história.</li> <li>2. Como a associação está organizada? (presidente, vice, participantes)</li> <li>3. Qual o objetivo da associação?</li> <li>4. Quais são os principais núcleos ou vilas de pescadores do município e onde se localizam?</li> <li>5. O Senhor teria como citar os pescadores mais antigos e os mais novos (até 10 de cada)?</li> <li>6. O Sr tem alguma estimativa do volume de pesca (em Kg ou outra medida) total e em cada núcleo?</li> <li>7. Teria como listar os principais tipos de peixe capturado pelos pescadores?</li> <li>8. Quem faz e como é feita a mariscagem e as área ou pesqueirs mais rendosos?</li> <li>9. Cite as principais áreas de pesca rica em peixes / piscosa</li> <li>10. Desde sua criação houve alguma melhoria que tenha alguma relação com a associação?</li> <li>11. Se não tem relação com a associação, tem a ver com quem?</li> <li>12. A associação tem envolvimento com algum órgão público (federal, estadual ou municipal) ou privado?</li> <li>13. Caso tenha como se dá este envolvimento?</li> <li>14. Quanto aos canais de acesso a órgãos públicos, quem faz esse contato e como é recebido?</li> <li>15. Tipos de atividades desenvolvidas pela associação.</li> </ol> | <ol style="list-style-type: none"> <li>16. Forma de divulgação destas atividades.</li> <li>17. Grau de participação dos moradores / pescadores locais. (Total de associados).</li> <li>18. Ao chegarem novos associados, de que forma a associação faz para integrá-los?</li> <li>19. Principais problemas e prioridades da associação. Como eles são determinados?</li> <li>20. Como é a relação com os integrantes? Como são resolvidas as divergências?</li> <li>21. Em que medida o envolvimento dos participantes trouxe mudanças pessoais ou para familiares?</li> <li>22. Quais são as suas maiores dificuldades? Como pretende resolvê-las?</li> <li>23. Quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos pescadores do município?</li> <li>24. Atualmente como você analisa a associação?</li> <li>25. Existem outras associações?</li> <li>26. Se existe nas reuniões de todas essas associações o que é discutido?</li> <li>27. Qual a relação entre a Colônia de pesca e a Petrobrás?</li> <li>28. O que acha da presença da Petrobrás no município de modo geral e particularmente em suas áreas de pesca?</li> <li>29. Quais os benefícios e os malefícios resultantes da chegada e da presença da Petrobrás no município?</li> <li>30. Que comentário geral o Sr faria agora e sobre qualquer assunto?</li> </ol> |
|---|--|

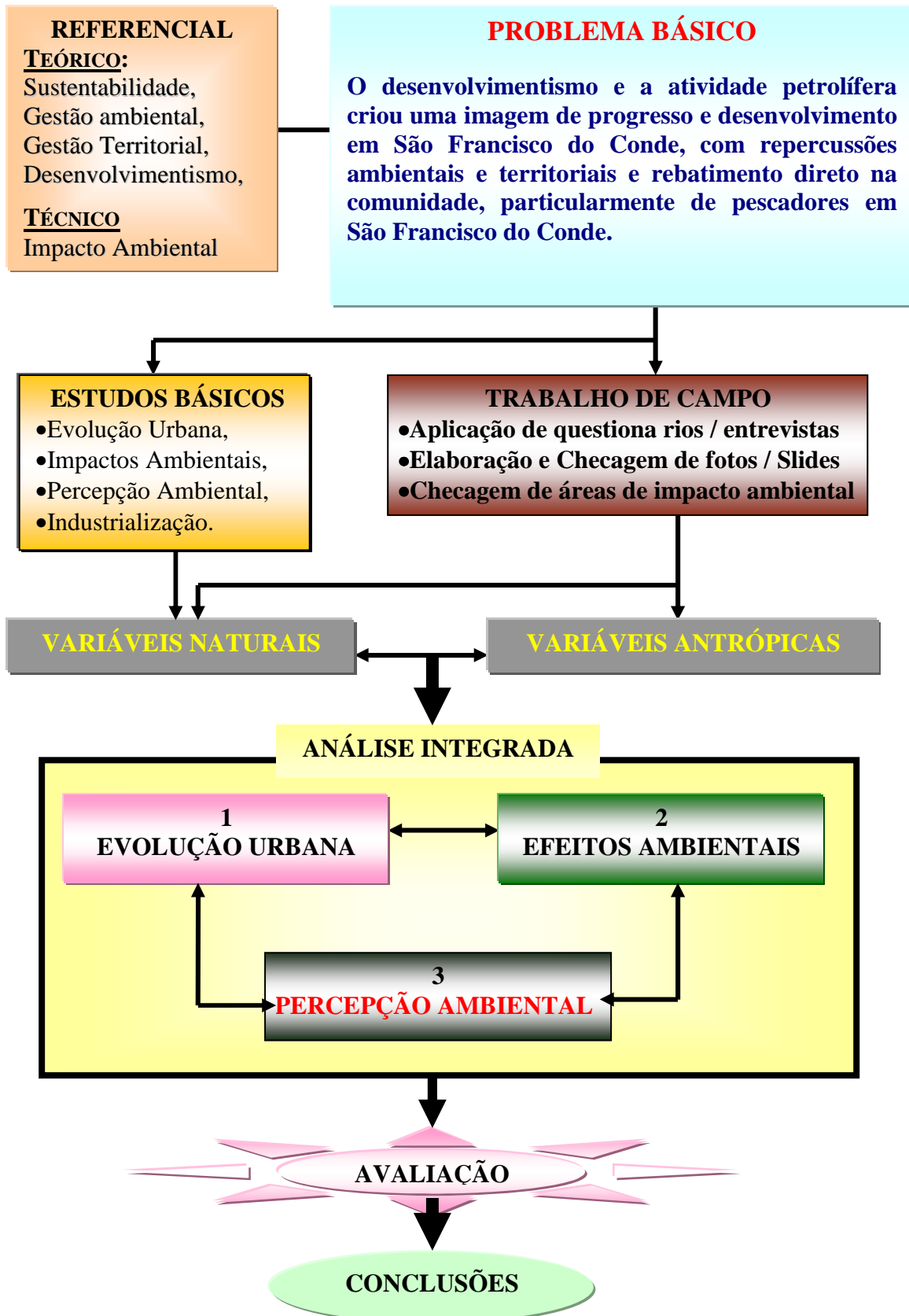
#### ABAIXO, TEXTO DE APRESENTAÇÃO, PRESENTE EM TODOS OS INSTRUMENTOS DE COLETA

Este questionário de Pesquisa Científica faz parte da nossa dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão Ambiental da Universidade de Brasília (UnB/CDS, convênio UNEB/CRA-NEAMA/Petrobrás), que versará sobre o tema: ***“Ideologia Desenvolvimentista, Atividade Petrolífera e Práticas Sócio-Ambientais no Município de São Francisco do Conde / Bahia”***.

Por se tratar de município produtor de petróleo pioneiro na Bahia e no Brasil, se constitui em objeto de análise científica, razão pela qual venho solicitar a V.sas. a gentileza em nos fornecer alguns dados que considero relevantes para minha pesquisa, para a consolidação do trabalho científico ora proposto. Ressaltamos que esta pesquisa tem um caráter estritamente científico e o uso das informações fornecidas terão uso exclusivamente acadêmico.

Desde já, agradecemos a colaboração de V.Sas. e ao mesmo tempo, colocamo-nos a disposição para prestar esclarecimentos e apresentar os resultados deste trabalho, após a sua conclusão.

## ROTEIRO METODOLÓGICO



## Anexo E

Quadro 4 – Histórico de acidentes envolvendo derrame de petróleo e derivados na Baía de Todos os Santos.

| DATA       | LOCAL                               | PRODUTO          | QUANTIDADE         | CAUSA  |
|------------|-------------------------------------|------------------|--------------------|--|
| 06/06/1984 | Próximo a RLAN                      | Óleo combustível | Não divulgado      | Lavagem de tanque  |
| 15/06/1984 | TEMADRE / Mirim                     | Óleo combustível | 15 m <sup>3</sup>  | Falha operacional  |
| 25/01/1985 | RLAN                                | Óleo combustível | Não divulgado      | Falha no separador óleo-água   |
| 04/04/1986 | TEMADRE / Mirim                     | Óleo combustível | 1 m <sup>3</sup>   | Falha operacional  |
| 10/05/1986 | Próximo a RLAN                      | Óleo combustível | Não divulgado      | Desconhecido   |
| 19/05/1986 | Próximo a RLAN                      | Óleo combustível | Não divulgado      | Lavagem de tanque  |
| 09/06/1987 | TEMADRE / Pier 3                    | Óleo combustível | Não divulgado      | Falha operacional / vazamento de válvula                                       |
| 24/02/1988 | Madre de Deus                       | Óleo diesel      | 700 m <sup>3</sup> | Falha operacional e acidente náutico no navio Neusa                            |
| 01/01/1990 | Ilha de Maré                        | Óleo combustível | Não divulgado      | Desconhecido   |
| 16/02/1990 | São Fco. do Conde                   | Óleo combustível | Não divulgado      | Falha operacional  |
| 20/04/1990 | RLAN                                | Óleo combustível | Não divulgado      | Falha operacional / ineficiência do sistema de bombeamento                     |
| 12/07/1990 | Ilha de Itaparica                   | Óleo combustível | Não divulgado      | Acidente náutico / lavagem de tanque e porão de navio desconhecido             |
| 16/04/1992 | Fábrica de Asfalto de Madre de Deus | Óleo cru Boscan  | 48 m <sup>3</sup>  | Falha operacional durante transferência de tanques                             |
| 04/1995    | Rio Mataripe                        | Querosene        | Não divulgado      | Desconhecido   |
| 05/1995    |                                     | Óleo             | Não divulgado      | Desconhecido   |
| 12/1995    |                                     | Óleo             | Não divulgado      | Desconhecido   |
| 1996       |                                     | Flight Cycle Oil |                    |  |
| 01/1997    |                                     | Óleo             | Não divulgado      | Desconhecido   |
| 02/1997    |                                     | Óleo             | Não divulgado      | Desconhecido   |
| 16/12/1999 | RLAN                                | Óleo             | ~1000 litros       | Falha operacinal / corrosão dos trocadores de calor da unidade de craqueamento |

Fonte: Anjos, 2002, p 66.

Adaptação: Edvaldo Hilário, 2004

## Anexo F

**Quadro 5 – TRABALHO DE CAMPO: VISITAS A ÁREA DE ESTUDO – JUL. / 2003 A JUN. / 2004.**

| <b>Data</b>     | <b>Duração</b> | <b>Atividade</b>  |
|-----------------|----------------|---|
| 05 e 06/07/2003 | 02 dias        | Apresentação, Contato informal, junto a comunidades e lideranças      |
| 11/07/2003      | 01 dia         | Visita a Associação de pesca de Caípe, SFC                            |
| 19/07/2003      | 01 dia         | Aplicação de questionário piloto                                      |
| 26/07/2003      | 01 dia         | Aplicação de questionário piloto                                      |
| 01 e 02/08/2003 | 02 dias        | Acompanhamento à pesca de camarão                                     |
| 09/08/2003      | 01 dia         | Visita a Colônia de Pesca Z-5   |
| 22/08/2003      | 01 dia         | Participação de reunião dos pescadores                                |
| 30/08/2003      | 01 dia         | Entrevista – dirigente do governo local                               |
| 06/09/2003      | 01 dia         | Apresentação do projeto a Prof. Lívio Sansone, CEAO / Proj. UNESCO    |
| 09/09/2003      | 01 dia         | Entrevista – Bolsista PIBIC / CEAO (Roselene) – Proj. Lívio           |
| 20/09/2003      | 01 dia         | Aplicação de questionário – pescadores                                |
| 04 e 05/10/2003 | 02 dias        | Acompanhamento à coleta de Caranguejo e pescaria                      |
| 11/10/2003      | 01 dia         | Visita a RLAN – Diretor comunicações UN-BA                            |
| 24/10/2003      | 01 dia         | Visita a Petrobrás – Salvador UN-BA Comunicação Empresarial           |
| 08/11/2003      | 01 dia         | Visita a Biblioteca RLAN  |
| 21 e 22/11/2003 | 02 dias        | Aplicação de questionários – Dirigente Governo local                  |
| 03 a 06/12/2003 | 04 dias        | Questionário / Acompanha pescaria / Entrevista Vereador local         |
| 19/12/2003      | 01 dia         | Entrevista – presidente Federação de Pescadores Marisqueiros da Bahia |
| 13 a 16/01/2004 | 04 dias        | Acompanha pesca / Entrevista e Questionário / Mariscada.              |
| 24/01/2004      | 01 dia         | Visita a Comunidade de Acupe – Santo Amaro da Purificação             |
| 29 e 30/01/2004 | 02 dias        | Visita as Ilhas do Pati e Cajaíba e a Cidade de Madre de Deus/Temadre |
| 05 e 06/02/2004 | 02 dias        | Visita técnica da Petrobrás a Madre de Deus e São Francisco do Conde. |
| 09 a 13/03/2004 | 05 dias        | Entrevistas – pescadores  |
| 15/03/2004      | 01 dia         | Seminário do Programa Boa Pesca – Gov. Estado BA                      |
| 25/03/2004      | 01 dia         | Entrevista dirigente Bahia Pesca                                      |
| 03 e 04/04/2004 | 02 dias        | Aplicação de Questionário comunidade                                  |
| 16/04/2004      | 01 dia         | Entrevista IBAMA Salvador – Av. Lucaia                                |
| 24 e 25/04/2004 | 02 dias        | Aplicação de Questionário comunidade                                  |
| 07/05/2004      | 01 dia         | Visita a Comunidade de Acupe – Santo Amaro da Purificação             |
| 13/05/2004      | 01 dia         | Visitas de barco as áreas com destroços das plataformas da Petrobrás  |
| 26/05/2004      | 01 dia         | Entrevista secretário Câmara Vereadores                               |
| 28 e 29/05/2004 | 02 dias        | Questionário – Dirigente governo local / Secretaria Infra-estrutura   |
| 02/06/2004      | 01 dia         | Visita ao Rio Subaé, após São Bento – Escola Agrícola.                |
| 17/06/2004      | 01 dia         | Visita Colônia de Pesca.  |
| <b>TOTAL</b>    | <b>53 DIAS</b> |   |

Elaboração: Edvaldo Hilário, 2004.

**COLÔNIA DE PESCADORES Z-27**

C.N.P.J. 14.62243/0001-28

Rua Ruy Barbosa n.º 85

Acupe – Santo Amaro – Ba.

CEP. 44.218.000

Acupe, 22 de abril de 2002

**Relatório**


Desde o segundo semestre do ano de 1998, que vinha procurando o responsável pela área de **D. João Mar**, para falar sobre as torres que estavam sendo destruídas pelas corrosões de salitre, caindo sobre os mananciais sem que nenhuma providência por parte da Petrobrás fosse tomada. Depois de muita conversa com algumas pessoas da área que trabalhavam na **RLAM**, encontrei Sr. Emiliano que parou para me ouvir. No dia 10.03.1999, Sr. Emiliano telefonou para o Sr. José Roberto, a fim de tomar algumas providências sobre o caso, o qual me passou o telefone para falar com o mesmo que me garantiu mandar um técnico para conversarmos em Acupe, e me deu um determinado número de telefone para contato, o qual nunca atendeu e nem o técnico apareceu. Indignado então nunca mais liguei, pois considerei um descaso pelo problema citado.

Nesse mesmo ano participei de um Seminário em Salvador e levei ao conhecimento da **Marinha**, a mesma informou aos presentes que só fiscalizava na área responsável a ela. Não desistir; convoquei algumas Colônias de pescadores da região para tomarmos providências, pois o problema já não era mais as corrosões, pois a própria Petrobrás estava pagando para realizações de serviços desordenados, **deixando os pescadores da região aflitos, pois a mesma estava deixando destroços no mar, os quais estavam causando perdas e danos aos pescadores.** Voltando a denuncia nos Seminários no ano de 2000, que também participava e em 27/06/2001, em um debate em Saubara, felizmente o Sr. Genes foi participante e ficou estarecido do que ouviu dos presentes. Tive prazer de conhecer no III encontro de Manguezal em Maragogipe em 31.08.2001, o Sr. José Roberto, que fez uma brilhantíssima apresentação dos trabalhos que a Petrobrás estava realizando na área de D. João Mar, mas que fugia da realidade que estava sendo apresentada.

Eu João Sacramento Ribeiro, quando me foi concedida a palavra, mostrei para o Sr. Jose Roberto, Sr. Genes e ao Sr.a, Alexandra, os quais estavam representando a Petrobrás, me coloquei à disposição dos mesmos, juntamente com alguns pescadores a fim de mostrarmos a realidade.

No encerramento da palestra o Sr. José Roberto deixou o Sr. Genes para se comunicar comigo, só que o mesmo depois de alguns telefonemas entrou de férias e depois foi transferido. Voltei a me comunicar com a Refinaria que fui atendido em uma reunião com o Sr. Miguel que não pode fazer muita coisa por não ter conhecimento do processo.

Atenciosamente,



João Sacramento Ribeiro  
Presidente

## Visita Técnica da Petrobrás a Madre de Deus e São Francisco do Conde

*Sistema de Produção e Escoamento de Gás Natural / Bacia de Camamu / Bloco BCAM-40*

Esta visita, foi o resultado das reivindicações dos pescadores das Colônia de Pesca Z-5, Z-27 e Z-48, bem como do pesquisador, junto à Petrobrás S.A. UN-BA, Comunicação Empresarial.

|           |  |
|-----------|--|
| Ação:     | <b>Visita Técnica da Petrobrás</b>   |
| Roteiro:  | <b>São Francisco do Conde / Madre de Deus / São Francisco do Conde</b>   |
| Percurso: | <b>SFC / MdD (de ônibus): Colônia Z-5; BA-522 e BA-??; Porto de MdD MdD / SFC (e Barco): Ilhas, Ponta Ferrolho, Campo Dom João Mar, SFC</b>  |
| Data:     | <b>05 de Fevereiro de 2004</b>   |
| Presença: | <b>Dabilson e Neilton Neves (Petrobrás)<br/>Eric (Biologo UFBA)<br/>Edvaldo Hilário (Pesquisador_Uneb);<br/>Francisco Assis (Prof. munic. SFC)<br/>Mariano (Presd. Colônia Z-5 SFC)<br/>Baruf (Dir. Meio Ambiente PMSFC)<br/>45 Pescadores de SFC Z-5, Assoc. Pesc. Caípe, MdeDeus e Col.-Z-48</b> |

**(Petrobras)** – Vocês estão expondo a área de trabalho de vocês, para a Petrobras fazer de tudo para não passar por algumas áreas pesqueiras, é para isso que estamos aqui para saber tudo de vocês, e para não fazer a coisa de modo que venha impactar a área de trabalho de vocês, ai eu gostaria de saber o que é que vocês acham?

**(Pescador)** – O maior problema é que nós não temos certeza de nada e principalmente quem pesca de reta, porque o tubo por onde ele passar vai nos prejudicar, porque também a gente não pode pegar o projeto da Petrobras e dizer: vocês passam por aqui, desvia ali, porque de qualquer maneira Bom Jesus, São Francisco do Conde, Saubara, Acupe, Cabuçu são áreas de pesca, tanto eles vem pescar aqui como nós vamos para lá. Nós vamos nos prejudicar de qualquer forma ou na nossa área ou na área do povo de Acupe, Saubara etc. A situação deles é igual a da gente as palavras de Veinho foram bem colocadas e fica a discussão sobre a extensão de lá de Boi Peba para cá, tem uma parte que vai ficar 500 metros de cada lado porque vai ser direto de Salinas para cá ou é do Ferrolho, ou se é direto a extensão de 500 metros sem poder pescar.

**(Petrobras)** – É no período provavelmente da construção depois o pescador pode pescar por cima alguma coisa assim. Depois dele ser construído tem uma parte que vai ficar submersa ficará em uma profundidade de mais de 10 metros, então acredito que não sou eu a pessoa mais indicada para dizer isso acho que não irá impactar até aqui. Ela vai passar aqui por Salinas vai beirando, na saída de Salinas ela vem enterrada e vai sair lá na frente vem até aqui assim, pega a parte de Madre de Deus por ali por de traz para entrar no Ferrolho, aqui ela já vai estar no raso na profundidade natural.

**(Pescador)** – De Salinas para cá existe inúmeras coroas, essa linha vem de lá para cá vem numa profundidade contra a lama, vamos supor que ela quando chega em cima da coroa ela suba, mesmo que eles botem aquela proteção de cimento ela vai subir, como a gente pesca mais em beira de coroa, ela subindo em cima daquela coroa ali, quando ela sentar já está com mais de 200 metros

**(Petrobras)** – Nesse caso aqui, a nossa equipe de engenharia fez o projeto para que ela passasse o caminho todo sempre no eixo marinho mesmo com coroa, o estudo foi feito de forma que não passasse por cima de pedras, coroas sempre por cima do solo, da lama até o destino final para que ela fique o tempo todo sobre o leito marinho, para ela não ficar imersa, exposta, e com o próprio tempo depois da construção ela pode até ser encoberta com o assoreamento.

**(Pesquisador)** – Mas vai ser feita a manutenção de limpeza para retirar, porque esses tubodutos vão ficar encoberto por causa do assoreamento, como é que vai ser feita essa manutenção?

## Anexo H

**(Petrobras)** – A manutenção ela é periódica e é monitorada por GPS certo? então independente dele ter material por ali esse equipamento consegue fazer um raio X de toda a situação que está lá embaixo.

**(Pescador)** – E essa linha vai ter algum anel de sustentação segurando ela em determinado ponto? vai ser a linha pura e o concreto?

**(Petrobras)** - Não, a linha é revestida com o concreto.

**(Pescador)**- E no caso dessa linha que vai ficar exposta vocês vão sinalizar?

**(Petrobras)** - A gente pode fazer isso.

**(Pescador)** – Pode não, é preciso sinalizar porque como é que a gente vai saber se estamos próximo dessa linha ?

**(Petrobras)** – Nós estamos ouvindo vocês, todas essas discussões, nós estamos observando, e o que a gente não conseguir responder nós vamos levar para eles lá, e esse bate papo aqui depois que a gente colocar no papel nós vamos enviar para vocês, para vocês observarem se realmente está de acordo com o que vocês levantaram aqui, e tudo isso aqui vai ser discutido a fim de acharmos a solução do problema.

**(Pescador)** – Vocês fizeram estudo de impacto, eu gostaria de saber qual é a produção de pescado aqui dessa área no projeto de vocês?

**(Petrobras)** – Isso foi analisado mas eu não tenho conhecimento até porque minha missão aqui é só conhecer as áreas onde vocês pescam, mas essa informação tem no projeto.

**(Pescador)** – É porque o projeto já está feito e vai ser implantado de qualquer jeito, mas a discussão aqui é o menos impactante não é ?

**(Petrobras)** – Exatamente.

**(Pescador)** – Agora a discussão é sobre o mais impactante e o menos impactante, então cabe agora aos pescadores uma definição e cobrar mais da Petrobras para que fosse feito um trabalho que não impactasse tanto, e para que a gente possa fazer o nosso trabalho também com o menor impacto possível. Por exemplo: se a obra começar hoje daqui há um ano as condições do local voltam às que estavam antes? Acredito que não, então tem que ter essa previsão, enquanto tempo a área pesqueira vai se recompor do impacto que sofreu, eu acho que é isso que temos que ter em mente, hoje a gente pesca uma quantidade de peixe e com 2 anos qual a quantidade de peixe que vamos tirar? Resumindo, alimentando a proposta de Veinho, teve um impacto que aconteceu ali na Baixa Fria onde a gente tomou o curso sobre o mangue, algumas covas ou buracos de plantio que a gente fazia hoje está lá embaixo não estamos plantando mas, foi vazamento de anos atrás e que hoje a gente está sentindo, e estamos de mãos atadas, agora recente teve um vazamento de óleo aí a gente não sabe de onde veio mas restou o impacto para a gente!!!

**(Pescador)** – Tonho quando a gente pega um peixe para ele morrer na rede a gente pega um pau ou um cacete para bater nele não é ? Com aquela tubulação debaixo d'água ela tem uma zoada, o peixe vem por debaixo d'água sai de lá da Ponta do Ferrolho para Salinas, aquela zoada constante bumbubum o peixe volta. Esse impacto da zoada, a sonorização, o peixe corre porque é uma zoada irritante muda até de canal, o peixe quando a gente pisa aqui com 100 metros ele já ouviu lá imagine com essa zoada?Depois disso tem a temperatura daquilo debaixo d'água.

**(Petrobras)** - Deixe eu só fazer uma colocação, eu vim aqui para conversar com vocês e ver exatamente os pontos críticos, quais são os pesqueiros que vocês usam, que vocês trabalham, porque nós temos um projeto e o engenheiro que está lá precisa saber e analisar o que é mais econômico para empresa. O interesse nosso é saber onde vocês atuam com mais frequência e porquê, evitarmos de passar o duto por esses locais, para a gente procurar fazer curvas com o duto para não impactar tanto, e queremos fazer isso de uma forma que tanto o homem como o meio ambiente sejam beneficiados. Nós não estamos aqui para prejudicar vocês, a gente não está pensando só na empresa ou só no pescador, mas também no meio ambiente, nos peixes, nos caranguejos porque havendo um desequilíbrio todo mundo sofre.

O problema da área de Maragojipe que a Petrobras está trabalhando com reflorestamento de mangues é porque é do mangue que se tira o sustento, e o mangue que é o pulmão do mar vamos dizer assim .

**(Pescador)** – Aqui nós temos a Ponta do Ferrolho essa linha vem de lá de Salinas para entrar no Ferrolho que é nosso ponto de referência para pesca, eu quero saber como é que vai desviar essa linha , se ela entrar por Madre de Deus vai prejudicar a Ilha do Patinho, aqui prejudica

## Anexo H

São Francisco do Conde, o que a Petrobras vai fazer para o povo dali daquela ilha não passar fome, a Petrobras vai dar o sustento para o pescador?

**(Petrobras)** – Você já fez essas colocações em outras reuniões?

**(Pescador)** – Fiz sim.

**(Petrobras)** – Então o que eu tenho a lhe dizer é o seguinte: se nós estamos aqui já é uma preocupação da Petrobras, porque essa colocação se você fez anteriormente, hoje nós estamos aqui para acharmos um denominador comum como você falou na ponte lembra? Nós temos que ser objetivos nesse momento de repente a Petrobras pode fazer um trabalho de modificar essa linha de uma forma mais convincente, a Ford quando veio para a Bahia até o asfalto mudou para um especial, exatamente para não prejudicar o meio ambiente e outras empresas também fazem trabalhos nesse sentido para não prejudicar o meio ambiente, e aqui nós temos um fator que agrava mais que é a vida de vocês, estamos preocupados com a fonte de renda de vocês.

**(Petrobras)** - Só para reforçar, nós estamos aqui para verificar os locais onde possa ocorrer um impacto maior, e para discutir sobre esses pontos junto com vocês, aqui são os mais difíceis, aqui é complicado, aqui é marisco, aqui é peixe, aqui é mangue, para da próxima vez que viermos, nós já sabemos os locais. Existe empresas hoje, não vou falar o nome aqui, que esculhambam jogam dejetos, liquido pesado e ninguém diz nada, e olhe que existe vários órgãos para controlar isso junto ao CRA, mas antigamente não existia órgão nenhum que controlasse essa fiscalização, e a própria prefeitura deveria ter órgão também para fiscalizar .

**(Pescador)** - Agora, o que a gente quer discutir, e saber é: o que é que vai ser feito com o pescado, existe algum projeto de compensação financeira, isto está de acordo com a formação que o pescador tem?

**(Petrobras)** - Existe vários projetos, ações sócio-ambientais, projeto de educação social, educação ambiental, não é só escrever no papel treinamento para os pescadores.

**(Pescador)** - Existe algum projeto de capacitação, instrumentalização o que a gente sente da comunidade é o medo do não comprimento das coisas que vocês estão dizendo.

**(Petrobras)** - Agora eu pergunto á vocês: a Petrobras já deixou de atender algum desses cumprimentos? quantas outras tem ai prejudicando e ninguém fala nada, se bem que não vem ao caso agora.

**(Pescador)** - Qual a garantia escrita, pautada que vamos ter?

**(Petrobras)** - Metais pesados estão sendo jogados aí e vocês não reclamam, vocês sabem? vai ver a comunidade nem sabe. Pois é, mas os órgãos competentes da prefeitura e do próprio governo do estado sabem. E porque vocês não reclamam? E as associações dos pescadores, marisqueiros e as colônias? Eu vou repetir, a Petrobras já veio até vocês, já veio até aqui e quantas vezes virá, agora me diga qual a outra empresa que quis implantar qualquer projeto e já veio aqui para fazer isso com vocês?

**(Pescador)** – Concordo, concordo.

**(Petrobras)** – Quantas empresas existem aqui no Recôncavo, e que jogam dejetos aqui dentro? vocês sabem quantas subsidiarias a Petrobras tem? FAFEM no Pólo Petroquímico e Transpetro

**(Pescador)** - Eles vão dizer aonde pescam tudo bem, ao saber aonde se pesca, vocês vão fazer esse desvio provavelmente se não for desviar muito daquilo que vocês querem. Sendo implantada qual a garantia depois de 10, 15 anos de retorno ? é isso que eles estão querendo saber.

**(Petrobras)** – Meu amigo isso aqui não é marketing, isso aqui é um documento, e se for assinado pela comunidade tudo estará acordado. Quando a instituição vier assinar o convênio com vocês da implantação, as coisas estarão acordadas, todas uma por uma, até esses pontos que vocês indicaram para a gente, tal lugar assim, tal pesqueiro, terá as coordenadas indicando por onde passa o duto. Vou dizer mais uma vez, não queremos prejudicá-los, queremos entrar em acordo.

**(Pescador)** – Os pescadores falaram tanto aqui, mas não falaram de duas coisas fundamentais, dois pontos fundamentais: por onde a linha vai passar o impacto ambiental vai ser grande meu irmão sabe porque? porque nós estamos num trajeto de desova de peixe, todos os peixes vão desovar e o trajeto deles é aqui, quando for feita a implantação não vamos ter desova de peixe aqui, e isso nós sabemos, é por isso que nós temos que tocar forte nesse assunto, como não vai ter desova de peixe nós não vamos ter condições de pescar. E outra coisa, precisamos ficar atentos, porque se toda a minha área, como a Petrobras disse que vai passar o duto, na minha

opinião não vamos ter nenhum convênio, nem assinatura de documento com prefeitura, porque a prefeitura de São Francisco do Conde nunca ajudou pescador nenhum, e nem participa de nada e nem opina nada, não ajuda o pescador em nada, nem um grito em prol do pescador.

Se a Petrobras respeita o pescador, se a Petrobras ouvir a colônia, ouvir a federação e ajudar o pescador, nós estamos juntos aqui para poder desenvolver tudo que for em prol da Petrobras, e em prol da defesa do pescador. Se hoje a gente chega em um mangue, eu levo qualquer representante da Petrobras lá, e cava um buraco para plantar no mangue, você ver logo a nata de óleo subir, quem foi que derramou, quem jogou aquele óleo ali ? como estamos falando em petróleo, o petróleo veio da Petrobras então nós temos que cobrar da Petrobras entendeu? Então vamos ficar atentos a isso, é por isso que todo dia na colônia de eu coloco carro de som de manhã cedo chamando vocês, agora se a gente ficar nesse vai e vem todo dia eu tenho reunião com a Petrobras e a Petrobras pede: faça o seu projeto Mariano junto com os pescadores, ouça eles faça o seu projeto e me traga, porque eu quero saber o que vocês querem, agora vamos trabalhar direcionado a Petrobras porque com a prefeitura nós vamos ficar todo o tempo chupando prego como nós estamos aí, 634 poços de petróleo foram implantados na área de João Mar nesse tempo eu nem sonhava ser presidente de colônia, eu era simplesmente um pescador, desde os anos 50 a Petrobras vem degradando nossa área de pesca, o que foi que nós tivemos até hoje? Nada, entendeu? um monte de pescador com 5,6,8 filhos passando fome, tanto o pescador de Acupe, Saubara, de São Bráz, em tudo quanto é canto e o que foi que a Petrobras fez? colocou uma balsa, um mergulhador, cinco funcionários para tirar milhares de toneladas de ferro que tem ali, tem um ano trabalhando e ainda não tirou 1% do que tem debaixo d`água, isso aí vai ficar como? A Petrobras tem que saber que o pescador existe, que o pescador é o maior produtor de alimento do mundo, é isso que ela tem que saber entendeu? quem tem que brigar agora são vocês pescadores, está na hora de vocês tomarem alguma decisão, porque eu já briguei muito em reunião, quem tem que brigar agora são vocês, e eu estou aqui para apoiar. Quando a Petrobras sentasse com a prefeitura nós pescadores deveríamos estar presentes defendendo a nossa cidade, defendendo os nossos direitos só isso que eu tenho a dizer. Eu fico admirado que quando a gente marca uma reunião na colônia junto com os pescadores, não aparece um representante da prefeitura, cadê o secretário do meio ambiente? hoje em São Francisco do Conde quem representa a cidade somos nós pescadores, porque quando falam que vai ter reunião em tal lugar nós estamos, tem uma reunião com a Petrobras nós vamos.

**(Pescador)** - Para você ter idéia eu tomei uma “ pegada” onde acabou com minha rede, o presidente foi na minha casa viu minha situação foi até a Petrobras tomou os meus dados, tomou o meu material eu a Petrobras e pela segunda vez me deu minha rede está lá, sem eu ter condições de armar para pescar, então são grandes impactos que causam e com uma grande frequência financeira na vida do pescador. Tenho dois filhos, ajudo a minha mãe e minha situação? então aqui mais uma vez o que estamos discutindo é a situação do pescador. Teve uma audiência lá na refinaria ai Lindinalva perguntou: cadê o representante de São Francisco do Conde e das cidades vizinhas? uma vergonha, tinha de Madre de Deus, de Camaçari ... na verdade eu estava lá representando minha classe pesqueira, e os marisqueiros não estão representando a prefeitura, acho que eles pensam que eu sou secretário deles, às vezes eu acho que a gente tem que ter mais respeito pela Petrobras do que pelo próprio município, contanto que respeitem os nossos direitos, qualquer evento que tenha da Petrobras nós estamos juntos. Teve um evento lá em Saubara onde participaram SESAP, Bahia Pesca, Banco do Nordeste, Federação de Colônias dos Pescadores, Petrobras, IBAMA, CRA, a gente só foi lá por causa do nosso presidente e da colônia de lá que alugaram a kombi para a gente ir, a prefeitura ficou de mandar um ônibus não sei qual foi o motivo não mandou. A situação da gente é essa nós temos medo da Petrobras, porque quando a Petrobras se junta com a prefeitura os pescadores que levam a pior, a prefeitura é de seu Camilo, Raimundo Teixeira e outros mais, passou a mão nesse dinheiro, porque seu Raimundo Teixeira trabalha lá dentro da Petrobras, quando deram 60, 80 cestas básicas, vamos passar para os pescadores, agora pergunte se os pescadores receberam!!! Os próprios funcionários da prefeitura que ficaram com as cestas básicas. Então nós somos vítimas, nós temos medo dessas coisas, mas o que eu quero saber dele aqui, é a questão da linha que vai passar embaixo tudo bem? agora a gente sabe que a nossa comunidade é grande, e vai ser um impacto como ele falou aqui, como vocês disseram que o tubo

vai ser coberto, como vocês garantem para a gente que o tubo vai ser coberto, como é que a gente pode saber disso? como é que vocês garantem a gente?

**(Petrobras)** – Em uma dessas inspeções a gente pode convidar vocês para fazer avaliação, nós temos um aparelho que faz a filmagem de tudo que está acontecendo lá embaixo.

**(Pescador)** – Eu sou um pescador muito velho, eu conheço isso aqui tudo, agora de Salinas para a Ponta do Ferrolho eu acho que deveria ter um desvio era melhor, porque existe bem pouca coroa e é muito funda, mesmo que seja na lama ela vai ser enterrada, é melhor passar direto contato que não passe na coroa.

**(Petrobras)** - Você veio da época da ditadura, veio de um ambiente completamente diferente do de hoje, hoje a Petrobras vai até a comunidade para conversar, para se chegar a um denominador comum, quando eu falei se outras empresas fazem isso, raras muito raras e quando vai é porque o CRA está em cima, o IBAMA está em cima forçando. Nós viemos aqui naturalmente porque não queremos prejudicá-los, nem queremos nos prejudicar, eu acho que a melhor coisa é discutir, ter um projeto Petrobras /colônia e pescador em benefício das culturas do pescador que são diferenciadas, o modo de pescar e sobrevivência é diferenciado, e este projeto no meu ver para o pescador deve ser válido .

**(Pescador)** – Mas eu acho que como pescador e pela minha classe a Petrobras deveria chegar e perguntar o que a gente tem para oferecer, nós pescadores, as colônias sentar e conversar com a gente, ou vamos formalizar um projeto em benefício de vocês, porque o que a gente acredita é que esse dinheiro não vem, vai cair na prefeitura é uma lei que vocês não podem impedir, mas o que a gente quer é justamente isso o fortalecimento das colônias e dos pescadores junto a Petrobras, e como a linha vai passar, vamos sofrer o impacto, e vai ter impacto está comprovadamente isso, agora nós queremos o que dentro do projeto? O benefício das nossas famílias, as condições não só em áreas pesqueiras como as condições da gente, porque nós somos um povo sofrido, eu acredito que a Petrobras não tenha nada que impeça dela ter uma proximidade com a gente.

**(Petrobras)** - Alguns minutos que eu estou conversando com vocês, ouvindo, realmente precisa dessa proximidade até nas negociações de projetos diretamente ao pescador, e isso eu passarei para o gerente de comunicação Paulo Neto.

**(Pescador)** – Que benefício vocês vão dar para os filhos de pescadores? Se a Petrobras falar assim: a Petrobras vai dar preferência desses 1500 trabalhadores 30% são filhos de pescadores, mas sabe o que é que acontece? Depois vai para a mão da chefia da prefeitura e eles colocam pessoas conhecidas que nem são daqui, agora meu filho que é filho de pescador eles não botam, é disso que a gente tem medo. Nós queremos um projeto sólido para a gente sustentar nossa família agora e sempre.

**(Petrobras)** – Quanto aos projetos sociais, a Petrobras tem o projeto Programa Criança que vai dar assistência às crianças da comunidade com estudo, cultura, tem o projeto Petro-Ostra que está tratando aqui na Ilha das Fontes, o Eric que é biólogo da UFBA e está com um projeto que nós estamos tentando comprar até para responder essa pergunta da comunidade, o que a Petrobras vai fazer eu gostaria que Eric falasse sobre o projeto dele e depois dos projetos da ONG que você participa.

**(Eric – Biólogo)** – Eu gostaria de me apresentar, meu nome é Eric eu faço parte da equipe da Universidade Federal da Bahia e também faço alguns trabalhos com a ONG que é a ABAC que está desenvolvendo o cultivo de ostras aqui na Ilha das Fontes aqui em frente, e nós temos um projeto que pode ser aplicado perfeitamente aqui nessa região de São Francisco do Conde e toda essa parte norte da Baía de Todos os Santos, que é o cultivo de algas marinhas e no Brasil isso é uma realidade apenas nas regiões do Rio Grande do Norte e Ceará, aqui no baixo sul na região de Barra do Carvalho, já tem alguns projetos em andamento para a gente aplicar o cultivo de algas marinhas. O sargaço que vem na rede junto com o pescado que para a gente não tem valor nenhum, se for cultivada, plantada, tem toda a técnica e é uma coisa super simples, a gente pode olhar e pensar que é um absurdo mas é uma coisa super simples, e que isso pode ser passado para os pescadores com o objetivo de ter uma outra fonte, alternativa de renda além da pesca, porque nem todo dia vocês vão poder pescar, e nem todo dia dar peixe, mas se você tiver uma renda alternativa de cultivo seja de ostras, seja de algas é mais dinheiro para a sua família, seu filho podendo trabalhar, a comunidade também. Agora, a vantagem maior em usar a alga é que o custo é baixo e você não precisa de ração, o problema do peixe é que você tem que gastar com ração, a

ração ultimamente é cotada em dólar que tem subido, a ração do camarão também é altíssima, e a alga você não precisa de nada, apenas do sol e da água. Sururu e ostra também são cultivos que vocês podem estar implantando, o sururu ele cresce muito mais rápido que a própria ostra, e é uma coisa interessante também para estar se aplicando nessa região.

Como vocês estão questionando o impacto do gasoduto e se a Petrobras pode de alguma maneira compensar isso, a gente sabe que independente do projeto da Petrobras a gente sabe que a questão do pescado é um problema hoje, a Baía de Todos os Santos tem reduzido muito a quantidade de pescado a cada ano.

**(Pescador)** - Olha companheiro quem come o peixe da Baía de Todos os Santos não é os baianos, são os pescadores que vem de fora, que pega lagosta vai lá fora vende caro ainda traz para a gente comprar, quer dizer os barões daqui que a gente não tem condições de comprar lagosta, a própria lagosta é muito cara. A Baía de Todos os Santos é um mar grande, nós estamos num berçário muito rico, porém os pescadores de São Francisco do Conde não tem condições nem oportunidade de ter motor e embarcações para pescar, é isso que a gente deseja discutir, concordo com o seu projeto é um projeto criativo, produtivo, é rico e nós merecemos um projeto desse, agora para você ver todas as reuniões que eu participei, que eu tive o prazer de ser convidado, eu não vi ninguém da prefeitura ou alguma pessoa falar sobre os pescadores, quem fala e defende o pescador é Mariano, é Zequinha, é Veinho é eu aqui, e os demais colegas. Portanto, é preciso que a gente sente, converse porque é a nossa maneira de sobrevivência, é a garantia da minha família, da família do pescador. A gente precisa também trabalhar e se desenvolver, nós não estamos criticando a Petrobras, é porque aqui em São Francisco do Conde é diferente a gente nunca foi atingido por esse projeto no bom sentido, os projetos não chegam até nós e se chega, chega de uma forma deturpada porque para o pescador está difícil, tem um ditado que diz: santo quando ver esmola demais desconfia, no momento em que a Petrobras procura a gente para interagir junto ao projeto a gente fica até assustado. Nós temos a Petrobras como uma amiga, parceira a gente quer deixar bem claro que a única sobrevivência que a gente tem é a condição de pescar, é ter nossos barcos, manter nossa família, alguns projetos a gente já entende já ver. Agora esse projeto de criatório de ostras não sei se vai dar certo porque se eu levar você dentro do mangue, eu sei que você vai mudar a sua mentalidade porque o que tem de ostra morta dentro do mangue não está no gíbi, agora nós precisamos antes de ter esse criatório, antes do projeto fazer a análise de contaminação da água para ver o que é que está acabando com tanto caranguejo que estão morrendo, tanta ostra, tanto sururu porque não adianta você montar um projeto agora e depois vem a água contaminada e mata tudo e aí o nosso trabalho? Agora eu pergunta a Petrobras, CRA, e ao IBAMA o que aconteceu, qual foi a análise que já fez dessa água? O que é que vocês têm a dizer para o pescador, porque o marisco está acabando no mar, e que muitos pescadores já estão passando fome, nem um de vocês tem opinião, porque não informam?

Hoje a contaminação está no mangue, essa água aqui não cria peixe não, aonde o peixe se cria é no mangue, aonde o peixe desova é no mangue. Eu fiz um trabalho com a Universidade de Recife junto com os professores e eu tenho o trabalho todo, como o sururu se desenvolve, como se cria, como ele chega ao ponto de consumo, é preciso que vocês conheçam, vejam como é, para a gente ter um bom berçário a gente tem que preservar, porque a Petrobras joga petróleo aqui em Mataripe a gente bem sabe, aí a gente procura a Petrobras eles falam que vão fazer, acontecer, resolver e não fazem nada. Agora, vai uma multidão para a porta da Petrobras, a Petrobras dá R\$ 200,00, dá R\$ 300,00 e fica por isso mesmo, e a família do pescador como é que continua sendo assistida? Continua sendo desassistida por todo mundo, Petrobras, prefeitura por todos eles. O que nós queremos da Petrobras? Queremos fazer um convênio, um projeto que venha dar sustentabilidade para a família do pescador, para o pescador não está passando pelo que está passando hoje, agora esse negócio de conversa para lá conversa para cá já estamos cansados disso. Estamos aqui para conversar, para decidir, a decisão do pescador é essa: a gente quer sustentabilidade durante o projeto que não são 20 dias são 20 anos, e vai durar mais de 20 anos, é essa a resposta que nós queremos.

**(Eric –Biólogo)** – A grande vantagem das algas é que em contato com metal pesado, ou contaminação de esgoto não faz diferença, porque você não utiliza ela para alimentação, da alga é extraído um gel, então a mesma pode estar contaminada, não é que nem camarão, o sururu e o peixe, e como é que fica a questão do mercado? forma-se tipo uma cooperativa dos produtores e essa

produção é escoada mensalmente, são cerca de 4 toneladas mensais de algas secas, frescas são cerca de 20 toneladas, e cada estrutura de cultivo pode abrigar cerca de 20 pescadores e isso vai gerar entorno de um salário mínimo para cada um, todo mês.

**(Pescador)** -Esse projeto está muito bonito, mas eu queria ver o projeto do pescador em embarcações, materiais que tem que ter, família do pescador, porque ele quer trabalhar.

**(Eric-Biólogo)** – A idéia é fazer com que o pescador não fique limitado só a pesca.

**(Pescador)** – Eu acho que a colônia tem que ser respeitada e tem que ser comunicada também, às vezes eu não chego até o presidente da colônia, porque o objetivo é chegar até o presidente da colônia, mas hoje tem um órgão que se chama SEAGRE que eu não sei se tem algum interesse ou algum partidário, ou alguma coisa com a marinha. Porque de ante mão a colônia é colônia, e o SEAGRE é um órgão da prefeitura, é por isso que há um desencontro, é isso que dificulta para nós, mas isso a gente tem mostrado para eles, a gente sabe que as colônias são desassistidas por eles, agora tem que parar com isso.

Eu estou aqui para defender minha classe a do pescador, e defender a colônia. A colônia hoje tem uma máquina de catar milho para bater documentos, porque que a SEAGRE ou a secretária de pesca, agricultura e meio ambiente não pode ceder um computador para a colônia se você for ver como é que a colônia está, eu não estou desfazendo não, e a grade quebrada com cerca de arame farpado. Tem outras localidades como a de Saubara que eu gostei de ver toda organizada, então é isso que a gente quer, queremos crescer independente e a hora é essa!!!

**(Pescador)** – Eu queria saber se vocês vão limpar essa área aqui, porque nós estamos crescendo, eu mesmo estou pedindo á Deus que eu consiga uma embarcação de 9,5 metros com dois motores potentes porque mar aberto tem peixe largo e lá da condições, não só lá como aqui, e a tendência é essa, eu sou conterrâneo de Maragogipe, nós temos uma área onde o companheiro perdeu 1.500 metros de rede ele estava lá se queixando, então nessa situação nós terminamos a reunião com a Petrobras, e é muito importante isso que eu estou colocando aqui porque é agora o momento da Petrobras vir até o povo porque só assim o pescador vem falar com vocês e não comigo.

**(Pescador)** – Bom, quanto a esse programa, a informação que me foi passada é que a Petrobras já está comprometida em passar o pente fino, é essa a contribuição da Petrobras.

**(Pescador)**- Eu acho difícil limpar tudo daqui que chegue lá em Bom Jesus vai levar uns 10 anos e não limpa tudo sabe porque? Lá em cima as bases são de dois comandos vai ser difícil, é um processo muito lento.

**Final da fita sem condições de ouvir devido à ventania e chuva no final da viagem na Baía de Todos os Santos.**



Foto: PMSFC, 2000.

Figura 01 – Ruínas da Escola Agrícola , ao fundo o Rio Subaé

## Anexo I



Foto: Autor desconhecido

Figura 02 – São Francisco do Conde, ao fundo o antigo mercado municipal, 1973



Foto: Jose Carlos, 2002

Figura 03 – Visão aérea do centro da Cidade de São Francisco do Conde



Foto: José Carlos, 2002

Figura 04 – Visão aérea da Ilha de Cajaíba, em primeiro plano, o Solar



Foto: Colônia Z-5

Figura 05 – Canoeiros sanfranciscanos.

Anexo I



Fotos: Walter Motta, Petrobrás  
Figuras 6 e 7 – Pescadores em ação



Paço Produtor Submarino no Campo de Dom João Mar

Foto: Acervo da Petrobrás, s.d.

Figura 8 – Presença marcante das estruturas de produção da Petrobrás, no CDJM.



Foto: Acervo da Petrobrás, 1973.

Figura 9 – Linhas de transmissão de óleo e gás do CDJM.



Foto: Edvaldo Hilário, 2004  
Figura 10 – Grupo de pescadores recuperando redes.



Foto: Mariano Santos, 2003

Figura 11 – Pescador sob estrutura de poço petrolífero desativado – ferragens perigos.



Foto: Acervo da Petrobrás, 2003

Figura 12 – Depósito de material retirado do fundo da baía – CDJM.



Foto: Arquivo da Petrobrás, 2003

Figura 13 – Produção de mudas: A recuperação dos manguezais: um dos projetos da Petrobrás.



Foto: Edvaldo Hilário, 2004

Figura 14 – Grupo de pescadores que acompanharam a visita de técnicos da Petrobrás.

# Pescador teme poço da Petrobras

Categoria receia que o projeto prejudique a atividade e exige estudo de impacto ambiental antes da instalação do gasoduto

LETÍCIA BELÉM

SÃO FRANCISCO DO CONDE (DA SUCCURSAL METROPOLITANA) – Os pescadores da região de São Francisco do Conde, a 65 km de Salvador, estão resistindo à instalação de um novo projeto de exploração de gás natural, a 10 km do litoral do município de Cairu e Ilha de Tinharé, que irá escoar a produção por meio de um gasoduto de 117 km até uma unidade de processamento em São Francisco do Conde.

Sentindo-se prejudicados, no passado, pelas atividades da Petrobras na região, sem terem sido indenizados, os pescadores agora exigem um representante do Ministério da Pesca nas audiências públicas de apresentação do estudo de impacto ambiental do Projeto Manati, além de uma ajuda preventiva. "Quem garante que esse novo projeto não irá prejudicar a nossa pesca e mariscagem se tudo o que a Petrobras faz prejudica a gente? Nunca fomos ressarcidos dos prejuízos e tem gente passando necessidade até hoje", diz o pescador Antônio Santana Araújo. Ele reclama da escassez de frutos do mar causada pelo derramamento de óleo, em 1997, em Caípe, destruindo um hectare de mangue, e dos entulhos e sucatas que ficaram no fundo do mar devido à demolição e abandono de poços de petróleo que a empresa perfurou no Campo de Dom João Mar, na Baía de Todos os Santos, desde 1954.

Há varas de bambu no mar que "identificam os locais onde a gente não pode pescar por causa dos pegadores. Se jogar a rede aí, rasga vários metros e perde tudo, corda de chumbo, de cortiça etc. Quando a rede rasga, ficamos mais de um mês sem pescar", explica o pescador Everaldo de Carvalho, apontando o local conhecido como Enseada da Vila, em frente à Ilha de Cajaíba, que é recheado de pegadores marcados pela própria Petrobras.

ENTULHOS – Segundo o gerente de comunicação da empresa, Paulo Neto, a GDK Engenharia foi contratada para retirar os destroços das antigas estruturas de ferro do mar, diariamente, mas é um processo demorado, porque os mergulhadores precisam primeiro identificar onde ficaram os tubos e linhas que rasgam as redes. Este passivo do fundo do mar está bem na beira da costa, onde os 1.447 pescadores profissionais cadastrados na Colônia e Associação Comunitária São Bento das Lajes pescam com canoa.

Dos 189 poços que a Petrobras perfurou no Campo de Dom João desde 1954, 121 foram demolidos e abandonados, gerando 18 mil toneladas de sucata ferrosa e 4.500 m<sup>3</sup> de entulho. Em 2001, 47 poços foram reativados. "A Petrobras tem uma dívida muito grande com os pescadores. Já tivemos prejuízos e não fomos indenizados, mas agora sabemos que ire-



Pescadores apontam muitas deficiências no projeto original

mos perder muito mais, já que não poderemos pescar onde vai passar o gasoduto do Manati. Queremos garantias da Petrobras e da prefeitura de que não vão tirar o nosso sustento. Ela pode ocupar o espaço marítimo desse jeito? E nós?", questiona o pescador e mergulhador Cláudio dos Santos Braga.

Para pescar em alto-mar, eles precisam de embarcações maiores, com motor, isopor e gelo. Em época de chuvas, com o mar revoltado, eles ficam parados. A Petrobras está promovendo audiências públicas para ouvir a comunidade e a Secretaria Muni-

pal do Meio Ambiente, em São Francisco do Conde.

A Petrobras pretende instalar uma plataforma fixa de produção desabitada a 10 km do litoral do município de Cairu e Ilha de Tinharé e a 65 km de Salvador, a uma profundidade entre 35 e 50 metros, na Baía de Camamu, na Costa do Dendê. Serão perfurados sete poços produtores de gás natural que será escoado por um gasoduto de 117 km até uma unidade de tratamento no município de São Francisco do Conde, onde receberá tratamento para entrega ao mercado.

# Pobreza e novos royalties convivem na Bahia

Nº: 42761  
 Jornal: O Globo  
 Data: 28/09/2000

Dinheiro do petróleo cresce 55% em 4 municípios, mas faltam hospitais. TCU não fiscaliza desde 97

Cândida Silva

• MADRE DE DEUS, BA. A Bahia é o terceiro estado em arrecadação de royalties da Petrobras, ficando atrás apenas do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Norte. Apesar dos cofres recheados de dinheiro do petróleo, os municípios de São Francisco do Conde, Madre de Deus, Pojuca e Candeias — os maiores beneficiados no estado com os royalties e que deveriam estar melhorando a qualidade de vida dos moradores — apresentam progressos a passos de tartaruga. Neste ano, a arrecadação dessas quatro cidades do Recôncavo Baiano — que desde 1997 não sofreram fiscalização do Tribunal de Contas da

União (TCU) — deverá ser de R\$ 15,1 milhões, segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP). Ou seja, 55% a mais que no ano passado.

Em São Francisco do Conde, cidade sede da primeira refinaria brasileira, a Landulpho Alves, os seus 24 mil habitantes não contam com nenhum hospital e, agência bancária, e tem apenas uma escola de nível médio. Além disso, a maioria das ruas não tem saneamento básico, e o asfalto só chegou nas vias principais. O prefeito, Osmar Ramos (PMDB), quer ser reeleito. “Quatro anos é pouco para se fazer tudo que São Francisco precisa”, declarou. O município recebeu em 99 R\$ 2,4 milhões e este ano vai abocanhar

R\$ 3,5 milhões.

Em Madre de Deus também não há um hospital e faltam ruas asfaltadas e saneamento básico. Os moradores da Vila Dois Amigos, que construíram barracos em cima de um mangue, convivem com esgoto a céu aberto. “Nos dias quentes ninguém fica em casa com o mau cheiro e meus filhos têm problemas respiratórios e vermes”, diz a moradora da vila Norlândia Nascimento. Este ano, a Prefeitura de Madre de Deus deve receber R\$ 4 milhões de royalties, contra R\$ 2,7 milhões em 99. Já Pojuca arrecadará R\$ 3,9 milhões, contra R\$ 2,4 milhões em 99. E em Candeias, serão R\$ 3,6 milhões, acima dos R\$ 2,2 milhões de 99. ■

Figura 16 – Destino dos royalties e a população local.

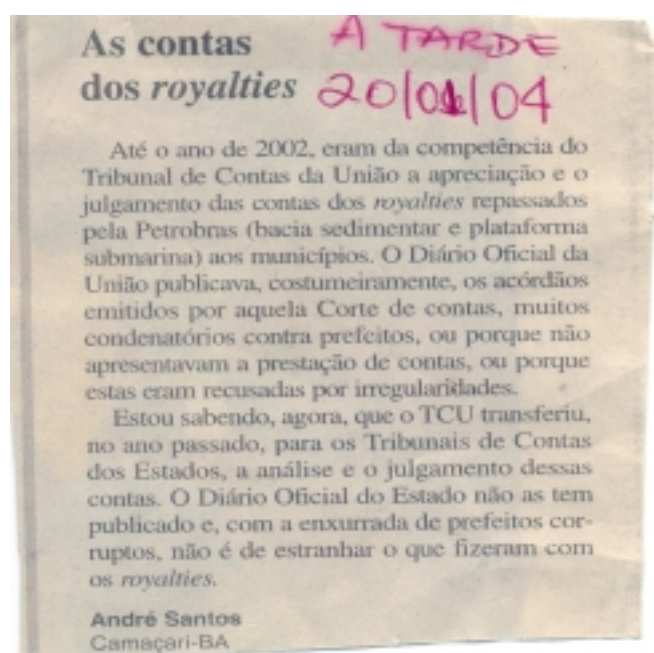


Figura 17 – Royalties e prestação de contas

# Royalties geram muitos votos e não reduzem a miséria

**CONTRADIÇÃO**  
Série de matérias mostra que a grana do petróleo corre em duto invisível

MARCONI DE SOUZA

A Bahia produz 50 mil barris de óleo por dia, além de cinco milhões de metros cúbicos de gás. Essa produção fez com que a Petrobras pagasse em royalties, no ano de 2001, mais de R\$ 30 milhões aos principais municípios baianos. Em razão da circulação de mercadorias gerada pelo petróleo — ou a produção de derivados —, o governo do Estado repassou cerca de R\$ 270 milhões a esses municípios. Levando-se em conta, ainda, as receitas próprias e as verbas do governo federal, as cidades beneficiadas deveriam ser verdadeiras "suíças". Mas não são.

Numa série de reportagens que começa a ser publicada, hoje, será possível perceber que a fome, desemprego, analfabetismo e, principalmente, a falta de moradia, igualam esses municípios aos mais pobres do sertão baiano. A grana do petróleo é quase invisível. Aliás, chega a ser vergonhoso perceber famílias construindo casas de taipa, no centro de São Francisco do Conde, uma das cidades mais ricas da Bahia. A mesma miséria é verificada em Camaçari, Candéias, Simões Filho e Mata de São João, dentre outras.

Mas nem tudo é lama. A cidade de Madre de Deus consegue prestar um serviço melhor à população e, de certa forma, a miséria é mais difícil de ser localizada. No entanto, pelo que o município recebe, o que se vê de positivo, ainda é muito pouco. Na verdade, todos os municípios que produzem petróleo ou são beneficiados pelos seus derivados "deviam servir de exemplo para o progresso dos demais municípios baianos", como definiram várias pessoas entrevistadas durante as visitas de A TARDE.

Vale ressaltar que a produção de petróleo na Bahia é, atualmente, três vezes menor do que em 1970. Ou seja, essa região já foi bem mais rica num passado recente. Mas quem visita a cidade de Candéias, por exemplo, não acredita no que vê. Parece mais uma grande favela de Salvador. É difícil encontrar uma casa rebocada nesse que é o quarto município mais rico da Bahia. Em São Francisco do Conde, o terceiro mais rico, até um cortiço com 40 famílias foi localizado na entrada da cidade, como será mostrado nessa série de reportagens.

## OS MUNICÍPIOS RICOS DA BAHIA

Royalties deixam muito dinheiro nos cofres públicos, mas a miséria não diminui

| MUNICÍPIOS      | ROYALTIES   | REPASSO ESTADUAL | RECEITA PRÓPRIA | TOTAL 2001   |
|-----------------|-------------|------------------|-----------------|--------------|
| Camaçari        | 266 mil     | 138 milhões      | 62 milhões      | 200 milhões  |
| S. Fran. Conde  | 3,8 milhões | 67,1 milhões     | 12,6 milhões    | 83 milhões   |
| Candéias        | 4,9 milhões | 23 milhões       | 15,2 milhões    | 43,1 milhões |
| Simões Filho    | 300 mil     | 28 milhões       | 3,5 milhões     | 31,8 milhões |
| Madre de Deus   | 5,9 milhões | 18 milhões       | 2,5 milhões     | 26,5 milhões |
| Alagoinhas      | 2,3 milhões | 11 milhões       | 8 milhões       | 21,3 milhões |
| Pojuca          | 5,4 milhões | 7,5 milhões      | 4 milhões       | 16,9 milhões |
| Espiradada      | 3,4 milhões | 3,6 milhões      | 3 milhões       | 10 milhões   |
| Entre Rios      | 2,7 milhões | 3,4 milhões      | 2,5 milhões     | 9,6 milhões  |
| Catu            | 2,8 milhões | 2,4 milhões      | 2 milhões       | 7,2 milhões  |
| S. Seb. Passé   | 2,1 milhões | 2,3 milhões      | 1 milhão        | 5,4 milhões  |
| Mata de S. João | 1,4 milhão  | 2,4 milhões      | 1,5 milhão      | 5,3 milhões  |
| Araçás          | 868 mil     | 1 milhão         | 600 mil         | 2 milhões    |

Fonte: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico para dados estatísticos para todos os municípios ao longo do ano. Fonte: Anuário Estatístico de Petróleo. Fonte: dados próprios. Câmara Municipal de Camaçari.

**Obs: No total recebido pelas prefeituras, não estão incluídas as verbas federais e outros convênios.**

- ▶ 15 mil pessoas são analfabetas em Camaçari.
- ▶ Metade das casas de Espiradada, Entre Rios e Mata de São João não possuem coleta de lixo.
- ▶ Alagoinhas não recolhe o lixo de 7,9 mil das 31 mil casas existentes no município.
- ▶ Três mil famílias não têm água encanada em Candéias.
- ▶ 81,8% da população de Madre de Deus é alfabetizada.
- ▶ 3,5 mil das 41,2 mil casas de Camaçari não têm banheiro ou sanitário.
- ▶ 70% das casas de Araçás não têm coleta de lixo, metade da população bebe água da poça e 40% não têm

banheiro.

- ▶ Camaçari deixa 6,2 mil casas sem coleta de lixo.
- ▶ Espiradada e Araçás têm 28,3% de suas populações analfabetas.
- ▶ 98% das casas de Madre de Deus têm coleta de lixo e sanitários.
- ▶ 40% das casas de São Francisco do Conde e de Candéias não têm coleta de lixo.
- ▶ Um terço das casas de São Sebastião do Passé não tem coleta de lixo.
- ▶ Metade das casas de Catu não está ligada à rede geral de esgoto.
- ▶ 11% das casas de São Francisco do Conde não têm sanitário.
- ▶ Apenas 43 das 2.325 casas de Madre de Deus não têm água encanada.

Fonte: IBGE/2000

### Festaça

A festa que abraça a Ford e as maiores empresas petroquímicas do País — aliás, nenhum município lucrou tanto com a descoberta do petróleo na Bahia —, só perde para Salvador em arrecadação. Camaçari é o segundo município mais rico da Bahia. Com apenas 80 mil habitantes, a administração local não consegue, porém, sanar a situação indecente de milhares de pessoas que vivem na sede do município. A poucos metros da prefeitura local, A TARDE constatou uma favela do mesmo nível das palafitas de Salvador. Só miséria.

Há algo, no entanto, que não falta em nenhum município de base petrolífera ou petroquímica: as festas carnavalescas. Todas os prefeitos não medem esforços em contratar trios elétricos e cantores

da axé music para sacudir o povo ao longo do ano. Na última micareta de Camaçari, por exemplo, que foi realizada há um mês, nada menos do que 18 trios elétricos engarrafaram os dois quilômetros da avenida disponível para o desfile. Ou seja, o circo armado segue o mesmo modelo adotado pela capital baiana.

Nos últimos cinco anos, a maioria dos prefeitos dessas cidades pavimentou meia dúzia de ruas, pintou algumas calçadas e retirou o lixo do centro da cidade. As pessoas ouvidas nessas cidades disseram que, em razão disso, eles procuram justificar os gastos com a festaça. E o que é mais grave: argumentam que a miséria existente é culpa dos administradores passados e, em razão disso, alegam que não podem exterminá-la. O analfabetismo é

grande, mas existe também um certo nível de conscientização nos bairros pobres.

Foi constatado, ainda, que a maioria dos eleitores consegue se livrar das dívidas na época eleitoral. É a compra do voto com o dinheiro dos royalties. Alguns dizem que invern, mas boa parte diz ser fiel com quem lhe paga melhor pelo voto. Infelizmente, nenhum deles topou ser fotografado e revelar quanto ganhou na última eleição. Afinal, a retaliação e as ameaças são grandes. Difícil foi localizar um administrador de poucas posses. Estão todos muito bem de vida. O que impressiona também é o fato de a equipe de reportagem não conseguir localizar um prefeito sequer (alguns procurados várias vezes) trabalhando na prefeitura. Seus assessores informavam: "Está em Salvador".

## Distribuição de renda no estado

A distribuição de renda entre os municípios baianos, se por um lado leva a enormes distorções na divisão da distribuição dos recursos e arrecadação de impostos, como o ICMS, por outro lado cria situações consideradas esdrúxulas, como o fato de ser o pequeno município de São Francisco do Conde, na Região Metropolitana da capital, o de melhor renda *per capita*, superando mesmo Salvador, que possui quase 30 vezes mais a sua população e responde por 37% do Produto Interno Bruto do estado.

Enquanto São Francisco do Conde tem uma renda *per capita* mensal de R\$ 1.689,70, São José do Jacuípe, na região do sisal, tem renda equivalente a apenas R\$ 0,60 por mês, sendo considerado o município de população mais pobre do estado. Salvador, cujo orçamento deste ano é estimado em R\$ 1 bilhão, o equivalente a quase cinco vezes o volume mensal de arrecadação de ICMS do estado, tem renda *per capita* mensal de R\$ 100,00, abaixo de Barreiras, Dias D'Ávila, Candeias, Simões Filho, Ilhéus, Mucuri, Madre de Deus, Camaçari e São Francisco do Conde.

### 20 mais ricos

| Município      | Renda p/capita(R\$) |
|----------------|---------------------|
| S.F. Conde     | 1.689,70            |
| Camaçari       | 495,00              |
| Madre de Deus  | 423,70              |
| Mucuri         | 214,00              |
| Ilhéus         | 158,70              |
| Simões Filho   | 158,30              |
| Candeias       | 130,80              |
| Dias D'Ávila   | 124,20              |
| Barreiras      | 116,70              |
| Salvador       | 100,00              |
| Juazeiro       | 90,40               |
| Pojuca         | 88,80               |
| L. de Freitas  | 88,50               |
| São Desidério  | 76,10               |
| Itabuna        | 66,30               |
| Belmonte       | 59,40               |
| Rio Real       | 57,20               |
| Cruz das Almas | 52,40               |
| Vit. Conquista | 50,60               |
| F. de Santana  | 49,70               |

### 20 mais pobres

| Município       | Renda p/capita |
|-----------------|----------------|
| São Gabriel     | 2,40           |
| Mansidão        | 2,40           |
| Buritirama      | 2,40           |
| Nova Fátima     | 2,30           |
| Saubara         | 2,30           |
| Brotas Macaúbas | 2,20           |
| Caraibas        | 2,10           |
| B. Jesus Serra  | 2,10           |
| Quixabeira      | 2,00           |
| Planaltino      | 2,00           |
| Souto Soares    | 1,90           |
| Barro Alto      | 1,90           |
| Caetanos        | 1,90           |
| Nova Redenção   | 1,90           |
| Caturama        | 1,80           |
| Pirai do Norte  | 1,80           |
| Itaguaçu Bahia  | 1,80           |
| Gavião          | 1,70           |
| Novo Triunfo    | 1,50           |
| S.José Jacuípe  | 0,60           |

### Os 20 que mais arrecadam

Os 20 maiores municípios baianos respondem por 91,3% da arrecadação estadual, concentrando 56% da população. Esses 20 municípios têm participação expressiva no PIB (Produto Interno Bruto) do estado, a exemplo de Salvador, que participa com 37,1% do total.

| Município (1994)       | Participação (%) no PIB |
|------------------------|-------------------------|
| Salvador               | 37,1                    |
| Camaçari               | 10,3                    |
| Ilhéus                 | 5,9                     |
| São Francisco do Conde | 5,9                     |
| Feira de Santana       | 3,6                     |
| Itabuna                | 2,2                     |
| Simões Filho           | 2,1                     |
| Juazeiro               | 2,1                     |
| Vitória da Conquista   | 2,0                     |
| Barreiras              | 2,0                     |
| Candeias               | 1,6                     |
| Lauro de Freitas       | 1,1                     |
| Dias D'Ávila           | 0,7                     |
| Alagoinhas             | 0,7                     |
| Madre de Deus          | 0,7                     |
| Jequiê                 | 0,6                     |
| Mucuri                 | 0,6                     |
| Santo Antônio de Jesus | 0,6                     |
| Teixeira de Freitas    | 0,4                     |
| Paulo Afonso           | 0,4                     |

### Os que arrecadam menos

Já os 20 menores municípios arrecadadores, com população de até 25 mil habitantes, não chegam sequer a 0,08% do volume da arrecadação, contribuindo, no conjunto, com 0,075% de participação no PIB do estado:

| Município           | Participação (%) no PIB |
|---------------------|-------------------------|
| Morpari             | 0,0052                  |
| Buritirama          | 0,0051                  |
| Quixabeira          | 0,0050                  |
| Pintadas            | 0,0048                  |
| Pirai do Norte      | 0,0044                  |
| Mansidão            | 0,0044                  |
| Nova Fátima         | 0,0043                  |
| Barro Alto          | 0,0042                  |
| Ouriçangas          | 0,0041                  |
| Macururê            | 0,0038                  |
| Anguera             | 0,0038                  |
| Bom Jesus da Serra  | 0,0038                  |
| Caetanos            | 0,0037                  |
| Planaltino          | 0,0035                  |
| Nova Redenção       | 0,0034                  |
| Saubara             | 0,0031                  |
| Caturama            | 0,0031                  |
| Novo Triunfo        | 0,0030                  |
| Gavião              | 0,0022                  |
| São José do Jacuípe | 0,0016                  |

## 8 - Geral

A TARDE O Domingo O 16/2/1997

Pequenos municípios (314)  
Médios (88) Grandes (12)\*\*

|                     |       |       |        |
|---------------------|-------|-------|--------|
| Receita própria (%) | 3,16  | 6,5%  | 11,18% |
| ISS                 | 0,82  | 2,5   | 3,91   |
| Receita Transf.     | 90,57 | 89,46 | 66,38  |
| IPVA                | 0,21  | 0,85  | 2,90   |
| Outras receitas     | 6,27  | 3,97  | 21,99  |

**Falta receita própria**

Um dos grandes problemas detectados pela União dos Prefeitos da Bahia (UPB), nos municípios de pequeno porte no estado é a falta de condições de receita própria. O ISS (Imposto Sobre Serviços), considerado o imposto do futuro, pela tendência das grandes cidades em se estruturar economicamente saindo da indústria para a área de serviços, praticamente inexistente nas pequenas cidades, representando apenas 0,82% do volume total da receita, enquanto os recursos transferidos das esferas estadual e federal somam juntos mais de 96%.

O coordenador jurídico da UPB, Isaac Newton Carneiro, explica que a dependência de recursos transferidos existente nos pequenos municípios decorre da pequena capacidade que estes têm de produzir arrecadação própria, em função dos tributos que lhes são atribuídos. Nos municípios baianos de grande porte a arrecadação do ISS chega a 4%, atingindo a 20% na capital, enquanto nos menores ela não representa mais que 0,82%. Isso resulta em apertos financeiros na forma de salários atrasados do funcionalismo e dívidas com fornecedores, além dos conhecidos erros de programação financeira, que levaram muitos deles a tomarem as conhecidas AROs (Antecipações de Receita Orçamentária), que deveriam ser destinadas unicamente a investimentos, mas que acabam sendo utilizadas para custeio da máquina administrativa.

20 Salvador, Domingo 2/5/2004 **A TARDE** Ano 91 e N 31.070**Apesar de rica, a cidade não oferece qualidade de vida**

Essa primeira rodada de pesquisa A TARDE/Alconta no município de São Francisco do Conde revela que 39% do eleitorado de São Francisco do Conde, uma das cidades mais ricas da Região Metropolitana de Salvador, com uma arrecadação mensal de cerca de R\$ 11 milhões, consideram negativa a administração do prefeito Antônio Calmon.

Para 31% dos entrevistados a gestão de Calmon é regular. Apenas 7% opinaram que o prefeito vem fazendo uma ótima administração; 27% consideraram péssima; 22% regular e 11% ruim. O resultado da consulta mostra também que a qualidade de vida no município de São Francisco do Conde piorou nos últimos anos.

Pelo menos é o que pensam 39% dos entrevistados. Para 30% a vida melhorou, enquanto para 29% não houve alteração. Dos entrevistados, 38% se disseram satisfeitos, 37% insatisfeitos e 20% muito insatisfeitos com a qualidade de vida que levam. Apenas 4% se mostraram muito satisfeitos.

Dos candidatos, Antônio Pascoal é o que melhor reúne, segundo a pesquisa, as características ideais para ser prefeito. Ele obteve 42% das indicações. Calmon foi apontado por 22% dos entrevistados; o tucano Dario Rego por 11%; José Carlos por 4% e Rilza Valentin por 2%. A consulta mostrou ainda que 10% não sabem qual dos

candidatos é o que melhor se enquadra no perfil e 7% acham que nenhum deles.

**São Francisco do Conde**Área: 219,29 km<sup>2</sup>

População: 26.282 habitantes

Eleitores: 19.382

Fonte: IBGE - Censo 2000

**POLITICA**

politica@atarde.com.br

**PESQUISA  
EXCLUSIVA**

Assessoria política de  
**Calmon Pascoal da Silva**  
Município: SÃO FRANCISCO DO CONDE - BA  
Data: 16/02/2004

# Opulência e pobreza na educação da RMS-II

*Riqueza e pobreza acasalaram-se (sem comunhão de bens) na região de maior produção de petróleo (e única de refino) da Bahia. Enquanto São Francisco do Conde, município que tem em seu território a Refinaria Landulpho Alves, paga os melhores salários aos professores e inaugura cursos de informática até na zona rural, além de bancar assistência médica e dentária para todos os seus 11 mil alunos, Candéias, o primo pobre da área petrolífera, com quatro vezes mais habitantes e uma arrecadação três vezes menor, pena para manter pelo menos em níveis aceitáveis um sistema educacional com 31 mil alunos, que tem na falta de vagas para o 2º grau o seu maior calão. "Não há como comparar os dois. Vivemos num bolsão de miséria espremidos entre ricos", diz a prefeita Maria Maia, de Candéias.*

Levi Vasconcelos

O pequeno povoado de Monte do Recôncavo, em São Francisco do Conde, está de escola nova. O recém-inaugurado Colégio Claudionor Ilutisa tem dois andares, quadras esportivas, dependências bem arrejadas, quatro salas de aula, computadores para cursos de Informática e 400 alunos atendidos por professores qualificados como Luiz Carlos Almeida, que ensina educação artística, é formado em Artes Cênicas pela UFBA e pós-graduado em didática, pedagogia e comunicação e crítica cultural. Ele está muito satisfeito:

Acabou lá. Na Escola Paulo VI, em pleno núcleo urbano de Candéias, os professores irritam-se com os salários, que são baixos e estão atrasados, os alunos queixam-se da falta de quem dê aulas de Inglês e técnicas. Se Luiz Carlos Almeida fosse professor lá não ganharia mais que R\$344 para dar 40 horas. E a prefeita Maria Maia admite: "Gastamos mais

de 33% do orçamento em educação. É uma estrutura pesada, todo ano piora. Estamos pressionados entre ricos num bolsão de miséria", explica, assegurando que esforços são feitos, como a reciclagem dos professores e até mesmo o registro das escolas municipais, que não existia, "mas é difícil".

Se São Francisco do Conde e Candéias são vizinhas e situam-se em pleno miolo do núcleo petrolífero baiano, por que as diferenças no sistema educacional são tão gritantes? Elementar. A Refinaria de Maritípe, onde se fabrica a gasolina da Bahia, Sergipe e parte do Nordeste, fica a apenas quatro quilômetros de Candéias, mas é território de São Francisco, para onde vai o grosso do ICMS. Ali começam as disparidades, não só educacionais, mas sociais entre o primo rico e o primo pobre da área petrolífera, o primeiro com R\$4,8 milhões de arrecadação (a terceira do estado, só superada por Salvador e Camaçari), 26 mil habitantes, 52 escolas e 11.260 alunos, e o segundo com apenas R\$1,6 milhão de renda para uma população de 100 mil habitantes, atendida por 104 escolas onde estudam 31 mil alunos.

## PRIMEIRO MUNDO

Comparar São Francisco e Candéias só tem sentido porque os dois são da mesma área e, teoricamente, com suas economias movidas a petróleo. No resto, tudo é diferente. Até os núcleos urbanos das duas cidades

possuem traços geográficos bem definidos. Enquanto a rica São Francisco é situada numa península, o que possibilita o surgimento de invasões nas imediações do centro, formando uma cidade exata, Candéias parece um favélio penhorado em muros irregulares, com uma infimidade de pontos de alto risco. "Até o transporte de petróleo e gasolina, que são cargas perigosas, é feito pelo meio de Candéias. Não ganhamos nada, só problemas", lamenta a prefeita Maria Maia.

O deputado José Carlos Araújo, que funciona como uma espécie de guia da administração de Candéias (providência tudo, de verbas a denúncias contra adversários), tentou empregar um projeto na Assembleia Legislativa, alterando os limites territoriais dos dois municípios, com a intenção de anexar Maritípe. Quase virou uma guerra. "Esse é um assunto encerrado", desconfessa o prefeito de São Francisco, Antônio Pascoal, que não gosta de dar muita trela à polémica. O projeto acabou arquivado por ter sido considerado inconstitucional.

Já que tudo ficou como era, Candéias, que tem apenas dois colégios públicos de segundo grau, o Nossa Senhora das Candéias e o Polivalente, tornou-se o maior exportador de alunos do 2º grau para a vizinhança (a própria São Francisco, Camaçari, Dias D'Ávila e Simões Filho), o que,

juntamente com os problemas causados por salários atrasados, forma o seu grande calão educacional. A prefeita mantém em condições razoáveis a estrutura física da maior parte da rede, mas é pouco. "Estamos comendo até cachorro-quente frito", queixou-se a professora Edilene Araújo, do Paulo VI.

## PRIMEIRO MUNDO

Os professores de Candéias que moram em Salvador reclamam que têm dificuldades de transporte e denunciam que chegaram a ser barrados por um policial quando tentaram embarcar no ônibus dos funcionários. "O ônibus superlotado e tivemos que mudar o sistema", afirma a secretária de Educação, Amélia Teles. "O 2º grau é obrigação do estado", assinalou, lembrando que a prefeitura cobra com as escolas da rede estadual, inclusive pagando os salários de alguns professores. Ela admite a falta de professores, mas diz que o número não chega a 10.

Na rica São Francisco do Conde o mundo é bem melhor. A rigor, o município, que tinha, no século passado, a primeira escola agrícola de nível superior no Brasil, sempre ostentou a tradição de manter um bom esquema. Não é, na verdade, uma iniciativa da atual administração, sem o resultado de um trabalho que,

apesar das mudanças dos humores políticos, manteve-se seqüenciado. "Não se pode dizer que somos 100%, porque ainda temos problemas, especialmente no 2º grau, mas estamos bem acima da média", assegura o prefeito Antônio Pascoal.

Disso não se duvida. Como o grande problema da RMS é a falta de professores qualificados, o jeito adotado pelos municípios é importá-los de Salvador. Só para fazer o trabalho a prefeitura mantém 28 honorários de ônibus trabalhando pela manhã, à tarde e à noite. O Instituto de Odontologia Bahiano (Instituto), em convênio com o município, executa um projeto, coordenado pelo dentista Manoel Oliveira Filho, ex-jogador do Bahia, que prevê o combate à cárie. "Temos 69 mil cáries detectadas. Estamos num patamar razoável", ressalta ele. Orgulhoso com o sistema, o prefeito Antônio Pascoal diz que paga R\$1.080,60 e mais 30% de gratificação a um diretor de escola a nível I e garante: "Se meus sucessores fizerem um trabalho contínuo, acabaremos as favelas diminuído. Ainda temos 1.500 casas precárias. Falo para que se saiba o que fazemos com o dinheiro que recebemos". A prefeita Maria Maia repõe as coisas no lugar: "Não dá para comparar São Francisco e Candéias. Temos mais de estudantes o que eles têm de população e recebemos quase um terço do dinheiro".

Foto: Glauco Lima

# Bolsão de miséria

Curso parcial de

Faculdade Pública de Ciências

Av. Rui Barbosa, 1000 - Salvador - BA - CEP: 41100-000

Telefone: (71) 3333-1111

Fax: (71) 3333-1111

**DANTESCO**  
São Francisco do  
Conde apresenta  
o pior quadro de  
maus gestores

MARCONI DE SOUZA

Na entrada da cidade de São Francisco do Conde – o terceiro mais rico município da Bahia – há um cortiço com mais de 40 famílias vivendo como indigentes. O quadro é dantesco, visto que nem janelas as 200 pessoas têm para arejar o local, e o mau cheiro é insuportável. O chão fica molhado o tempo inteiro e casos de doenças, como meningite, pneumonia, diarreia e sífilis já foram registrados entre crianças, mulheres e idosos.

Talvez seja difícil encontrar tamanho pardieiro em outra cidade baiana, e olha que esse cortiço está instalado na cidade desde 1995, quando ainda era prefeito Antonio Pascoal. Durante toda a administração de Osmar Ramos – aquele que dizia que “sábado tem mais” – nada foi feito entre 1996 e 2000. O atual prefeito, Antonio Calmon (PFL), disse que está procurando um terreno para construir casas para estes indigentes. “Estou acertando o preço do terreno”, disse. (leia abaixo).

Dezenas de crianças nasceram no cortiço, que fica no Alto da Pitangueira, numa área com vista para o mar, mas que tem até esgoto a céu aberto. O prédio foi construído para ser um abrigo de idosos, mas acabou alojando os famintos de São Francisco do Conde. Iris Lafaiete Batista divide um quarto de nove metros quadrados com seis filhos. Ela trabalha na prefeitura. “Todos os meus filhos já adoeceram. O último teve pneumonia”, conta. Valdenize Cunha, também

mãe de seis filhos, dois deles nascidos no cortiço, dá a sua definição: “Isso aqui é uma prisão aberta”.

## Prostitutas

Maria Cristina dos Santos, 22 anos, trabalha como faxineira num dos colégios do município. Seu primeiro filho – Letícia Santos, três anos – nasceu num dos quartos escuros do prédio (com seis metros quadrados). Ela e o esposo sonham com uma casa decente. A equipe de reportagem de A TARDE registrou o nascimento de mais de 50 crianças, nos últimos seis anos, nas dependências do cortiço. As janelas foram fechadas com madeirites por causa das chuvas. O telhado está todo arrebitado. Nos tonéis de água – para cozinhar e beber – são visíveis larvas passeando na superfície.

Caminhando em direção ao centro de São Francisco do Conde, a miséria salta aos olhos de qualquer pessoa. Na Rua Nova, por exemplo, que foi pavimentada pelo ex-prefeito e fica não muito longe da casa do atual chefe do Executivo municipal, homens cons-

trufam uma casa de taipa. “Estou entre as pessoas felizes daqui, porque posso fazer um barraco desse para mim”, comentou Noel Santos. A rua estava interditada devido à quantidade de lixo acumulada. Uma casa serve de abrigo para prostitutas. “E olha que estamos dentro da cidade”, ironizou o carpinteiro Jorge José Santos.

A situação no município como um todo é muito pior. De acordo com a pesquisa do IBGE, das 6.185 residências de São Francisco do Conde, 2.639 não possuem coleta de lixo, ou seja, são 40% jogando os detritos a esmo. Nada menos do que 1.731 casas não têm sanitário e 6,8 mil pessoas bebem água de poço. O analfabetismo chega a 16%, contando apenas crianças acima de dez anos de idade. Tratando-se de Bahia – o Estado com os piores índices sociais do País – esses números não surpreendem. Mas, por ser São Francisco do Conde o terceiro município baiano mais rico e grande produtor de petróleo – arrecadou R\$ 83 milhões em 2001 (fora os repasses federais) –, a situação é, no mínimo, revoltante.

## Prefeito diz que vai melhorar

O prefeito de São Francisco do Conde, Antonio Calmon (PFL), afirmou que não é culpado pelo estado em que o município se encontra. “É a primeira vez que sou prefeito e, em 2001, não fiz outra coisa senão pagar dívidas do antecessor. Estou reconstruindo”, argumentou. Segundo ele, o cortiço na entrada da cidade será extinto. “Estou negociando um terreno para a construção de casas para aquela gente.”

Antonio Calmon disse que os recursos da prefeitura, a

partir de 2002, serão para atrair fábricas. “Já consegui duas. Quero reduzir ao máximo o desemprego nessa cidade. As casas de taipa são o reflexo do desemprego”. Na sua versão, o IBGE vai constatar uma outra realidade na próxima pesquisa. “A questão do lixo está sendo sanada e a educação nunca teve tanto apoio”, disse. Calmon acrescentou, ainda, que precisa “de ajuda da imprensa e da sociedade”, porque seu “único objetivo é acabar com a miséria no município”.

# Município mais rico não supera bolsão de miséria

Logo na entrada da prefeitura, um cartaz avisa que estão suspensas as contratações de veículos e funcionários. A despeito disso, diariamente centenas de pessoas passam o dia na porta do gabinete do prefeito Osmar Ramos, na tentativa de conseguir um emprego. Afinal, o município é um dos maiores em concentração de renda no País, chegando a superar em 17 vezes igual valor per capita de Salvador, que tem 100 vezes a sua população. As distorções na distribuição de recursos como o ICMS e FPM fazem com que São Francisco do Conde, situado no Recôncavo, tenha uma renda per capita mensal de R\$ 1.762,00, e Salvador pouco mais de R\$ 100,00.

*Adilson Fonseca*

Uma das maiores distorções da concentração de renda no Brasil acontece na Bahia. Por conta de um sistema de distribuição da arrecadação de impostos, criticado por prefeitos de todo o País, o pequeno município de São Francisco do Conde, com pouco mais de 20 mil habitantes, possui uma das maiores rendas per capita do mundo, semelhante à de muitos países do Primeiro Mundo. Com uma cota recebida somente em ICMS (Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços) e de FPM (Fundo de Participação dos Municípios) de R\$ 3.675.555,00 em março deste ano, o município alcançou uma renda per capita mensal de 1.762,00, o que projeta um valor anual de R\$ 21.144,00.

No ano passado, São Francisco do Conde, situado na região do Recôncavo Baiano, recebeu em FPM e ICMS R\$ 50.331.768,31, e teve ainda uma renda per capita anual maior, de mais de R\$ 24 mil, levando-se em conta o valor arrecadado e a sua população, segundo os mais recentes dados da União das Prefeituras da Bahia, de 20.853 habitantes. O valor da renda obtida em 1996 chega a ser mais de 24 vezes o valor per capita de Salvador, a capital do estado e que possui uma po-

pulação de 2.214.330 habitantes, segundo os mesmos dados da UPB. A despeito de toda essa concentração de riqueza, o município apresenta inúmeros bolsões de pobreza, em padrões que se assemelham às regiões mais pobres do mundo, onde famílias residem em casas de taipas sem água tratada, esgotos, e crianças e adolescentes estão fora das escolas.

## Riqueza e pobreza

As grandes disparidades de renda e de renda per capita demonstram a fragilidade do sistema de distribuição de riquezas no estado. O próprio município de São Francisco do Conde, apontado como o segundo na arrecadação bruta do ICMS em 95, perdendo apenas para Salvador, é, segundo os indicadores econômicos e sociais da Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, intitulado Classificação dos Municípios Baianos, é o 19º em desenvolvimento social (Índice de Desenvolvimento Social - IDS) e o 177º no Índice do Nível de Saúde (INS), que mede o coeficiente de doenças reductíveis por saneamento básico, imunização, que mostram o desempenho dos serviços na área de saúde.

A situação da desigual distribuição de renda e renda per capita no

estado fica evidenciada quando se observa que nos estudos Análises & Dados, da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), publicados em dezembro do ano passado, o município de São José do Jacuípe obteve, em 1994, uma renda per capita de R\$ 0,60 e participou com apenas 0,0016% no Produto Interno Bruto (PIB) do estado. O prefeito de São Francisco do Conde, Osmar Ramos, no seu segundo mandato, explica que vem lutando para diminuir as desigualdades sociais no município, instituindo alguns programas, como a construção de unidades habitacionais para a população de baixa renda e um projeto de renda familiar, visando a beneficiar as famílias carentes que tenham filhos nas escolas. Este último programa ainda está na fase de estudos e não tem valor definido.

A própria situação financeira da prefeitura, a despeito da sua elevada renda mensal, é um retrato de desigualdade. Segundo o atual prefeito, ao assumir, encontrou funcionários ganhando salários acima de R\$ 11 mil, contrastando com os salários de garis contratados pela empresa Companhia Bahiana de Limpeza Urbana, que presta serviço à cidade, que ganham um salário mínimo (R\$ 112,00). Diariamente, formam-se filas de desempregados na porta e nas escadarias onde funcionam o gabinete do prefeito e a Câmara dos Vereadores. São marisqueiros, gente da periferia, pessoas que trabalharam nas campanhas eleitorais e que agora estão cobrando as promessas de emprego recebidas antes de 3 de outubro, quando foram eleitos o atual prefeito e os vereadores. É uma rotina que nem os avisos de suspensão de contratação de funcionários, espalhados em todos os prédios públicos, conseguem mudar.

## População busca empregos

**O** Santana 2000 Mi preto, do Poder Executivo, parado na porta da prefeitura contrasta com o desespero de quem bate todos os dias à porta do gabinete do prefeito Osmar Ramos, em busca de emprego. Diariamente, são dezenas de pessoas que, na esperança de verem cumpridas promessas de campanha, ignoram os avisos de proibição de contratações e passam o dia à espera de alguma resposta positiva da prefeitura.

Ali perto do centro da cidade, a miséria contrasta com a riqueza da arrecadação do município. O bairro de Pitangueiras é um dos bolsões de pobreza dentro da cidade. Selma, 18 anos, 5ª série, Bernadete, 19 anos, 6ª série, e Elisete, 21 anos, 2ª série, fazem parte da família de Licinia Maria de Jesus, 10 filhos, que mora na pequena casa de taipa, sem banheiro, filtro, geladeira, e tendo como entretenimento uma velha televisão preto-e-branco. Todos sobrevivem com o que o pedreiro Leonildes, cabeça da família, consegue ganhar por mês nos chamados "bicos".

Um pouco mais adiante, Sandra Regina, 26 anos e seis filhos, divide um pequeno cômodo com o gari José Oswaldo, assalariado que está doente e por isso sem condições de fazer as horas extras para engordar o salário de R\$ 112,00 por mês. A casa é semelhante às demais da Rua Niterói, no bairro de Nova São Francisco. Sem rede de esgoto e água com regularidade, o bairro é um dos mais pobres da cidade, onde vivem mais de três mil pessoas. As casas foram construídas com material doado pela prefeitura e, na maioria delas, a fome é uma rotina para boa parte das crianças.

Como a ironizar o enorme contraste entre a renda municipal e a renda real de boa parte da população, o bairro de Nova São Francisco está situado ao lado do cemitério municipal, totalmente reformado pela prefeitura nesses pouco mais de três meses de governo. Ali também fica o escritório regional da Embasa, mas as cenas de pessoas com latas d'água na cabeça são corriqueiras, porque na maior parte das casas a água não chega às torneiras com regularidade.

### Mãe de 10 filhos cata mariscos

**A** família de Tereza Silva de Jesus, 42 anos e mãe de 10 filhos, é o próprio retrato da desigual distribuição de renda per capita no município de São Francisco do Conde, que, com base nas cotas de ICMS e FPM recebidas no mês passado, alcançou R\$ 1.762,00, uma das maiores rendas per capita no Brasil. Catadora de mariscos nos manguezais próximos à cidade, ela é obrigada a deixar as crianças sozinhas a maior parte do dia para tentar retirar do lamaçal o sustento da família.

Tereza mora com os filhos no antigo prédio da Escola Municipal Durvalina Conceição, no distrito de Guaíba, construída no governo Roberto Santos e inaugurada em 1974 pelo então prefeito Claudemiro Oliveira Dias. Na gestão passada, o então prefeito Antônio Pascoal Batista resolveu o seu problema da falta de moradia e doou o prédio escolar para a família, que mora ali há quatro anos. Dos filhos, Nivea (7 anos), Késia (8 anos) e Daniel (6 anos),

que ficam responsáveis pela casa na ausência dos pais e irmãos maiores que vão catar mariscos, nenhum estuda. Na casa não há luz elétrica e água encanada e os móveis se reduzem a um colchão forrado com papelão, uma mesa e dois potes para armazenar água e um pequeno fogão de duas bocas.

O prefeito Osmar Ramos diz que nos últimos quatro anos o seu antecessor abandonou a região, apesar de esta continuar a ser uma das maiores fontes de renda do estado. Ele disse que o trabalho agora é recuperar o ensino, o sistema de saúde e desenvolver um programa habitacional, já tendo iniciado o cadastramento de 200 imóveis que serão incluídos no programa habitacional do seu governo. O município pretende investir, com recursos próprios, R\$ 45 milhões, mas não pode, por outro lado, desenvolver convênios com organismos federais, como a Caixa Econômica, porque a prefeitura está inadimplente com o INSS.

## Índice elevado de pobreza

Mesmo ostentando o título de um dos municípios de maior renda per capita do mundo, São Francisco do Conde apresenta índices de pobreza elevados, afetando, principalmente, a população que reside na periferia da cidade. Em 1991, o IBGE mostrou que o município estava no 80ª posição, quando o assunto era a situação de crianças de 0 a 6 anos de idade. À frente nesses itens, estavam municípios bem menores em arrecadação de ICMS e FPM, como Abaíra, Amélia Rodrigues ou mesmo Licínio de Almeida. Foram verificados os percentuais de crianças de 0 a 6 anos que moravam em famílias cuja renda chegava até um salário mínimo, e percentual de domicílios sem abastecimento de água adequados.

| Município             | Pop. 0 a 6 anos | Até 1 SM (%) | abast. água | Classif. |
|-----------------------|-----------------|--------------|-------------|----------|
| Salvador              | 297.127         | 29,9         | 20,1        | 1ª       |
| Abaíra                | 1.260           | 66,2         | 52,1        | 34ª      |
| Amélia Rodrigues      | 3.803           | 60,1         | 77          | 69ª      |
| Licínio de Almeida    | 2.417           | 60,1         | 82,7        | 79ª      |
| S. Francisco do Conde | 3.568           | 51,5         | 79,1        | 80ª      |

## Anexo M



Fotos: Antônio Motta  
Defesa da dissertação em 12 ago. 2004,  
às 09<sup>h</sup>:30<sup>min</sup>, no  
Centro de Desenvolvimento Sustentável/  
Universidade de Brasília (CDS/UnB).